

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
– DOUTORADO –**

José Odim Degrandi

**VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NOS USOS DO TERRITÓRIO DE
SANTA MARIA-RS**

Santa Cruz do Sul
2012

José Odim Degrandi

**VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NOS USOS DO
TERRITÓRIO DE SANTA MARIA-RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Santa Cruz do Sul
2012

José Odim Degrandi

**VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NOS USOS DO
TERRITÓRIO DE SANTA MARIA-RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Regional.

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Professor Orientador – UNISC

Dr^a. Virginia Elisabeta Etges
Professora examinadora – UNISC

Dr^a. Érica Carnopp
Professora examinadora – UNISC

Dr^a. Gislene Aparecida dos Santos
Professora examinadora – UFPR

Dr^a. Heleniza Ávila Campos
Professora examinadora – UFRGS

Santa Cruz do Sul
2012

AGRADECIMENTOS

Toda tese tem uma história peculiar, mas a sua produção não é obra, apenas, de quem se intitula seu autor. Por mais que este enfrente momentos de angustiante solidão, de sua elaboração participam muitas pessoas, com diferentes contribuições e, também, sacrifícios. Mesmo correndo o risco de esquecer algumas, queremos reconhecer nossa dívida de gratidão para com todas as pessoas que, de uma forma ou outra, nos ajudaram na sua concretização.

Em primeiro lugar, à Maria Inez, Luiza e Luciano (nossa família), por ter compreendido e suportado as ausências, as *presenças ausentes*, os momentos de *stress*, o arrocho do orçamento, a primazia da tese, enfim.

Em segundo lugar, à outra e nova família, formada pela equipe do PPGDR e pelos colegas de doutorado. Desta, a dívida maior é com o Prof. Rogério, nosso orientador, cuja generosidade, comprometimento e estímulo, de um lado, competência e firmeza de propósito, de outro lado, nos guiaram na incursão por uma abordagem interdisciplinar da temática do desenvolvimento regional. Neste sentido, somos gratos às Professoras Virgínia e Leila Dias, pelas críticas, sugestões e avaliação encorajadora que fizeram quando da nossa defesa do projeto de tese. Neste momento, não esquecemos, também, as contribuições dos Professores Dieter, Érica, Heleniza, Marcos, Marília, Mário, Mozart, Paiva e Sílvio, nem o apoio operacional da Cássia, Daiana, Grasiela e Milena. Dentre os colegas do PPGDR, somos particularmente gratos ao De Gregori, Luiz Felipe, Wanderlei, Fernando, Rondinel, Ruth, Almir e *Zanelinha*, pela convivência de aprendizado e de conagraçamento.

Em terceiro lugar, à UFSM pelo incentivo e apoio institucional. Somos gratos, também, às instituições e pessoas que nos auxiliaram na pesquisa (UFSM, 8ª DRE, 3ª DE, BASM, Prefeitura Municipal de Santa Maria, SINECSM, Dr. Rolin, Waldemar Bresolin, Volmar Copetti, Cremonese, Ruy Giffoni, Gilson Correa, Jorge Zago, James Giacomoni...), bem como na cartografia (Analissa) e na formatação final da tese (Cássia).

Por fim, aos membros da banca pelo prestígio que suas presenças emprestam à nossa tese, bem como às contribuições finais, nosso muito obrigado.

RESUMO

A presente tese busca compreender o desenvolvimento de Santa Maria-RS, abordado segundo a perspectiva da sua formação socioespacial e interpretado a partir dos usos do seu território. Partimos do conceito de Milton Santos de que, no contexto da globalização contemporânea, *cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente*. Como recursos instrumentais de análise nos valem, também, dos seus conceitos de verticalidades e horizontalidades. Na ordem global, verticalidades são a expressão das forças exógenas, vetores de racionalidades vindas de fora, de cima e de longe, que, através das redes técnicas e organizacionais, incidem e/ou se instalam no território, gerando desagregação, divergência e desordem, mas, também, novas possibilidades e dinâmicas. Como contraponto, na ordem local, horizontalidades são a expressão das forças endógenas, vetores de racionalidades engendradas de dentro e de perto, no âmbito do espaço banal e contíguo, criando agregação e convergência, mas não isentas de conflitos, disputas e cooptações. Nosso objetivo principal foi compreender o território de Santa Maria, tomado como processo e produto da convivência dialética de tais forças, projetadas espacialmente ao longo de sua história. Mais especificamente, nos propusemos evidenciar as verticalidades e horizontalidades engendradas nos principais usos do território e, através delas, interpretar o seu presente, principalmente no uso corporativo de sua função comercial. Para tanto, construímos um sistema de conceitos que nos possibilitou delinear uma trama conceitual capaz de nos conduzir do espaço geográfico (uma totalidade abstrata) ao território de Santa Maria (uma singularidade concreta). A reconstituição do seu processo histórico nos autorizou associar a formação socioespacial do território a três cognomes dados a Santa Maria pelo seu imaginário social: cidade militar, cidade ferroviária e cidade universitária. Estas funções, ao se acumularem no território, criaram as condições para a emergência e consolidação da sua função comercial, conferindo-lhe o novo cognome de *capital regional*. A valorização de tais usos nos possibilitou sua utilização, também, como critério de periodização e identificação de quatro diferentes situações geográficas. As verticalidades e horizontalidades engendradas em cada uma delas foram evidenciadas, principalmente, nas práticas espaciais, na oferta de emprego e nas finanças do território. Empiricamente, demonstramos que, na atual situação geográfica, o comando de todos estes campos advém de forças externas ao território, dentre as quais destacamos o uso militar, ferroviário, universitário e comercial. Em 2010, por exemplo, a soma dos orçamentos da BASM, do Exército e da UFSM correspondia a 31% do PIB de Santa Maria. O conjunto das transferências totais de rendas públicas e privadas é outro indicador da singularidade que, historicamente, marcou o seu desenvolvimento e que se acentuou na atual situação geográfica: quase 50% da renda dos moradores de Santa Maria são compostos pela soma de tais transferências. Embora estas singularidades, por si mesmas, representem um fator positivo, elas, contraditoriamente, escondem um alto grau de dependência de fontes externas de emprego e de renda, o que expõe o território às incertezas de que tal privilégio tenha continuidade futura.

Palavras-chave: Santa Maria-RS, território, formação socioespacial, desenvolvimento, verticalidades e horizontalidades.

ABSTRACT

This thesis aims at understanding the development of Santa Maria-RS, and it was approached in conformity to the perspective of its sociospatial formation and interpreted from the uses of its territory. We started from the concept of Milton Santos that, in the context of contemporary globalization, *every place is, at the same time, object of a global reason and a local reason, living dialectically*. As instrumental resources of analysis we also relied on his concepts of verticalities and horizontalities. In global order, verticalities are the expression of exogenous forces, vectors of rationality come from outside, from above and away, which, through technical and organizational networks, arise and/or settle down in the territory, causing disaggregation, divergence and disorder, but, also new possibilities and dynamics. As a counterpoint, in local order, horizontalities are the expression of endogenous forces, vectors of rationality engendered from within and near, in the framework of banal and contiguous space, creating aggregation and convergence, but, not free of conflicts, disputes and cooptation. Our main objective was to understand the territory of Santa Maria, taken as process and product of the dialectical coexistence of these forces, projected spatially throughout its history. More specifically, we proposed to evidence the verticalities and horizontalities engendered in the main uses of the territory and, through them, interpret their present, mainly in the corporative use of its commercial function. To this end, we constructed a system of concepts that make it possible for us to delineate a conceptual frame which was able to guide us from the geographical space (an abstract totality) to the territory of Santa Maria (a concrete singularity). The reconstitution of its historical process authorized us to associate the sociospace formation of the territory to three cognomens attributed to Santa Maria by its social imaginary: military town, railway town and university town. These functions, by being accumulated in the territory, created the conditions for the emergence and consolidation of its commercial function, giving it the new cognomen *the regional capital*. The valorization of such uses has also allowed us to use it as criterion of periodization and the identification of four different geographical situations. The verticalities and horizontalities engendered on each of them were evidenced, specially, in the spatial practices, in job offer and in the finances of the territory. Empirically, we demonstrated that, in the current geographical situation, the command of all these fields come from outside forces of the territory, among which we highlight the military, railway, university and commercial uses. In 2010, for example, the total of the budgets of BASM, from the Army and the UFSM, was equivalent to 31% of PIB in Santa Maria. The total number of public and private income transfers is another indicator of singularity that has, historically, marked its development and that has accentuated in the current geographical situation: almost 50% of the income of the residents in Santa Maria is constituted by the sum of such transfers. Although these singularities, by themselves, represent a positive factor, they, contradictorily, hide a high degree of dependence on external sources of employment and income, which exposes the territory to the uncertainties that such privilege will have continuity in the future.

Keywords: Santa Maria-RS, territory, sociospace formation, development, verticalities and horizontalities.

LISTA DE FIGURAS

1 – Localização geográfica do município de Santa Maria-RS	15
2 – Esquema lógico do sistema de conceitos	67
3 – Vai-e-vem de fronteiras	73
4 – Localização de Santa Maria no mapa geomorfológico do Rio Grande do Sul	75
5 – Localização de Santa Maria no mapa de biomas do Rio Grande do Sul	75
6 – Evolução urbana de Santa Maria: 1801-2012	84
7 – Caminhos percorridos pelo gado	95
8 – Localização dos espaços militares na malha urbana de Santa Maria: 2012	103
9 – Reprodução do traçado do projeto original dos caminhos de ferro do Rio Grande do Sul	116
10 – Densidade da malha ferroviária do Rio Grande do Sul e sua integração à malha nacional: 1930	117
11 – Localização dos espaços ferroviários na malha urbana de Santa Maria: 2012	124
12 – Distribuição da malha ferroviária da ALL, no Brasil e Argentina: 2011	130
13 – Localização dos espaços da UFSM na malha urbana de Santa Maria: 2012	159
14 – Mapa da área geoducacional da UFSM: 1973	173
15 – Região de influência de Santa Maria: 2007	184
16 – Processo de internacionalização e concentração supermercadista em Santa Maria: 1955 a 2012	219
17 – Topologia das redes supermercadistas exógenas e dos <i>shopping centers</i> de Santa Maria: 2012	219
18 – Localização dos espaços militares, ferroviários e universitários na malha urbana de Santa Maria: 2012	267

LISTA DE QUADROS

1 – Sistema de conceitos para análise do território de Santa Maria	66
2 – Hierarquia dos centros urbanos do Brasil: 2007	182
3 – Hierarquia dos centros urbanos da região de influência de Santa Maria: 2007.....	185
4 – Níveis de centralidade de atividades terciárias de Santa Maria: 2007	186
5 – Principais empresas locais do varejo não-alimentício de Santa Maria: década de 1970.....	208
6 – Principais redes exógenas presentes no varejo não-alimentício de Santa Maria: 2011.....	211

LISTA DE TABELAS

1 – Indicadores socioeconômicos de Santa Maria	16
2 – <i>Assalariados externos</i> militares em Santa Maria: 2006 e 2010	104
3 – Orçamentos militares, da Prefeitura e PIB Municipal de Santa Maria: 2006 e 2010...	105
4 – Assalariados ativos da UFSM, da Prefeitura Municipal e Pessoal Ocupado de Santa Maria: 2010	161
5 – Orçamentos da UFSM, da Prefeitura e PIB Municipal de Santa Maria: 2006 a 2010..	162
6 – Oferta de cursos presenciais de ensino superior em Santa Maria: 2011	177
7 – Composição setorial do PIB de Santa Maria: 1939 a 2008	196
8 – Distribuição do pessoal ocupado por setor econômico de Santa Maria: 1970, 1980 e 2010	238
9 – <i>Assalariados externos</i> do varejo de Santa Maria, por ramo e origem das empresas: 2010	240
10 – Faturamento do varejo de Santa Maria, por ramo e origem das empresas: 2010	246
11 – Assalariados ativos externos de Santa Maria: 2010	262
12 – Participação dos orçamentos da UFSM, BASM e subunidades do Exército no PIB de Santa Maria: 2006 e 2010	266

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
AGAS	Associação Gaúcha de Supermercados
ALL	América Latina Logística
ASPES	Associação Santamariense Pró-Ensino Superior
<i>Auxiliaire</i>	<i>Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil</i>
BASM	Base Aérea de Santa Maria
CACISM	Câmara de Comércio, Indústria e de Serviços de Santa Maria
COOBB	Cooperativa Regional de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil
COOPERLAR	Cooperativa Popular de Consumo de Santa Maria
COOPFER	Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DE	Divisão do Exército
DGE	Distrito Geoeducacional
8ª DRE	8ª Delegacia da Receita Estadual de Santa Maria
EAD	Educação a Distância
EDI	<i>Electronic Data Interchange</i>
EUA	Estados Unidos da América
FADISMA	Faculdade de Direito de Santa Maria
FAMES	Faculdade Metodista de Santa Maria
FAPAS	Faculdade Palotina de Santa Maria
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FFSM	Faculdade de Farmácia de Santa Maria
FIE	Faculdade Interamericana de Educação
FISM	Faculdade Integrada de Santa Maria
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Fundo de Participação Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
KMW	Krauss-Maffei Wegmann
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MF	Ministério da Fazenda
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ORSE	<i>Observatoire sur la Responsabilité Societale des Entreprises</i>
PEIES	Programa de Ingresso ao Ensino Superior
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

PUC	Pontifícia Universidade Católica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RBS	Rede Brasil Sul
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RS	Rio Grande do Sul
Santa Maria	Santa Maria da Boca do Monte
SC	Santa Catarina
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINECSM	Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Maria
SP	São Paulo
<i>Sud-Ouest</i>	<i>Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens</i>
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIFRA	Centro Universitário Franciscano
UNIMACO	Rede de Materiais de Construção
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UPA	Universidade de Porto Alegre
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo
USM	Universidade de Santa Maria
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PARA COMPREENDER O TERRITÓRIO DE SANTA MARIA: CONSTRUINDO OS ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONCEITOS.....	22
2.1 Elementos básicos do sistema de conceitos	22
2.2 Sistema de conceitos, método de abordagem e de análise	63
3 GÊNESE E FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA ...	68
3.1 Gênese do território de Santa Maria	68
3.1.1 Contextualizando o processo inicial de formação do território de Santa Maria	69
3.1.2 Caracterizando o meio natural da região	74
3.1.3 Reduções jesuíticas: a origem missioneira de Santa Maria	77
3.2 Formação político-administrativa de Santa Maria	78
3.2.1 O acampamento: a origem urbana de Santa Maria	78
3.2.2 De acampamento a município	80
3.2.3 Formação étnico-cultural	82
3.2.4 Formação urbana	83
4 USOS DO TERRITÓRIO DE SANTA MARIA: UMA NOVA PERIODIZAÇÃO	86
5 USO MILITAR DO TERRITÓRIO	94
5.1 Trilhas de índios, caminhos de tropeiros e de militares	94
5.2 A militarização do território: Santa Maria cidade militar	97
5.3 Verticalidades e horizontalidades do uso militar do território	99
5.3.1 Verticalidades militares	99
5.3.2 Horizontalidades militares	105
6 USO FERROVIÁRIO DO TERRITÓRIO	111
6.1 A emergência da ferrovia no Brasil e no Rio Grande do Sul	111
6.2 Santa Maria: cidade ferroviária	118
6.3 Verticalidades e horizontalidades ferroviárias	121
6.3.1 Verticalidades ferroviárias	122
6.3.2 Horizontalidades ferroviárias	131
7 USO UNIVERSITÁRIO DO TERRITÓRIO	142
7.1 A emergência da universidade no Brasil e no Rio Grande do Sul	142
7.2 Santa Maria: cidade universitária	145
7.2.1 As faculdades isoladas	147
7.2.2 A Universidade Federal de Santa Maria	148
7.3 Verticalidades e horizontalidades universitárias	151
7.3.1 Verticalidades universitárias	151
7.3.2 Horizontalidades universitárias	164
8 O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO.....	178
8.1 Santa Maria <i>capital regional</i>	181
8.2 Novos contextos, novas dinâmicas	186
8.3 A função comercial: do território como abrigo, ao território como recurso	194
8.3.1 As modernizações do varejo não-alimentício: do <i>bolicho</i> ao <i>shopping</i>	202

8.3.2 As modernizações supermercadistas: do <i>bolicho</i> ao hipermercado	212
8.3.3 Os espaços das verticalidades e das horizontalidades comerciais	220
8.3.3.1 Espaços das verticalidades comerciais	221
8.3.3.2 Redes de cooperação: os espaços das horizontalidades	248
8.4 Comando exógeno do território	260
8.4.1 Comando da oferta de emprego	261
8.4.2 Comando das finanças do território	262
8.4.3 Comando da gestão espacial do território	266
9 CONCLUSÃO	268
REFERÊNCIAS	277
ANEXO A	295
ANEXO B	297
ANEXO C	298
ANEXO D	299

1 INTRODUÇÃO

A tese que nos propomos defender se inscreve na temática geral do desenvolvimento, abordado a partir da formação socioespacial, categoria teórico-analítica formulada por Santos (1982a).

Justificamos nossa opção epistemológica, por entendermos que a noção contemporânea de desenvolvimento, ao invés de ficar restrita à sua dimensão econômica, deve contemplar a expressão da totalidade das manifestações de uma dada sociedade. De fato, a noção de desenvolvimento econômico mais se mostra a uma visão reducionista (limitada, insuficiente) e inadequada, quando se propõe, por si só, explicar a complexidade das dinâmicas da sociedade capitalista, em especial daquelas periféricas (DEGRANDI; SILVEIRA, 2011). Em contraposição, a categoria formação socioespacial incorpora a dimensão espacial à formação econômica e social como elementos indissociáveis da totalidade concreta representada por uma sociedade historicamente determinada.

Ademais, a categoria formação socioespacial dá sustentação teórica ao conceito de espaço geográfico enquanto sinônimo de território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2006), o que nos possibilita compreender o território, a partir de seus diferentes usos, por diferentes agentes, nos diferentes momentos de sua história. É através do conceito de território usado que a formação socioespacial tem sua maior potencialidade analítica, razão que nos autorizou abordar o desenvolvimento de Santa Maria a partir dos usos do seu território.

Nossa investigação teve, como ponto de partida, questões de natureza teórica e empírica, tais como: como é que se dá a formação de um território e sua inserção no processo contemporâneo da globalização, no contexto do capitalismo periférico? Elas são endógenas, exógenas ou uma combinação de ambas, diferenciada no tempo e no espaço? Qual é o papel do território? Ele está condenado à submissão passiva e subserviente à ordem globalizante, imposta de fora para dentro, ou ele pode promover, ativamente, seu próprio desenvolvimento? A formação do território é um processo de modernização, ou seja, um esforço para alcançar o padrão dos chamados países desenvolvidos, ou cada território tem sua própria lógica e dinâmica, em outras palavras, sua própria formação socioespacial? Quem são os agentes que promovem as modernidades, no contexto do capitalismo periférico? Tais modernidades advêm, espontânea e exclusivamente, do interior e do cotidiano de cada território, ou, simplesmente, são impostas ou mesmo negadas por agentes externos? Mais especificamente, como entender o desenvolvimento de Santa Maria, em seu momento contemporâneo? Estas questões instigaram nossa reflexão sobre desenvolvimento e território, o que nos possibilitou

recolocá-las à luz de categorias analíticas mais abrangentes, na tentativa de buscar novas compreensões de sua formação socioespacial.

Partimos, assim, do conceito de lugar dado por Santos (1999a, p. 273): “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Contudo, a complexidade, a dinâmica e os resultados de tal convivência dialética, no contexto da globalização contemporânea, não podem ser apreendidos e analisados pelos métodos tradicionais. Ao contrário, requerem recursos teórico-metodológicos novos. Foi assim que, analisando o tensionamento entre uma ordem global e outra local, Santos (1999a) elaborou dois conceitos analíticos, como novos recortes metodológicos da apreensão da totalidade que é o território usado: os conceitos de verticalidades e de horizontalidades.

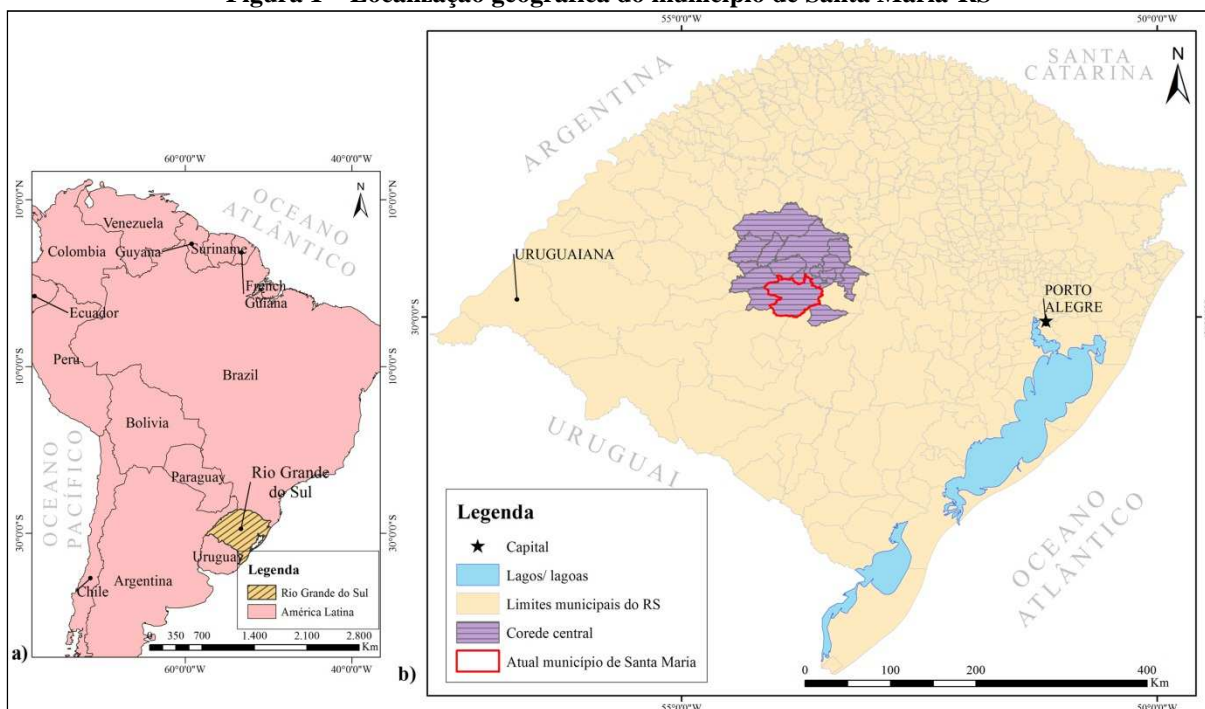
Na ordem global, as verticalidades são a expressão das forças exógenas. Estas são vetores de racionalidades vindas de fora, de cima e de longe, e que, contemporaneamente, através das redes técnicas e organizacionais, incidem e/ou se instalam no território e acabam sendo geradores de desagregação, divergência e desordem, mas, também, de novas possibilidades e dinâmicas. Como contraponto a essas verticalidades, na ordem local, as horizontalidades são a expressão das forças endógenas. Estas são vetores de racionalidades engendradas de dentro e de perto, no âmbito do espaço banal e contíguo, criadores de agregação e convergência, mas, também, de conflitos, disputas e cooptações.

Foi esse par teórico-analítico que constituiu o objeto da nossa pesquisa. O que nos propusemos investigar, não foi o território, os seus usos e nem sua formação socioespacial, em si mesmos, mas as verticalidades e horizontalidades que marcaram (e marcam) seus usos, em seu processo histórico de formação, no contexto do modo de produção capitalista periférico. Foi com base neste recurso teórico-analítico que nos dispusemos a refletir e analisar o caso de Santa Maria-RS.

O município de Santa Maria da Boca do Monte (Santa Maria) está localizado no centro geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, a 286 km de distância de Porto Alegre e a 365 km de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina (Figura 1).

Em 2010, Santa Maria tinha uma população total de 261.031 habitantes, 95,14% dos quais eram urbanos (IBGE, 2012c). Na rede urbana estadual, a cidade de Santa Maria é considerada como de porte médio, tendo a 5ª maior população do Estado e a maior da Região Centro-Oeste, a qual, em sua maior parte, constitui sua área de influência. A economia do município é fortemente terciária, baseada, principalmente, no comércio, no ensino universitário, nos serviços de saúde e serviços governamentais civis e militares. Integra a

Figura 1 – Localização geográfica do município de Santa Maria-RS



Fonte: Adaptado de (a) Center for Disease Control and Prevention, 2012, e (b) de IBGE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análissa do Prado.

região do COREDE¹ Central, do qual é sede, composta por 19 municípios que somam uma população total de 391.633 habitantes, dos quais 63,41% residem na cidade de Santa Maria (FEE, 2011a). A Tabela 1 resume os principais indicadores socioeconômicos de Santa Maria.

O território de Santa Maria, nossa unidade espacial de análise, não se confunde, tão somente, com o espaço delimitado pelas divisas administrativas, correspondente aos km² de sua área municipal. Mais que isso, o entendemos como o território usado pelos agentes sociais nele instalados, cujas ações se projetaram (e se projetam) tanto no seu interior, quanto, a partir dele, para fora de seus limites oficiais. O conceito de território, nesse caso, se aproxima do de região, notadamente o de região de influência de Santa Maria (IBGE, 2008). Na escala regional, esta é a sua abrangência espacial. Contudo, por força da instrumentalidade dos conceitos de verticalidades e horizontalidades que nos propusemos utilizar, o território de Santa Maria é abordado, também, enquanto município e, principalmente, enquanto cidade. Segundo Santos (1999a), é nas cidades que, de modo geral, se dá o ponto de interseção entre verticalidades e horizontalidades.

¹ Conselho Regional de Desenvolvimento do governo do Rio Grande do Sul.

Tabela 1 - Indicadores socioeconômicos de Santa Maria.			
Indicador	Ano	Unidade	Valor
1 População total	2010	Hab.	261.031
Urbana	2010	Hab.	248.347
Rural	2010	Hab.	12.684
2 PIBpm	2009	R\$ mil	3.457.585
PIB per capita	2009	R\$	12.855
3 Exportações totais	2010	US\$	24.096.318
4 Taxa de analfabetismo (15 ou mais anos)	2010	%	3,17
5 Expectativa de vida ao nascer	2000	Anos	74,01
6 Coeficiente de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos	2000	Hab.	13,06
	2010	Hab.	11,21
7 IDH-M ¹	1991	Índice	0,792
	2000	Índice	0,845
8 IDESE ²	1991	Índice	0,740
	2009	Índice	0,803

Fonte: IBGE, 2010; FEE, 2011a; FEE, 2011b; IPEADATA, 2012.

(1) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD-ONU). Médias em 1991: 0,742 (Brasil) e 0,753 (RS); médias em 2000: 0,766 (Brasil) e 0,814 (RS).

(2) Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (FEE). Médias no RS: 0,688 (1991) e 0,776 (2009).

Organização: José Odim Degrandi.

Foi frente a tal objeto de pesquisa (verticalidades e horizontalidades) e em relação a tal unidade espacial de análise (Santa Maria) que construímos nossa problemática de investigação. Em sua dimensão temporal, o foco de nossa pesquisa privilegia o momento presente do território, ou seja, a fase contemporânea da globalização, que corresponde ao meio técnico-científico-informacional, na expressão de Santos (1999a). Contudo, como o tempo presente não passa de uma acumulação de tempos passados (SANTOS, 1999a), o horizonte temporal da pesquisa contempla os principais eventos que marcaram a história da formação de Santa Maria, mais precisamente, desde sua fundação (em 1797) até a atualidade.

Nossa pretensão de utilizar a proposta teórico-metodológica de Milton Santos na análise do território de Santa Maria implicou em um desafio de duas dimensões: uma teórica e outra empírica. A dimensão teórica envolveu questões que têm a ver com a compreensão da abordagem teórico-analítica desenvolvida por Milton Santos e, em especial, a compreensão da formação socioespacial de um território específico, associada às relações nele engendradas por forças globais e locais, apreendidas pelo viés dos conceitos de verticalidades e horizontalidades. Que pressupostos teórico-metodológicos utilizar para estruturar um sistema conceitual que sustente tais recursos de análise? Como utilizá-los em outros períodos que não o da globalização contemporânea, contexto em que esses conceitos foram originalmente concebidos?

A dimensão empírica implicou no desafio de exercitar o método em um caso concreto, ou seja, no território de Santa Maria. Seja como cidade, como município ou como região, Santa Maria tem sido unidade espacial de análise de inúmeros estudos, muitos deles com importantes contribuições para a nossa pesquisa. Contudo, desconhecemos trabalhos que a tenham abordado a partir da perspectiva analítica e metodológica das verticalidades e horizontalidades.

A constatação de tal lacuna de conhecimento nos instigou a realizar ensaio exploratório sobre o tema, como estudo preliminar ao projeto da presente tese, o qual possibilitou uma primeira aproximação do objeto de análise (verticalidades e horizontalidades) com sua unidade espacial de pesquisa (DEGRANDI; SILVEIRA, 2010). Pelo referido estudo, reafirmamos a associação da formação socioespacial de Santa Maria a três dos principais cognomes² que são elementos centrais do imaginário social do território: cidade militar, cidade ferroviária e cidade universitária. Foram estas funções que, embora em diferentes tempos, se acumularam no território, criando condições para a emergência e consolidação da função que o caracteriza, atualmente, e que foi denominada pelo IBGE (2008) de *capital regional*. Um dos principais elementos constituintes desta nova função é o comércio, razão pela qual Santa Maria é, também, reconhecida como centro regional de comércio. Foram, portanto, estas quatro funções (militar, ferroviária, universitária e comercial) que tomamos como os seus principais usos, a partir dos quais nos propusemos evidenciar as verticalidades e horizontalidades engendradas no seu território.

Assim, seja como lugar ou como região (região de influência), Santa Maria constitui um território caracterizado por usos que lhe conferem, no presente, *status* hierárquico regional e, em alguns aspectos, nacional e até global. Frente a tal constatação, algumas perguntas se impuseram: como tal situação concreta, que diz respeito ao seu presente, pode ser interpretada como resultado das dinâmicas de organização e dos usos do território, forjados nos diferentes momentos de seu passado? Se as verticalidades (expressão da razão global) e as horizontalidades (expressão da razão local) se imbricaram (e cada vez mais se imbricam) e, também, se concretizaram (e permanecem se concretizando) no território de Santa Maria, engendrando a sua formação socioespacial, como as dinâmicas e resultados de tais relações se materializaram, historicamente? Quais seriam as verticalidades e horizontalidades que mais têm marcado os diferentes períodos de sua história? Qual a forma e conteúdo que tais racionalidades assumiram no seu território? Por fim, como sua situação atual pode ser

² Outros cognomes: cidade *coração do Rio Grande* e cidade *cultura*.

explicada pelas relações verticais e horizontais que, historicamente, incidiram e se instalaram no seu território? Em outras palavras, no período da globalização contemporânea, quais as verticalidades e horizontalidades que se concretizam no uso da função comercial do território?

Foi frente a esta problemática que nos propusemos a compreender o território de Santa Maria, tomado como processo e produto da convivência dialética de forças exógenas (como principais vetores de verticalidades) e endógenas (como principais vetores de horizontalidades), projetadas espacialmente ao longo de sua história, mas, principalmente, no seu presente. Para alcançar este objetivo geral, estabelecemos três objetivos específicos:

a) Um primeiro teve seu foco na metodologia de análise e visou à elaboração de um sistema de conceitos que servisse de orientação e, ao mesmo tempo, constituísse o método de análise do território de Santa Maria, a partir dos seus usos;

b) Um segundo foi direcionado aos instrumentos de análise e propôs-se a evidenciar as principais verticalidades e horizontalidades presentes nos principais usos do território de Santa Maria;

c) Um terceiro e principal objetivo, de natureza explicativa, foi o de compreender o presente do território de Santa Maria, a partir das verticalidades e horizontalidades engendradas na atualidade, principalmente, no uso corporativo da sua função comercial.

Quatro razões principais justificaram a realização da pesquisa: o tema, o método, a unidade espacial e o campo de análise.

Em primeiro lugar, o tema está literalmente ligado à proposta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPDR) da UNISC, que tem o território como um dos objetos centrais de investigação. Neste particular, buscamos contribuir também para o debate acadêmico sobre diferentes concepções de desenvolvimento, em especial da compreensão de sua complexidade socioespacial e da sua relação com o território, em tempos de globalização.

Em segundo lugar, quanto ao método de análise, os conceitos de verticalidades e horizontalidades, como recortes metodológicos e analíticos do território, constituem recursos que possibilitam uma leitura interdisciplinar e não convencional do território, tomado como um processo e um produto da articulação dialética de forças sociais exógenas e endógenas, nele projetadas. Tal método é, relativamente, ainda pouco experimentado empiricamente. Nosso levantamento de trabalhos acadêmicos que utilizaram tais conceitos analíticos aponta apenas 6 teses (3 na USP, 2 na UFSC e 1 na UFRGS) e 3 dissertações (2 na USP e 1 na

UNESP)³. Embora possa haver outros, frente à envergadura da obra de Santos e do potencial analítico de sua proposta (par teórico-metodológico: verticalidades e horizontalidades), tal produção acadêmica pode ser considerada quantitativamente pequena, embora suficiente para referendar a validade do método e justificar uma nova experiência. A definição de um sistema de conceitos que possibilite a construção e aplicação do referido método de análise em um caso concreto pode, também, oferecer uma nova contribuição acadêmica.

Em terceiro lugar, destacamos três motivos principais que justificaram a escolha do território de Santa Maria, como unidade espacial de análise: o primeiro, pelo seu ineditismo, pois, ao que sabemos, os instrumentos analíticos (verticalidades e horizontalidades) ainda não foram utilizados em estudos sobre Santa Maria; o segundo, por tratar-se de caso típico, pois é notório que Santa Maria se constituiu num território marcado por eventos de densas verticalidades, a ponto de ser lembrada, no imaginário popular, por cognomes diretamente associados a elas, embora também plenos de horizontalidades, ou seja: cidade militar, cidade ferroviária, cidade universitária e centro comercial. Assim, seja como lugar, seja como região, Santa Maria apresenta um conjunto de características, especificidades e contingências, no processo de sua formação socioespacial, que lhe confere singularidade (enquanto lugar) e particularidade (enquanto região), no contexto regional, nacional e global. Por fim, acrescentamos uma justificativa de ordem motivacional e profissional, pelo fato do autor ser santa-mariense e docente vinculado à UFSM, sendo a presente pesquisa, neste sentido, uma contribuição à sua terra natal e à instituição que serve.

Em quarto lugar, é a função comercial que, no presente, caracteriza o território de Santa Maria e a que, mais claramente, se oferece como fértil campo para a aplicação do método de análise que nos propusemos utilizar. Até a década de 1980, era o capital local que comandava o seu comércio. Agora, são as grandes empresas de fora que, através de suas redes, assumem o seu comando e, por extensão, também, de parte significativa da oferta de emprego e do comando das finanças relativas à função comercial, impactando as relações de vida do cotidiano e a própria gestão do território.

A pesquisa que realizamos foi do tipo teórico-empírica (CASTRO, 1977), na medida em que partimos de uma formulação teórica (espaço geográfico como território usado) do entendimento da funcionalidade do mundo para, depois, confrontá-la com a realidade, através de observação empírica (verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa

³ SILVEIRA, María Laura (1999a); CASTILLO, Ricardo Abid (1999); CONTEL, Fábio Betioli (2001 e 2006); PEREIRA, Mirlei F. V. (2005b); SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (2007c); CANDIOTTO, Luciano Z. P. (2007); PEREIRA, Evelyn A. A. (2007); MUNGÓI, Cláudio Artur (2008).

Maria). Neste sentido, o método de raciocínio utilizado foi mais dedutivo que indutivo, pois partiu do geral (totalidade), do teoricamente conhecido, para chegar ao particular e ainda desconhecido (GALIANO, 1979). Por outro lado, trata-se de pesquisa com proposta mais explicativa que descritiva (CASTRO, 1977), pois, mais que analisar cada um dos eventos (variáveis) por si mesmos, buscou estabelecer as relações verticais e horizontais engendradas pelos agentes sociais que os promoveram. A descrição e a explicação, como preceitua Santos (1999a, p.16), devem ser tomadas como métodos inseparáveis (não opostos), devendo estar, no alicerce do primeiro, “a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema” que lhe garanta coerência teórica e pertinência empírica. Esta perspectiva atende, também, a proposta de Silveira (1999a), segundo a qual o enfoque deve ser, ao mesmo tempo, constitucional e relacional: no constitucional, devemos considerar e analisar as partes (objetos, ações, eventos, normas, etc.) que constituem a totalidade (espaço geográfico, território); no relacional, devemos valorizar e analisar suas inter-relações, na constituição e no funcionamento da totalidade considerada.

Com este entendimento, estruturamos nossa tese em torno de três conjuntos temáticos, a saber: a fundamentação teórica, a contextualização histórica da formação do território de Santa Maria e os usos do seu território. Ao primeiro, dedicamos o capítulo 2; ao segundo, o capítulo 3; ao terceiro, campo da nossa pesquisa empírica, dedicamos cinco capítulos (4 a 8). Um último capítulo (9) apresenta a conclusão de nossa pesquisa.

Como referimos acima, o primeiro desafio da pesquisa foi de natureza teórica, ou seja, envolveu a compreensão da abordagem teórico-analítica de Milton Santos, a começar pelas categorias totalidade e formação socioespacial. O resultado deste esforço inicial está apresentado no capítulo 2, intitulado *Para compreender o território de Santa Maria: construindo os elementos do sistema de conceitos*. O seu título expressa a estratégia do nosso caminho investigativo que, partindo do reconhecimento de categorias teóricas que expressam totalidades geográficas, nos possibilitou alcançar a identificação dos elementos básicos do sistema de conceitos da pesquisa.

A partir da compreensão de tais categorias e conceitos, nos empenhamos em assimilar e alinhar os seus nexos, de modo a compor uma trama conceitual que nos possibilitasse, das categorias mais abrangentes e abstratas, alcançar os conceitos mais específicos e instrumentais. Este exercício teórico-metodológico resultou no sistema de conceitos de nossa pesquisa e no seu método de abordagem e de análise. Buscamos, assim, alcançar o primeiro objetivo específico da pesquisa, ou seja, a elaboração de um sistema de conceitos.

Com o sistema de conceitos delineado, tornou-se menos difícil o desafio de abordar o território de Santa Maria e partir para o campo empírico da pesquisa, a fim de identificar e evidenciar as principais verticalidades e horizontalidades em seus principais usos, que foi o segundo objetivo específico da pesquisa. Para tanto, foi necessário, antes, elaborar, ainda que sucintamente, a reconstituição do seu processo histórico, para o que nos valem da produção historiográfica disponível sobre o Rio Grande do Sul e Santa Maria. De natureza histórico-descritiva, apresentamos, no capítulo 3, a gênese do território e sua formação político-administrativa.

Realizada a contextualização histórica de Santa Maria, partimos para o campo empírico da pesquisa que trata dos usos do seu território, que iniciamos no capítulo 4, intitulado de *Usos do território de Santa Maria: uma nova periodização*. Como principais usos, escolhemos aqueles que, por sua força e dinâmica, o imaginário social do território consagrou como cognomes da cidade, ou seja, os usos militar, ferroviário e universitário. Para responder ao terceiro e último objetivo específico da pesquisa, que foi o de compreender o presente do território de Santa Maria, privilegamos a função comercial, que foi um dos principais elementos que autorizaram o IBGE (2008) a denominar a cidade de *capital regional*.

A valorização de tais cognomes como genuínas situações geográficas nos autorizou sua utilização, também, como critério para a definição da periodização da história de Santa Maria, para as finalidades de nossa tese. Estabelecemos, assim, quatro períodos, um para cada situação geográfica, e a cada um deles dedicamos um capítulo. Com este recurso de método (periodização), revisitamos a história de Santa Maria, contextualizando cada um dos períodos e respectivas situações geográficas, identificando e analisando as verticalidades e horizontalidades presentes nos respectivos usos do território. Desta forma, a compreensão do território de Santa Maria, a partir das verticalidades e horizontalidades engendradas nos seus usos, inicia pelo uso militar, passa pelos usos ferroviário e universitário e se completa no uso comercial, que preferimos denominá-lo de uso corporativo do território.

Embora nosso principal interesse seja o de evidenciar as verticalidades e horizontalidades neste último uso, a compreensão da formação socioespacial atual do território só é possível se considerarmos os demais. Contudo, foi no uso corporativo do território, característica de sua atual situação geográfica, que melhor evidenciamos a singularidade que marcou (e marca) o desenvolvimento de Santa Maria e que se acentuou no período contemporâneo: o alto grau de dependência ao comando de fontes externas de geração de emprego e renda e de gestão espacial do território.

2 PARA COMPREENDER O TERRITÓRIO DE SANTA MARIA: CONSTRUINDO OS ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONCEITOS

Nossa opção epistemológica, como referimos, implicou no desafio inicial de compreender o referencial e a elaboração teórica de Milton Santos, cuja complexidade sempre é maior para pesquisadores de outras áreas de formação, como é o nosso caso. Para tanto, obrigamo-nos a uma extensa e abrangente reflexão crítica da sua teoria, para o que nos aproveitamos, também, da produção de outros autores, principalmente daqueles já referenciados que utilizaram os conceitos de verticalidades e horizontalidades como instrumentos de análise territorial.

Estruturamos o presente capítulo em dois tópicos: o primeiro apresenta nossa reflexão sobre os elementos básicos que selecionamos para a constituição do sistema de conceitos de que trata o segundo tópico.

2.1 Elementos básicos do sistema de conceitos

Partimos da *totalidade*, categoria mais ampla e mais paradigmática abraçada por Milton Santos, que orientou sua visão dialética da constituição e do funcionamento do mundo. Foi com base nela que Milton Santos formulou a sua categoria formação socioespacial. A compreensão destas duas categorias nos auxiliou no exame e seleção de outras categorias e conceitos pertinentes à temática da pesquisa, desde as mais abstratas (espaço geográfico como território usado) às mais instrumentais (verticalidades e horizontalidades), que constituem o próprio objeto da pesquisa.

Formamos, assim, um conjunto de elementos fundamentais para a composição do sistema de conceitos da pesquisa, a saber: espaço geográfico como território usado, sistemas técnicos, sistemas de objetos, sistemas de ações, sistemas de eventos, sistemas de normas, escalas geográficas, periodização, meio geográfico, situação geográfica e redes. Como fechamento da exposição teórico-conceitual, dedicamos particular atenção aos conceitos de verticalidades e horizontalidades, como recursos instrumentais de análise da dinâmica da formação socioespacial do território. Além destes, outros conceitos (circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, circuitos superior e inferior da economia urbana, *assalariados externos*, dentre outros) foram acrescentados como reforços complementares e instrumentais à abordagem do uso corporativo do território.

a) Totalidade: a escolha de Santos como principal referência teórica exige que, mesmo que seja de forma sumária, se dê precedência e relevância à noção de totalidade como categoria analítica maior, na qual se pauta e da qual derivam toda a epistemologia e metodologia miltonianas. A totalidade, mais que uma noção, é um paradigma que pauta sua interpretação do funcionamento do mundo. Santos assinala que

[...] todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes (SANTOS, 1999a, p. 93).

Lembrando Sartre, Santos afirma que “não há totalidades estáticas [nem acabadas, nem completas], mas apenas totalidades em movimento”; “[...]a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo [‘totalidade velha’] para voltar a se fazer [‘totalidade nova’]. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo”. No entanto, não há como avançar no conhecimento do todo, sem dividi-lo em suas partes. “O conhecimento pressupõe análise [e] a análise pressupõe a divisão”, esta por ele denominada de “cisão da totalidade” (SANTOS, 1999a, p. 94 e 95).

Entretanto, para compreender a estrutura e o funcionamento da categoria paradigmática de totalidade, torna-se necessário atentar para um outro termo que Santos utiliza como conceito auxiliar. Trata-se da noção de sistema⁴, como forma pela qual os fenômenos socioespaciais se constituem e se inter-relacionam. Segundo Gonçalves (2002, p. 177), “para Santos, a ideia de sistema é um imperativo ético de todo o intelectual”, e lembra a advertência do mestre: “é preciso [...] buscar visões sistêmicas para o que aconteceu ou acontece” (SANTOS, 1998, p. 26), o que “nos remete à categoria de totalidade”, acrescenta Gonçalves. Neste sentido, o conceito de sistema não está em oposição ao de dialética, ao contrário, ambos estão presentes na constituição e no funcionamento do espaço geográfico (SANTOS, 1999a; 2000b). Da mesma forma, o sentido dado a sistema não o confunde com a “noção tradicional” que considera os “sistemas dinâmicos como um encadeamento determinista de causa e efeito”, como observa Dias (1995, p. 148). Tal abordagem conduz a análises simplificadoras, dicotômicas e reducionistas, que tomam os fenômenos como se eles fossem “autocontidos” e não “como o que eles realmente são, isto é, um sistema”, afirma Santos (1999a, p. 91). Ao contrário, o conceito de sistema implica sempre na necessidade de compreender uma dada realidade em seu contexto histórico, como um conjunto (sistema) de partes (subsistemas) em mútuas relações de interdependências e complementaridades,

⁴ Em sua obra *Espaço e método*, Santos (1992) fundamenta a noção dialética de sistema, ao tomar o espaço como um sistema de sistemas ou como um sistema de estruturas.

cooperação e solidariedade, mas, também, de tensões, contradições e conflitos. Dir-se-ia que a associação do conceito de sistema com o paradigma de totalidade empresta, ao primeiro, o conteúdo dialético das relações socioespaciais, que é característica do segundo. É por isso que ele propõe a análise constitucional (como o todo se constitui de partes) e relacional (como cada uma das partes se relaciona com as demais, junto com as quais constrói o todo que justifica sua existência como parte). A noção de sistema, portanto, remete, obrigatoriamente, para complexidade, processo, conjunto, contexto, contingência, dialética e totalidade.

b) Formação socioespacial: valendo-se das contribuições de Lefebvre (1974), em especial quanto à concepção de espaço social, Milton Santos, ao formular a categoria formação socioespacial, incorporou a noção de espaço geográfico ao conceito marxiano de formação econômica e social. Segundo Corrêa (1995a, p. 26), seu mérito reside no fato de “explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz, e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade”. Para Santos (1982a), modo de produção, sociedade e espaço não são categorias independentes, dissociadas, mas, ao contrário, são partes inseparáveis da totalidade que constitui o mundo, uma região, um lugar. A formação socioespacial, mais que um conceito, é uma categoria teórico-analítica para entender tais dimensões, em suas complexas totalidades, e para integrá-las numa nova totalidade.

Assim, na perspectiva epistemológica totalizadora de Milton Santos, o econômico, o social e o espacial são instâncias de uma mesma realidade, mas instâncias que se interpenetram, cada uma contendo e ao mesmo tempo sendo contida pelas demais. Não há como entender uma com a exclusão das outras, entender o todo sem uma de suas partes componentes. “A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico”, ou seja, com o social, diz Santos (1985, p. 1, itálicos no original).

Em sua obra *Espaço e sociedade*, Santos (1982b, p. 19) lembra duas passagens⁵ de Marx sobre a teoria da *mais valia*, após o que se pergunta: “Como podemos esquecer por tanto tempo esta inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social?” Sua teoria do espaço tem, em sua base, o pressuposto da indissociabilidade entre sociedade, modo de produção e espaço,

⁵ “Tudo o que é resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção” (MARX, 1971, Cap. VIII, 5, 465) e “Cada pré-condição da produção social é, ao mesmo tempo, seu resultado, e cada um de seus resultados aparece simultaneamente como sua pré-condição” (MARX, 1971, Addenda, 5 XV, 919).

compreendidos como partes de uma mesma totalidade, representada pela formação socioespacial.

c) Espaço geográfico como território usado: como corolário das categorias totalidade e formação socioespacial, o pressuposto teórico-metodológico central da teoria de Milton Santos é a categoria de espaço geográfico, interpretado como sinônimo de território usado e de espaço banal. Território usado é o conceito fundante da nova abordagem epistemológica que Santos deu à Geografia. O termo geográfico, no caso, não restringe o seu significado às suas dimensões físicas (naturais e/ou artificiais), nem exclui outras dimensões espaciais (econômicas, sociais, culturais e ambientais). Ao contrário, como totalidade, o espaço geográfico compreende todas as dimensões e escalas. Como categoria, na expressão de Lombardi (2009, p. 45), busca apreender a realidade “como uma totalidade, expressa na *materialidade* do mundo, em processo permanente de transformação, impulsionada pelas *contradições* que lhe dão forma e conteúdo” (itálico no original).

Para ilustrar sua nova categoria, Santos (2002a) criou a metáfora do *retorno do território* para expressar a volta da compreensão do papel ativo do território no conflito contemporâneo entre o global e o local. Para ele (2002a, p. 15-16), “caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo”, passando pela “subordinação do território” ao Estado-nação, “entronizando a noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo”, à “comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território”. Contudo, Santos (2002a, p. 15) adverte que, “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche”. É, portanto, neste contexto que ele inscreve o novo conceito de território e de lugar, e seu foco de análise passa a ser o processo espacial na sociedade capitalista, em seu atual processo de globalização, movido por duas forças principais, uma global e outra local.

É a partir desta perspectiva epistemológica que Santos interpreta o espaço geográfico: uma totalidade constituída, tanto pelo meio físico (natural), quanto pela sociedade que com ele interage (usa) e nele superimpõe objetos, criando um novo meio (artificial). Meio físico, sociedade e meio artificial não são tomados como partes isoladas e independentes uma das outras, mas, ao contrário, pressupõem a “interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 247). Na expressão de Santos (1999a, p. 35), “... o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo”; as formas são expressas na realidade física (materialidade do mundo, objetos) e o conteúdo que estas formas

incorporam é dado pela ação (por sua imanente intencionalidade) do homem que as concebe, produz e usa. Contel assim expressa o conceito basilar de Santos: o espaço geográfico

tanto engloba a materialidade do mundo quanto as organizações, ações e sistemas de vida que necessitam desta materialidade para se reproduzir. Neste sentido, podemos falar que o espaço geográfico é sempre uma forma, uma extensão, mas que possui conteúdos técnicos, normativos, econômicos, sociais, etc. (CONTEL, 2006, p. 3)

O espaço não é mais concebido como “uma simples tela de fundo, inerte e neutro”, escreve Santos (1982b, p. 16), como se fosse separado da história humana. Para ele, espaço é espaço geográfico e o espaço geográfico não é sinônimo de território, mas de território usado, este entendido como “tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (SANTOS, 2000a, p. 104). O autor segue argumentando: “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. [...] É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 2002a, p. 16 e 15). Tal perspectiva epistemológica incorporou à materialidade (forma) do espaço a ação humana (conteúdo), ou seja, as práticas sociais cotidianas (econômicas, culturais, políticas, etc.), aproximando, neste sentido, o conceito de espaço geográfico com o de

espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importam suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder (SANTOS, 2000a, p. 104).

Contudo, se território usado, enquanto totalidade, é o espaço de todos, o espaço banal, ele também é o espaço diferentemente usado pelos diferentes agentes sociais, dado o desigual poder de comando que têm: para uns o território usado é recurso, para outros é abrigo. Os primeiros, como agentes hegemônicos, tendem a uma adaptação constante do uso que fazem do território, para torná-lo funcional à realização de seus interesses particulares, mediante atividades realizadas nos lugares, mas presididas e comandadas a distância. O resultado é o uso corporativo do território. Os segundos, como agentes hegemônizados, tendem a se adaptar ao meio geográfico em que vivem, recriando as condições que garantam sua sobrevivência e permanência no lugar, mediante atividades engendradas nas relações de solidariedade próxima e contígua (SANTOS, 2000a).

Assumido tal pressuposto, em relação ao território usado, a análise da formação socioespacial de um dado território deve compreender, tanto as suas formas quanto os seus conteúdos, o que implica em valorizar os usos que tal território teve (e tem) ao longo de sua história; ou seja, implica analisar sua constituição e sucessivas transformações,

historicamente. Como definir tais usos? Seguindo a proposta de Santos, a compreensão da dinâmica territorial (a formação socioespacial como território em movimento) requer a análise dos processos que o constituem, dos quais se destacam: “a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos”. A síntese de tais processos expressa o conceito de espaço geográfico como totalidade constituída por “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1999a, p. 19).

d) Sistemas técnicos: em seu sentido original, a técnica se refere a habilidades humanas manuais, um *saber fazer* aprendido, inicialmente na prática, que evoluiu para um saber aprendido através da ciência e da tecnologia. Refere-se, portanto, à concepção e definição de métodos, processos e procedimentos que possibilitam, orientam, direcionam e regulam a ação do homem, tornando possível a criação, a produção, a circulação e o uso de objetos materiais e imateriais. Ao *saber fazer*, resultante do uso de uma dada tecnologia, deu-se o nome genérico de técnica. A ciência se operacionaliza na tecnologia, mas só se transforma em técnica quando é usada pela sociedade, afirma Santos (1999a).

A pergunta que podemos fazer é: o que a técnica tem a ver com espaço, ou melhor, como ela pode ser uma variável explicativa do espaço geográfico, ou, mais diretamente, como, através dela, se pode explicar a formação socioespacial de um dado território? Para Santos (1999a, p. 25), “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica”, que é “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. É pela técnica, portanto, que o homem se apropria do espaço, tornando-o seu território, o usa e o transforma.

Além de seu papel de mediação entre o homem e a natureza, a técnica, enquanto produto social, media, também, as relações entre os homens. A propósito, Contel (2006, p. 4) lembra Marcel Mauss (1947), para quem “as técnicas são sempre sociais, sejam elas técnicas corporais, de consumo, de produção, de transporte etc.”. Por ser, também, um produto social é que a técnica tem papel fundamental no conceito de espaço geográfico como território usado, pois é através dela que o homem se apropria e usa o espaço, mas só pode fazê-lo no contexto de complexas relações engendradas em seu meio social (sociedade). Por isso, a técnica é, também, um instrumento de poder. Diz Santos: as técnicas

[...] antes de tudo, são autorizações para fazer. Elas são “neutras”, na medida em que o resultado depende das intenções dos atores, aos quais as técnicas apenas oferecem possibilidades. Mas na medida em que são de uso exclusivo de atores hegemônicos, tornam-se tão hegemônicas quanto eles. Não há inocência no uso atual das técnicas dominantes (SANTOS, 2000b, p. 31-32).

Uma técnica, para Santos (1999a, p. 140), e também um objeto técnico, para Silveira (1999a, p. 24), nunca aparecem, nunca existem e nem nunca funcionam isoladamente. Eles (técnica e objeto) só aparecem, só existem e só funcionam como partes (subsistemas) de um todo (sistema) que os integra a outras técnicas, a outros objetos técnicos. Criam-se, assim, macrossistemas técnicos que funcionalizam complexos de objetos técnicos (uma estrada de ferro, um aeroporto, uma hidroelétrica, a internet, etc.), bem como microssistemas técnicos presentes em objetos, tais como um rádio, um automóvel, um relógio, etc. (SANTOS, 1999a, p.142). Daí a preferência pela expressão sistemas técnicos, os quais, para Silveira (1999a, p. 25), “podem ser entendidos como famílias de técnicas, graças, de um lado, à exigência de interdependência funcional com que foram pensados e fabricados, e, de outro, à contemporaneidade de sua existência”. Santos afirma que

a vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é. Conjuntos de técnicas aparecem em dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base de vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar. É essa a lógica de sua existência e de sua evolução (SANTOS, 1999a, p. 140-141).

Assim, cada técnica e cada sistema técnico têm dimensão temporal, isto é, são fenômenos datados e historicamente construídos. A técnica, assinala Santos (1999a, p. 40), “é tempo congelado e revela uma história. [...] A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar”. O autor (1999a, p. 141 e 46) conclui dizendo que “as épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas”, apoiado em Marx (1971, I, p. 132), para quem “o que distingue as épocas econômicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho”, ou seja, com que técnicas.

As técnicas, além de marcar o tempo, também marcam os lugares, pois, para Santos (1999a, p. 141), “cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada”. Silveira (1999a, p. 25) complementa: “Os sistemas técnicos são conjuntos de instrumentos de trabalho que, depois de serem resultado, se tornam condição do desenvolvimento social e técnico”.

Outras perguntas precisam ser respondidas: como a técnica se inscreve no modo de produção capitalista? A história do capitalismo não seria, também, a história das técnicas por ele desenvolvidas e funcionalizadas? Como sistema socioeconômico, o capitalismo não teve seu nascimento, expansão e consolidação associados à criação e evolução das técnicas? Não é

a inovação tecnológica que lhe imprime capacidade de perpetuar-se de forma ampliada e expandir-se geograficamente? O conteúdo de tais técnicas não é dado pela lógica de sua reprodução ampliada? Como todas as suas etapas constituintes (produção, circulação, distribuição e consumo) se dão no espaço, elas não pressupõem que este seja sua arena de realização e, por isso, o espaço, também, não é transformado em mercadoria, tanto com valor de uso quanto (e cada vez mais) com valor de troca? Todas estas perguntas têm respostas afirmativas e é Santos quem responde:

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que juntos formam o modo de produção [produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo] são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (SANTOS, 1982a, p. 10).

Em outras palavras, “as modificações do papel das formas-conteúdo [...] são subordinadas e até determinadas pelo modo de produção” (SANTOS, 1982a, p. 16). Na contemporaneidade, é a circulação “que detém o comando das mudanças de valor no espaço” e que define o “próprio padrão geográfico”, acrescenta Santos (1999a, p. 214). Isso, não só pela técnica em si, mas, principalmente, pela intencionalidade de seu uso, dada pela lógica do modo de produção. A própria técnica é transformada em recurso, entendido por Santos (1999a, p. 106) como “toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições)”. A primazia de tal recurso é cada vez mais essencial à reprodução ampliada do capital. Ocorre que tal recurso (assim como quaisquer outros) não se distribui igualmente entre os agentes sociais (pessoas, organizações, Estados), nem entre países, regiões e lugares. Ao contrário, não apenas sua criação, mas também sua propagação e implantação se dão de forma geográfica e socialmente desigual e seletiva (SANTOS, 1999a, p. 35). Os lugares que forem instrumentalizados por tal recurso terão condições vantajosas na competição com os que dele não dispuserem, observa Santos (1999a).

Como o trabalho humano tem cada vez mais densidade técnica, se justifica a centralidade que esta ocupa na proposta teórico-metodológica de Santos. Tanto pela sua materialidade (forma), quanto pelos seus modos de organização e regulação (conteúdo), são os sistemas técnicos que “autorizam, a cada momento histórico, uma forma, uma distribuição do trabalho”, tanto no mundo quanto nos lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 20). “A divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho”, afirma Santos (1999a, p. 106). Sendo a técnica um conjunto de instrumentos, quem tem e domina tais instrumentos tem trabalho e o valor de tal trabalho depende da graduação da técnica empregada. “Na medida em que a técnica é uma autorização para fazer, e o trabalho é

um fazer, ele passa a ser autorizado pela técnica”, diz Santos (2000b, p. 36). A dinâmica de tal processo “cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 20).

Mas o papel da técnica (técnicas, sistemas técnicos, fenômeno técnico, meio técnico) só se completa quando ela é usada e se transforma (se corporifica, se materializa) em um objeto técnico, que incorpora e possibilita a concretização de sua intencionalidade. Portanto, a análise da formação socioespacial de um território também passa pela história dos objetos técnicos, ou melhor, dos sistemas de objetos nele instalados.

e) Sistema de objetos: uma técnica, antes de *esposar* (encarnar) um meio físico (um objeto), é espírito: consciência da circunstância, da adversidade, da possibilidade, da oportunidade, que move a criação de uma solução, inicialmente uma ideia, depois um saber-fazer, uma promessa, um modelo, um projeto, uma técnica, enfim, que só pode se realizar se for materializada em um objeto. Silveira (1999a, p. 24) lembra Ph. Breton (1992) quando afirma que, “no fundo”, o objeto produzido é a “concretização do espírito, na matéria”.

Por objeto se entende tudo o que o homem acrescenta ao que a natureza já dispõe: ao meio natural, o homem superpõe outro meio, o meio artificial; a superposição de ambos conforma o meio geográfico. O espaço é, cada vez mais, “formado de objetos técnicos [...], “cada vez mais artificializado” e “sucessivamente instrumentalizado”, afirma Santos (1999a, p. 45 e 186). Os objetos são técnicos porque são concebidos, produzidos, funcionalizados e usados a partir de técnicas que lhes são específicas. Por isso, o objeto técnico tem forma (é material). Mas, ao mesmo tempo, ele tem, também, conteúdo (é espírito, é imaterial, tem o conhecimento, o saber-fazer, a arte e a intencionalidade de quem o concebe, o produz e o usa). O objeto técnico herda, assim, o compromisso de realizar as intencionalidades (as promessas) da técnica.

Como já referido, assim como as técnicas, os objetos técnicos não existem isoladamente, mas em sistemas de objetos, com diferentes graus de complexidade e de integração funcional, sejam eles partes de macro ou de microssistemas técnicos. Mesmo que se considere isoladamente um objeto, não há como não perceber que ele é sempre uma combinação de vários outros objetos que, conjuntamente, o completam e o funcionalizam, o que lembra a noção de sistema.

No entanto, os sistemas de objetos, sejam naturais ou artificiais, expressam, tão somente, a configuração geográfica, a paisagem, a materialidade do espaço. Falta-lhes “a vida que a anima”, nas palavras de Santos (1999a, p. 51), ou seja, as relações sociais, ou melhor, as

ações do homem, entendidas não como ações isoladas, mas como sistemas de ações. O conceito de espaço geográfico pressupõe a indissociabilidade de objetos e ações.

f) Sistema de ações: ao introduzir sua noção de sistemas de ações, Santos (1999a, p. 63) lembra a afirmação de Philippe e Génèvieve Pinchemel (1988) de que “os homens são seres de ação: eles agem sobre si mesmos, sobre os outros, sobre as coisas da terra”. Ao que Santos acrescenta:

Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. [...] As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas (SANTOS, 1999a, p. 67).

Tanto a técnica quanto os objetos técnicos, dela resultantes, dependem da ação humana, não só para concebê-los e produzi-los, como, também, para funcionalizá-los, ou seja, colocá-los em movimento, ou melhor, pô-los a serviço dos objetivos para os quais foram concebidos e produzidos. Os objetos técnicos são, portanto, instrumentos das ações humanas: estas é que são o sujeito da história, não aqueles. “Os objetos não agem” diz Santos (1999a, p. 70), mas, “podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se tornam indispensáveis. São as ações que, em última análise, definem os objetos, dando-lhes sentido”. Contel assim interpreta as relações entre ações e objetos:

[...] as ações dependem da materialidade para serem realizadas, e seu destino final é sempre o *acionamento* de algum objeto; assim como a materialidade dos objetos, por maior que seja sua *intencionalidade* em termos técnicos, jamais vai tomar parte do processo de *totalização histórica* sem ser *funcionalizada* pelas ações. Esta é a principal dialética do espaço geográfico (CONTEL, 2006, p.291, itálicos no original).

Tal dialética, na visão de Santos (1999a, p. 181-182), se explica pelo fato de que a relação entre objetos e ação não é automática. “Existem mediações e, entre elas, a lei, as normas, os costumes, a religião, as representações herdadas ou ensinadas. Mas a interação humana pode forjar novas relações, criando a surpresa e impondo a novidade”. Em outras palavras, “a ação sempre se dá no meio, combinação complexa e dinâmica, que tem o poder de deformar o impacto da ação. É como se a flecha do tempo se entortasse, ao se encontrar com o espaço”, exemplifica Santos (1999a, p. 76). É por isso que “os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio”, continua. Santos vale-se de B. Hindess (1987) para lembrar que “os atores podem engajar-se em ações que não são consequência de decisões”, e

de Hägerstrand (1991) para acrescentar que, por outro lado, “ações intencionadas podem conduzir a resultados não-intencionados, característica, aliás, muito comum no processo de mudança social ou de mudança espacial” (SANTOS, 1999a, p. 76).

Assim como a técnica e objetos dela resultantes, a ação, também, não aparece, não existe e nem funciona isoladamente. Santos (1999a, p. 64), inspirando-se em Giddens (1978), afirma que a ação, em si mesma, se constitui “como um conjunto de atos, ou como um processo formado de subprocessos, atos consecutivos”, o que remete para uma visão sistêmica, tanto da ação em si mesma, quanto do conjunto delas na constituição e funcionamento do espaço geográfico. As ações sempre acontecem em conjunção com outras, conformando sistemas de ações. Da mesma forma que o objeto técnico é indissociável da técnica, da qual é produto, o é, também, da ação que ativa sua concepção, sua produção, sua funcionalização e seu uso. A indissociabilidade entre objetos e ações é explicada por Santos pelas suas interações dialéticas:

sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos pré-existentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1999a, p. 52).

O autor (1999a, p. 52) vê tal dinâmica e transformação, não como fruto de uma simples relação causal, mas, a um só tempo, “como processo e como resultado [...] da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos”.

É assim que Santos completa sua noção de espaço geográfico como uma totalidade: “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. A sucessão do conjunto destes sistemas “nos dá a história do espaço geográfico”, completa (SANTOS, 1999a, p. 51e 267).

Mas a ação humana, que anima e dá vida à materialidade do mundo, só pode se realizar se produzir algo, se provocar um resultado, ou seja, se se constituir num evento. Eis outro conceito que complementa a compreensão da constituição e funcionamento do espaço geográfico. Assim, a análise da formação socioespacial de um território requer, também, que se considerem os eventos que aconteceram (e, também, os que deixaram de acontecer) e os que acontecem, pois são eles que promovem, ou retardam, ou negam as transformações (modernizações) de um dado território.

g) Sistema de eventos: a palavra *evento*, não se refere aos eventos naturais, que tem gênese e duração dadas pela dinâmica da própria natureza, mas dos eventos sociais ou

históricos, que “resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais” (SANTOS, 1999a, p.117).

Uma primeira questão é associar o conceito de evento ao de ação. Para Santos (1999a, p. 117), “os eventos históricos supõe a ação humana. De fato, evento e ação são sinônimos”, pois, na explicação de Contel (2006, p. 6), “ambos têm como destino último os *objetos* ou *extensões* que compõem o espaço geográfico” (itálicos no original).

No entanto, a palavra *evento*, como também os vocábulos momento, instante e ocasião, tem a conotação de tempo, significando, nas palavras de Santos (1999a, p. 115), “um instante do tempo em um ponto do espaço”, num lugar. Lembrando a expressão de Ernest Bloch (1963 e 1970), de que “o tempo somente *é* (itálico de Bloch) porque algo acontece, e *onde* (itálico de Santos) algo acontece o tempo está”, Santos afirma que “os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço”. Adiante, lembrando Schaltenbrand (1973), conclui que “são os eventos que criam o tempo, como portadores da ação presente” que são.

Para explicar o conceito de evento, Contel se vale de Braudel (1969 e 1992), para quem

o evento ‘é explosivo’, ‘novidade sonante’, e pode se manifestar numa notícia, numa decisão empresarial, numa política pública, numa ideia, na promulgação de uma lei, etc. Alguns *eventos*, porém, acabam por se *geografizar* (em maiores ou menores escalas), e deixam de fazer parte do que Braudel também denominou de ‘*tempo curto*’ para se tornarem ‘*longa duração*’. A própria ‘*duração*’, neste sentido, pode ser entendida como ‘a persistência de um evento’ (*‘persistence d’un événement’*), nos ensina Antoine Bailly (CONTEL, 2006, p. 7, itálicos no original).

Se o mundo for considerado “como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo [e o] lugar é o depositário final, obrigatório, do evento”, afirma Santos. Ou, ainda, “um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente”. Mas, o evento, acrescenta, não tem origem apenas externa, “também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país ou numa região, ou num lugar” (SANTOS, 1999a, p. 76 e 115).

Dada a importância do conceito de evento na compreensão da formação socioespacial, cabe aqui questionar: quem produz, de onde vem e qual a escala de origem e de impacto dos eventos? Santos esclarece a questão, referindo-se aos eventos que incidem, ao mesmo tempo, sobre áreas extensas. Neste sentido, as forças capazes de produzir eventos são três: (a) o Estado, “pelo seu ‘uso legítimo da força’, encarnado ou não no direito” [lei, norma pública], que “age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território”. Os eventos produzidos pelo Estado têm, portanto, uma escala de impacto superior àquelas de

outras macro-organizações; (b) as autoridades intermediárias (estados federativos, regiões, áreas metropolitanas, etc.) que “exercem seu papel de produtoras ‘oficiais’ de eventos, mas sobre superfícies menores que o território nacional”; (c) as macro-organizações (empresas multinacionais) que, embora possam “colher indiretamente resultados globais”, os efeitos dos eventos que produzem “são sobretudo pontuais ou lineares” (SANTOS, 1999a, p. 121).

Os eventos, assim como as técnicas, os objetos técnicos e as ações, “são individuais”, no entanto, “não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos – verdadeiras ‘situações’ – que são cada vez mais objeto de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação”, assevera Santos (1999a, p. 119 e 130). O autor acrescenta que “dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e a amplitude do evento. Do nível da organização depende a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento”. Mais à frente, Santos explica que esse não-isolamento se deve a dois tipos de solidariedade:

O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum (SANTOS, 1999a, p. 121).

O acontecer de cada evento pressupõe um tipo específico tanto de sistema(s) técnico(s) e de objeto(s), quanto de sistema(s) de ação(ões). O acontecer de um evento é a possibilidade de realização simultânea de um sistema técnico e de um sistema de objetos, acionados (postos em movimento) por um sistema de ações. Ele, assim como seus elementos constituintes, têm, também, forma e conteúdo: aquela é dada pela sua materialidade e este é marcado pela intencionalidade dos agentes que o promovem. Mas, para que um evento tenha condições de eficácia, ele, assim como as técnicas, os objetos técnicos e as ações, devem subordinar-se a normas específicas que garantam sua funcionalidade.

h) Sistema de normas: para que uma ação tenha curso e se constitua (se materialize num objeto, se realize num evento e, enfim, se geografize), torna-se necessária uma ordem, no sentido de uma decisão normativa, que a imponha e a regule. Esta ordem é o que se denomina de norma. Contel (2006, p. 7) lembra Lalande (1926 e 1996), ao dizer que não se trata de norma em sentido geral, como uma “fórmula abstrata daquilo que deve ser”, mas algo que tem a especificidade de uma regra, de uma lei (norma jurídica). A norma, especialmente quando explícita, seria, a um só tempo, a expressão mais visível do conteúdo de uma ação (e evento) e o instrumento para a eficácia de sua intencionalidade. Neste sentido, a norma exerce papel de

múltiplas mediações, regulando a interação entre técnica e objeto técnico, entre estes e a ação e entre esta e seus eventos.

Segundo sugere Santos (2000b), podemos distinguir duas naturezas da norma: a natureza técnica (norma enquanto prescrição de procedimentos técnicos, jurídicos, funcionais...), que expressa a objetividade (materialidade, funcionalidade, performance), e a natureza política que tem a ver com o valor (conteúdo, intencionalidade, interesse) da técnica, dos objetos, das ações, dos eventos. É em relação a esta última que ele adverte que uma norma não precisa ser explícita, pois já está dissimulada na técnica. A respeito desta dissimulação, Borges (1993), citado por Silveira (1999a, p. 243), lembra que a norma é “resultado de uma intrincada rede de relações sociais, ocultas por uma série de mistificações”, que obstaculizam a identificação dos agentes para quem ela é funcional. Assim, a norma é forma (tem aparato e natureza técnica) e, também, é conteúdo (tem natureza política, no sentido de poder discricionário dos agentes que a elaboram, a promulgam, a impõem e a controlam). A norma de natureza política, para Silveira (1999a, p. 244), pode também abranger as relações de cooperação e disputa entre o Estado e o mercado. A autora, além das naturezas técnica e política, enfatiza, também, a norma organizacional, a qual é responsável “pela regulação das formas de utilização dos novos objetos no processo de trabalho”, com o objetivo de maximizar suas virtualidades técnicas.

Como referido acima, norma lembra ordem, no sentido de decisão normativa, o que, por sua vez, remete para a noção de comando. Uma ação (e um evento) só se realiza se alguém assim decidir. Segundo Hindess (1987), citado por Santos (1999a, p.76), “os atores fazem coisas como consequência de decisões”. Porém, alerta Santos (1999a, p. 65), “impõe-se distinguir entre os atores que decidem e os outros. Um decididor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar”. Assim, o conceito de norma compreende tanto a decisão (que é, em si mesma, uma ação) para que a ação seja realizada, quanto de como ela deve ser realizada para atingir os objetivos que a justificam. Em ambos os sentidos, a norma expressa relações hierárquicas, de comando, nas mais diferentes escalas: na vida cotidiana (pais/filhos), nas organizações (chefe/subordinado), no Estado (governo/sociedade/cidadão), no mundo (organizações internacionais/nacionais/regionais/locais), dentre outras. Para explicar tal hierarquização, no contexto da globalização, Santos (1996a, p. 114) usa a expressão “regiões do fazer e regiões do mandar”, ou “espaços que obedecem, espaços que mandam” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 264). Nas primeiras, estão os agentes não hegemônicos, que só podem se utilizar dos sistemas (técnicos, de objetos, de ações e de eventos) de forma passiva, ganhando, por isso,

papel subalterno dentro da sociedade; nas segundas, estão os agentes hegemônicos que, cada vez mais, detém para si o poder que regula e controla os usos de tais sistemas.

O conceito de norma tem importância fundamental para a compreensão da lógica e da dinâmica da formação socioespacial de um dado território. São as normas que possibilitam a regulação (ordenação, ampliação, limitação, disciplinamento, constrangimento, proteção, punição, inclusão, exclusão, etc.) das ações dos diferentes agentes sociais (governos, instituições, grupos sociais, empresas, pessoas) no território, condicionando o uso do território que é possibilitado a cada um. Neste sentido, a norma, além de uma mediação técnica, exerce também uma mediação política, “quando estabelece uma dada regulação e ordenação que é condição e reflexo do modo desigual como os diferentes agentes sociais utilizam o território através do sistema técnico”, segundo Silveira (2007c, p. 36). As normas são instrumentos necessários para a eficácia da intencionalidade dos agentes, e “... servem para viabilizar a possibilidade de uma determinada técnica, a técnica hegemônica, a fim de fazer também com que as ações hegemônicas se constituam”, diz Carvalho (2000, p. 38).

Uma norma (assim como uma técnica, um objeto, uma ação e um evento), não acontece isoladamente, mas em conjuntos normativos sistêmicos, ou seja, em sistemas de normas. O conjunto dos sistemas de normas de um território, segundo Silveira (1999a, p. 243), representa um “equilíbrio de forças num dado momento e num dado lugar”, caracterizando o que a autora chama de “densidade normativa” de um território. A graduação desta densidade acompanha a evolução das técnicas, o que equivale a dizer que, à medida que o território se moderniza, mais normatizado ele se torna, justificando a expressão de Santos (1999a, p. 271), quando fala de “território normado”.

É através dos sistemas técnicos, de objetos, de ações, de eventos e de normas, acima conceituados e alinhados, que Santos propõe analisar e compreender o espaço geográfico. É através do conjunto de tais sistemas que o homem promove as transformações de seu entorno, configurando e reconfigurando seu meio geográfico. Como esse processo se dá de maneira diferenciada no tempo e no espaço, a análise do espaço geográfico (uma totalidade) implica novas divisões (recortes), agora em relação às suas dimensões espaço-temporais. A dimensão espacial é dada pelo conceito de escala e a dimensão temporal pelo conceito de período.

i) Escalas geográficas: quando nos referimos a escalas geográficas, não estamos nos referindo, apenas, à “escala cartográfica, física, que expressa simplesmente uma determinada extensão de terreno, uma ‘quantidade’ representada numericamente por frações – por ex.: 1:10.000 – que demonstram a relação de área entre o mapa e a realidade” (COSTA, 2002, p. 104), ou, “escala apenas como medida de proporção entre a realidade e sua representação”

(CASTRO, 1995, p. 123), ou, ainda, escala como uma regra de medição indicativa de tamanho ou distância (SWYNGEDOUW, 2010). Além dessa dimensão métrica e quantitativa, a escala geográfica expressa uma dimensão qualitativa da relação que os fenômenos sociais (políticos, econômicos, culturais, ambientais) estabelecem em sua ordenação espacial. A complexidade e dinâmica de tais relações impedem a definição de limites físicos estanques e exige que contemplemos suas articulações inter, multi e transescalares (VAINER, 2006).

A rigor, pelo termo escala se entende, não o fato (nem o fenômeno, nem a área em que o fenômeno tem pertinência) geográfico, mas apenas a sua representação. Neste sentido, escala não é espaço, em si mesma, mas sua representação, ou seja, uma forma de se referir a um determinado recorte (parte, pedaço) do espaço geográfico (totalidade), no qual um determinado fenômeno se faz presente e o justifica. Um recorte, sim, constitui espaço, ou melhor, uma parte dele. Para representá-lo, é que se usa a escala como recurso de método, um “artifício analítico que dá visibilidade ao real”, na expressão de Castro (1995, p. 133). Esta (escala), portanto, pressupõe aquele (recorte) e só tem sentido em relação a ele. Um recorte, por sua vez, enquanto parte, só tem sentido em relação ao todo (a que pertence) e em relação aos demais recortes com os quais forma o todo. Contudo, a definição de qual recorte utilizar depende do fenômeno que se queira analisar, ou melhor, do problema de pesquisa que tal fenômeno suscita. Em outras palavras, não é a escala que define o problema, senão o contrário. Ao pesquisador cabe, então, identificar e optar por uma determinada escala já configurada pelo problema em questão. Ele (o pesquisador), na verdade, não *cria* uma escala, mas apenas reconhece a dimensão escalar que, a seu ver, tenha maior pertinência com o processo socioespacial (totalidade) em que o seu problema (parte) de pesquisa se inscreve.

Neste sentido, ao falarmos de escalas estamos falando, não apenas das áreas (físicas ou não) que elas representam, mas de determinados espaços de análise ou de realização de ações (VAINER, 2006). No entanto, se tomarmos ou confundirmos a escala com o fenômeno que ela representa é como tomar o mapa pelo território, ou seja, um reducionismo que precisamos evitar. Castro, ao criticar a associação de escala ao conceito de dimensão do fenômeno, afirma que

na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado (CASTRO, 1995, p. 127).

Embora os recortes sejam partes do espaço geográfico, não são dados pela natureza, mas produtos sociais, historicamente construídos. Assim, também, a escala é uma criação do

homem, produto de sua técnica de entender o mundo e/ou de agir sobre ele. E por ser assim, ela é marcada pela intencionalidade de quem a produz. A esse respeito, conclui Vainer (2001, p. 147): “escolher uma escala é também, quase sempre, escolher um determinado sujeito, tanto quanto um determinado modo e campo de confrontação”.

Por fim, sintetizando as contribuições de diferentes autores⁶ considerados por Vainer (2001 e 2006), conclui-se que as escalas, seja para efeitos de análise ou de intervenção, não são dadas, nem definidas a priori, nem fixas e nem neutras. Elas, também, ao invés de ser reificadas, “devem ser trazidas para o terreno social, incerto e móvel, daquilo que está em disputa”. Os processos sociais que engendram escalas “são, necessariamente, processos contraditórios, conflituosos, determinados ou condicionados igualmente por embates em torno da legitimidade e imposição (simbólica e política, econômica, cultural) de escalas dominantes” (VAINER, 2006, p. 17).

Inúmeras são as formas de recortar o espaço, cada uma configurando um determinado campo de referência pertinente ao fenômeno socioespacial que se queira investigar (unidade espacial de análise) ou agir (unidade espacial de ação). Na geografia humana, conforme Castro (1995, p. 121), os “recortes utilizados têm sido o lugar (e seus diversos desdobramentos – cidade, bairro, rua, aldeia, etc.), a região, a nação e o mundo”. A cada um destes recortes corresponde uma escala, o que configura a dimensão escalar do espaço. Assim, por exemplo, os recortes lugar, região, nação e globo (mundo) são representados, respectivamente, pelas escalas local, regional, nacional e global (mundial).

A escala local, de todas, é a aquela que se refere à área de espaço mais próxima de onde se vive, “um espaço de relações cotidianas, de fronteiras bem definidas” (COSTA, 2002, p. 110). A escala local se reporta (é uma referência) ao lugar (ou lugares), mas não se confunde com ele. Por isso, o mais importante não é a escala local, em si e por si mesma, mas o espaço que ela representa, ou seja, o lugar. Se é dele, então, que convém falar, sua abordagem deverá ser feita no contexto teórico-metodológico derivado do conceito de espaço geográfico de Milton Santos.

Os conceitos de espaço geográfico e território são categorias geográficas gerais (amplas) e, por isto, dimensões mais abstratas, que sinalizam referências espaciais de uma determinada sociedade, como um todo, não importando sua escala. Em razão do grau de abstração, elas não indicam com precisão o espaço que uma pessoa ou um grupo de pessoas (comunidade) mora, tem seus bens (propriedades), trabalha, supre suas necessidades, interage

⁶ Lacoste (1976), Smith (1993), Swyngedouw (1997), Castro (1995), Harvey (1997), entre outros.

com outras pessoas e objetos, constrói sua história de vida, vive, deixa heranças. A dimensão espacial que possibilita tal identificação é o lugar. Lugar representa os espaços sociais cotidianos, os lugares pontuais, segundo Lencioni (1999, p. 155). Esta autora afirma que, na geografia contemporânea, a categoria espaço, em razão de sua dimensão abstrata, deixou de ser a referência central. Esta passou a ser o espaço vivido,

aquele que é construído socialmente a partir da percepção das pessoas. Espaço vivido e, mais do que isso, interpretado pelos indivíduos. Igualmente, espaço vivido como revelador das práticas sociais. Essa preocupação com o espaço vivido colocou no centro da análise o lugar. Isso porque é o lugar, mais que o espaço, que se relaciona à existência real e à experiência vivida. O lugar, porém, é visto pela Geografia sob influência da fenomenologia não como um lugar em si, um lugar objetivo, mas como algo que transcende sua materialidade, por ser repleto de significados. Por isso é que o lugar, concreto, único e que tem uma paisagem, não apenas natural, mas essencialmente cultural, torna-se o centro e o objetivo do conhecimento geográfico (LENCIONI, 1999, p. 153-4).

Se espaço é uma categoria abstrata, lugar é, na interpretação de Souza (2005, p. 2), uma “categoria real e concreta. O lugar é, também, segundo inspiração sartreana, o espaço da existência e da coexistência”.

Na definição de Corrêa,

o lugar pode ser visto como a expressão geográfica da singularidade, o resultado da ação combinada de processos universais, particulares e singulares, de determinações contingenciais. Não é único, mas singular. No lugar condensam-se processos em ação que são multiescalares e caracterizados por distintas temporalidades (CORRÊA, 2005, p. 5).

O conceito de lugar está diretamente associado ao de território usado, por entender que o “uso do território se dá pela dinâmica dos lugares”, segundo Souza (2005 p. 1). Para Santos,

[...] cada lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros. Dentro deste processo de redefinição, o mundo – que visto como um todo é nosso estranho – tem sua existência revelada pelo lugar – nosso próximo (SANTOS, 1996b, p. 34).

A existência relacional do lugar é explicada pela noção de totalidade espacial (o mundo), da qual o lugar é uma parte. Esta relação dialética entre o lugar e o mundo é enfaticamente valorizada, especialmente, quando Santos elabora o conceito de meio técnico-científico-informacional, pelo qual explica o processo contemporâneo da globalização. É neste contexto que Santos percebe o jogo dialético que se estabelece entre o mundo e o lugar. A compressão do tempo e do espaço, ao contrário de negar (anular) o lugar, termina por valorizá-lo.

Cabe aqui lembrar a noção de totalidade, para elucidar o conceito de lugar. Na expressão de Silveira (1994a, p. 204-205), “o lugar não é, num quadro estático, a parte, e o mundo, a totalidade. O lugar não é um fragmento [independente], é a própria totalidade em movimento que, através do evento, se afirma e se nega, modelando um subespaço do espaço global”. Santos (1996b, p. 35) complementa: “o lugar, aliás, se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”. Mais claramente, Santos (1994a, p. 252) afirma: “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo”.

Para uma pesquisa que se propõe a empiricizar os conceitos de verticalidades e horizontalidades, o conceito de lugar tem relevância especial, pois, é nele que as verticalidades se projetam e é nele que se engendram as horizontalidades, e, principalmente, é nele que verticalidades e horizontalidades se confrontam e se articulam, ou seja, convivem dialeticamente, nas palavras de Santos.

A escala regional, assim como a escala local, em si e por si mesma, não constitui uma realidade, um fato geográfico (nem o fenômeno, nem a área em que o fenômeno tem pertinência), mas apenas o representa, não se confundindo com ele. Escala regional, portanto, se reporta a região, esta, sim, constitui um espaço, ou melhor, parte de um espaço (totalidade).

O conceito de região, deriva do conceito de espaço geográfico como sinônimo de território usado. Região é, pois, um espaço construído, no quadro das relações sociais, econômicas e culturais que se estabelecem em um determinado espaço geográfico, ou melhor, numa parte dele, fruto de relações tanto de origem interna quanto externa. A região é, portanto, um produto de tais relações cujas características lhe conferem particularidades diferenciadas, em relação a outros espaços, ou como afirma Santos (1999a, p. 197), “a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não”. Mas é, também, uma condição para novas relações.

O conceito de região, para Gomes (1995), deve contemplar três elementos fundamentais: (a) o fato da região ser uma reflexão política de base territorial; (b) o fato da região colocar em jogo comunidades de interesses identificados com determinadas áreas; (c) o fato da região colocar sempre em discussão os limites da autonomia frente a um poder central.

Para Corrêa, do ponto de vista epistemológico,

a região pode ser considerada uma particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (os processos globais) e o singular (os lugares). Processos de coesão, que agregam processos semelhantes no espaço, e processos de limitação espacial, que impõem limites à difusão de semelhanças, criam a possibilidade de se formarem regiões. A região é tanto uma realidade quanto uma criação intelectual. Ao mesmo tempo é vivida e compreendida de modo diferente pelos diversos grupos sociais (CORRÊA, 2005, p. 6).

Santos (1992, p. 66 e 67) considera a região como um “*subespaço* do espaço nacional total” que, a cada momento histórico, aparece como o *locus* de determinadas atividades, embora os fatores que contribuem para tal situação sejam, “apenas parcialmente regionais ou locais”.

Da mesma forma que o lugar, a região não desaparece com a globalização. A compressão do tempo e do espaço impõe uma nova configuração do espaço geográfico, acelerando as mudanças “na forma e no conteúdo das regiões”, mas não as nega. “As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente”, já que elas “são o suporte e a condição de relações globais”, diz Santos (1999a, p. 196-197). “Elas se tornaram lugares funcionais do todo, espaços de conveniência, uma particularidade, o que, no dizer de Lukács (1970), significa ‘um campo de mediações’”, lembram Santos e Silveira (1996, p.10). Os mesmos autores (1996, p. 7) complementam: “a cada novo momento da totalidade se produz um novo arranjo regional à escala global”.

A escala nacional se reporta a nação, ou melhor, ao espaço constituído sob a égide do Estado nacional (SANTOS, 1999b, p.6), ou seja, o território nacional. Em seu sentido mais restrito, território designa o nome político para o espaço de um país. Não há país sem um território, no entanto, nem sempre uma nação supõe a posse de um território, assim como, nem sempre, uma nação supõe a existência de um Estado (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 19). Quando uma nação se apossa de um determinado espaço, tornando-o seu território, é o Estado por ela constituído quem assume o seu ordenamento e gestão. O território passa a ser

identificado com o espaço do Estado-Nação, sustentáculo físico da soberania nacional. Território associa-se, portanto, à noção de soberania, poder e controle, além de conter uma dimensão simbólica, um sentido de enraizamento, uma evidência de construção compartilhada e um papel na construção das identidades sociais (BRASIL, 2006, 13).

Para um Estado, as fronteiras físicas de seu território configuram, também, os limites políticos de seu poder, caracterizando a noção de Estado-território. Embora o Estado seja o “principal ator territorial”, outros importantes agentes (ou sujeitos) interagem com ele no exercício de tal poder: instituições domésticas ou nacionais (sociedade civil e agentes privados) e instituições externas ou supranacionais (organizações multilaterais e empresas transnacionais). A forma e o peso de tais relações externas, a exemplo do que ocorre no processo de globalização contemporâneo, rompem a indissociabilidade da unidade Estado-território (BRASIL, 2006, 12), tornando mais complexo o exercício da soberania, seja para a defesa territorial, seja para sua ordenação e gestão.

Admitindo esta realidade, Santos e Silveira (2006, p. 256) afirmam que “o território de um país pode tornar-se um espaço nacional da economia internacional”, contudo, enfatizam que “o território continua sendo uma realidade atuante, ainda que o Estado nacional, igualmente sobrevivente, tenha mudado de figura e de definição segundo os países”. O processo de internacionalização, concluem eles, tem “como base um espaço que é nacional e cuja regulação continua sendo nacional, ainda que guiada em função dos interesses de empresas globais”. Neste sentido, ele funciona como instância mediadora, entre o mundo e a região, entre o mundo e o lugar (SANTOS, 1999a).

A escala global ou mundial se refere ao espaço do globo, do mundo, do universo, ou seja, ao espaço total. Neste sentido, como espaço não é apenas aquele dado pela natureza, mas, também, o espaço social, o espaço total compreende o “conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento” (SANTOS, 1999a, p. 94).

Em sua exposição sobre o fenômeno das redes, no período contemporâneo, fica mais clara a associação das escalas geográficas com a questão da totalidade. Santos (1999a, p. 215) reconhece nas redes três tipos ou níveis de solidariedade e também de contradições, ou seja, de totalidades: (a) a primeira totalidade é o mundo, empiricizado através das redes; (b) a segunda totalidade é o território (um país, um Estado), uma “totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras”, ambos (contrato e fronteiras) enfraquecidos pela mundialização das redes; (c) a terceira totalidade é o lugar, “onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa”. O espaço geográfico (totalidade) seria o produto e o processo do jogo dialético das relações que se estabelecem entre estas totalidades.

A escala global, no momento presente, seria, então, a referência do espaço da globalização? Para Santos (1996a, p. 268), “não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes”. Dentre as características de tal espaço geográfico, dadas pelo autor, destacam-se:

a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional; a exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço; a concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície – por exemplo, na agricultura; a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões; a produtividade espacial como dado na escolha das localizações; o recorte horizontal e vertical dos territórios; o papel da organização e o dos processos

de regulação na constituição das regiões; a tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização (SANTOS, 1996a, p. 50-51).

j) Periodização: na perspectiva disciplinar, o espaço para a Geografia sempre esteve como o tempo para a História. Contudo, na abordagem interdisciplinar, presente na geografia humana, espaço e tempo são categorias indissociáveis e intrinsecamente articuladas, e não, apenas, justapostas uma à outra, como alerta Souza (2002).

O conceito de espaço geográfico já pressupõe o tempo como uma de suas variáveis imanentes, formando o par dialético espaço-tempo. Não se trata, apenas, do tempo linear, do “tempo como sucessão, o chamado tempo histórico”, do tempo “sem nome, mas de um tempo empiricizado, concreto, dado exatamente através desse portador de um acontecer histórico, que é o evento”, assevera Santos (1999a, p. 21 e 127). Falar de tempo é falar de evento, pois “são os eventos que criam o tempo [...] são os eventos que concretizam o tempo no espaço”, repete Santos (1999a, p. 115).

Mas, o tempo é uma totalidade abstrata que, para ser compreendida, precisa ser recortada em “pedaços de tempo coerentes”, o que implica na “necessidade de se reconhecer sistemas de eventos” que formem situações geográficas concretas (SANTOS; SILVEIRA, 1996, p. 5-6). Estas devem ser aquelas mais significativas na história de um território, ou melhor, aquelas que tenham forças para superpor-se ao sistema pré-existente e produzir mudanças, e, assim, demarcar um novo tempo ou período.

O método para tal demarcação é chamado de periodização, uma maneira de se incorporar a dimensão temporal na análise do espaço (SANTOS, 2004). Periodização é o processo de “divisão do tempo em períodos” e “períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo”, pondera Santos (1996a, p. 70).

Assim, “cada período pode ser considerado como um segmento homogêneo de tempo histórico, em que as variáveis se mantêm em equilíbrio no interior de uma mesma combinação”, afirma Santos (2004, p. 33). No entanto, Silveira (1999a, p. 24) se apoia em Jamenson (1992), para quem tal homogeneidade não é compacta, e Latour (1991), para quem o período histórico deve lembrar “um grande *bricolage* e substituir a ideia de um fluxo laminar pela imagem de um fluxo turbulento”. É nesta turbulência que se engendram novos eventos (novidades, modernidades). Quando uma modernidade tem “força suficiente para intervir no equilíbrio da combinação espaço-temporal vigente, [gerando] uma ruptura desta

combinação [instala-se] um novo período histórico” (CONTEL, 2006, p. 9), pois são as modernidades que “formam e desmancham períodos” (SANTOS, 1996a, p. 71). Na dialética do movimento histórico, é a periodização que permite identificar o que é novo e o que é velho, o transitório e o permanente, as heranças ou rugosidades. “Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças”, afirmam Santos e Silveira (2006, p. 20).

Tal procedimento metodológico, na perspectiva geográfica e das ciências sociais, é uma necessidade e, ao mesmo tempo, um desafio para o pesquisador. A necessidade decorre do próprio conceito de espaço geográfico como território usado: “os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso [...]”, argumentam Santos e Silveira (2006, p. 20). É, também, um desafio por que, diante da profusão de eventos da história de uma região, por exemplo, o pesquisador se obriga a um esforço de seleção e de hierarquização. O trabalho de seleção é exigido porque a análise não implica, segundo Silveira, no estudo de

todos os elementos conhecidos num inventário sem hierarquias, mas a compreendê-la como uma ou mais situações significativas, decorrentes da geografização dos eventos, detectando certos problemas-chave que obrigam, com mais evidência, a uma permanente referência ao país, ao mundo e a uma indagação sobre seus dinamismos (SILVEIRA, 1999b, p. 24).

Ao mesmo tempo, lhe é exigido um esforço de hierarquização para “descobrir-inventar a variável-chave, isto é, o problema que comanda um sistema” de eventos que forma uma situação (SILVEIRA, 1999b, p. 26). Em outras palavras, na explicação de Silveira, a periodização é necessária para

determinar, na história atual dessa situação geográfica concreta, aqueles momentos passados a partir dos quais podemos refazer sua história, identificando as variáveis-chaves explicativas que em cada período fundamentam a evolução do território, e influenciam permanências e mudanças em suas dinâmicas de organização e de utilização (SILVEIRA, 2007c, p. 40-41).

Em termos operacionais, periodizar é demarcar períodos, ou seja, é estabelecer os limites temporais para o objeto da análise que se pretende fazer. A seleção e a hierarquização dos eventos possibilitam a construção de situações geográficas, as quais, por si mesmas, já pressupõem os períodos que lhes correspondem. Como os critérios de seleção, de hierarquização e, por consequência, de construção de situações geográficas são prerrogativas do pesquisador, cabe a este, também, o desafio da periodização. Para tanto, ele deve considerar não apenas o problema de sua pesquisa, mas, também, um sistema de conceitos que lhe possibilite escolher as variáveis explicativas a serem utilizadas na construção de situações geográficas que representem a realidade concreta em cada período histórico.

Nestes termos, o método de periodização possibilita uma nova compreensão do território (da realidade e de sua história). Como os períodos são definidos em função de eventos especiais (aqueles que incidem, se instalam, se impõem sobre os pré-existentes e, por isso, prosperam e marcam o território e, como se disse, criam situações geográficas) e como cada um destes eventos, por enfrentar diferentes condições de instalação e permanência no território, tem, também, diferentes ciclos de vida (longevidade): uns têm vida curta, outros têm longa permanência. Em outras palavras, cada um dos eventos tem a longevidade da respectiva persistência (permanência), segundo Bailly (1995), citado por Contel (2006, p.7). Embora um evento, ou um conjunto deles, se constitua como hegemônico e marque um determinado período, na verdade, ele convive (coexiste) com outros, que com ele competem (ou não), mesmo sendo circunstancialmente de menor força. Quando um evento perde sua força hegemônica e, por isso, deixa de marcar período, ele não desaparece, necessariamente. Ele pode subsistir, de forma não-hegemônica, como “resíduos do passado” ou “heranças socioterritoriais” que Santos (1999a, p. 35-36) chama de rugosidades. Tais rugosidades tanto podem obstaculizar a emergência e difusão da hegemonia do novo evento, quanto podem cooperar com ele, possibilitando condições para a criação de novos arranjos, ou mesmo, novas situações (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Como resultado, o território se configura por uma “superposição de sistemas de engenharia [estradas, ferroviárias, ruas...] diferentemente datados e usados, hoje, segundo tempos diversos”, conclui Santos (1996a, p. 45). Ao que completa Dias (2004, p. 70): “tempo hegemônico ou tempo das grandes organizações e do Estado de um lado, e tempo dos atores não hegemônicos ou ‘hegemonizados’ de outro”. Talvez seja esta a explicação para a noção de espaço como uma acumulação desigual de tempos (Santos, 1982b).

k) Meio geográfico: indagado sobre o seu conceito de território, Milton Santos faz uma singela introdução à sua resposta: “No começo da história, havia a natureza. Vem o homem, se instala e começa a agregar novas coisas. Ele produz o território, dessa forma” (MACHADO, 2002, p. 70). Em outra passagem, Santos lembra como era, antes do homem, e como passou a ser e a ficar, depois:

no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, e mais recentemente objetos mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1996b, p. 11).

Para Santos (1999a, p. 83), “paisagem e espaço não são sinônimos”: paisagem é o conjunto de elementos naturais e artificiais (formas) que, num dado momento, caracteriza

fisicamente uma área, expressando sua configuração territorial, relativamente imutável; espaço são esses elementos, mais a vida que os anima (conteúdo), um sistema de valores em permanente transformação, dado pelo movimento da sociedade. Ao meio natural superpõe-se um meio técnico (sistema de objetos criados pelo homem), resultando num meio geográfico que tem tanto determinações da natureza quanto (e cada vez mais) determinações do homem. Portanto, neste sentido, quando se fala em espaço, se está falando de meio geográfico, que é espaço geográfico, que é território usado, e não mais do meio natural ou paisagem, tão somente.

Mas, como o homem se apropria do meio natural e o transforma em meio geográfico? Todos sabem que é pela técnica, responde Santos (1999a, p. 25). Assim, “as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas”, conclui Santos (1999a, p. 137). No entanto, Santos (1999a, p. 35) adverte que “não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico de outro [...]: a técnica está integrada ao meio como uma realidade unitária”. É a técnica que, em sua sucessiva evolução e difusão, ao longo da história, vem modificando o meio geográfico: de um meio natural para um meio cada vez mais artificial. Ela modifica e, ao mesmo tempo, constitui o meio geográfico. Analisar um determinado meio geográfico implica, necessariamente, analisar o meio técnico que o constitui. A história de um é, também, a história do outro.

Segundo Santos (1999a, p. 186), a história do meio geográfico pode ser dividida (grosseiramente, observa) em três etapas, a saber: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional.

O meio natural ou pré-técnico é a etapa em que o homem colhia da natureza os recursos necessários ao “exercício da vida”, sem a mediação de objetos técnicos, ou, tão somente, com objetos manuais rústicos. As condições dadas pela natureza é que constituíam a base material da existência dos grupos humanos, os quais as valorizavam, diferentemente, segundo os respectivos lugares e culturas. Não é que não existissem técnicas, já que o homem, para proteger-se, alimentar-se, vestir-se, alojar-se, locomover-se, cultuar seus deuses, etc., sempre precisou realizar algum trabalho. Este só era possível graças a alguma modificação das coisas encontradas na natureza, ou seja, com a aplicação de uma técnica, mesmo que rudimentar. Contudo, com tais instrumentos de trabalho o homem mantinha relações predominantemente harmoniosas com a natureza, “cuja razão era a preservação e a continuidade do meio de vida” (SANTOS, 1999a, p.188).

O meio técnico começa com “a mecanização do território: o espaço se adensa com a presença das técnicas da máquina”, diz Santos (1999b, p. 10). Refere-se à chamada revolução industrial e instauração de novo modo de produção (o capitalismo, em substituição ao feudalismo), desencadeando um processo intensivo de criação e difusão de técnicas que possibilitaram o crescente predomínio de objetos técnicos no meio geográfico. Quem passou a presidir à instalação dos sistemas de objetos técnicos não foi mais a “razão da natureza”, como na etapa anterior, mas a “razão do comércio”, afirma Santos (1999a, p. 189). Contudo, continua o autor, como tal progresso técnico não se deu em todos os lugares, “os espaços, as regiões, os países passaram a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos”.

Por fim, com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, foi ampliada a capacidade de criação de novos objetos não apenas técnicos, mas, também, daqueles resultantes dos avanços e descobertas da pesquisa científica: o objeto técnico transforma-se em objeto técnico-científico. No período contemporâneo, com o avanço das tecnologias de informação (eletroeletrônica, processamento eletrônico de dados, telecomunicação, internet), as técnicas passaram a derivar cada vez mais da ciência, da informação e da comunicação: o objeto técnico-científico tende a transforma-se em objeto técnico-científico-informacional. Santos justifica a expressão:

o objeto é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna, é científico-técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência. E é, também, informacional porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso – que é uma informação – e, de outro lado, funciona a partir de informações (SANTOS, 1999a, p. 171).

Trata-se de um objeto diferente daquele produzido no passado. Os objetos “são eles próprios informação; e não apenas movidos pela informação”, acrescenta. A carga de informação que o caracteriza corresponde, também, sua carga de intencionalidade, que obedece a uma lógica, não raro, estranha a quem o usa e o funcionaliza, e mesmo a quem o produz, constituindo-se em nova fonte de alienação (SANTOS, 1999a, 170-173): “os objetos são atores”, exclama Baudrillard; “o objeto se tornou sujeito”, acusa Sartre; “os objetos não mais nos obedecem”, reclama Maffesoli; “seus fins nos escapam”, alerta Santos. Mais que denunciando os mitos sobre os poderes dos objetos (que eles, de fato, não os têm), tais autores estão reforçando a característica técnica da sociedade contemporânea.

1) Situação geográfica: o significado do termo *situação*, no âmbito da geografia humana, vai muito além de seu sentido comum. Ao tratar do tema, Silveira (1999b, p.21) parte do conceito de espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também

contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”, dado por Santos (1999a, p. 51). Para expressar realidade tão complexa, a autora percebe como insuficientes as noções, dentre outras, de sítio (“localização apropriada para um habitat ou atividade em função de características físicas e de entorno imediato”) e de situação como (“alusão às características geográficas de um lugar resultantes das relações com outros lugares”), legadas pela geografia regional. A autora propõe o conceito de situação geográfica que é

um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais. Inovações técnicas e novas ações de empresas de força diversa, dos vários segmentos do Estado, de grupos e corporações difundem-se num espaço do planeta, modificando o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis (SILVEIRA, 1999b, p. 25).

A situação geográfica, ainda segundo a autora, seria uma “manifestação” da realidade (contexto complexo e contraditório), “um produto provisório e instável do movimento de totalização, enquanto o evento pode ser visto como uma ‘unidade’ de movimento desse processo”. A situação não seria

definida somente pelos agentes e sua cosmovisão, mas também pelas formas materiais, jurídicas, discursivas, simbólicas e outras. Por isso, podemos reconhecer numa situação geográfica: objetos técnicos, ações, normas, agentes, escalas, ideologias, discursos, imagens, que são diversos no processo histórico e nos lugares (SILVEIRA, 1999b, p. 26).

Assim concebida, a situação geográfica constitui-se num conceito síntese de análise territorial, pela qual é possível reconhecer a realidade (identidade) de um lugar, num determinado momento. Conforme assevera Silveira,

a situação reafirma a especificidade do lugar e, metodologicamente, aparece como instância de análise e de síntese. É uma categoria de análise porque permite identificar problemas a pesquisar e, desse modo, compreender os sistemas técnicos e as ações no lugar. Mas, ela propõe, ao mesmo tempo, uma síntese, pois é um olhar horizontal de conjunto, um olhar sobre o espaço banal, exigindo, também, um olhar vertical, ambos no processo permanente da história (SILVEIRA, 1999b, p. 27).

A situação geográfica é um conceito sintético e também dialético, pois, nos sistemas de eventos que a constituem estão presentes, de forma indissociável, solidária e também contraditória, os sistemas de técnicas, de objetos, de ações e de normas que convivem mutuamente num dado lugar e num dado tempo. A situação geográfica é, portanto, uma construção histórica, tanto como um resultado de forças sociais (contexto), quanto como condição (cenário) para novas construções (SILVEIRA, 1999b). Compreender a história de um território implica reconstruir suas situações geográficas passadas. Compreender um

fenômeno socioespacial (fato, acontecimento, problema, objeto, ação, norma, evento...) implica reconstruir a situação geográfica em que ele se insere.

A utilização da situação geográfica como instrumento de análise requer, como decorrência obrigatória de seu próprio conceito, que o objeto de análise seja recortado não apenas espacialmente, mas, também, temporalmente. Reconhece-se nela, portanto, o par ontológico do espaço geográfico: espaço e tempo.

m) Redes: uma rede, no sentido comum, é uma malha formada por fios (linhas) entrelaçados, cujas interseções são fixadas por nós. Etimologicamente, o termo vem do latim *rete, is*, que significa teia (de aranha), rede, segundo Houaiss e Villar (2001), ou trama de fios, conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós, para Dias (2005). Seja como técnica de tecelagem, seja como representação do funcionamento do corpo humano (MUSSO, 2003), já na sua origem, fica clara a presença dos elementos que constituem o conceito moderno de rede: partes (órgãos, fios, linhas), articulações (interseções, nós), fluxos (circulação), integração e interdependência das partes (sistema), objetivo comum (funcionamento do corpo, de uma organização), ideia de totalidade (totalidades como corpo, organização, sociedade, mundo...).

Dias (1995, p. 141) associa o surgimento do termo com a evolução das técnicas: “toda a história das redes técnicas é a história de inovações”, especialmente daquelas relacionadas aos transportes e aos meios de comunicação. Ao se referir à história das redes, Santos (1999a) admite três momentos, os quais, grosso modo, coincidem com sua periodização do meio geográfico (SANTOS, 1996a, 1999a, 1999b). Tal coincidência se explica por que, tanto o meio quanto as redes que nele se produzem, têm a respectiva periodização definida em função do fenômeno técnico. Entende-se, assim, a associação que Dias faz entre a história das redes e a história das inovações tecnológicas. Mas, a atenção de Santos volta-se para o terceiro momento, o período técnico-científico-informacional, que coincide com a atual fase do desenvolvimento capitalista, denominado de globalização. Não é por acaso que é este período que marca o ressurgimento das redes e sua transformação em fenômeno avassalador.

No entanto, o que mudou não foi o conceito de rede. Ele continua com seu sentido original, representando estruturas de linhas articuladas por nós, que servem de suporte para o fluxo de insumos, produtos, dinheiro, ideias, informações, ordens, pessoas, etc. Se o conceito de rede é o mesmo, o que é que mudou para que ela se tornasse merecedora de papel tão relevante na sociedade capitalista contemporânea?

Entendemos que a resposta está contida na própria denominação do período técnico-científico-informacional, ou seja, nas “características atuais do fenômeno técnico” (SANTOS,

1999b, p. 8), dadas pela aliança (interdependência, integração) entre a técnica, a ciência e a informação. Foi esta confluência e congruência de fatores que desencadeou o processo de globalização. Santos cita três fatores, “a um tempo, causa e efeito uns dos outros e solidários à escala mundial”: (a) a unicidade da técnica (universalidade das técnicas ou “planetarização da técnica”); (b) a convergência dos momentos, com a percepção universal da simultaneidade; (c) a unicidade do motor da vida social, com a universalização da *mais-valia*. O mercado torna-se global, “graças exatamente à ciência, à técnica e à informação”, argumentam Santos e Silveira (2006, p. 52). Ou, mais diretamente, “se o modo de produção é global, ele somente o é por ser, também, um modo de produção técnico-científico” (SANTOS, 1999b, p. 8) e informacional. Para Santos (1999b, p. 11), o meio técnico-científico-informacional, em seu sentido de aparência, “é a cara geográfica da globalização”.

A nova revolução técnica, presidida pela telemática (microeletrônica, comunicações, informações e telecomunicações), criou as condições necessárias para que, não apenas a produção, mas, principalmente a circulação se desse em escala global. Para a organização do processo global de produção, no qual prevalece a circulação, tornou-se indispensável a funcionalidade das redes técnicas e sociais. A relevância de seu papel decorre da sua instrumentalidade para atender um requerimento essencial ao processo de globalização: a mobilidade. Para Raffestin (1993, p. 200-201), a mobilidade é alcançada por meio de duas estratégias (complementares, não excludentes e simultâneas, mas distintas): a rede de circulação (transferência de bens e pessoas) e a rede de comunicação (transferência de informação). Segundo o mesmo autor, até o século XIX, as duas redes “formavam uma coisa só, ou quase”: a informação “andava mais ou menos no ritmo dos homens e dos bens”. Contudo, as modernas tecnologias possibilitaram um processo avassalador de “compressão do tempo-espço”, de que fala Harvey (1992, p. 219), com efeitos diferenciados para cada uma das redes: “a distância da comunicação” foi praticamente anulada, enquanto a “distância da circulação” foi consideravelmente reduzida.

Como se vê, o conceito de rede tornou-se indispensável para a mobilidade requerida pela economia (e sociedade) globalizada. As novas palavras de ordem do meio técnico-científico-informacional, que as redes passaram a atender, foram (e são): informação, conectividade (integração, complementaridade, interatividade e eliminação de fronteiras), velocidade (instantaneidade e simultaneidade), flexibilidade (adaptabilidade), inovação. Para tanto, o novo meio lhes garantiu as ferramentas técnico-científicas: telemática, internet, satélites, etc. Tudo (empresas, instituições, governos, pessoas, lugares, cidades, regiões, países, o mundo, enfim) passou a ser visto e representado, concebido e organizado como

funcionando em rede. A sociedade contemporânea como um todo passou a modelar-se como rede, o que foi bem exemplificado em *A sociedade em rede*, de Castells (2005).

O conceito de rede, assim como o de espaço geográfico, está associado ao de sistema. Dias (1995, p. 148) lembra que os conceitos de redes e de sistema integram o mesmo quadro teórico e formam um “par perfeito”: rede de ligação e rede de organização. A autora se apoia em Dupuy (1984), para quem “a teoria dos sistemas permite especificar as interações entre subsistemas e postularia que a rede de relações é também rede de organização”. A rede funciona como um sistema. Para Raffestin (1993, p. 156), “uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas”.

Como, conceitualmente, as redes se inscrevem no território? A resposta fica facilitada se forem tomadas, como exemplo, as redes técnicas. Na nomenclatura de Santos, como o nome já indica, trata-se de um objeto técnico (sistema técnico) e é nesta condição que elas se inscrevem no espaço geográfico e, portanto, também em cada um de seus recortes espaciais (mundo, país, região, lugar). Para Santos (1999a, p. 21), as redes são “produto da condição contemporânea das técnicas”. No atual período, as redes se constituem na expressão mais evidente da confluência e simultaneidade da técnica, da ciência e da informação, o que justifica sua designação de meio técnico-científico-informacional. Como objeto técnico, as redes se estruturam e funcionam como organizações sistêmicas, integradas espacialmente por meios físicos ou virtuais. Também como objeto técnico, as redes são forma-conteúdo: a forma é dada pela materialidade da estrutura física produzida pela técnica; mas as redes são, também, sociais e políticas, sendo seu conteúdo representado pelas “pessoas, mensagens, valores que a frequentam”, nas palavras de Santos (1999a, p. 209), e respectivas intencionalidades.

No atual período técnico-científico-informacional, tanto os sistemas de objetos quanto os sistemas de ações, que, indissociavelmente, constituem o espaço geográfico, não podem mais ser circunscritos nos limites do lugar. Eles, cada vez mais, são multiescalares, pois são, ao mesmo tempo, locais, regionais, nacionais e globais, embora se expressem de forma diferenciada, em cada uma destas instâncias. A técnica que possibilita este processo está materializada (ativada) nas redes, o que as torna elemento central na definição do espaço contemporâneo (SILVEIRA, 2008).

Dada a proeminência das redes no atual período, cuja presença se faz sentir em todas as partes do mundo, justificando a expressão “unicidade técnica”, o mundo passou a ser representado, também, como um *espaço reticulado* (SANTOS, 1999a, p. 209), como que

coberto por pontos interligados por linhas, por onde se escoam fluxos materiais e imateriais. Para o autor, nas atuais condições (na era da globalização),

os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores (SANTOS, 1999a, 225).

Este é o papel das redes: reunir espaços mundializados, os espaços da globalização (SANTOS, 1999a, p. 268 e 271).

A importância do papel das redes rendeu mitos que lhes atribuíram poderes de autonomia, autodeterminação e efeitos estruturantes em suas relações com o território, como se elas não fossem produto da sociedade (OFFNER, 1993). A propósito, Santos (1999a, p. 268) lembra Musso (1994), para quem “[...] a rede não substitui nem o território, nem os lugares: ela se insere, acentua as polarizações, as interconexões, acrescentando o deslocamento em tempo real dos fluxos de informação aos deslocamentos físicos dos homens e das mercadorias”. Assim como as técnicas (e os objetos técnicos), as redes técnicas, em que pese sua importância (não importando sua modalidade, densidade e extensão), como objetos técnicos que são, não têm autonomia em relação à sociedade em que operam, nem o efeito estruturante que lhes é comumente atribuído, por conta da noção de determinismo tecnológico (OFFNER, 1993; DIAS, 1995; SILVEIRA, 2003b; CASTELLS, 2005; SILVEIRA, 2008). Ao contrário, tal como a técnica, as redes (técnicas ou sociais) também são um produto social e operam e se moldam no contexto da sociedade em que são concebidas, produzidas e funcionalizadas. Por mais que a “sociedade não possa ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”, já que “a tecnologia é a sociedade” (CASTELLS, 2005, p. 43), e, também, por mais que parte dos fluxos das redes escape do alcance regulatório dos Estados nacionais, “é claro que a tecnologia [rede] não determina a sociedade”, conclui Castells. As redes, como objetos técnicos, não são, por si mesmas, sujeitos da ação (DIAS, 1995), mas “instrumentos, por excelência, do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 204), animados pelas intencionalidades do homem. Tal instrumentalidade é assim explicada por este autor:

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advém do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera quanto aprisiona (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

n) Verticalidades e horizontalidades: o destaque dado aos conceitos de verticalidades e horizontalidades, em relação àqueles que constituem o sistema de conceitos, deve-se à posição central que os mesmos têm na pesquisa que propusemos: são seus instrumentos de

análise e, também, o próprio objeto de análise. Para abordá-los, levamos em consideração quatro aspectos importantes, a saber: (a) a gênese dos conceitos de verticalidades e horizontalidades; (b) a formulação dos conceitos e o questionamento se o seu conteúdo analítico tem validade apenas no contexto da globalização, ou se, também, se aplica a outros períodos históricos; (c) a compreensão do terceiro território como processo e resultado das relações verticais e horizontais; (d) o aproveitamento dos conceitos de verticalidades e horizontalidades na produção acadêmica.

Em primeiro lugar, tentamos compreender a gênese dos conceitos. Os adjetivos vertical e horizontal, bem como seus substantivos verticalidade e horizontalidade, têm significados e aplicações diferentes nas diversas áreas da ciência e de suas respectivas disciplinas. Ambos formam um par conceitual utilizado para configurar situações (posições) relacionais de ambivalência e antagonismo, segundo o clássico binarismo iluminista (tradição/modernidade, particularidade/universalidade, barbárie/civilização, etc.), de que fala Hall (2003, p. 60 e 73), dentre outros autores. Santos (1999a, p. 223), ao introduzir os conceitos de verticalidades e horizontalidades, apresenta as contribuições de cinco autores – dois geógrafos (G. Dematteis e G. de Jong), um sociólogo (Sorokin), um filósofo (Lefebvre) e um economista (Martin Lu) –, não para contestá-los, mas para caracterizar a polissemia de tais palavras e, principalmente, para melhor explicitar, no campo da geografia, a diferença de sua elaboração, frente às noções então em voga. Em sua opinião, dos cinco autores citados, quem lhe está mais próximo é Martin Lu, quando trata da economia regional, com base nas “noções de integração funcional e integração territorial”. Seu “ponto de partida (...) é o espaço econômico, o espaço das firmas”. Contrapondo-se, Santos argumenta:

Quanto a nós, preferimos partir da noção de espaço banal, espaço das pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações. Nossa busca é a das categorias analíticas que deem conta da inseparabilidade do ‘funcional’ e do ‘territorial’ (SANTOS, 1999a, p. 225).

A pergunta que tentamos responder foi: como, desta concepção geral de espaço geográfico, enquanto espaço banal (território usado), Santos extraiu os conceitos de verticalidades e horizontalidades? Em outras palavras, dos diferentes recortes desta totalidade, em quais deles Santos inscreve e fundamenta seus conceitos de verticalidades e horizontalidades? Ou eles não se referem, especificamente, a um ou alguns dos sistemas constituintes do espaço geográfico (objetos, ações, eventos e normas), mas sim a todos eles, ou seja, ao território enquanto totalidade?

Em sua obra *A Natureza do Espaço* (1999a), Santos associa as verticalidades e horizontalidades a, pelo menos, dois conceitos: ao de evento e ao de rede. No primeiro, ao analisar as formas interdependentes em que se dão os eventos na era da globalização, observa que tal interdependência dos eventos se dá em vários níveis, preferindo fixar-se nos dois mais relevantes, sob o ponto de vista escalar: no nível do mundo e no nível do lugar. Compondo uma totalidade, *o acontecer* nestes dois níveis “são conjuntamente essenciais ao entendimento do mundo e do lugar [...], por isso, são complementares e se explicam entre si. Cada evento é um fruto do mundo e do lugar ao mesmo tempo” (SANTOS, 1999a, p.131-132). Para explicar estas relações dialéticas que se travam entre estas duas forças, ele cria a expressão *o acontecer solidário*. O autor toma emprestada de Durkheim a noção de solidariedade, ou seja, “no sentido de realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum”. É através da solidariedade que diferentes agentes articulam ações num lugar, a fim de torná-lo funcional a seus interesses. Solidariedade, mesmo que o papel de uns seja obedecer, enquanto o de outros seja comandar.

Assim, acima das muitas diferenças entre pessoas e entre lugares, Santos (1999a, p. 130-133) distingue três formas pelas quais *o acontecer solidário* se apresenta no território atual. À primeira, chamou de “acontecer solidário homólogo”, aquele das relações numa região agrícola ou urbana, “que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contiguidades funcionais que dão os contornos da área assim definida”; à segunda, chamou de “acontecer solidário complementar”: aquele das relações entre cidade e campo e o das relações entre cidades, “consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo”; à terceira, chamou de “acontecer solidário hierárquico”: aquele que resulta de ordens e informações provenientes de um lugar para realizar-se, como trabalho, em um outro lugar. O autor alerta que não se trata de dizer que um lugar, em si mesmo, comanda um outro lugar, mas que interesses sediados em um lugar podem colocar limites à escolha de comportamentos em outro lugar. Como um dos resultados da tendência à racionalização das atividades, tal acontecer é hierárquico porque se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados.

Nos casos do acontecer solidário homólogo e do complementar, o território é “marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas”, onde as “informações tendem a se generalizar horizontalmente”, sob o “domínio de forças localmente centrípetas” e sob “a primazia das formas com relevância das técnicas”. Tanto um quanto o outro, “supõem uma extensão contínua, na cidade e no campo,

sendo a contiguidade o fundamento da solidariedade” (SANTOS, 1999a, p. 133). É este tipo de relações que cria o que Santos chama de horizontalidades.

No caso do acontecer solidário hierárquico, ao contrário, o território é marcado por um “cotidiano comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo, é poder”, formulada ou reformulada em outro lugar, sob o domínio de forças centrífugas e sob a primazia das normas e relevância da política. Neste caso, as relações podem ser pontuais e a solidariedade não depende da contiguidade espacial, mas sim da proximidade organizacional. É este tipo de relações que cria o que Santos chama de verticalidades.

O segundo conceito ao qual Santos associa os conceitos de verticalidades e horizontalidades é o de rede. É no funcionamento das redes técnicas “que podemos falar de verticalidades, esse ‘espaço’ de fluxos formados por pontos, dotado de um papel regulador em todas as escalas geográficas, enquanto se renovam ou se recriam horizontalidades, isto é, os espaços da contiguidade”, afirma Santos (1999a, p. 21-22). De modo mais geral, são as redes técnicas os instrumentos que possibilitam o acontecer solidário hierárquico, acima exposto.

Em sua análise da sociedade capitalista contemporânea, Santos (2002a, p. 18) evidencia o agravamento do conflito entre, de um lado, o “ato de viver”, e de outro, o “ato de produzir”. Em outras palavras, conflito entre o espaço do acontecer solidário homólogo e/ou complementar (“espaço local, vivido por todos os vizinhos”) e o espaço do acontecer solidário hierárquico (“espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidas para servi-los”). A partir desta percepção, o território passa a ser visto “como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (SANTOS, 1999c, p.19). Com base nessa reflexão, Santos propõe desenvolver a ideia de dialética territorial, através da qual reconhece a existência, no processo de produção territorial, de três grandes contradições: o conflito entre o externo e o interno, entre o novo e o velho, e entre o Estado e o mercado (SANTOS, 1985, 1988, 1992). Para ele,

[...] o interno é tudo o que, num momento dado, está presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se sobrepõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado, aparece como local. A escala do lugar confunde-se com sua própria existência. Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar. A escala das variáveis é maior do que a escala do lugar (o país, o mundo). O externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele (SANTOS, 1988, p. 96).

Neste contexto, Santos (2002a, p. 18) retoma a noção de espaço banal, como território

de todos, e a contrapõe à noção de redes, esta como o “território daquelas formas e normas a serviço de alguns”. De um lado, o território todo (espaço banal), de outro, “algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Mas quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normatiza, quem impõe uma racionalidade às redes é o mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais”. O território abriga esta contradição permanente entre o global e o local, entre as redes que o usam como suporte e as comunidades (sociedades territoriais) que tentam lhes impor limites. O lugar é “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, conclui Santos (1999a, p. 273 e 479).

É, portanto, analisando a nova realidade engendrada por obra do processo de globalização, vista por Santos (2002a, p. 16) como “um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território”, que ele propõe dois novos recortes analíticos do território: verticalidades e horizontalidades.

Em Território e Sociedade (2000b), Santos identifica os fenômenos verticalidade e horizontalidade no âmbito do espaço banal, conceito tomado de Perroux, que o tinha como a expressão do espaço “onde tudo estava contemplado, não apenas os fluxos econômicos”. Santos explica:

Banal no sentido de que é neste espaço que se realiza a vida coletiva, onde os que mandam e os que não mandam, os ricos e os pobres, os poderosos e os não poderosos estão presentes. É isso que eu hoje defino como horizontalidade. Agora, a ideia de verticalidade vem desses vetores que se instalam nos lugares e que pouco se importam com o que está em seu entorno. É o que corresponde, sobretudo, às ações das empresas globais. A horizontalidade é o resultado da vizinhança, da coabitação, da coexistência do diverso (SANTOS, 2000b, p. 53).

Em segundo lugar, nos propomos entender os conceitos de verticalidades e horizontalidades. Na perspectiva dialética de Santos, a natureza contraditória da lógica geral do modo capitalista de produção possibilita a compreensão do seu processo histórico como sendo o resultado de forças contrárias e complementares que se imbricam num determinado território, com objetivo de dele se apropriarem e nele se desenvolverem. Tais forças se expressam através dos fenômenos por ele identificados como verticalidades e horizontalidades.

Explicada a origem, resta agora explicitar os conceitos de verticalidades e horizontalidades e, também, como tais conceitos foram elaborados no contexto da globalização, questionando reflexivamente se o seu conteúdo analítico se aplica, também, a outros períodos históricos.

Para Santos (1999a, p. 227), as verticalidades são “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”, segundo uma ordem que impõem para o seu próprio proveito. O mesmo autor associa as relações verticais com as chamadas forças centrífugas, que tendem a se afastar do centro (território em que se instalam), no sentido de que somente ali permanecem enquanto dali puderem extrair vantagens não alcançadas em outros territórios. Por essas razões, elas são consideradas como movimentos geradores de desagregação e fatores de divergência, tendendo a engendrar processos de verticalização.

Ainda segundo Santos (1999a, p. 227), “em todos os casos”, são as forças centrífugas que agem, de modo hierárquico, sobre as forças centrípetas. Tal hierarquia se realiza através de comandos que transportam normas, ordens e informações – vindas de fora, de cima e de longe – de natureza técnica, financeira e política, como condições para o funcionamento do sistema. Tais normas, ordens e informações têm o papel, não apenas de configurar o arranjo interno da organização (empresarial, por exemplo), mas, também, de ordenar o território, ou seja, a realidade do lugar onde ela se instala. Isto, na prática, significa reordená-lo segundo as exigências do sistema hegemônico, pois este tende impor modificações à ordem pré-existente. Em termos geográficos, elas desterritorializam (desarticulam, desestruturam, desintegram as solidariedades locais pré-existentes, criadas pelas horizontalidades) para reterritorializar (criar e/ou recriar um ordenamento próprio do território de acordo com suas necessidades). Nas palavras de Santos (1999a, p. 226), este “incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes, impondo novos mapas ao mesmo território”.

Por verticalidades entendemos o conjunto de relações que tenham origem externa ao território e que nele são implementadas através das redes técnicas e organizacionais. Em outras palavras, são relações criadas a partir de agentes (públicos e/ou privados) localizados em outros territórios, em outros níveis escalares, que buscam se apropriar e usar novos espaços. Por isso, tais relações são consideradas exógenas e expressam os valores, interesses, capacidades, objetivos e dinâmicas mais gerais e abrangentes, próprios de outros territórios, o que, na prática, induz à materialização de uma racionalidade também própria e diferenciada, no tempo e no espaço, a qual se choca com aquela local.

Por horizontalidades entendemos o conjunto de relações que tenham origem no próprio território, ou, em outras palavras, que sejam criadas a partir dos agentes (públicos e/ou privados) do território, aqueles que nele tenham sua base de vida e/ou de negócios, ocorrendo, portanto, no espaço banal e contíguo. Por isso, elas são endógenas e expressam os valores,

interesses, capacidades, objetivos e dinâmicas da sociedade local (ou regional, ou nacional), o que, na prática, indica a materialização de uma racionalidade própria e diferenciada, no tempo e no espaço, quando não oposta a outras vindas de fora.

Assim, tais “relações horizontais são criadas na região, na contiguidade dos espaços municipais, pelos agentes sociais e pelas instituições que se relacionam, através das ações cotidianas de cooperação, de solidariedade espacial e de regulação”, nas palavras de Silveira (2007c, p. 491). Segundo Santos (1999a, p. 227), “as horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”. Se as relações verticais se associam às forças centrífugas, as relações horizontais se associam às forças centrípetas, pois tendem ao centro (ao próprio território) e, por isso, se constituem como movimentos de agregação e fatores de convergência e de solidariedade, tendendo a engendrar processos de horizontalização.

No entanto, os conceitos de verticalidades e horizontalidades, tal como apresentados, requerem uma observação importante, que é corolário da natureza contraditória do sistema capitalista: tanto um quanto outro não são conceitos estáticos e unívocos. Os eventos vetores de verticalidades não podem ser, tão-somente, relacionados à desordem, à desagregação, à ruptura, pois podem, também, gerar cooperação e solidariedade; nem os eventos vetores de horizontalidades podem ser associados, unicamente, à cooperação e à solidariedade, já que podem, também, ser expressões de conflitos, disputas, desordens, cooptações. Ambas se manifestam e ganham concretude no território, através de processos e de sistemas de ações carregados de complexidades. As condições históricas de cada território é que determinam os significados e as intencionalidades de cada uma. Um evento que chegou a um lugar como expressão de verticalidades pode, no momento seguinte, ser vetor de horizontalidades (SILVEIRA, 2008).

Os conceitos de verticalidades e horizontalidades, como novos recursos de análise, foram propostos por Santos para melhor compreender a complexidade da dinâmica das relações que se estabelecem no processo de formação socioespacial de um território, fruto dos conflitos entre uma ordem global e uma ordem local. Contudo, ele baseia seu argumento numa realidade contextualizada no presente, ou seja, toma como contexto de referência o fenômeno contemporâneo da globalização. Ao caracterizar o acontecer solidário (homólogo, complementar ou hierárquico) como contexto em que se engendram tanto verticalidades quanto horizontalidades, Santos (1999a, p. 133) afirma que “esses são os novos recortes

territoriais, na era da globalização”. Quando se refere a eles, invariavelmente, adverte: “nas atuais condições”, “hoje” (SANTOS, 1999a, p. 225), “no território atual” (SANTOS, 1999b, p. 12).

A recorrência a tais expressões induziria a entender que esses conceitos seriam, exclusivamente, aplicados à globalização, que corresponde ao período cunhado por ele como “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1999b, p. 10)? Pretender aplicá-los em outros contextos não se estaria incorrendo no erro de análise e interpretação, denunciado por Santos (2004, p. 30), ao colocar “lado a lado, as realidades de um período e as teorias ou formulações concernentes a um outro”? Presumimos que não. Em primeiro lugar, Santos não afirma que o fenômeno seja uma exclusividade contemporânea. Por outro lado, quando elabora seu conceito de evento e dele deriva a expressão *o acontecer*, ele assinala: “na era da globalização, mais do que antes [...]” (SANTOS, 1999a, p. 130). Em segundo lugar, Silveira (1999a, p. 26 e 424) parece completar o entendimento de Santos, ao afirmar: “Hoje, mais do que em outros tempos”. A autora utiliza tais conceitos, tanto para analisar “lugares letárgicos”, quanto “lugares luminosos”, em seu estudo sobre a Patagônia argentina.

Genericamente, então, poder-se-ia dizer que, na história da humanidade, sempre foi assim? Por exemplo, a *descoberta* do Brasil pelos portugueses e os eventos decorrentes não podem ser considerados como verticalidades impostas aos nativos, vindas de fora, de longe e de cima? E as resistências contrapostas pelos grupos indígenas não advieram de legítimas horizontalidades secularmente construídas no âmbito de suas tribos? Parece evidente que sim. Sobre esta questão pode-se concluir que verticalidades e horizontalidades sempre existiram, existem e existirão, no entanto, com diferenciações no tempo e no espaço, em termos de forma-conteúdo e de densidade, tanto de uma quanto de outra. Reconhece-se, contudo, que é no processo capitalista periférico contemporâneo, mais precisamente, no meio técnico-científico-informacional, que elas se manifestam com maior força.

Em terceiro lugar, procuramos entender o território como processo e resultado de verticalidades e horizontalidades. A formação socioespacial capitalista, na perspectiva territorial, é determinada pela dinâmica gerada pela confluência de verticalidades e horizontalidades, engendradas histórica e espacialmente. Para Silveira (1999a, p. 31), “o território é um misto de verticalidades e de horizontalidades, de globalidade e de localidade, de materialidade e ação”. Nele têm co-presença “atores próprios da ordem global e da ordem local que compartilham um território único e diverso”, completa a autora.

Embora sempre tenha sido assim, em sua fase contemporânea, tal processo torna-se mais denso e visível, à medida que a globalização avança e se consolida. É Santos quem constata que

nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão, apenas, através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos [as horizontalidades]. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores [as verticalidades]. [...] na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição (SANTOS, 1999a, p. 225-226).

Dito assim, pareceria que o lugar (região, território) sempre estaria passiva e irremediavelmente submisso às ordens impostas de fora, advindas do espaço global. Mas não é bem assim que ocorre. De fato, como é claramente evidenciado no atual estágio da globalização, os governos locais e mesmo nacionais perdem grande parte de seu poder (THUROW, 1997, p.172) e, não raro, “cidades e regiões têm agora que concorrer entre si para firmar suas posições nos fluxos globais [...] ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos” (KUMAR, 1997, p.165). No caso brasileiro, tais contingências são oficialmente reconhecidas:

a

intensa globalização [...] acelerou a reconfiguração espacial das atividades econômicas, transformando e dinamizando certas regiões do planeta, enquanto outras se viram fadadas à estagnação ou ao declínio. [...] governos nacionais e locais perderam controle sobre o próprio desenvolvimento” (BRASIL, 2006, p. 9).

Contudo, como é da própria natureza do modo capitalista de produção, tal jogo de forças é uma relação dialética, não causal, muito menos fatalista. Como exposto acima, as relações são sempre contraditórias, no sentido de que a prevalência do interesse de um lado sempre afeta o interesse do outro, o que gera conflitos, os quais, para serem resolvidos, sem rupturas, exigem negociação (mediação). Nenhum dos lados, como ressalta Harvey (2005, p. 165), pode, individualmente, escolher as circunstâncias históricas e geográficas que melhor satisfaçam os próprios interesses. Ambos estão, ao mesmo tempo, “dominados e coagidos” pelas circunstâncias que, historicamente, eles próprios criaram.

Cada território se compõe de uma combinação própria e historicamente construída de verticalidades e horizontalidades, que decorrem de interações diferenciadas entre a dinâmica global e a local. No contexto atual da globalização, as verticalidades expressam a lógica do mercado (capital hegemônico internacional), que é, por natureza, concentradora,

homogeneizadora, excludente e seletiva, tanto em termos econômicos e sociais, quanto espaciais (SILVEIRA, 2007c, p. 370).

Ao estudar a empresa e o lugar em relação ao processo de globalização, sob o viés da responsabilidade social empresarial, Pereira (2007, p. X) afirma que “cada tipo de organização pressupõe uma combinação específica de verticalidades e horizontalidades que conduzem a relações diferenciadas entre a dinâmica do lugar e as ações empresariais”. Tais ações, contudo, precisam ser legitimadas socialmente, para o que as empresas se valem de diferentes estratégias, sendo uma delas a denominada responsabilidade social. A promoção de ações que valorizam o território em que se localizam torna-se uma necessidade crucial para a própria sustentação de cada empresa. Tais ações não deixam de ser formas diferentes de cada empresa se valer, também, das especificidades dos lugares em que se instala e opera para a realização de seus objetivos empresariais. Para expressar e difundir tal compreensão, a ORSE⁷ cunhou o conceito de “ancoragem territorial”, formulado com base no entendimento de que

um território é de fato uma construção complexa feita de relações interempresas, de instituições, de um ambiente de serviços, de um quadro de vida: a ação da empresa não se opera por um vazio socioeconômico, mas se encontra imersa nas estruturas econômicas, nas instituições sociais e culturais, historicamente construídas (ORSE, 2006, *apud* PEREIRA, 2007, p. 4).

Silveira (1999a) lembra que o espaço geográfico constitui sempre uma totalidade espacial e que sua cisão, no presente caso, em verticalidades e horizontalidades, é um recurso metodológico, porém, necessário para melhor apreendê-la. Ao se proceder a cisão da totalidade espacial, devemos atentar para duas advertências de Santos: a primeira (SANTOS, 1999a, p. 225) é a de que o “espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas”; a segunda, lembrada por Silveira (1999a, p. 370), é a de que “não há separação real entre essas duas realidades. Suas racionalidades coexistem e interpenetram-se, elas modificam-se mutuamente, cada uma afirmando-se, a cada instante, em função de seus próprios objetivos”, mas, também, segundo as reações contrárias que suas ações provocam.

Diante deste quadro, se as horizontalidades são pouco densas ou frouxas, o território se prestará, apenas, como suporte passivo, como “mera base de operação, abandonada logo que as condições deixam de ser vantajosas” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 291). Se, ao contrário, as horizontalidades são densas ou fortes, o território assume papel ativo, podendo

⁷ ORSE – *Observatoire sur la Responsabilité Sociétale des Entreprises* é uma associação sem fins lucrativos francesa, criada em 2000, que reúne grandes empresas e outras organizações com o objetivo de promover a responsabilidade social (ORSE, 2010).

beneficiar-se das novas oportunidades e dinâmicas vindas de fora e tornar-se sujeito de seu próprio futuro.

Em quarto lugar, nos preocupamos em averiguar a aplicação empírica dos conceitos de verticalidades e horizontalidades na produção acadêmica. Nosso levantamento atesta que, ainda, são relativamente poucos os autores que utilizaram tais conceitos como instrumentos teórico-metodológicos de análise do território. Dentre eles, destacamos sete:

- **María Laura Silveira:** talvez tenha sido a primeira a utilizar tais recursos de análise. O próprio Santos (1999a, p, 227), ao tratar especificamente dos conceitos de verticalidades e horizontalidades, cita o estudo de Silveira (1994b) sobre os lugares modernizados e lugares letárgicos no norte da Patagônia argentina;

- **Ricardo Abid Castillo:** em sua tese de doutorado, Castillo (1999) estuda os sistemas orbitais e analisa como as sucessivas inovações técnicas, nesse campo, possibilitaram um conhecimento cada vez mais detalhado do território e um conseqüente aumento da produtividade de certas culturas, em menor tempo e espaço, a partir do monitoramento agrícola e ambiental e da agricultura de precisão (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 82, 95 e 377);

- **Mirlei Fachini Vicente Pereira:** em sua dissertação de mestrado, a autora (2005b) investiga o papel das redes para compreender as estratégias de uso do território por parte das grandes empresas. Tomando como exemplo o caso da Embraer, evidencia a emergência de formas verticais no comando da produção e o poder da empresa na reconfiguração do espaço geográfico em que constitui seu circuito espacial de produção e seus círculos de cooperação, enfatizando a redefinição dos lugares em que opera, em especial São José dos Campos-SP e Gavião Peixoto-SP;

- **Fábio Betioli Contel:** deste autor, três trabalhos se destacam: o primeiro é sua dissertação, em 2001, cujo orientador foi Milton Santos, na área de finanças municipais; o segundo foi seu o estudo sobre o Projeto Grande Carajás; o terceiro foi sua tese, sob a orientação de María Laura Silveira, na qual Contel (2006) trata do tema território e finanças, analisando o processo de verticalização do uso do território e de seu sistema bancário, frente a esforços infrutíferos de horizontalização das finanças nacionais;

- **Rogério Leandro Lima da Silveira:** em sua tese, analisa o complexo agroindustrial do fumo e território, buscando apreender a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo-RS. As verticalidades e horizontalidades são utilizadas por Silveira (2007c) como recursos para identificar as características da dinâmica de organização e funcionamento da rede urbana regional, sublinhando os reflexos, nesses processos, das principais relações

verticais de interdependência hierárquica e de integração funcional da região ao mercado mundial, e das relações horizontais complementares e solidárias originadas internamente na região;

- Luciano Z. P. Candiotto: a tese de doutorado de Candiotto (2007) trata do turismo rural na agricultura familiar e utiliza os conceitos de verticalidades e horizontalidades, dentre outros, como recursos teórico-metodológicos para analisar o desenvolvimento do turismo em Colombo-PR, caso específico do Circuito Italiano de Turismo Rural;

- Evelyn A. A. Pereira: em sua dissertação de mestrado, Pereira (2007) aborda o tema empresa e o lugar na globalização, partindo da premissa de que “cada organização pressupõe uma combinação específica de verticalidades e de horizontalidades que conduzem a relações diferenciadas entre a dinâmica do lugar e as ações empresariais”;

- Cláudio Artur Mungói: em sua tese de doutorado, Mungói (2008) utiliza os conceitos de verticalidades e horizontalidades como par teórico para a análise da relação entre poder e território, tomados como determinantes para a compreensão das dinâmicas sócioespaciais no processo de desenvolvimento da região do Vale do Zambeze (Moçambique).

2.2 Sistema de conceitos, método de abordagem e de análise

A compreensão da formação socioespacial de Santa Maria, entendida como território em movimento, implica em compreender os processos de sua constituição e dinâmica, os quais podem ser apreendidos através dos usos do território, por parte de seus diferentes agentes.

Mas como definir e interpretar tais usos? As categorias e conceitos que selecionamos pouco podem auxiliar se tomados isoladamente. Embora cada um deles tenha seu próprio conteúdo, para constituir-se enquanto categoria ou conceito requer a contribuição de outros conteúdos. Na perspectiva epistemológica totalizadora de Milton Santos, como já assinalamos acima, as categorias e conceitos se diferenciam, mas, também, se interpenetram, cada um contendo e, ao mesmo tempo, sendo contido pelo outro. Sendo assim, importa tomá-los, não como elementos (termos) isolados, mas como partes básicas da estruturação de um sistema de conceitos que se constitua como método de abordagem e de análise do território.

Mais que delimitar diferenças, a construção de um sistema de conceitos requer a identificação de relações (inter-relações, nexos, conexões, interconexões), mas, também, de divisões (cisões, recortes). Isso pressupõe que admitamos certa equivalência (“não

necessariamente igualdade entre os termos utilizados, mas, sobretudo, correspondência entre os seus significados”), e, também, hierarquia entre categorias e conceitos, seja em termos de grau de abstração/concretude, seja de abrangência ou generalização (COUTO, 2006, p. 12). Contudo, as relações (inter-relações) não valem por si mesmas, mas pelo que revelam a respeito dos processos, pois o “conhecimento real de um espaço não é dado pelas relações e, sim, pelos processos”, afirma Santos (1980, p. 61).

Como construir tal sistema de conceitos? Adotando o método de raciocínio dedutivo, elaboramos nosso sistema de conceitos em quatro etapas, esquematicamente apresentadas abaixo:

a) Opção epistemológica de pressupostos: totalidade, como paradigma dialético, e formação socioespacial, como paradigma analítico;

b) Organização das categorias e conceitos, segundo suas hierarquias e divisões;

c) Definição do significado que damos a cada categoria e conceito, ou seja, como serão utilizados (tomados) enquanto partes do sistema:

- Espaço geográfico: como território usado (totalidade geográfica);
- Sistemas de objetos, de ações, de eventos e de normas: como partes constituintes do espaço geográfico;
- Escalas geográficas: como recursos de método para análise espacial;
- Periodização: como recurso de método para análise temporal;
- Meio geográfico: como recurso de método para análise espacial do conteúdo técnico do espaço geográfico;
- Situação geográfica: como recurso de método para análise espaço-temporal;
- Redes: como recurso de método para análise da dinâmica de organização socioespacial, e
- Verticalidades e horizontalidades: como recursos instrumentais de análise da dinâmica da formação socioespacial do território;

d) Estruturação das categorias e conceitos, segundo seus níveis hierárquicos:

1º Em um nível primário e principal, na base teórica do sistema, está o conceito de espaço geográfico, sinônimo de território usado e espaço banal, entendido como uma totalidade geográfica, da qual todas as demais categorias e conceitos derivam, se vinculam e se integram em sua constituição e funcionamento;

2º Em um segundo nível, estão os elementos que constituem o espaço geográfico: objetos, ações, eventos e normas;

3º Em um terceiro nível complementar, estão as dimensões escalares, necessárias para a delimitação da unidade espacial de pesquisa (território de Santa Maria), para a sua compreensão como parte das demais instâncias (região, país e mundo) com as quais se relaciona, e, igualmente, para possibilitar avançar, do ponto de vista analítico, o entendimento empírico da realidade. Neste nível estão as escalas local, regional, nacional e global;

4º Em um quarto nível, também complementar, estão os conceitos que oferecem potencial analítico, tais como: periodização, como recurso de método para análise temporal; meio geográfico, como recurso de método para análise espacial do conteúdo técnico do território; situação geográfica, como recurso de método para análise espaço-temporal; e redes, como recurso de método para análise da dinâmica de organização socioespacial no território;

5º No último nível estão os conceitos de verticalidades e horizontalidades. Estes têm particular importância, uma vez que constituem o par teórico-metodológico mais instrumental da pesquisa; são uma espécie de par de lentes através das quais nos propomos ver (identificar) e compreender os usos do território e, através deles, a formação socioespacial de Santa Maria. Por outro lado, as verticalidades e horizontalidades que incidiram e se instalaram no território constituem o objeto central da investigação, por se entender que elas são reveladoras, tanto do processo de formação, quanto dos resultados alcançados, em cada um de seus períodos históricos.

Como resultado de tais procedimentos metodológicos obtivemos um quadro-síntese do método de abordagem do território, como pode ser observado no Quadro 1.

Como se valer de tal sistema de conceitos, ou melhor, como utilizá-lo em um trabalho de pesquisa? Para responder a esta questão, tentamos transformar o sistema de conceitos, sintetizado no quadro acima, em um esquema lógico, de forma a delinear uma trama conceitual capaz de nos conduzir de uma totalidade (o espaço geográfico) a uma particularidade/singularidade (o território de Santa Maria) e desta para aquela.

Como se trata de pesquisa cujo marco referencial é o método de abordagem dialético-histórico, partimos da categoria totalidade, tomada como seu paradigma dialético. No caso, tal totalidade é representada pela categoria espaço geográfico, entendido como território usado e espaço banal. Ela é o pressuposto metodológico central da pesquisa: é o guia maior; é, ao mesmo tempo, o início, a pedra fundamental, basilar, sobre a qual se assenta toda a estrutura da pesquisa; é, também, o meio, o caminho indicativo de um roteiro (trama, enredo) da pesquisa, na medida em que, para melhor entendê-la, precisamos de ela derivar outros parâmetros, estes menores e mais operacionais (recortes espaciais e temporais) e, por isto, aqui chamados de recursos de método; e o fim, para o qual toda a pesquisa deve mirar. Assim,

Quadro 1 – Sistema de conceitos para análise do território de Santa Maria

Categorias e conceitos	Níveis	Tomados como
Totalidade		Paradigma dialético
Formação socioespacial		Paradigma analítico
Espaço geográfico	1º	Território usado (totalidade geográfica)
Sistema de objetos	2º	Partes constituintes do espaço geográfico
Sistema de ações		
Sistema de eventos		
Sistema de normas		
Escalas geográficas	3º	Recursos de método (análise espacial)
Periodização	4º	Recursos de método (análise temporal)
Meio geográfico	4º	Recurso de método (análise espacial do conteúdo técnico do espaço geográfico)
Situação geográfica	4º	Recurso de método (análise espaço-temporal)
Redes	4º	Recursos de método (análise da dinâmica de organização socioespacial)
Verticalidades e horizontalidades	5º	Recursos instrumentais de análise da dinâmica da formação socioespacial do território

Fonte: Degrandi; Silveira, 2011.

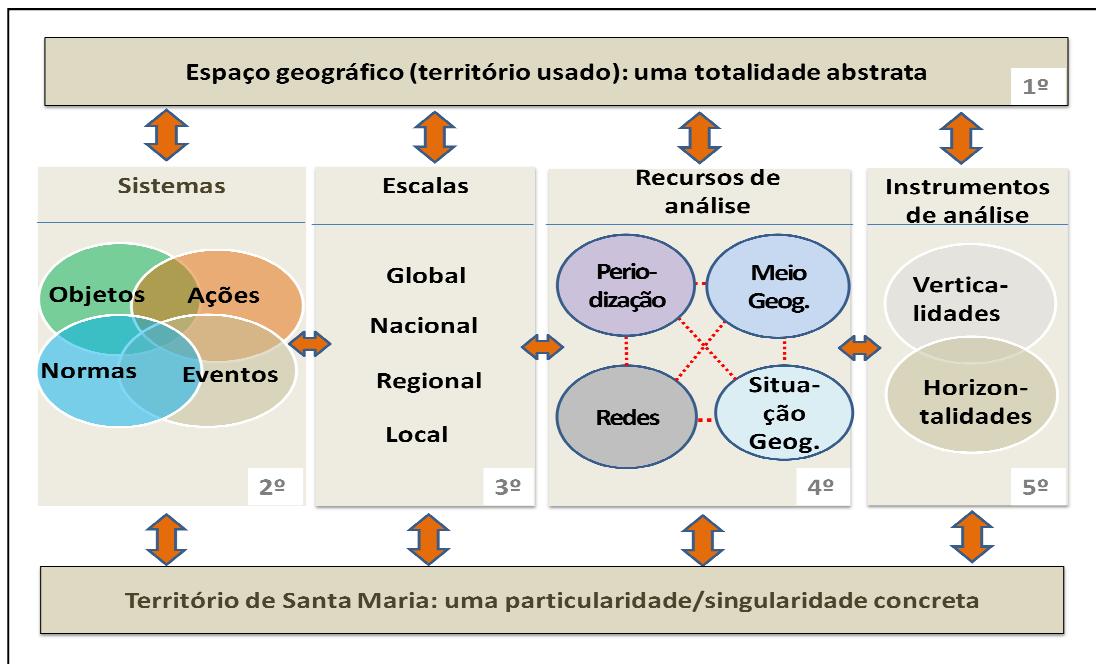
os trabalhos de pesquisa começam por ela (categoria abstrata, um substrato, como um pano de fundo da trama), desenvolve-se pela análise de seus recortes (categorias e conceitos analíticos) e, ao final, a ela retorna. Como afirmam Santos e Silveira (2006, p. 12), “na verdade, o que dá unidade às partes é a visão de conjunto que precede e acompanha o exercício de análise”.

O desafio teórico da pesquisa foi encontrar conexões conceituais que organizassem um sistema de conceitos que, partindo do espaço geográfico, se pudesse alcançar o território de Santa Maria. Em outras palavras, o sistema de conceitos elaborado se prestou para responder à seguinte pergunta: como, a partir de categoria tão abstrata (espaço geográfico), enfrentar a tarefa proposta de analisar uma realidade concreta, com coerência teórica e sem perder a visão da totalidade? Ou, como do universal (mundo) chegar ao particular/singular (Santa Maria) e, depois, deste voltar ao universal? Ou ainda, como proceder para reconhecer a co-presença e a convivência dialética do global e do local no território de Santa Maria? Mais claramente, como dissemos acima, tentamos estruturar o delineamento de uma trama conceitual que nos possibilitasse, partindo da categoria espaço geográfico (uma totalidade abstrata), chegar, através de sucessivos recortes analíticos, ao território de Santa Maria (uma particularidade/singularidade concreta). E mais, ao abordar o território, nele poder observar e interpretar o objeto de análise da pesquisa a que nos propusemos, ou seja, as verticalidades e

horizontalidades nos usos do território; isso tudo, sempre tendo por referência o ponto da partida, que será, também, o ponto da volta (espaço geográfico com território usado).

Assim entendido, o sistema de conceitos foi tomado como a peça instrumental e básica para a operacionalização da pesquisa, uma espécie de esquema lógico da pesquisa, esboçado na Figura 2.

Figura 2 – Esquema lógico do sistema de conceitos



Fonte: Degrandi; Silveira, 2011.

O sistema de conceitos que nos propomos construir, segundo a proposta de Santos, tem sua constituição e funcionamento condicionados à dinâmica e à complexidade próprias das relações sociais (econômicas, culturais, políticas) que se dão no âmbito do modo de produção capitalista periférico. Tentar representá-lo num esquema lógico é um desafio, mais teórico que de arquitetura gráfica, quando não uma tarefa impossível de ser realizada sem correr riscos de representações lineares, mecânicas, simplistas e reducionistas. Contudo, a tentativa de representá-lo e de superar tais riscos, valorizando interconexões, indissociabilidades, interdependências e condicionalidades recíprocas, é um exercício de grande força didática para os propósitos da pesquisa. Foi com este entendimento que esboçamos a Figura 2. Com esta perspectiva, a valorização e o emprego desse sistema conceitual possibilitarão, metodologicamente, buscar compreender melhor a formação socioespacial de Santa Maria, a partir das verticalidades e horizontalidades que marcaram (e marcam) os diferentes usos do seu território.

3 GÊNESE E FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA

Antes da análise das verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa Maria, procedemos a uma contextualização de sua gênese e formação, sob o ponto de vista histórico. Nosso interesse não foi o de elaborar uma revisão intensiva de sua história, mas o de delinear um quadro geral e resumido que nos desse, por assim dizer, um pano de fundo, uma linha do tempo histórico, sobre a qual fosse possível perceber, numa perspectiva mais ampla, os contextos mais específicos dos eventos que marcaram os principais usos de território. É geral por ser abrangente, cobrindo desde os seus primórdios até a atualidade. A abordagem é de natureza mais histórico-descritiva do que analítica ou interpretativa. Sua elaboração, contudo, cumpre funções importantes para os propósitos de nossa tese, pois, do contrário, os referidos eventos flutuariam num vazio histórico. Por outro lado, foi dela que tentamos extrair elementos para a história do presente do território de Santa Maria, interpretado através da abordagem socioespacial de Milton Santos. É para melhor registrá-la que precisamos, antes, identificar os diferentes e sucessivos *presentes* que o território vivenciou, o que, também, nos auxilia a reconhecê-los no *presente atual*.

Lembramos que o objeto da pesquisa não é a dimensão histórica de Santa Maria, nem do seu desenvolvimento, em si mesmos, mas as relações dialéticas entre verticalidades e horizontalidades engendradas nos diferentes usos do seu território. Da mesma forma, nos interessa destacar que o foco da pesquisa não está no passado, por si mesmo, mas no que ele tem a dizer a cerca do presente. Assim, a incursão pelos eventos pretéritos torna-se necessária para podermos perceber o mosaico das sucessivas situações geográficas, ao mesmo tempo, representativas de frações do passado e, principalmente, desveladoras da gênese da situação presente. Ademais, a abordagem não se atém unicamente aos eventos do lugar, “como se ele tudo explicasse por si mesmo” (SANTOS, 1997, p. 57); ao contrário, procuramos referenciá-los a contextos mais amplos, os quais, dependendo de cada caso, passam pela escala regional e/ou nacional e alcançam escalas macrorregionais e globais.

Com estes propósitos e cuidados, estruturamos o presente capítulo em dois tópicos: o primeiro reconstitui sua gênese, o segundo sua formação político-administrativa.

3.1 Gênese do território de Santa Maria

Os principais historiadores de Santa Maria, em especial Belém (2000) e Beltrão (1979), são unânimes em afirmar que a sua origem foi o acampamento demarcatório,

instalado em 1797. Tal evento, contudo, não se precipitou sobre um vazio histórico. Ao contrário, ele foi pré-condicionado por uma série de eventos, historicamente estabelecidos, tanto favorecidos pelas características do meio natural, quanto provocados pelos conflitos de interesses dos diferentes povos que disputaram sua posse e uso, desde tempos imemoriais. A reconstrução deste passado é o objetivo principal deste tópico. Inicialmente, porém, definimos algumas posições conceituais e metodológicas, na tentativa de justificar nossa postura frente à historiografia de Santa Maria. Após, elaboramos uma breve caracterização do meio natural da região aonde veio se constituir o território de Santa Maria. Por fim, associamos as reduções jesuíticas à origem remota de Santa Maria.

3.1.1 Contextualizando o processo inicial de formação do território de Santa Maria

Como introdução à nossa releitura da história de Santa Maria, queremos esclarecer três questões conceituais que tomamos por base para contextualizar a formação inicial do seu território. A primeira se refere ao conteúdo etnocêntrico da sua historiografia; a segunda diz respeito aos princípios normativos que orientaram a expansão territorial de Portugal e Espanha; e a terceira tem a ver com o conceito de fronteira.

a) Etnocentrismo: ao lembrar a história da formação do território de Santa Maria, não podemos esquecer que, ao contrário do que a historiografia oficial nos induz a acreditar, ela não começa, simplesmente, com a chegada do colonizador ibérico. Esta perspectiva etnocêntrica assinala e consagra a chegada deste como o início da história daquele. Esta simplificação da história produz outro viés (igualmente etnocêntrico) que é o de que a dita chegada se deu de uma vez só e, a partir dela, tudo o que existia (simplesmente) desapareceu e a história (re)começou do zero. Embora não tenha sido nossa pretensão retroagir a análise para além do evento mais diretamente fundante da cidade de Santa Maria (o acampamento demarcatório de 1797), esta questão nos parece pertinente por uma razão principal: sob tal perspectiva etnocêntrica subjaz, talvez, a maior das verticalidades humanitárias engendradas pelo capitalismo nascente que, para se expandir, obrigou-se a dizimar e expropriar territórios indígenas de toda a América. A história oficial reproduz a história do povo dominador, negando aquela do povo dominado que o antecedeu (SANTOS, 2010).

Alertados por Silveira (2007c), esta questão nos veio à baila quando compulsávamos a produção historiográfica do Rio Grande do Sul e de Santa Maria na qual nos baseamos. Referimo-nos, principalmente, a quatro dos mais conceituados autores, dois da história do Rio Grande do Sul: Pesavento (1997) e Bernardes (1997); e dois da de Santa Maria: Belém (2000)

e Beltrão (1979). Ainda que tais autores não neguem a existência de povos primevos, ao contrário, a reconhecem, mas a história que contam é, sempre, a história do colonizador.

Para Pesavento, a história do Rio Grande do Sul parece iniciar-se com sua *descoberta* pelos portugueses, no início de século XVI. Ademais, refere que a região precisou esperar (permanecer *inexplorada*) “por mais de um século, [pois], carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial” (PESAVENTO, 1997, p. 7). Isso valia tanto em relação a Portugal quanto à Espanha, até por que as atenções desta estavam voltadas às suas colônias do Pacífico, ricas em prata e ouro. A exploração colonial (extração do excedente econômico das colônias e sua acumulação nas metrópoles europeias), segundo a autora, era um dos mecanismos do processo de transição do feudalismo para o capitalismo (e do que isso implicava) que se desencadeava na Europa. Tal sistema privilegiava interesses de então que estavam associados à exploração de minerais (ouro e prata) e/ou à agricultura de exportação (açúcar), ambos ausentes no Rio Grande do Sul.

Para Bernardes, também, a impressão é que a região só começou a se constituir (a tornar-se território) com a chegada do colonizador português. Para ele, até a década de 1740, “o território rio-grandense era ainda uma vasta terra de ninguém [...] uma região remota e pouco conhecida na qual a fronteira, em disputa, se diluía por centenas de quilômetros” (BERNARDES, 1997, p. 53).

Para ambos os autores Pesavento (1997) e Bernardes (1997), a partir dos interesses dos exploradores e colonizadores ibéricos, mais precisamente dos portugueses, a região foi se tornando cobiçada e disputada, por duas razões, a saber: (a) a sua proximidade com a bacia do Rio da Prata, que exercia papel central nas estratégias geopolíticas de ambas as coroas (de Portugal e de Espanha). Isto se devia, em parte e inicialmente, por servir como espaço de penetração no continente, principalmente por dar acesso às minas de prata de Potosi, no Peru, facilitando tanto o escoamento e comércio (oficial e/ou de contrabando), inicialmente de prata e, depois, de couro de gado; (b) a possibilidade de preia de índios aldeados nas reduções e, mais tarde, de gado alçado nas Vacarias do Mar (no Tape) e dos Pinhais (no planalto do Rio Grande do Sul). Ambos os casos (e razões) explicam a gênese da apropriação pelos colonizadores da região que viria a ser o Estado do Rio Grande do Sul, já de início, através de uma forma subsidiária de integração à economia colonial (SILVEIRA, 2007c).

No caso de Santa Maria, tomando por base seus dois mais ilustres historiadores (Belém e Beltrão), a produção de sua historiografia é ainda mais centrada na perspectiva do

colonizador e associada, diretamente, aos eventos que explicam a origem da cidade. Tal associação está expressa no próprio título das respectivas e principais obras.

Belém (2000) traça a linha cronológica evolutiva dos acontecimentos, a partir do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, centrando-se no período de 1797 (data da instalação do acampamento demarcatório que deu origem a Santa Maria) a 1933 (data da primeira edição do seu antológico livro). Sua referência aos períodos anteriores se restringe, singelamente, na reelaboração da *Lenda de Imembui*, pela qual reconhece a existência das tribos (Tapes e Minuanos) que viveram nas margens do arroio Itaimbé, sítio próximo do centro urbano atual de Santa Maria.

De igual forma, Beltrão (1979) tem, por marco inicial de sua cronologia histórica, o ano de 1787, em homenagem à chegada ao Rincão de Santa Maria da Primeira Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites da América Meridional. No entanto, em suas breves considerações preliminares, antes de destacar algumas datas históricas que tem a ver, direta ou indiretamente, com a origem da cidade, Beltrão (1979) registra algumas notas de suas pesquisas sobre o eventual povoamento do lugar em que veio se assentar a cidade de Santa Maria, antes da chegada dos europeus. Embora breves, suas notas dão importante contribuição à historiografia pretérita do território.

Assim, sob tal perspectiva, a história de Santa Maria (que se tornou oficial) faz parecer que, antes das expedições demarcatórias, o espaço que viria a ser o seu território era apenas um espaço vazio como tantos outros, uma área sem nome. Descrita assim, dá-se a impressão que essa área ainda não tinha sido efetivamente apropriada por alguém que dela se julgasse dono e que por ela zelasse e lutasse, não sendo, por isso, considerada, ainda, *território*.

Duas razões, no entanto, nos convencem do contrário. A primeira é que, em seus primórdios, antes de espanhóis e portugueses dela se apossarem, a área pertenceu a diferentes povos indígenas que ali viveram e/ou ali tiveram seus territórios de coleta, caça e pesca. Mais adiante, abordaremos o pouco que a historiografia pré-colonial tem a dizer a respeito deste período primevo (pré-técnico), em que o homem da região vivia em harmonia com o meio natural. O vai-e-vem de fronteiras nos dá a segunda razão. Embora ainda não especificamente conhecida e distinguida das demais pelos colonizadores, a área fazia parte dos reclamados e vastos domínios coloniais ora de Espanha, ora de Portugal, por quase três séculos (1494 a 1777) à mercê de disputas (pela diplomacia ou pelas armas), travadas segundo as *razões de Estado* dos dois impérios ibéricos, ora inimigos, ora aliados ou unificados (1580 a 1640). A linha de limites flutuava ao sabor das contingências políticas de Portugal e Espanha.

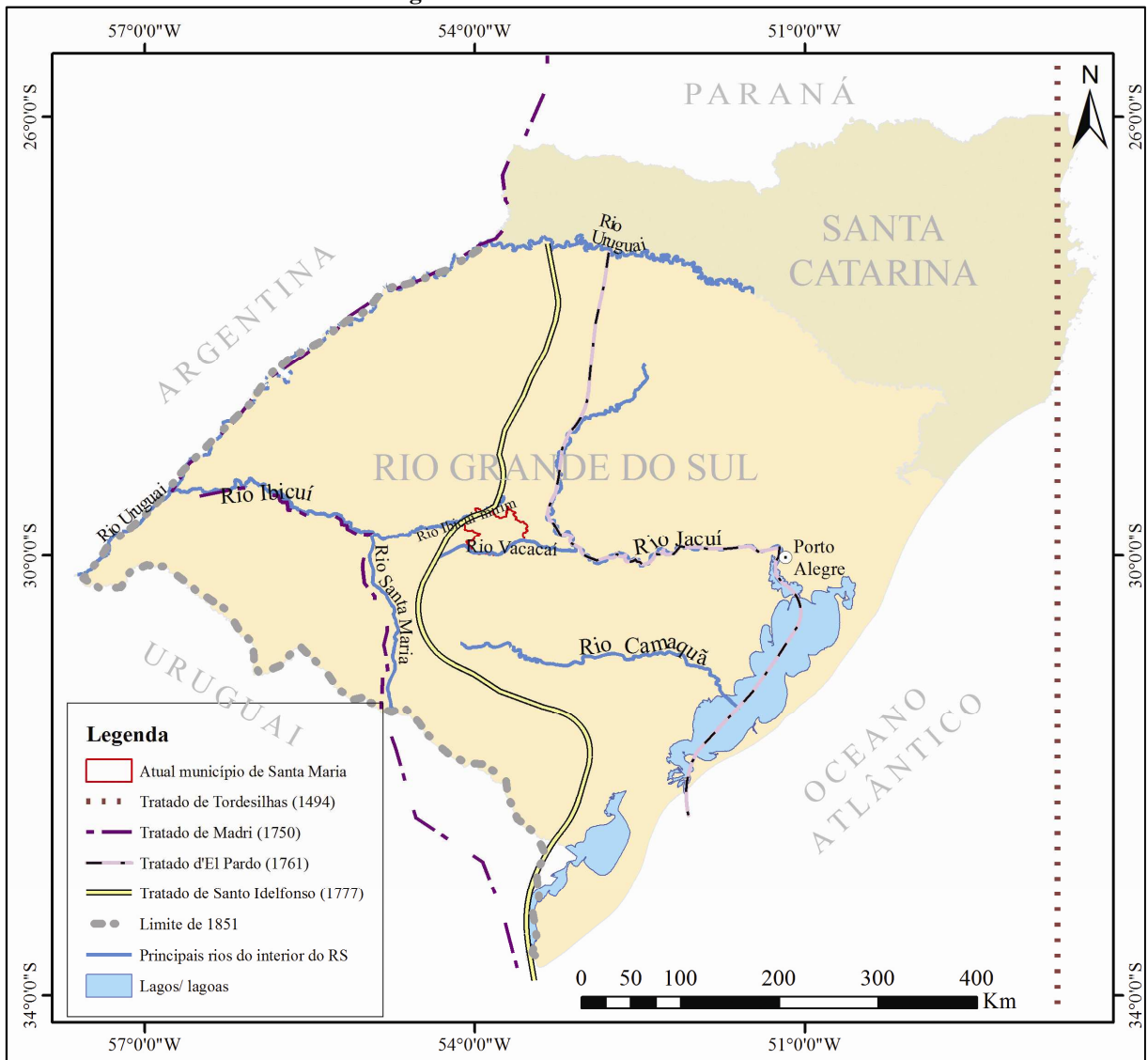
Neste sentido, a atual região de Santa Maria passou por, pelo menos, sete diferentes domínios jurisdicionais: (a) antes das *descobertas*, ela, assim como o próprio Rio Grande do Sul, era considerada território de Espanha, pelo *Tratado de Tordesilhas*, de 1494. Além de tal tratado ser mera linha imaginária e de nunca ter sido demarcado, o critério de sua delimitação deu margem a diferentes interpretações, contribuindo para aumentar as controvérsias sobre as fronteiras entre as colônias espanholas e portuguesas (FLORES, 1997)⁸; (b) de 1536 até 1547, pela *capitulación* de Pedro de Mendoza (fundador de Buenos Aires, em 1536), estabelecida pelo rei de Espanha para domínio, colonização e defesa dos territórios assegurados pela Linha de Tordesilhas, pertenceu à possessão espanhola que ia do Prata à Amazônia e dos Andes à Linha de Tordesilhas; (c) de 1547 até 1617, com a criação do bispado de Assunção, pertenceu ao distrito de Siete Corrientes (atual cidade argentina de Corrientes), cuja jurisdição se estendia até o Atlântico; (d) a partir de 1617, com a transferência de Siete Corrientes para o governo do Rio da Prata, passou do domínio de Assunção para o de Buenos Aires; (e) nesta condição permaneceu até 1750, quando, pelo *Tratado de Madri*, passou para o domínio português; (f) em 1761, o *Tratado de El Pardo* a devolve ao domínio espanhol; (g) finalmente, em 1777, pelo *Tratado de Santo Ildefonso*, retornou às mãos portuguesas, o que motivou os serviços demarcatórios que viriam a ensejar os eventos oficialmente reconhecidos como fundadores de Santa Maria (BELTRÃO, 1979). Desta feita, sua atual área foi literalmente cortada pela linha de limites, condição que lhe conferiu posição geopolítica estratégica e, por isso, transformada em campo de confrontação (militar e paramilitar) por questões territoriais, ou seja, num território de uso militar. A Figura 3 ilustra a espacialização desse processo, considerando cinco dos principais tratados.

b) Princípios normativos: sob o ponto de vista dos exploradores e colonizadores, a conquista, posse e domínio territorial obedeciam dois princípios normativos, aplicáveis de forma simultânea ou não, conforme interesses e circunstâncias. O primeiro atendia interesses de ambas as coroas, além da igreja católica (através dos jesuítas) e de outros Estados europeus que a ela deviam fidelidade; o segundo constituía estratégia portuguesa para a sua expansão territorial. São eles:

- Etnocentrismo religioso: na época das grandes navegações, para os europeus, os povos não cristãos e não civilizados podiam ser dominados e escravizados, e suas terras tomadas. Este *direito* foi consagrado pela *Bula* papal de 1493 e, um ano depois, transformado

⁸ Flores (1997) destaca, entre outros, o mapa de Bartolomeu Velho, elaborado em Lisboa, em 1561, o qual traça a linha de Tordesilhas passando pela foz do Rio Amazonas, seguindo pelo Rio Paraguai até a foz do Rio da Prata, dando a entender, por exemplo, que os atuais Rio Grande do Sul e Uruguai, eram territórios de Portugal.

Figura 3 – Vai-e-vem de fronteiras



Fonte: MAEDER; GUTIERREZ, *apud* SILVEIRA, 2007c; BELÉM, 2000; BELTRÃO, 1997; IBGE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análissa do Prado.

em acordo diplomático no Tratado de Tordesilhas.

- *Uti possedetis* (direito de posse): originário do direito romano, este princípio determinava que a posse da terra fosse de quem a estivesse usando. Os portugueses dele se valeram como estratégia de ampliação de seus domínios, avançando suas frentes de exploração para além dos limites de fronteira convencionados nos diversos tratados demarcatórios e, com isso, forçando novos tratados que viessem oficializar suas novas conquistas. As conhecidas *entradas e bandeiras* são expressões destas estratégias, consagradas no Tratado de Madri (ARRUDA e PILETTI, 2009).

c) Linhas e faixas de fronteiras: ao tratarmos de questões fronteiriças, convém que esclareçamos o significado que estamos dando a este fenômeno geográfico. Em primeiro

lugar, trata-se de um processo histórico, cuja construção é resultado de complexas relações de poder, não apenas entre Estados soberanos, mas, também, entre as populações que nela habitam e/ou tenham interesses, bem como entre estas e os próprios Estados. Por outro lado, fronteira não se confunde com limite. Este é a linha divisória, cujos símbolos materiais são os marcos, fatores de separação, obstáculos fixos, barreiras, que definem a linha político-territorial. Por isso, o limite orienta-se para dentro, por forças centrípetas. A fronteira, ao contrário, representa o que está na frente e orienta-se para fora, por forças centrífugas, no sentido da expansão do território. Não é uma linha, mas é uma faixa, uma região, uma zona sempre sujeita à ação de diferentes interesses, nem sempre controlados pelos respectivos Estados, sendo, por isso, uma fonte constante de perigo e ameaça, de insegurança e instabilidade, o que é percebido e tratado pelo Estado como uma questão geopolítica estratégica. Ademais, a fronteira, enquanto faixa, sempre pressupõe a coexistência de dois lados (duas faixas), cuja extensão é de difícil precisão, em razão das diferentes dinâmicas que os caracterizam e das influências que reciprocamente exercem. Neste sentido, a fronteira é um lugar (zona) de encontros, de comunhão de diferenças, de alteridades, mas, também, de desencontros, tensões, conflitos e guerras, que dão porosidade aos limites físicos e político-institucionais (GOLIN, 2002; FARINATTI, 2010).

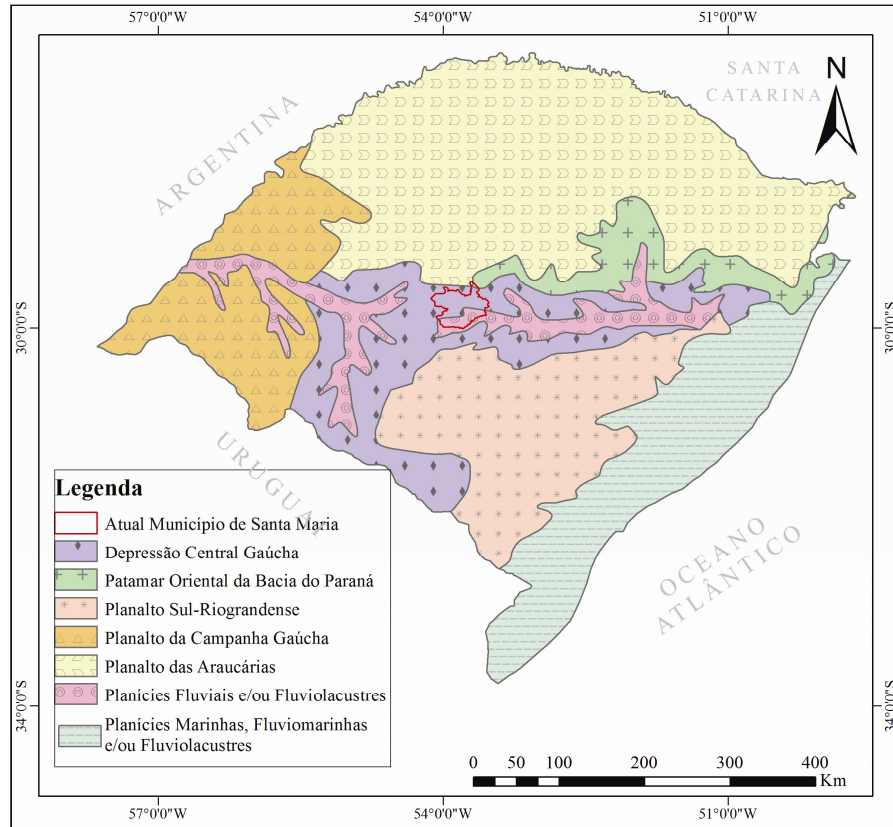
Neste sentido, ao tratarmos da formação do território de Santa Maria, não podemos perder de vista que se trata, desde antes de sua emergência como tal, de um *espaço de fronteira*, embora após a conquista das Missões, tenha sido (e venha sendo) a sua retaguarda estratégica, na América meridional.

3.1.2 Caracterizando o meio natural da região

Na gênese da formação do território de Santa Maria, o primeiro aspecto a considerar é o meio natural da região, o qual, por suas características, influenciou a sua apropriação e usos, tanto por comunidades indígenas, antes, quanto por exploradores e colonizadores, depois.

A região em que se constituiu o atual território de Santa Maria é uma área de transição entre a Depressão Central e o Planalto das Araucárias, localizada no centro do Rio Grande do Sul, entre as microbacias do Rio Jacuí e do Rio Ibicuí (Figura 4). Na perspectiva ecológica, tal transição se dá, também, entre o Bioma Pampa e o Bioma Mata Atlântica (Figura 5). Mais especificamente, para efeitos da delimitação espacial do contexto da formação do seu território, consideramos como sua região a área composta pelo então Rincão

Figura 4 – Localização de Santa Maria no mapa geomorfológico do Rio Grande do Sul

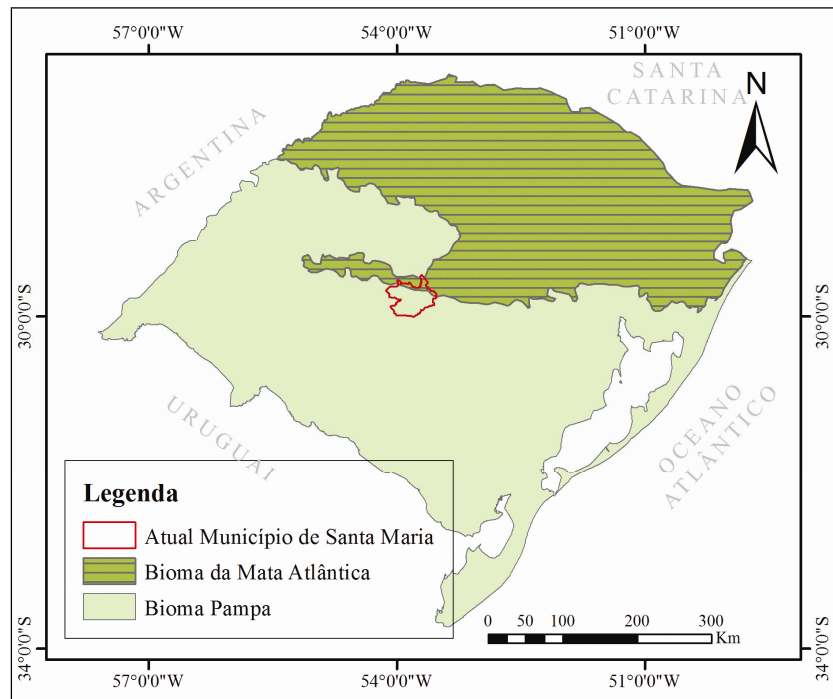


Fonte: IBGE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Analissa do Prado.

Figura 5 – Localização de Santa Maria no mapa dos biomas do Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Analissa do Prado.

de Santa Maria e suas imediações, estendendo-se a Boca do Monte e São Martinho. Tal área, mesmo com seu posto avançado (Guarda Portuguesa de São Pedro), no contexto do período da ocupação e demarcação de limites e das estratégias de sua proteção e defesa, estava incluída na expressão genérica, de vastos e indefinidos contornos, chamada de *fronteira de Rio Pardo*⁹.

Contudo, quando atentamos para as particularidades do meio natural desta região, percebemos alguns elementos presentes que tanto explicam sua ocupação e seus primeiros usos, quanto favoreceriam, no futuro, sua ascensão hierárquica como centro militar, ferroviário e comercial. Destacamos dois destes elementos: (a) fisiograficamente, ela corresponde, na Depressão Central, ao divisor de águas das duas principais microbacias hidrográficas do Estado (Rio Jacuí e Rio Ibicuí): é banhada, minoritariamente, a oeste, pelo Rio Ibicuí-mirim (tributário do Rio Ibicuí, pertencente à bacia do Rio Uruguai), e, majoritariamente, ao sul e a leste, pelos rios Vacacaí-mirim e Vacacaí (ambos tributários do Rio Jacuí, pertencente à Bacia do Rio Guaíba); (b) Tal divisor de águas forma uma faixa de terra dissecada, propícia para a ligação terrestre do norte (Região das Missões e do Planalto) com o sul (Depressão Central e Pampa).

As condições dadas por estes dois elementos naturais e distintivos da região, no início da formação do território, possibilitaram e favoreceram o seu uso para diferentes finalidades, dentre as quais assinalamos três:

a) Local de passagem: serviu de trilha, caminho, depois estrada, tanto pelas comunidades indígenas pré-coloniais e missioneiras, quanto por carreteiros, tropeiros e bandeirantes, bem como para movimentação de tropas militares espanholas e luso-brasileiras, de que trataremos adiante;

b) Linha de limites: essa faixa de terra foi reconhecida como propícia ao traçado da linha divisória do Tratado de Santo Ildefonso (Figura 3). A respeito, Golin lembra a recomendação dada aos demarcadores, para

verificarem esta linha divisória, que sigam em toda ela as direções dos montes pelos cumes deles ou dos rios onde os houver a propósito; e que as vertentes dos ditos rios e nascentes deles sirvam de marcos a um e outro domínio, aonde assim se poder executar, para que os rios, que nascerem em um domínio e para ele correrem, fiquem desde o nascente deles para esse domínio (GOLIN, 2002, p. 170).

⁹ O forte de Rio Pardo, construído em 1754, sediava o Regimento de Dragões e constituía o centro estratégico de defesa, como retaguarda fortificada de apoio logístico e militar ao processo de expansão das terras da chamada fronteira de Rio Pardo (VOGT, 2001; SILVEIRA, 2007c).

c) Posto de guarda: no contexto dos conflitos fronteiriços que deram ensejo ao acampamento que viria a dar origem a Santa Maria, nesta área, tanto espanhóis quanto portugueses, instalaram postos de guarda avançados, transformando-a em palco de atividades militares. Contudo, antes das disputas territoriais entre luso-brasileiros e espanhóis, a região já havia abrigado guardas guaranílicas, em São Martinho, Boca do Monte e Santa Maria, acrescenta Torronteguy (1999). Desde esse período, portanto, a região vinha sendo usada como ponto estratégico militar, seja sob ordens dos jesuítas, da Espanha e/ou de Portugal, seja do Brasil Império.

3.1.3 Reduções jesuíticas: a origem missioneira de Santa Maria

O período anterior à chegada dos exploradores ibéricos, como assinalamos acima, foi deixado à margem da historiografia oficial do Estado do Rio Grande do Sul, e, também, daquela de Santa Maria e de sua atual região de influência. Contudo, como adverte Silveira (2007c), não podemos esquecer que, desde tempos pré-históricos, o Rio Grande do Sul, bem como grande parte das terras brasileiras, já se apresentavam ocupadas por diferentes sociedades indígenas. Os antecedentes históricos da atual Região Central do Rio Grande do Sul, que compreende o atual município de Santa Maria e os de sua região de influência, possibilitam identificar, pelo menos, dois momentos distintos, antes de ela assumir a configuração que lhe deu a identidade e o reconhecimento como território luso-brasileiro: (a) em seus primórdios, foi habitada por diferentes tribos indígenas, atraídas pelas condições favoráveis do meio natural; (b) no período colonial, sob o domínio espanhol, fez parte do complexo das reduções jesuíticas.

Assim, assumimos três posições a respeito do período anterior às expedições demarcatórias. A primeira, além de reconhecer que a região foi território de diferentes nações indígenas, desde tempos imemoriais, é registrar a redução *São Cosme e São Damião* como primeira presença ibérica no lugar em que viria a se fixar a povoação que originaria, mais tarde, a cidade de Santa Maria. Como o subtítulo sugere, assumimos a tese de diferentes autores (BELTRÃO, 1979; TORRONTÉGUY, 1994 e 1999; SANTOS, 2010) de que aquela redução teria sido uma aglomeração *proto-urbana* que, embora desmantelada pelos bandeirantes, pode ser considerada precursora remota da cidade de Santa Maria.

A segunda posição é assinalar as reduções jesuíticas como vetores de novas racionalidades que induziram a emergência de novos usos do território. No longo processo de

artificialização do meio natural, com a chegada dos jesuítas, antes, e colonizadores, depois, o meio técnico começou a se sobrepor ao meio natural.

Por fim, a terceira posição é a de, mais que descaracterizar a *terra de ninguém*, ressaltar, conforme tese de Torronteguy (1999, p. 51), a “continuidade secular no povoamento do local”, seja por indígenas (reduzidos ou não), seja por castelhanos ou luso-brasileiros. Segundo este autor, embora a redução tenha sido destruída e sua população aldeada tenha transmigrado, o lugar não foi abandonado, mas sobreviveu pela continuidade da sua ocupação por dezenas de famílias indígenas que permaneceram, cultivando plantas e criando animais, “num estabelecimento proto-urbano”. Segundo Santos (2010, p. 111, *itálico no original*), apesar da curta existência da redução de São Cosme e São Damião, ela pode ser considerada como a “*célula mater de Santa Maria*”. O seu grupo remanescente pode ser considerado como a ponte de ligação e de transmissão cultural, entre a população originária e os novos contingentes étnicos que foram ocupando a região e que, em conjunto, formaram o caldeamento étnico-cultural que caracteriza a atual população de Santa Maria. O assentamento de 50 famílias de índios missioneiros (BELÉM, 2000), nos primeiros anos do século XIX, junto ao incipiente Acampamento Santa Maria, foi uma prova de que antigas territorialidades ainda reviviam. Pela simbologia do nome dado ao lugar (Aldeia), foi, também, um tributo à memória de seus antepassados da redução São Cosme e São Damião (SANTOS, 2010).

3.2 Formação político-administrativa de Santa Maria

No tópico anterior apresentamos os antecedentes da região e, mais especificamente, do lugar que viria acolher o acampamento da Segunda Subdivisão Demarcadora de Limites, em 1797. Agora, nos interessamos em assinalar como tal acampamento, ao introduzir novos usos, possibilitou sua transformação em povoado, depois, em vila e cidade.

3.2.1 O acampamento: a origem urbana de Santa Maria

Segundo Belém (2000), as tratativas diplomáticas de demarcação de limites entre Portugal e Espanha, nos seus domínios na América meridional, iniciaram em 1717, contudo só tiveram desfecho efetivo com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Entre 1717 e 1777, no entanto, ocorreram pelo menos dois outros tratados (Tratado de Madri, em 1750, e Tratado El Pardo, em 1761). O vai-e-vem da fronteira (Figura 3) é explicado, menos por desacordos

entre as coroas ibéricas, que por dificuldades de comunicação e entendimento entre o Vice-rei de Buenos Aires e o do Brasil. A estas dificuldades, o autor acrescenta, ainda, como não menos importantes, aquelas resultantes dos interesses pessoais em jogo e do espírito de nacionalidade que separavam, profundamente, os dois povos lindeiros. Tal contexto os mantinha em “constantemente conflitos, em contínuas escaramuças de que resultava uma perene tragédia sangrenta na linha da fronteira [sic] que cada povo riscava a seu talante” (BELÉM, 2000, p. 21). Tanto foi assim, que os novos limites só passariam a ser demarcados a partir de 1784, (Primeira Subdivisão Demarcadora de Limites), prolongando-se até 1797 (Segunda Subdivisão Demarcadora de Limites), quando foram interrompidos.

Frente a tantos conflitos e à necessidade de assegurar a demarcação e defesa dos limites, tanto espanhóis quanto portugueses se fortificaram militarmente na região. A Coroa portuguesa, além de acampamentos e guardas avançadas, lançou mão de duas estratégias, tendo em vista obter o concurso dos estancieiros: a primeira, utilizando-se do *uti possidetis*, incrementou o processo de distribuição de *sesmarias* e *datas*¹⁰ na faixa da fronteira, o que, também, fortalecia o processo de ocupação e povoamento, bem como a sedentarização da pecuária; a segunda, transigindo com os estancieiros, outorgou-lhes poder e autoridade, distribuindo-lhes cargos, com o que, de um lado, permitiu “certa autonomia do poder local em relação à administração lusa”, por outro lado, transformou-os em estancieiros-soldados (PESAVENTO, 1997).

A sesmaria de maior interesse para a presente pesquisa é a do Pe. Ambrósio José de Freitas, que se tornou conhecida como estância do Pe. Ambrósio. Adquirida em 1789, contava com 150 quadras (13.068 ha.) e localizava-se nos campos da então Freguesia de S. Nicolau da Cachoeira do Rio Pardo (atual Cachoeira do Sul), na localidade conhecida como Rincão de Santa Maria. Para Beltrão (1979), esta é a primeira vez que Santa Maria é representada em documento cartográfico. Foi numa colina desta estância que Francisco João Roscio, comissário da Segunda Subdivisão Demarcadora de Limites, em 1797, escolheu o local para o acampamento da expedição, o qual, mais tarde, veio a se transformar na cidade de Santa Maria (BELTRÃO, 1979; BELÉM, 2000).

A Segunda Subdivisão Demarcadora, composta por partidas portuguesa e espanhola, desenvolveu seus trabalhos em meio a divergências, desentendimentos, desconfianças

¹⁰ Política de ocupação e povoamento portuguesa, que consistia na concessão gratuita de título de propriedade de terra a quem tivesse se apropriado da mesma e nela estabelecida rancho, lavoura ou criação. Uma sesmaria representava cerca de 13.068 hectares e uma data 272 hectares (Laytano, 1950; Rüdiger, 1965 e Vogt, 2001, apud Silveira, 2007c, p. 71). Diferentemente de Portugal, a política de ocupação e povoamento de Espanha se dava através da criação de cidades (FLORES, 1983).

recíprocas e protelações, o que terminou provocando sua cisão e, depois, a interrupção dos trabalhos de campo. Em 1797, estando a partida portuguesa nas Missões, diante da iminência de conflito e com o objetivo de precaver-se, o seu comando recebeu a seguinte ordem do governador da então Capitania do Rio Grande de São Pedro:

[...] determino que a Partida Portuguesa de que V. S. é Comissário a fará por imediatamente em marcha até que descendo a Serra de São Martinho do Monte Grande e chegando à nossa primeira guarda avançada denominada de Arroio dos Ferreiros, possa a tropa e a referida Partida acampar ou arranchar-se junto a qualquer estância ou estabelecimento que para o dito fim parecer mais apropriado dentro da distância de duas até três léguas. (Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos, vol. 10.500, fl. 101, *apud* BELÉM, 2000, p. 30).

Em cumprimento a esta ordem, a referida partida portuguesa, em novembro de 1797, ergueu seu acampamento numa coxilha da sesmaria do Pe. Ambrósio, onde montou quartel para a tropa, escritório para a comissão técnica, ranchos para os oficiais, além de capela. A expedição era composta por cerca de 200 pessoas, entre oficiais, técnicos, artífices, soldados, capelão, peões, voluntários, escravos de oficiais, familiares. Montado o escritório, os técnicos retomaram os trabalhos de ofício (elaboração de mapas e documentos) relativos às demarcações realizadas, cuja conclusão se esperava que demandasse tempo (BELÉM, 2000; BELTRÃO, 1979). Contudo, a permanência da Subdivisão Demarcadora foi breve. A conquista das Missões justificou a suspensão dos trabalhos e seu recolhimento a Porto Alegre. Em 1801, mediante ordem do mesmo governador, a Subdivisão retirou-se do acampamento. Nos quatro anos de sua curta permanência, no entanto, “a área do povoado desenhou-se, em linhas gerais, rasgando-se naturalmente estradas que, mais tarde, foram ruas” (BELÉM, 2000, p. 40).

3.2.2 De acampamento a município

Segundo normas da época, os três primeiros estágios de evolução de uma povoação eram designados por nomes da hierarquia católica, mediante autorização eclesiástica, a saber: oratório público, capela e capela curada. O quarto estágio, a freguesia, embora também equivalesse ao grau de paróquia e representasse a independência sob o ponto de vista eclesiástico, era concessão dada pelo Presidente da Província. A etapa seguinte era a vila, obtida quando a freguesia passava a estado de município e obtinha a independência político-administrativa, como subunidade provincial. O título de cidade advinha do grau de desenvolvimento da vila ou por influência política. O último estágio era o de capital, quando uma cidade se tornava sede de governo provincial (BELTRÃO, 1979).

Servimo-nos desta particularidade histórica para, brevemente, assinalarmos a trajetória que marcou o desenvolvimento político-administrativo do território que viria a ser a atual Santa Maria. Iniciamos a partir da instalação do acampamento da Subdivisão Demarcadora, pois, antes dele, embora a localidade fosse conhecida como Rincão de Santa Maria, ainda não havia se constituído como povoado. Segundo apontamentos de Beltrão (1979) e Belém (2000), foram os seguintes os estágios da formação político-administrativa de Santa Maria:

a) Acampamento: o lugar onde se arranchou a Subdivisão Demarcadora, em 1797, e a incipiente povoação que ali se formou não chegou a se constituir numa instância político-administrativa. Foi a pequena capela da Subdivisão que deu o primeiro nome ao povoado: Capela do Acampamento de Santa Maria. Com a suspensão da Subdivisão e retirada de seus integrantes, em 1801, o povoado remanescente, então sem capela, passou a chamar-se de Acampamento de Santa Maria;

b) Sede do Distrito de Vacacaí: em fins de 1801, com a criação do Distrito de Vacacaí, pertencente a Cachoeira, o Acampamento de Santa Maria passou a ser sua sede, sob comando de capitão militar;

c) Oratório: com a retirada da Subdivisão Demarcadora, o povoado ficou sem capela, até 1804, quando obteve seu primeiro foro oficial de povoação: Oratório de Santa Maria;

d) Capela: a partir de 1810, o Oratório passou a Capela de Santa Maria da Boca do Monte¹¹, como filial da Freguesia de Cachoeira. Sua ampla jurisdição eclesiástica abrangia grande parte da Região Central e Fronteira-Oeste da então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul;

e) Capela Curada: a partir de 1812, o povoado passa a ser Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte, ainda dependente da Freguesia de Cachoeira. Em 1819, com a emancipação de Cachoeira, a Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte a passa ser sede de seu 4º distrito;

f) Freguesia: em 1837, em plena Guerra dos Farrapos, o povoado passa a ser Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte;

g) Vila: em 1857, Santa Maria é elevada a município, obtendo sua emancipação político-administrativa, desmembrada de Cachoeira, com a denominação de Vila de Santa Maria da Boca do Monte. Em 17 de maio (data oficial de aniversário) de 1858, é inaugurada a Câmara Municipal e instalado, oficialmente, o município;

¹¹ São controversas as versões sobre a origem do apêndice *Boca do Monte* ao nome de Capela de Santa Maria. Segundo Beltrão (1979, p. 13 e 54), a hipótese mais provável é de tal acréscimo seja uma referência à proximidade do povoado à Picada do Monte Grande, chamada de Boca do Monte pelos espanhóis e depois pelos luso-brasileiros, que dava acesso pelo sul a São Martinho. Em espanhol, monte significa floresta, selva.

h) Cidade: finalmente, em 1876, a vila é elevada à categoria de cidade, com o nome de Santa Maria da Boca do Monte, seu nome oficial que preserva até hoje, embora seja mais conhecida por Santa Maria.

Quando de sua emancipação, em 1857, o município de Santa Maria compunha-se de apenas dois distritos, o da sede e o de Pau Fincado. Seu amplo domínio territorial original, num total de 3.250,27 km², com o tempo, foi sofrendo alterações, em razão de uma anexação e quatro desmembramentos havidos, afora pequenas perdas de área motivadas por outras emancipações lindeiras¹². Atualmente, o município de Santa Maria tem uma área de 1.779,6 km², menos de 60% da área original, e sua organização político-administrativa se compõe de nove distritos¹³, além da sede.

3.2.3 Formação étnico-cultural

A composição étnico-cultural da sociedade gaúcha, em geral, é fruto de diversificado e rico processo de miscigenação, resultado de contribuições de inúmeras etnias. A de Santa Maria, em particular, foi formada por, pelo menos, seis etnias principais: indígena, portuguesa, espanhola, africana e, mais tarde, imigrantes europeus (alemães, italianos e judeus russos), além de libaneses¹⁴.

Tal diversidade étnico-cultural, embora possa ser atribuída a uma particularidade circunstancial das povoações coloniais, em Santa Maria constituiu uma especificidade distintiva. Isto se explica por força dos fluxos migratórios, tanto dos que chegaram e saíram, quanto dos que chegaram e ficaram. Contudo, se explica, também, pelas características de eventos especiais que tiveram curso no território, para cuja dinâmica a presença de contingentes flutuantes foi uma implicação obrigatória. Associamos quatro conjuntos de tais eventos aos usos militar, ferroviário, universitário e comercial que, em diferentes tempos e de diferentes formas, ao serem acolhidos no território, foram moldando a composição étnico-cultural de Santa Maria.

¹² Em 1901, com a extinção do município de São Martinho, seu 1º distrito passou a pertencer a Santa Maria (BELTRÃO, 1979). Em 1992, contudo, volta a emancipar-se, com o nome de São Martinho da Serra; Em 1987, o distrito de Silveira Martins se desmembra de Santa Maria; Em 1995, os distritos de Itaàra e Dilermando de Aguiar (antigo Pau Fincado) se emancipam, desmembrando-se de Santa Maria.

¹³ Arroio do Só, Arroio Grande, Boca do Monte, Pains, Palma, Passo do Verde, Santa Flora, Santo Antão e São Valentim.

¹⁴ Belém (2000, p. 56-58), ao caracterizar os “fundadores da povoação”, dá uma ideia da miscigenação reinante em 1812, na então Capela Curada e seus arredores: “uma centena ou mais de índios guaranis, número mais ou menos igual de negros escravos e oitenta e quatro famílias”; destas, listadas nominalmente, 13 eram estrangeiras (8 portuguesas, 1 espanhola, 2 uruguaiaias, 1 argentina e 1 paraguaia) e 71 luso-brasileiras (34 rio-grandenses, 18 paulistas, 13 paranaenses, 4 catarinenses, 1 baiana e 1 mineira).

Desde antes do acampamento, o lugar foi um ponto de parada e de passagem de indígenas, bandeirantes, tropeiros, expedições militares, mascates e caixeiros-viajantes, depois, de subunidades militares, funcionários e passageiros da ferrovia, estudantes universitários, executivos das redes comerciais, dentre tantos. Ainda hoje, a cidade é reconhecida como um *lugar de passagem*. De tais fluxos, além dos correspondentes fixos que foram acrescentados à paisagem, Santa Maria foi acolhendo os que foram chegando, se estabelecendo e se integrando à sua população residente.

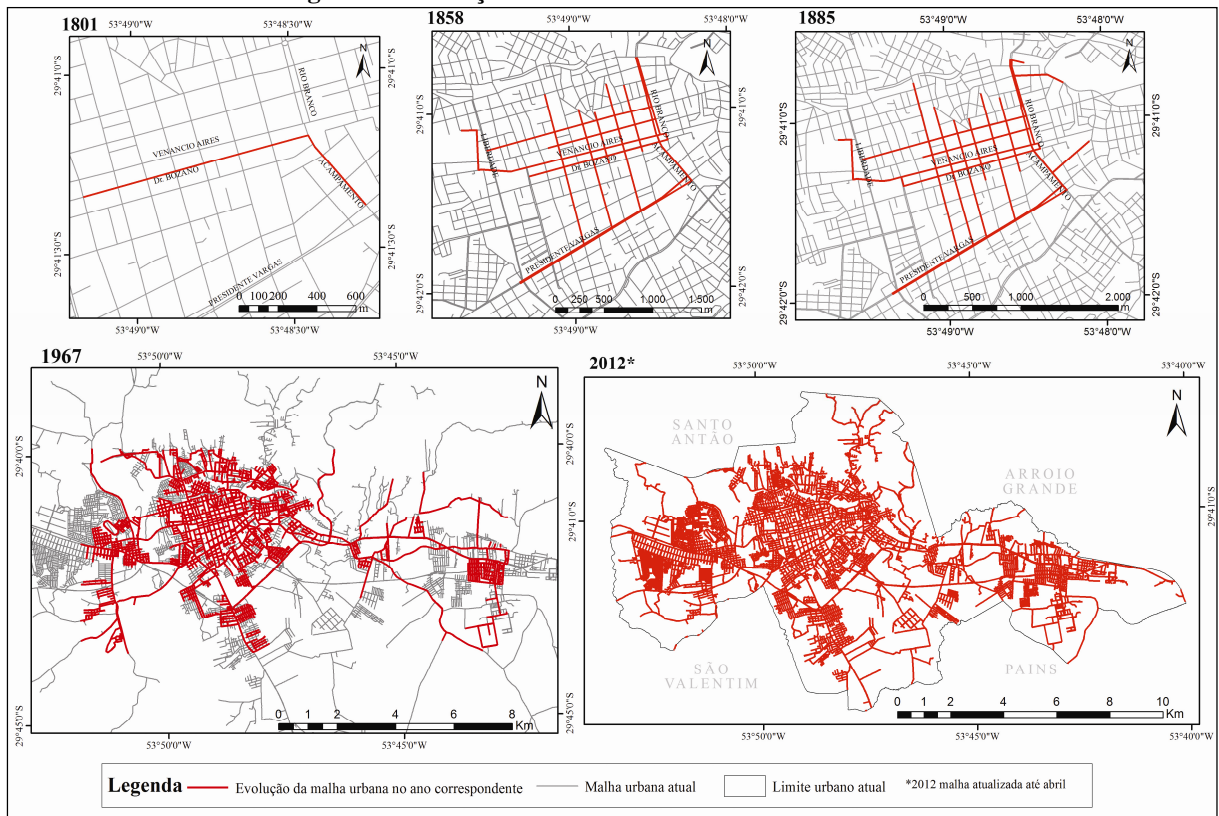
Beneficiando-se desse mosaico (substrato) étnico-cultural e por força dos quatro conjuntos de eventos acima assinalados, Santa Maria, de um pequeno acampamento, transformou-se na quinta maior cidade do Estado; de um município rural, foi sendo transformado em eminentemente urbano e terciário.

3.2.4 Formação urbana

Como assinalamos acima, quando a Subdivisão Demarcadora deixou o acampamento, em 1801, já havia se formado um incipiente núcleo urbano. Afora a população do seu entorno que a ele havia se juntado e dos remanescentes da expedição que tinham permanecido, outros moradores devem ter ocupado o rancherio deixado ocioso. Ademais, o lugar era frequentado por viajantes, tropeiros, correios militares, dentre outros, e, ao final de 1801, a população era de uns 400 habitantes, segundo Beltrão (1979). A partir do acampamento, o lugar foi acolhendo novos moradores e novos usos, o que lhe garantiu condições de subsistir e transformar-se em povoado. As atividades do cotidiano do acampamento foram exigindo novas edificações e delineando novos caminhos (sobre trilhas e rotas pré-existentes), depois estradas e, por fim, as ruas que conformaram a estrutura urbana original do povoado e da futura cidade. Para dar uma ideia da sua evolução, tomamos a malha urbana atual e sobre ela assinalamos, na Figura 6, quatro momentos dessa trajetória, a saber: (a) em 1801, com as duas primeiras ruas; (b) em 1858, ano da emancipação política; (c) em 1885, ano da chegada da estrada de ferro Porto Alegre-Uruaiana; (d) em 1967, 7 anos após a criação da UFSM.

Do alinhamento (norte-sul) do rancherio da Subdivisão Demarcadora se originou a Rua São Paulo que, logo após a retirada da expedição, passou a chamar-se Rua do Acampamento, em homenagem à sua origem. Logo, nela se juntaram famílias guaranis missioneiras. A estrada que passava pelo centro do assentamento transformou-se em Rua da

Figura 6 – Evolução urbana de Santa Maria: 1801 – 2012



Fonte: MACHADO, 2008; ESCRITÓRIO DA CIDADE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análissa do Prado.

Aldeia, depois Ipiranga e, por fim, na atual Avenida Presidente Vargas¹⁵. Em 1858, ano de sua emancipação, já havia sido iniciada, a partir do seu núcleo central, a abertura de ruas transversais, marcando a configuração de malha xadrez própria do adensamento urbano.

A expansão da malha urbana foi pré-condicionada pelas barreiras naturais, mas, também, foi diretamente influenciada pela presença das funções militar, ferroviária e universitária no território. Tais influências serão particularizadas quando abordarmos cada um destes eventos, respectivamente, nos capítulos 5, 6 e 7. Por enquanto, cabe destacar o resultado para o qual as referidas funções muito contribuíram: o perfil longilíneo da mancha urbana, no sentido leste-oeste, como configurado na malha urbana atual, ilustrada na Figura 6.

Ao norte, o limite natural dado pela Serra Geral foi reforçado pelos fixos da ferrovia, em especial a linha férrea, mas, também, a gare, estações, oficinas, etc. Embora a mancha urbana tenha transposto esta linha, ela sempre significou um obstáculo, uma passagem de alto

¹⁵ Estavam traçadas as duas primeiras ruas do povoado: uma (Rua do Acampamento) no sentido norte-sul, cuja projeção ao norte viria, mais tarde, ligar o centro urbano à Estação Ferroviária; outra (Rua da Aldeia) no sentido leste-oeste, orientada para o Passo de Areia, que dava acesso ao Passo dos Ferreiros (onde se localizava a Guarda Portuguesa de São Pedro), à Fronteira, a São Martinho e às Missões. No mesmo sentido, se originaram a Rua Pacífica, depois Rua do Comércio e hoje Rua Dr. Bozano, e Rua da Igreja, hoje Rua Venâncio Aires.

risco, um corte longitudinal da malha urbana. A oeste e sudeste foram as áreas institucionais do Exército que se somaram ao Distrito Industrial (oeste) e às várzeas inundáveis do arroio Cadena (sudeste), pré-condicionando a expansão urbana. A leste, foram a BASM e a UFSM que, em razão da dimensão das áreas ocupadas e da sua quase contiguidade, ao atrair moradores para perto de si, por colocar limites à expansão urbana, reforçaram o perfil longilíneo da cidade.

A par destes condicionamentos, como demonstraremos nos capítulos que seguem, cada um destes eventos, embora em diferentes tempos e formas, ao se acumularem no território, acabaram por criar as condições necessárias para que Santa Maria se consolidasse como uma *capital regional*.

4 USOS DO TERRITÓRIO DE SANTA MARIA: UMA NOVA PERIODIZAÇÃO

A contextualização histórica da gênese e da formação do território nos possibilitou concentrar nosso esforço de análise no objeto de nossa pesquisa, ou seja, nas verticalidades e horizontalidades engendradas nos usos do território. Assim, apoiados no sistema de conceitos que construímos no capítulo 2, revisitamos a história geral de Santa Maria, desta vez, de forma pontual, ou seja, concentrada nos eventos que constituíram os usos prevaletentes do território, com o propósito de evidenciá-los sob a perspectiva conceitual de verticalidades e horizontalidades.

A formação socioespacial de Santa Maria, desde sua fundação até a atualidade, é a história de uma inumerável profusão de eventos que se geografizaram em seu território. No presente, Santa Maria é o resultado da sucessão, da combinação, da sobreposição ou não, e da co-presença solidária e também contraditória de tais eventos, uns ainda vivos (ativos), refortalecidos pelas modernidades que acolheram, outros como rugosidades que ainda não se desvaneceram na paisagem e na memória do lugar. Ocorre que estes eventos não foram anônimos, nem espontâneos, muito menos neutros. Foram (e são) frutos de diferentes ações concretas, realizadas por diferentes agentes sociais com intencionalidades também diferentes, em tempos e meios geográficos diversos. Tais ações são reveladas pelos usos do território.

Por isso, os eventos são diferentes, têm conteúdos, formas e densidades diferentes. Diferentes são, também, suas origens, seus tempos, suas forças de difusão e de permanência (continuidades/descontinuidades). Não basta, portanto, apenas reproduzir, enunciar, inventariar nem descrever fatos, em outras palavras, só dar atenção às formas. Precisamos diferenciá-los, hierarquizá-los, estabelecer seus nexos (interconexões), ou seja, como recomenda Silveira (1999b), precisamos dar-lhes sentido. Isto só é possível se dermos atenção, também, para os conteúdos que as formas carregam. Mas, como? Um modo de fazê-lo é não nos prendermos aos eventos em si, como se fossem autoexplicativos, mas tentar ultrapassá-los, ou seja, atentarmos para o que eles produzem, criam, transformam, em outras palavras, compreender os usos que engendram no território. Para tanto, Silveira (1999b) e Santos (1999a) nos oferecem um importante recurso de método, que é o conceito de situação geográfica. É através dele que podemos apreender o sentido dos eventos.

Santos (1999a, p.119) nos ensina que os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos, como “verdadeiras situações”. Conceitualmente, como vimos, uma situação geográfica é uma construção histórica, que se materializa como resultado do impacto de um feixe de eventos (sistema de eventos) sobre um lugar ou região. Por impacto

entendemos a força que determinado feixe de eventos é capaz de produzir, no sentido de modificar a ordem e a dinâmica pré-existentes, mudando o contexto e criando condições para a emergência de nova ordem e nova dinâmica que lhes sejam funcionais ao comando (uso que faz) no e do território.

O exercício da reconstrução da história de Santa Maria (capítulo 3), sob este viés analítico, nos convenceu de que os quatro cognomes de Santa Maria, a que já nos referimos, se constituem nas quatro situações geográficas de maior potencialidade explicativa de sua formação socioespacial. Reconhecemos, assim, que os usos militar, ferroviário, universitário e comercial do território foram (e, com exceção do ferroviário, ainda são), de fato, os usos predominantes e que, cada um ao seu tempo, mas também combinadamente com os demais, foram fundamentais na formação socioespacial do território de Santa Maria, de forma a redefinir e comandar sua ordem e dinâmica. A densidade e o impacto de tais usos só se explicam se os considerarmos, não como resultados de simples eventos, mas como sistemas de eventos, feixes de eventos, situações geográficas. A acumulação histórica de tais eventos engendrou força transformadora suficiente para marcar novos tempos, para possibilitar condições para a emergência da nova e atual situação geográfica, que identifica Santa Maria como *capital regional*.

Assim, aproveitamos a identificação das quatro situações geográficas como base para definir a periodização da história de Santa Maria, para efeitos da nossa tese. Ao demarcá-la buscamos, também, associar cada período ao seu correspondente meio geográfico, dado pelo sistema técnico predominante. São, portanto, quatro os períodos principais, não considerando aquele que vai dos seus primórdios até a instalação do acampamento pela Segunda Subdivisão Demarcadora, em 1797.

O primeiro período inicia com a chegada da Segunda Subdivisão Demarcadora, em 1797, e se estende até o advento da ferrovia, em 1885. Simbolicamente, representamos este período como aquele em que se iniciou a constituição da primeira das quatro situações geográficas de nosso interesse. Esta foi marcada, predominantemente, pelo uso militar do território, cuja permanência e fortalecimento viriam caracterizar Santa Maria como cidade militar. O acampamento da Subdivisão, por si mesmo, pode ser considerado um evento simples, mas, as circunstâncias de tempo e lugar que o produziram e o acompanharam lhe conferiram forças para possibilitar a emergência de outros eventos, cujo resultado conjunto foi o impulso inicial para a constituição urbana do território. É neste período, portanto, que se processa a formação propriamente dita do território de Santa Maria da Boca do Monte, num meio geográfico de transição do pré-técnico para o técnico.

O segundo período começa com chegada da estrada de ferro Porto Alegre-Uruaiana, em 1885, e vai até a criação da UFSM, em 1960. Neste período, foi a ferrovia quem possibilitou que Santa Maria acolhesse um feixe de eventos de tal ordem e força transformadora que acabaram por tirá-la do relativo isolamento em que se encontrava e integrá-la aos mercados regional, nacional e, também, da América meridional. Os fluxos, modernidades do meio técnico que ela permitiu, deram a fluidez e a dinâmica requeridas pelo capitalismo pré-industrial nacional e estadual, então em expansão, configurando uma nova situação geográfica. O papel central desempenhado por Santa Maria, no contexto do sistema ferroviário do Rio Grande do Sul, lhe valeu o cognome de cidade ferroviária.

O terceiro período inicia, em 1960, com a criação da UFSM e vai até a década de 1980, quando o processo de globalização atingiu, mais intensamente, o território de Santa Maria. A UFSM é o evento que representa o conjunto de esforços que promoveram as condições necessárias para o território acolher as modernidades próprias do meio técnico-científico-informacional e a própria globalização. Neste sentido, a força impulsionadora de tal evento foi suficiente para possibilitar a constituição da terceira situação geográfica: Santa Maria como cidade universitária.

O último período se prolonga da década de 1980 até a atualidade (2012) e corresponde à aceleração do processo contemporâneo de globalização, presidido pelo meio técnico-científico-informacional. O que constitui este período, em Santa Maria, é o uso corporativo do território. Tal fenômeno geográfico é característico do meio técnico-científico-informacional, que tem nas redes técnicas e organizacionais uma das suas manifestações mais distintivas, de que se servem as grandes empresas, principalmente, para operarem no território, segundo seus próprios interesses. Como tais empresas agem seletivamente, segundo lógicas e dinâmicas globais, é no uso da função comercial que elas, mais intensamente, se estabeleceram em Santa Maria, contribuindo para sua consolidação como *capital regional*.

Embora cada período esteja delimitado por datas (de início e fim) fixas, na realidade, tal demarcação temporal não significa que o uso que justifica um dado período só nele tenha presença e permanência. O uso militar, por exemplo, sempre esteve presente no território, mesmo antes dos colonizadores e mesmo dos jesuítas; assim como, se faz presente, talvez com mais força que nunca, nos dias hoje. A ferrovia, por seu lado, só apareceu no segundo período e teve seu tempo de hegemonia, pelo menos, até 1960 (coincidentemente o ano da criação da UFSM), perdendo progressivamente sua relevância, mas não sua presença no território. A UFSM, simbolicamente, representa o ingresso do território no ensino

universitário. Contudo, antes dela, o ensino superior já marcava presença e esta foi uma das pré-condições para seu advento e expansão. Da mesma forma, a função comercial sempre foi uma presença constante no território, embora somente no período atual tenha merecido fazer parte do processo de acumulação, sob o comando hegemônico das redes empresariais de fora, no contexto da globalização contemporânea.

Como afirmamos acima, esta periodização é arbitrária e subjetiva, somente se justificando como recurso de análise para a presente pesquisa. Em razão de tais características, os eventos que selecionamos para a evidenciação de verticalidades e horizontalidades de cada situação geográfica não são, necessariamente, aqueles que se fizeram presentes, apenas, no respectivo período que demarcamos. Ao estabelecer tal periodização, nossa preocupação foi a de posicionar, no contexto histórico de Santa Maria, cada uma das quatro situações geográficas. Isto nos possibilitou, ao mesmo tempo, interpretá-las como elementos constituintes da sua formação socioespacial, e, depois, analisá-las na perspectiva das verticalidades e horizontalidades que elas promoveram em suas interações, no espaço banal do território, com agentes locais.

Para efeitos da pesquisa, portanto, o conjunto dos períodos foi tomado como uma sucessão de situações geográficas que foram se sobrepondo, historicamente, ao longo da formação socioespacial do território, configurando a atual situação de Santa Maria como *capital regional*. Guiamos-nos pela hipótese de que foi a sobreposição e acumulação dos resultados do tensionamento entre verticalidades e horizontalidades, ao longo da sua história, que teriam forjado as condições que possibilitaram a transformação do território, de acampamento demarcatório em *capital regional*. Neste sentido, a atual situação geográfica expressaria a noção de totalidade do território, no tempo presente. A Santa Maria de hoje, enquanto *capital regional*, só pode ser compreendida como resultado das demais situações geográficas, que foram se superpondo e criando condições materiais para novas situações, ao longo de sua história. É, portanto, na quarta situação geográfica que está centralizado o foco principal de nossa pesquisa, ou seja, as verticalidades e horizontalidades engendradas no e pelo território através do uso da sua função comercial. Comparativamente com as demais situações, a esta última dedicamos nosso maior esforço analítico.

Desta forma, estruturamos nossa análise dos usos do território em quatro capítulos, um para cada situação geográfica, cada uma marcando um período específico. O objetivo principal, contudo, não é a descrição de cada uma das situações, mas, a partir delas, evidenciar as relações que associamos aos conceitos de verticalidades e horizontalidades que, historicamente, constituíram o território. Neste sentido, organizamos cada capítulo a partir de

três temas, sequencialmente apresentados: contextualização histórica da emergência do evento principal, sua caracterização como evento fundante da respectiva situação geográfica e evidencição empírica das respectivas verticalidades e horizontalidades.

Os dois primeiros temas, embora não constituam o foco da pesquisa, são indispensáveis para a compreensão do terceiro, por diferentes razões: a contextualização histórica cumpre o importante papel de posicionar (marcar) no tempo e no espaço os eventos constituintes de cada uma das quatro situações geográficas e estas na história de Santa Maria, que resumimos no capítulo anterior. Se tais eventos e situações não ocorreram num vazio histórico, muito menos as verticalidades e horizontalidades que engendraram no território. Embora estejam separados na narrativa por tópicos, na realidade histórica, tiveram, uns mais e outros menos, tempos comuns de convivência dialética, de interação, de mútua influência. A caracterização de cada situação geográfica, por sua vez, ao marcar períodos distintivos na história geral do território, possibilita evidenciar e analisar verticalidades e horizontalidades em seus devidos contextos.

Para evidenciar, empiricamente, as verticalidades e horizontalidades nos usos do território, além do método de abordagem e de análise que adotamos (capítulo 2), nos valem da noção de comando (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Como expressão da racionalidade hierárquica que marca os sistemas de ações das grandes corporações (públicas e privadas) exógenas, em suas relações com os agentes dos lugares em que se instalam e operam, o comando se associa ao conceito de verticalidade. Ressaltamos, contudo, que tal condicionamento não se dá fora do jogo de poder de agentes hegemônicos locais, os quais, de alguma forma, buscam proteger seus próprios interesses, mesmo em eventos promovidos por agentes externos ao território. De outro lado, como expressão da solidariedade complementar e/ou homóloga engendrada na contiguidade e no cotidiano do território ou lugar (no espaço banal), tendo por objetivo os seus interesses coletivos, o comando se associa ao conceito de horizontalidade.

Para analisar o caso de Santa Maria, dentre os campos de ação em que tais comandos mais se manifestam, escolhemos três que julgamos de maior força explicativa e facilidade de empirização, a saber: as práticas espaciais, a oferta de emprego e as finanças do território. É, portanto, através destes principais indicadores, complementados por outros de natureza mais qualitativa, que nos propusemos a evidenciar a existência e a intensidade das verticalidades e horizontalidades que os usos militar, ferroviário, universitário e comercial promoveram (e ainda promovem) no território de Santa Maria. Na verdade, não são tais usos, por si mesmos, que são verticais ou horizontais; eles assumem tais características por força da origem e do

conteúdo do comando que preside os seus sistemas de ações. Tais corporações, especialmente as grandes empresas nacionais e multinacionais, bem como as organizações públicas, como agentes ativos que são e pelo poder que possuem, exercem forte impacto nas condições de existência do lugar, influenciando e/ou assumindo o comando de parte da gestão e controle do território, em suas diferentes dimensões: espaciais, econômicas, sociais, políticas... É neste sentido que associamos tais impactos ao conceito de verticalidades, já que, nestes contextos, “ [...] as regiões [e/ou lugares] perdem o comando sobre o que nelas acontece”, como afirmam Santos e Silveira (2006, p. 106). Por outro lado, tais corporações podem ser vetores, também, de horizontalidades, como referimos acima.

Em relação ao primeiro campo (práticas espaciais), nos apoiamos na abordagem de Corrêa (1992), em seu estudo sobre as práticas espaciais da gênese e dinâmica das grandes corporações empresariais, multifuncionais e multilocalizadas¹⁶. Embora o autor tenha analisado tais práticas numa perspectiva que podemos associar ao conceito de verticalidade, algumas delas podem ser, ao mesmo tempo, expressões de horizontalidades. A seletividade espacial, por exemplo, pode ser vetor, também, de horizontalidades. Isto quando a decisão locacional representar a valorização de potencialidades do lugar, ociosas ou ainda incipientemente exploradas, bem como auxiliar no enfrentamento de problemas locais e/ou regionais, para cuja solução muitas cidades se sujeitam à conhecida *guerra dos lugares*. Tal sujeição é, em si mesma, produto de uma verticalidade, mas, se a presença da nova organização no território contribuir para a diminuição do desemprego, por exemplo, ela será, também, uma horizontalidade. Além disso, entendemos que tais práticas espaciais se aplicam, não apenas às corporações empresariais, mas, embora de natureza diferente e em parte, também às organizações da administração pública, direta ou indireta, tais como nos casos das Forças Armadas, Rede Ferroviária e UFSM.

Para a análise do comando da oferta de emprego (segundo campo), nos valem do conceito de *assalariado externo*¹⁷, utilizado por Corrêa (1989, 1996, 1995b). Este recurso de método identifica todo empregado de estabelecimento cuja sede social esteja localizada em outro lugar que o do estabelecimento-filial. Embora Corrêa tenha usado tal conceito no contexto das relações capital-trabalho (assalariado privado), entendemos que ele pode ser estendido, também, para o caso do assalariado público, pelo menos enquanto variável

¹⁶ Ao analisar o caso da fumageira Companhia Souza Cruz, Corrêa (1992) destaca quatro práticas espaciais, a saber: seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

¹⁷ A emergência do conceito de *assalariado externo* é creditada por Corrêa (1989) aos estudos de Fillâtre, comentados por Rochefort e Hautreux (1963).

indicativa de quem tem o comando sobre a oferta de emprego local. A importância deste conceito, segundo o autor, está no fato de ele indicar o grau de controle que um determinado centro de influência exerce sobre outro centro ou lugar, em termos econômicos, políticos e sociais, por afetar o nível de empregos (diretos e indiretos), a renda e os impostos. Ademais, ainda segundo Corrêa (1995b), este conceito pode revelar, dependendo das atividades desempenhadas pelos *assalariados externos*, o grau de inserção de cada lugar na divisão territorial do trabalho, tanto da empresa, quanto da região e do país. Através dele, podemos, também, avaliar qualitativamente os centros de gestão¹⁸ do território, em termos de grau de complexidade de gestão (número de *assalariados externos* combinado com número e diversidade de atividades e número de lugares controlados). Na abordagem de Santos (1999a), podemos acrescentar que este recurso nos auxilia a identificar se um dado lugar é um *lugar do mandar* ou, apenas, um *lugar do fazer*.

A perspectiva de análise com que Corrêa utiliza o conceito de *assalariado externo* nos autoriza associá-lo como expressão de verticalidades. Contudo, entendemos que ele, assim como as práticas espaciais, pode vir a ser vetor, também, de horizontalidades, pois, enquanto o novo posto de trabalho permanecer no território, ainda que sob o comando desde fora, ele reduzirá o desemprego e gerará renda e impostos, por exemplo.

Por fim, o comando das finanças (terceiro campo) é abordado, principalmente, através da análise do impacto na renda do território provocado pelo peso dos orçamentos das organizações públicas exógenas, bem como do investimento e faturamento das redes comerciais de fora.

Vale lembrar que, na verdade, não são as instituições (empresas, órgãos públicos, etc.), por si mesmas, que produzem verticalidades e/ou horizontalidades. Estas são criadas pela natureza das relações que os agentes sociais criam, difundem e impõem nos lugares em que se instalam e operam. Por outro lado, não podemos esquecer que a associação das verticalidades às forças globais (agentes exógenos) e das horizontalidades às forças locais (agentes endógenos) não é automática, muito menos exclusiva de uma e de outra. A distinção entre os diferentes agentes nos auxilia, também, a distinguir a força dos eventos que promovem, em termos de preeminência, impacto, extensão, permanência, etc.

Como última consideração introdutória deste capítulo, justificamos a denominação que atribuímos às relações/interações empíricas que evidenciamos como expressões dos conceitos

¹⁸ Segundo Corrêa (1995b, p. 83), por centro de gestão se entende “aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas”.

de verticalidades e de horizontalidades. Por valorizarmos a força dos eventos fundantes de cada uma das três primeiras situações geográficas como vetores principais de tais expressões, tomamos a liberdade de intitulá-las, respectivamente, de verticalidades/horizontalidades militares, ferroviárias e universitárias. Contudo, como já assinalamos acima, entendemos que nem os eventos nem as organizações que os promovem engendram verticalidades/horizontalidades por si mesmos. Os eventos só adquirem tais características quando entram em relação com os agentes sociais do território em que se instalam e operam. Assim, mesmo que chamemos de verticalidades/horizontalidades militares, por exemplo, não estamos nos referindo às ações militares em si mesmas, mas ao resultado das suas interações com o cotidiano do lugar, em razão de que o seu comando tem origem fora do território. Em relação àquelas do uso corporativo do território (última situação geográfica), preferimos abordá-las enquanto espaços das verticalidades/horizontalidades comerciais.

5 USO MILITAR DO TERRITÓRIO

Para a historiografia oficial, o marco da origem de Santa Maria está associado ao acampamento da Segunda Subdivisão Demarcadora de Limites que, em 1797, acompanhada e protegida por forças militares, se aquartelou na estância do Pe. Ambrósio, sesmaria localizada no então Rincão de Santa Maria. Embora tal acampamento tivesse função mais burocrática que militar, foi esta última que criou as condições para a formação inicial do povoado. É neste sentido que o acampamento militar é considerado como o evento fundante de Santa Maria. Contudo, a presença militar no Rincão de Santa Maria não teve sua emergência no acampamento, nem se esgotou com ele. Até por que, a razão da Segunda Subdivisão ali se arrancar deveu-se à proximidade da presença da Guarda Portuguesa no Passo dos Ferreiros. Por outro lado, em que pese a linha de limites, mais tarde, ter sido empurrada até o Rio Uruguai, o Rincão de Santa Maria, em suas diferentes configurações (de simples acampamento a cidade), continuou a ser considerado como de referência geoestratégica, tanto por Portugal quanto para o Brasil, no contexto geopolítico da bacia do Rio da Prata. Tal função acompanhou a história de Santa Maria, como se o acampamento demarcatório tivesse ganhado permanência, cada vez mais fortalecida, a ponto de, no presente, abrigar um efetivo militar somente menor do de Brasília e do Rio de Janeiro (BRASIL, 2012a¹⁹).

É, portanto, do uso militar e da sua contribuição à formação socioespacial de Santa Maria que nos ocupamos neste capítulo, que está estruturado a partir de três objetivos principais: o primeiro é contextualizar os antecedentes que pré-condicionaram o uso militar do território, a começar pelas trilhas de índios e de tropeiros que se transformaram em caminhos militares; o segundo é justificar a presença militar como a situação geográfica fundante do território e, ao mesmo tempo, como condição para o advento de novos usos; por fim, o principal objetivo é caracterizar, empiricamente, o uso militar como vetor de verticalidades e horizontalidades.

5.1 Trilhas de índios, caminhos de tropeiros e de militares

A história da ocupação e povoamento do Rio Grande do Sul nos revela que ele somente começou a despertar interesse à economia colonial um século e meio após a *descoberta* do Brasil. E que isso só aconteceu quando passou a possibilitar acumulação mercantil, a partir da captura e venda de mão-de-obra escrava (índios missioneiros), do

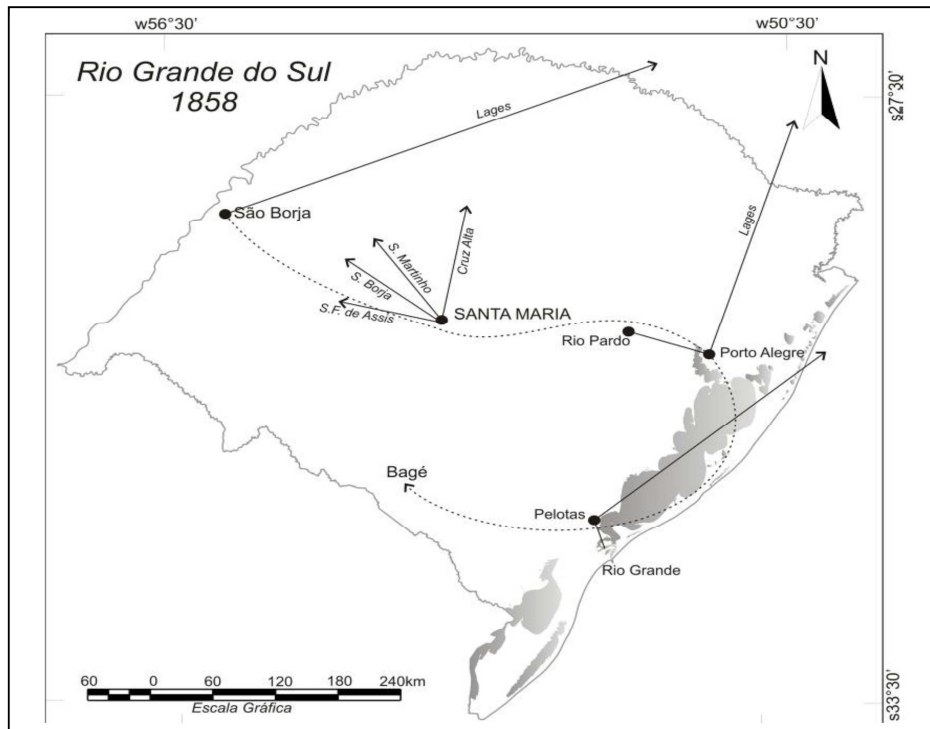
¹⁹ Entrevista concedida em 21 de maio de 2012 pelo serviço de Relações Públicas do Comando da 3ª DE (BRASIL, 2012a).

contrabando e, mais tarde, da preia e tropeio de gado das vacarias. As bandeiras e o tropeirismo foram incentivados pela Coroa portuguesa, como frentes de expansão e formas de ocupação e de povoamento.

Além do interesse econômico, o território do Rio Grande do Sul passou a representar, também, interesse geopolítico, tanto por Portugal (depois, pelo Império e pela República), quanto pela Espanha (depois, pela Argentina e Uruguai). A Região Central do Estado, particularmente aquela que corresponde aos atuais municípios de Santa Maria e de São Martinho da Serra, passou a servir de ponto estratégico de tais interesses geopolíticos, pelas razões já assinaladas no capítulo 3. A sua militarização, portanto, foi uma decorrência direta.

No capítulo 3, demonstramos o vai-e-vem de fronteiras, fruto de acordos diplomáticos e de confrontos bélicos, com seus limites pouco precisos e, também, pouco respeitados. Sobre as antigas trilhas indígenas formaram-se vias de comunicação terrestres, como corredores de passagem de tropeiros da Depressão Central para o Planalto e vice-versa, como rotas facilitadoras dos processos de penetração, de ocupação e de controle do território. A Figura 7 ilustra os caminhos do gado que, na Região Central, passavam por Santa Maria. Tais caminhos serviram, também, para a movimentação e acampamento de tropas militares.

Figura 7 – Caminhos percorridos pelo gado



Fonte: Thomas, C., *apud* Machado, 2008, p. 43.

Para efeitos de controle e defesa territorial, os acampamentos foram posicionados em pontos estratégicos dos caminhos que davam acesso para as regiões da Fronteira e das

Missões. A importância da localização geográfica de tais acampamentos, na geopolítica portuguesa, advém desta situação (MACHADO, 2008).

Em seu espectro temporal mais amplo, a origem da situação geográfica militar, a que nos referimos para efeitos da presente pesquisa, remonta ao tempo das reduções jesuíticas. São Martinho, Boca do Monte e Santa Maria, antes dos acampamentos militares espanhóis e portugueses, eram *guardas guaraníticas*, instaladas pelos jesuítas para se precaverem contra as invasões portuguesas, especialmente por parte dos bandeirantes predadores de índios (TORRONTEGUY, 1999).

Após o Tratado de Madri (1750), pelo qual Portugal trocou a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos missioneiros, originando a Guerra Guaranítica (1754-1756), além de corredor de passagem de rebanhos e de viajantes, a região passou a ser usada, também, como ponto militar estratégico (de reunião, movimentação, manobras, passagem e de combates) de tropas portuguesas e espanholas (unificadas) contra os Sete Povos. Dois caminhos possibilitavam a passagem da Depressão Central para o Planalto (e vice-versa), onde se localizavam os Sete Povos: (a) pela serra de São Martinho, a subida era pelo Posto de S. Lucas, que dava acesso a uma picada chamada pelos índios de *boca do mato* e pelos espanhóis de *boca do monte*; (b) pela serra do Pinhal, ao norte do local chamado Rincão de Santa Maria. Em perseguição aos guaranis missioneiros, em 1756, as tropas portuguesas por ali passaram, segundo registro da carta geográfica do trajeto da expedição, a qual também assinala a existência de povoamento no local. Mais tarde, com a instalação da Guarda do Passo dos Ferreiros, o lugar passou a ser visitado frequentemente por militares portugueses aquartelados em Rio Pardo (BELTRÃO, 1979; TORRONTEGUY, 1999; SANTOS, 2010).

O acesso pela serra de São Martinho dava a esta localidade importância estratégica nos conflitos territoriais, ora entre portugueses e espanhóis, ora entre estes unidos contra os guaranis (caso da Guerra Guaranítica), bem como para os bandeirantes (preia e transporte de índios e gado). Em 1756, após a Guerra Guaranítica, os portugueses instalaram a Guarda Portuguesa de São Pedro, um posto militar avançado, no Passo dos Ferreiros. Em 1761, com o Tratado de El Pardo, São Martinho e o Rincão de Santa Maria voltam às mãos dos espanhóis, recrudescendo os conflitos.

No contexto das disputas territoriais entre espanhóis (castelhanos) e portugueses (luso-brasileiros), tais caminhos militares eram controlados e defendidos por, pelo menos, três *guardas de fronteira*: duas espanholas (Guarda Espanhola de São Martinho e Posto de São Lucas, na atual vila de Boca do Monte (BELTRÃO, 1979), e uma portuguesa (Guarda Portuguesa de São Pedro, no Passo dos Ferreiros, esta como posto avançado de Rio Pardo.

Com o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, a Guarda de São Pedro consolidou sua importância estratégica na geopolítica portuguesa, pois ficou localizada nos limites da fronteira dos domínios de Portugal e Espanha (Figura 3). Foi, exatamente, a suspensão da demarcação de tais limites que oportunizou a vinda e o acampamento da Subdivisão Demarcadora na Estância do Pe. Ambrósio, em 1797. Contudo, não foi este evento que introduziu o uso militar no território. Ele, na verdade, já fazia parte do cotidiano do lugar.

5.2 A militarização do território: Santa Maria cidade militar

A situação geográfica que possibilitou as condições geopolíticas para o uso militar da região remonta aos tempos das *guardas guaranílicas* e se reforçou no contexto dos trabalhos demarcatórios. Tais condições se configuraram devido à sua importância como principal caminho Rio Pardo-São Martinho-Missões, como área de fronteira em permanente conflito e lindeira de guardas avançadas espanholas, como sede de guarda avançada portuguesa, em contextos marcados pela iminência de conflitos fronteiriços. Após a Subdivisão Demarcadora ser desfeita e, também, da Guarda Portuguesa de São Pedro ser extinta, a situação de beligerância não se arrefeceu, apenas se tornou mais intimidatória, com reiteradas ameaças castelhanas de reconquistar os territórios perdidos, ao mesmo tempo em que assumiu escalas mais amplas. A necessidade da presença militar se perpetuou no tempo e exigiu sua permanência e fortalecimento, embora, de início, nem sempre com unidades regulares fisicamente aquarteladas. A força política dos sesmeiros, estancieiros-soldados e/ou ex-comandantes militares que se afazendaram (PESAVENTO, 1997) contribuiu, também, para a consolidação do lugar como ponto estratégico-militar da geopolítica de fronteira e justificar a permanência de forças militares regulares e/ou temporárias. O conteúdo militar assumido pelo território lhe deu a primeira forma de sua integração ao projeto de expansão, ocupação, defesa e proteção de fronteiras, conjuntamente com outras unidades sediadas, principalmente, em São Gabriel, Rosário do Sul, Uruguaiana e São Borja. A continuidade da presença de forças militares estrategicamente distribuídas nesta vasta região de fronteira foi exigência para a consolidação geopolítica do Estado brasileiro, no contexto da América meridional.

Por outro lado, o uso militar não se restringiu à presença de *guardas*, acampamentos, quartéis ou de outras organizações das forças do Exército no território. Assim, por exemplo, os estancieiros-soldados também constituíam forças não-regulares, participando ativamente nos conflitos fronteiriços, às vezes, como protagonistas. É exemplar o caso da tomada de São Martinho, em 1801, por obra do estancieiro-militar Maneco Pedroso, que marcou o início da

conquista definitiva das Missões (BELTRÃO, 1979). Mais tarde, participaram também do processo de militarização os batalhões de estrangeiros que estacionaram na então Capela Curada de Santa Maria, a serviço do Império, muitos de seus componentes nela se estabelecendo, após serem dispensados (BELTRÃO, 1979). Outro importante uso militar do território diz respeito ao recrutamento de parte da sua população para os inúmeros conflitos enfrentados pelo Brasil, em especial com Argentina e Paraguai²⁰.

Aos contingentes do Exército que o território foi acolhendo, ao longo do tempo, foram acrescentados aqueles da Força Aérea. O Parque de Aviação Militar, de 1922, e o aeródromo, de 1940, podem ser considerados como precursores da atual Base Aérea de Santa Maria (BASM), instalada em 1970. No período técnico-científico-informacional, novos usos militares foram acrescentados, em especial aqueles possibilitados pelas novas tecnologias de comunicações e de armamento bélico.

Podemos, ainda, considerar como uso militar do território as ações de outros órgãos que fazem parte das forças de segurança interna, alguns deles como força auxiliar de reserva das Forças Armadas nacionais. Neste papel estão as unidades da Brigada Militar, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil Estadual, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, bem como dos tribunais, hospitais e colégio militares.

O conjunto destas forças sediadas no território consolidaram Santa Maria como cidade militar. A importância que tal situação lhe confere pode ser representada pela sua hierarquia no contexto da organização espacial do Exército nacional. Em 1908, foi organizada em Santa Maria a 3ª Brigada Estratégica, a qual, após várias reestruturações e denominações, deu origem à atual 3ª Divisão do Exército (3ª DE), a partir de 1971. Como sede da 3ª DE, Santa Maria tem jurisdição sobre mais da metade do Estado, sendo composta por 15 Guarnições Militares, que abrigam um efetivo aproximado de 15.000 homens, distribuídos por 41 Organizações Militares das diferentes Armas e Serviços (BRASIL, 2011). Ademais, atualmente, a 3ª DE concentra 90% dos blindados do Brasil (afora os novos *Leopards*), 100% da Artilharia Autopropulsada, 75% da Engenharia e 75% da Cavalaria Mecanizada do Exército (Diário de Santa Maria, 2011a; Brasil, 2012a)²¹.

A título ilustrativo, apresentamos a *linha do tempo* (Anexo A) dos principais eventos que militarizaram o território, desde as reduções jesuíticas até a atualidade, o que contribui para caracterizar Santa Maria como importante centro militar, desde o início (BELTRÃO,

²⁰ Machado (2008) lista nove das principais campanhas militares na bacia do Prata, de 1801 a 1876, com participação de contingentes de Santa Maria e região.

²¹ Entrevista concedida em 21 de maio de 2012 pelas Relações Públicas do Comando da 3ª DE.

1979). Se sua proximidade com a Picada do Monte Grande lhe valeu o apêndice oficial de Boca do Monte, o reconhecimento de sua função militar lhe conferiu seu primeiro cognome: Santa Maria da Boca do Monte, cidade militar. Segundo nossa perspectiva analítica, a força do feixe de eventos militares acolhidos no território, ao se impor e interagir com o cotidiano do lugar, produziu influências decisivas na sua formação socioespacial. Esta é a razão por que a consideramos responsável pela constituição de uma primeira situação geográfica, a qual nos propomos evidenciar na perspectiva dos conceitos de verticalidades e horizontalidades.

5.3 Verticalidades e horizontalidades do uso militar do território

Sob o ponto de vista do conceito de espaço geográfico como território usado, a análise do uso militar do território não pode se restringir, unicamente, aos fixos e fluxos do Exército e da Aeronáutica. Além das formas que suas ações assumiram na paisagem, importa considerar, também, os conteúdos que, a partir delas (ações), se projetaram no cotidiano das relações (econômicas, sociais, culturais, políticas, etc.) do e no território. Para tal abordagem, valemos dos conceitos instrumentais de verticalidades e horizontalidades. Por sua natureza de constituição e funcionamento, os eventos militares carregam a força de seu emissor, o Estado nacional. Desta característica decorre, também, a força de impacto de suas ações em todo o território nacional, mas principalmente nos lugares que escolhe para localizar suas subunidades operacionais.

5.3.1 Verticalidades militares

Embora Santa Maria deva, em grande parte, a origem, constituição e consolidação de seu território à presença militar, não há como negar que as corporações militares (Exército e BASM, no presente caso) constituem forças cuja lógica e dinâmica lhe escapam do controle. Em outros termos, a convivência que se perpetuou e se fortaleceu, ao longo dos anos, não diminuiu sua dependência em relação a decisões tomadas por instâncias superiores de tais organizações, cujos efeitos interferem em alguns aspectos de seu cotidiano e, também, na gestão do seu território.

Por sua própria natureza, as subunidades militares aquarteladas em Santa Maria, tanto administrativa quanto militarmente, obedecem a ordens vindas de fora, de cima e de longe, como expressões táticas e/ou operacionais de estratégias mais gerais, próprias de territórios de escalas mais amplas. Inicialmente, tais ordens advinham da Coroa portuguesa, mediadas por

seus prepostos sediados no Rio de Janeiro. Com a independência do Brasil, as ordens passaram a vir diretamente de comandos superiores (Estado-maior do Exército) sediados na capital do Império e, depois, da República. Presentemente, como sede da 3ª DE, tais ordens são mediadas pelo Comando Militar do Sul, sediado em Porto Alegre.

É o conteúdo de tais ordens, por serem criadas e implementadas desde os interesses e regulações de fora do território de Santa Maria, que pré-condiciona o uso que o Exército e a BASM fazem do mesmo. Assim, o uso militar do território é condicionado e influenciado por verticalidades que, quando agindo sobre o território, acabam também modificando as relações e as ações horizontais que se desenvolvem no seu cotidiano. É somente neste sentido que associamos o conceito de verticalidade a algumas das ações militares engendradas no território de Santa Maria, razão por que as denominamos de verticalidades militares.

São inúmeras as evidências empíricas de verticalidades militares. A especificidade do caso de Santa Maria decorre da intensidade e longevidade do uso militar do território, como assinalado no tópico anterior. Para demonstrar tais verticalidades utilizamos a força da noção de comando, própria do meio militar, como expressão da racionalidade hierárquica e disciplinar que caracteriza os sistemas de ações militares, tanto em suas relações internas quanto externas, ou seja, com os lugares em que suas forças transitam, estacionam, operam ou se estabelecem. O exercício de tal comando tem sua base no pressuposto constitucional da preeminência dos interesses do Estado nacional sobre quaisquer outros subespaços, considerados menores e, por isso, inquestionavelmente subordinados. São estas relações hierárquicas e imperiosas, impostas aos lugares pelas corporações militares, que associamos ao conceito de verticalidades.

Para evidenciar, empiricamente, as verticalidades militares engendradas por tais comandos, selecionamos três campos que julgamos de maior força explicativa: as práticas espaciais, a oferta de emprego e as finanças.

a) Práticas espaciais: neste primeiro campo evidenciamos as verticalidades militares em relação às práticas espaciais próprias de órgãos que a União mantém em áreas municipais e que, em razão do tipo de seleção, ocupação, usufruto e controle que fazem das mesmas, afetam a autonomia municipal, em termos de gestão territorial. Para evidenciá-las, no caso das unidades do Exército e da BASM sediadas em Santa Maria, nos valemos, em parte, da abordagem de Corrêa (1992), como já referimos, embora as organizações militares tenham natureza e finalidades diversas daquelas das corporações empresariais. Três foram as principais práticas espaciais que associamos ao conceito de verticalidades, a saber: seletividade, fragmentação e valorização e/ou marginalização espaciais.

O primeiro conjunto de verticalidades militares que evidenciamos foi em relação à seletividade espacial. A lógica militar que orienta a seleção do local para os seus fixos e fluxos obedece a racionalidades espaciais que derivam de cenários de estratégias e logísticas próprias da arte da guerra. A seleção de um lugar não se dá isoladamente, mas sempre como parte de um mosaico de posições estrategicamente localizadas, valorizando, também, aquelas do inimigo, declarado ou presumido. Os atributos requeridos, pré-existentes ou potencialmente realizáveis, também são considerados. Diante de tal lógica, não há como transigir com autoridades municipais, nem se submeter ao ordenamento espacial da cidade. Assim, as decisões sobre seleção, ocupação, usufruto e tempo de permanência no espaço necessário às instalações e operações militares, tanto as urbanas quanto as de campo, são típicas verticalidades, pois advêm de fora, de longe e de cima, devendo o cotidiano do lugar se adaptar a elas, não o contrário.

No caso de Santa Maria, a primeira ordem de ocupação partiu, em 1797, do governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, como então se denominava o Estado: o governador ordenou que a Segunda Subdivisão Demarcadora deixasse as Missões e procurasse proteção junto à Guarda Portuguesa do Passo dos Ferreiros, onde deveria acampar ou arrancar-se junto a qualquer estância ou estabelecimento que julgasse mais a propósito (BELTRÃO, 1979). Como já referimos, o cumprimento desta ordem originou o Acampamento de Santa Maria, o qual foi desmobilizado, também, em obediência a outra ordem do mesmo governador, dada quatro anos mais tarde (1801), quando a conquista das Missões tornou desnecessária a continuidade da demarcação de limites (BELÉM, 2000).

Como a presença militar, embora com breve descontinuidade inicial, não só perpetuou-se em Santa Maria, mas, também, expandiu-se, outras ordens sobrevieram. Inúmeras áreas, extensas ou pequenas, foram ocupadas seletivamente, usadas e/ou mantidas como reserva para uso futuro ou em circunstâncias especiais (Figura 8).

A seletividade espacial militar interfere na capacidade de gestão do território, por parte do poder municipal. Isto pela combinação de duas razões principais: a primeira, em decorrência da dinâmica dos fluxos militares. Como algumas subunidades se localizaram fora ou no limite de zonas urbanizadas, passaram a demandar novas vias de locomoção e transporte, bem como instalações e serviços urbanos, o que, também, atraiu moradores para suas proximidades, criando, assim, novos vetores de adensamento urbano (novos loteamentos, bairros); a segunda, em função da dimensão espacial das áreas selecionadas e ocupadas, as quais, ao conformarem bolsões institucionais (enclaves), acabaram por criar impedimentos (pré-condicionamentos) ao ordenamento espacial da cidade, contribuindo para a configuração

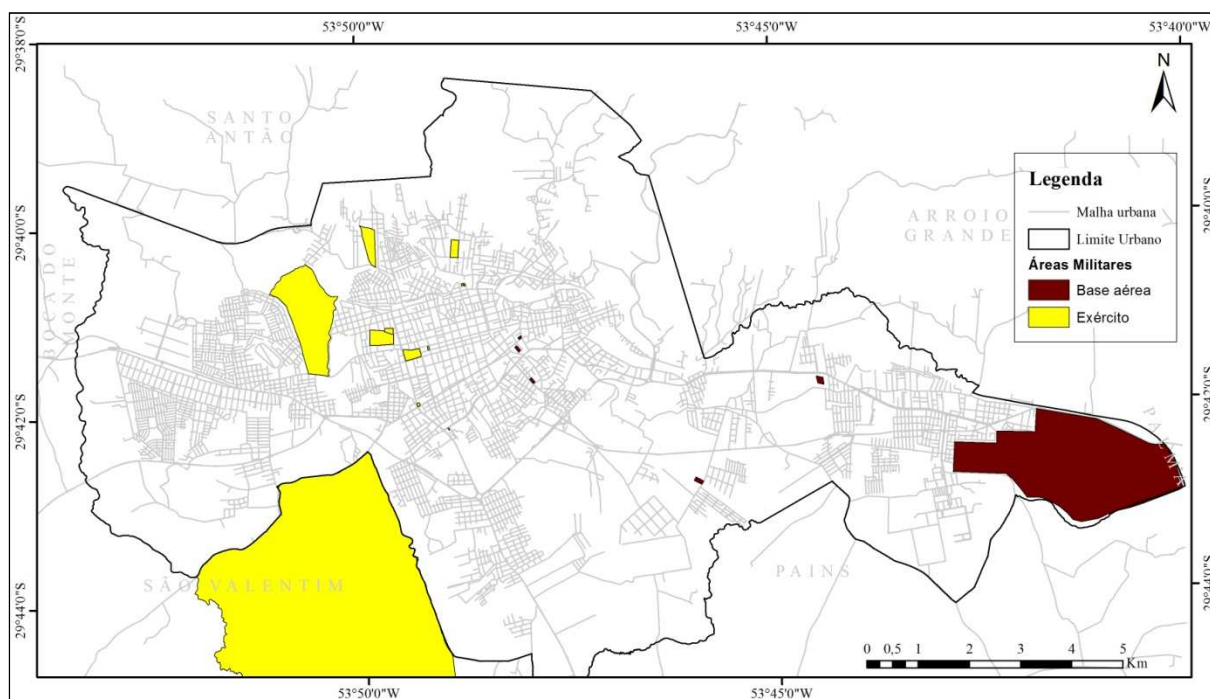
do perfil longitudinal da mancha urbana de Santa Maria (Figura 6). A presença de grandes vazios urbanos, em especial na periferia oeste, sudeste e leste é, também, uma outra consequência.

O segundo conjunto de verticalidades militares que analisamos foi em relação à fragmentação espacial. Ao selecionar as áreas a seu critério e ao intensificar sua presença e atuação em Santa Maria, multiplicando os pontos em que manifestam suas presenças, as subunidades militares acabaram por fragmentar espacialmente o território. Na prática, as áreas que ocupam, ou reservam para si, se transformam em áreas federais, sobre as quais o município perde seu poder de gestão territorial. Em razão do processo de seleção, ocupação, usufruto e controle, tais áreas são apropriadas e transformadas em enclaves (subespaços) autônomos, significando a criação de frações de novos territórios superpostos (BECKER; EGLER, 1989) àquele do município, quebrando, por assim dizer, sua unidade territorial. O comando soberano do ordenamento de tais subespaços, sem quaisquer interferências afora aquelas de autoridades militares superiores, acaba por criar a própria territorialidade, que se expressa, também, na segregação social, fruto da identificação diferenciada entre o *mundo militar* e o *mundo paisano* (GONÇALES, 2008). A fragmentação espacial contribui para que esta diferenciação se reproduza fora dos locais de trabalho (quartéis) e alcancem conjuntos residenciais, clubes de lazer, hospitais, unidades de ensino, etc.

Atualmente, o conjunto das duas armas, Exército e Aeronáutica, somam 20 subunidades espalhadas pela cidade, entre quartéis, aeroporto, parque de manutenção, campos de instrução, condomínios residenciais, clubes sociais, hotéis de passagem, colégio militar, entre outras. A presença de tantas unidades físicas no território, em grande parte em áreas hoje urbanizadas, marca a paisagem de Santa Maria, como mostra a Figura 8.

O terceiro conjunto de verticalidades militares que evidenciamos foi em relação à valorização e/ou marginalização espacial. Assim como nas corporações empresariais, também nas organizações militares, mudanças locacionais fazem parte de sua dinâmica, implicando tanto na abertura de novas subunidades quanto no fechamento de outras. No primeiro caso, a presença militar em Santa Maria desencadeou processos de valorização imobiliária, principalmente, quando suas subunidades se instalaram em áreas periféricas, pouco adensadas ou sequer urbanizadas, como assinalamos acima. Entendemos tal processo como vetor de verticalidades em razão da desordem provocada no mercado imobiliário (sobrevvalorização, especulação, etc.) pela emergência, ou mesmo anteriormente a ela, de um evento com origem e comando externo ao território. Dentre tantos exemplos, destacamos a instalação da BASM, em 1970. No segundo caso, ao contrário, o abandono de tais instalações pode provocar a

Figura 8 – Localização dos espaços militares na malha urbana de Santa Maria: 2012



Fonte: MACHADO, 2008; ESCRITÓRIO DA CIDADE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análissa do Prado.

marginalização espacial. Em Santa Maria, graças à permanência e ao fortalecimento da presença militar, tal verticalidade é pouco expressiva. A extinção da Guarda Portuguesa do Passo dos Ferreiros e o próprio acampamento que deu origem à cidade, abandonados no início do século XIX, são os casos mais antigos, sem forças, contudo, para caracterizar uma marginalização espacial.

Às verticalidades impostas em razão de suas práticas espaciais acrescentam-se outras, a elas relacionadas ou decorrentes, das quais destacamos duas: os comandos sobre parte da oferta de emprego e das finanças do território.

b) Comando da oferta de emprego: para a análise deste importante componente de políticas públicas, nos valem do conceito de *assalariado externo*, utilizado por Corrêa (1989, 1995) em seus estudos sobre as grandes corporações empresariais. Entendemos que tal conceito tem aplicação, também, nas organizações públicas, já que estas, como aquelas, têm poder de abrir e fechar subunidades e, como consequência, criar e extinguir postos de trabalho num dado território, sem qualquer interferência deste.

Nossa associação do conceito de *assalariado externo* ao caso das organizações militares sediadas em Santa Maria revela mais um novo aspecto da presença militar no território, reforçando seu cognome de cidade militar. Como já assinalamos, Santa Maria

sempre foi importante centro militar, em razão das subunidades nela aquarteladas e de seus correspondentes contingentes ativos, reservistas e pensionistas, além de seus dependentes familiares. Os contingentes de assalariados externos militares em Santa Maria, em 2006 e 2010, estão discriminados na Tabela 2.

Tabela 2 - Assalariados externos militares em Santa Maria: 2006 e 2010.		
Discriminação	Assalariados ¹	
	2006	2010
Subunidades do Exército (3 ^a DE)	8.000	8.600
BASM	1.600	1.930
Total	9.600	10.530
Fonte: Machado, 2008; Brasil, 2012a; Brasil, 2012b.		
(1) Assalariados da ativa, da reserva e pensionistas.		
Organização: José Odim Degrandi.		

Em 2006, o efetivo das unidades militares totalizava 9.600 assalariados, correspondendo a 20% do total dos assalariados formais urbanos de Santa Maria, que era de 47.270, e a 24% daqueles de todo o setor terciário, que era de 39.457 (RAIS, 2006 *apud* PAIVA, 2012). Em 2010, a presença relativa daqueles contingentes continuou sendo expressiva: 18% do total do pessoal ocupado (59.176) em Santa Maria e 22% daqueles (48.293) de todo o seu setor terciário (Tabela 4).

A verticalidade associada a presença tão marcante, deriva diretamente do poder destas organizações de criar e de extinguir tais postos de trabalho, como decorrências de sistemas de ações cujo centro decisório se encontra fora do território de Santa Maria.

c) Comando das finanças: outra evidência do forte impacto da presença militar em Santa Maria diz respeito ao volume de recursos financeiros alocados tanto para seu custeio e manutenção, quanto para melhorias e expansão. Em 2006 e 2010, por exemplo, o conjunto dos orçamentos militares foi maior que aquele da Prefeitura Municipal e representou 9% do PIB municipal (Tabela 3). Os efeitos da execução de orçamentos tão significativos, frente ao parâmetro municipal, são altamente benéficos à economia local, mas não deixam de representar um outro aspecto das verticalidades militares, que se agrega e potencializa os demais, já enunciados. Isto por que, por um lado, tanto a dotação quanto o destino de tal soma de recursos obedecem a ordens de cima, de longe e de fora do território de Santa Maria. De outro lado, também, pelo fato de que nem o montante nem a continuidade de tais fluxos financeiros estão sob o comando local, nem sequer de sua influência.

Tabela 3 - Orçamentos militares, da Prefeitura e PIB de Santa Maria: 2006 e 2010.				
Discriminação	Orçamento ¹ e PIB			
	2006		2010	
	R\$ mil	% ²	R\$ mil	% ²
1 Subunidades militares	245	9%	351	9%
Exército (3ª DE)	200	8%	306	8%
BASM ³	45	2%	45	1%
2 Prefeitura Municipal	160	6%	298	8%
3 PIB de Santa Maria ⁴	2.650	100%	3.727	100%

Fonte: Machado, 2008; Brasil, 2012a; Brasil, 2012b; FEE, 2012; Santa Maria, 2012.

(1) Em valores nominais brutos.

(2) Em relação ao PIB de Santa Maria.

(3) Em 2010, na falta de dados, optamos manter o mesmo valor de 2006.

(4) PIB de 2010: PIB 2009 (R\$ 3.457.584.677) acrescido da média de crescimento do PIB/RS em 2010 (7,8%).

5.3.2 Horizontalidades militares

Contudo, o uso militar do território não pode ser visto apenas como vetor de verticalidades, nem estas, por si mesmas, serem imputadas como lesivas aos interesses locais. As Forças Armadas não são entendidas como alheias à sociedade, ao contrário, são por ela constituídas e dela fazem parte, embora tenham “características muito particulares e complexas, evidenciando, em algumas situações, comportamento de *instituição total*”, no sentido dado por Goffman²², como lembra Gonçalves (2008, p. 23). O conteúdo, nitidamente militar, que as verticalidades assinaladas conferiram (e conferem) ao território pode, em suas relações com o cotidiano do lugar, também ser vetor de sistemas de ações geradores de horizontalidades. Isto por que, por sua própria natureza, as funções militares guardam contradições dialéticas: são legitimadas e instrumentalizadas para a guerra, mas seu objetivo é a paz; o armistício pode tanto ser uma preparação para a paz quanto para nova guerra; suas forças tanto servem para a guerra quanto para ações humanitárias; sua solidariedade é hierárquica, mas também pode ser homóloga; suas estratégias geopolíticas se voltam contra ameaças externas, mas também para estratégias sociopolíticas internas; a territorialidade militar que configura subespaços do território também é usada para a articulação de relações com os demais agentes sociais e institucionais locais, embora como forma de assegurar a própria legitimação institucional, bem como facilitar o exercício de suas funções precípuas. Neste sentido, também as unidades militares demandam certa *ancoragem territorial*.

²² Todas as organizações têm tendência ao *fechamento* e as *totais* são aquelas que impõem barreiras, que muitas vezes se traduzem fisicamente, à relação social com o mundo externo (GOFFMAN, 2001 *apud* GONÇALES, 2008).

Além de suas atribuições constitucionais (defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem), as Forças Armadas têm atribuições subsidiárias, tais como: integração e desenvolvimento nacional, defesa civil, campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social, dentre outras²³. Mesmo que estas funções subsidiárias sejam secundárias (em relação àquelas constitucionais) e episódicas, elas contribuem para a sua aproximação com a comunidade e instituições locais com as quais interagem, engendrando relações plenas de horizontalidades, nos campos social, econômico, cultural, tecnológico, científico, etc. No entanto, ressaltamos que suas funções não estão atreladas, apenas, aos lugares em que suas subunidades estejam aquarteladas, mas a todo o território nacional. Como sua presença ostensiva é seletiva, deve ser compensada pela sua capacidade de mobilidade estratégica, para poder estar onde e quando for necessário. Em outras palavras, as Forças Armadas estão num lugar, mas seu alcance é extralocal (GONÇALES, 2008, p. 96).

Mesmo assim, direta e indiretamente, a sua presença sempre marca o lugar em que as suas subunidades são acolhidas, mais ainda quando tal presença é antiga, duradoura e intensa, como em Santa Maria. Embora, por força de suas destinações constitucionais, produza verticalidades como aquelas que assinalamos acima, reconhecemos que, apesar delas, mas, também, a partir e concomitantemente a elas, o uso militar do seu território engendrou um grande número de eventos que favoreceram e até pré-condicionaram não só o seu desenvolvimento, mas, também, a própria origem da cidade. Assim, atribuímos o cognome de cidade militar, dado a Santa Maria, e a caracterização deste cognome como nossa primeira situação geográfica, não às verticalidades, mas às horizontalidades que, historicamente, foram geradas com a contribuição da presença militar e da sua interação com o território. Dentre tantas horizontalidades produzidas destacamos, brevemente, algumas mais significativas. Como estamos tratando da primeira situação geográfica e como imputamos a ela grande parte da criação das condições para a emergência das demais, muitas vezes a ela retornaremos, ao longo dos próximos capítulos.

a) Origem da cidade: remotamente, o local onde se ergueu a cidade de Santa Maria pertencia a uma região conhecida como Rincão de Santa Maria, um espaço de fronteira difusa e objeto de disputas a campo e nas cortes de Lisboa e Madrid. A instalação do Acampamento de Santa Maria, composto de ranchos de militares e de funcionários civis, além de outras instalações requeridas na época em operações dessa natureza, “foi uma verdadeira e legítima povoação incipiente”, de acordo com Beltrão (1979, p. 33). Localizado no topo de uma colina,

²³ Leis Complementares 97/1999 e 117/2004.

mesmo após o fim dos trabalhos demarcatórios e da retirada da Subdivisão Demarcadora, o nucleamento original subsistiu e, aos poucos, foi tomando forma de núcleo urbano. A atual Rua do Acampamento presta uma homenagem à origem da cidade.

b) Origem da função comercial: além da cidade, também a origem da função comercial, que sempre distinguiu Santa Maria, é devida, em grande parte, à presença militar. Desde os tempos do acampamento, foi o exercício da função militar que requereu novos usos ao incipiente povoado, dentre eles o comércio. Ao comentar a associação que Saint-Hilaire fez entre a origem da povoação, contemporaneamente com o acampamento militar e este com as atividades comerciais, Beltrão (1979, p. 79) acrescenta: até “porque não existe acampamento militar sem comerciantes e vivandeiras”. Como já referimos, Santa Maria sempre foi centro militar, seja como lugar de estacionamento de tropas, ponto de trânsito ou lugar de aquartelamento de unidades militares. As necessidades de abastecimento de elevado contingente militar e de ranchos para oficiais e familiares requereram estruturas comerciais que, direta ou indiretamente, se projetaram sobre a dinâmica da economia local. Tais atividades comerciais, originalmente direcionadas ao atendimento das necessidades do acampamento (contingente militar e civil), contribuíram para criar as condições que terminaram por consolidar a vocação comercial da cidade.

Uma contribuição particular dos eventos militares ao desenvolvimento da função comercial e à formação étnico-cultural de Santa Maria foi possibilitada pelas primeiras levas de alemães que chegaram como contingente militar do 28º Batalhão de Caçadores, em 1828, e do 1º Batalhão de Estrangeiros, em 1831. Ambas eram formadas por voluntários assalariados (tidos como mercenários), em sua maioria, alemães transferidos do Rio de Janeiro. Após sua desmobilização e licenciamento (dispensa), muitos permaneceram e, como ex-soldados, se fixaram na sede da então Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte. Afora as lides militares, duas são as contribuições reconhecidas por tal afluxo de novos moradores: a primeira refere-se às suas habilidades profissionais (comerciantes, carpinteiros, curtidores de couro, ferreiros, pedreiros, marceneiros, médicos militares, alfaiates, lombilheiros, além de colonos) que passaram a desenvolver na povoação; a segunda diz respeito à influência que sua permanência exerceu para a vinda de novos imigrantes germânicos, tanto provindos da colônia de São Leopoldo, quanto, mais tarde, da Alemanha (BRENNER, 1995; BELÉM, 2000; MACHADO, 2008). Oliveira Bello registrou, em suas impressões de viagens, que, em 1856, um ano antes da Freguesia se tornar Vila de Santa Maria da Boca do Monte, cerca da metade de sua população era alemã (MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008). Mais adiante,

quando abordarmos o desenvolvimento da função comercial, voltaremos a destacar a contribuição dos imigrantes alemães na modernização do comércio de Santa Maria.

c) Geração de emprego: as forças militares, em razão de sua presença tão significativa e, principalmente, sua permanência em Santa Maria, constituem grande fonte de emprego e de geração de renda. Quando abordamos a capacidade que as corporações militares têm de criar postos de trabalho nos lugares em que se instalam e operam, consideramos tal capacidade como vetor de verticalidades. Contudo, enquanto fonte de empregos e fator de novas possibilidades de ascensão social, ela se constitui, também, como vetor de horizontalidades. Isto, não apenas, de forma direta, em relação aos próprios efetivos militares e civis que compõem seus quadros e que são recrutados em Santa Maria, mas, também, de forma indireta, em relação aos novos postos de trabalho criados em função do aumento da demanda por produtos e serviços que elas provocam. Como demonstramos na Tabela 2, em 2010, os contingentes militares somavam uma população de 10.530 pessoas que, de uma forma ou de outra, foram (reservistas e pensionistas) ou eram (ativos) empregados assalariados residentes em Santa Maria. Como assinalamos, tal contingente representava 18% do total do pessoal ocupado e 22% daqueles do setor terciário.

d) Geração de renda: como cada posto de trabalho corresponde a um soldo ou salário, as subunidades militares se constituem, também, em importante fonte local de renda, apropriada, diretamente, pelos seus efetivos e suas famílias e, indiretamente, pelos diferentes agentes econômicos, beneficiados pelo aumento da demanda por produtos e serviços urbanos. Além da folha de pagamento, a presença de tais subunidades requer, também, recursos destinados à manutenção, melhorias ou ampliação, o que se traduz na aquisição de bens e serviços no comércio local. Os benefícios para a economia do território, em termos de sua ativação e dinâmica, decorrentes de tal afluxo financeiro não advêm, apenas, de seu volume, mas, também, da regularidade e pontualidade que caracteriza a execução orçamentária militar.

e) Contribuição à industrialização: como parte da nova Estratégia Nacional de Defesa, Santa Maria estaria acolhendo uma unidade da KMW²⁴, uma das duas mais importantes multinacionais fabricantes de blindados. Falamos no condicional, pois o projeto ainda não passou de sua primeira fase, estando as demais sujeitas às contingências e conveniências que presidem as decisões tanto da multinacional quanto do Exército. Na perspectiva que estamos

²⁴ A Krauss-Maffei Wegmann (KMW), com sede em Munique, na Alemanha, é líder do mercado europeu de veículos blindados, dentre eles o *Leopard*, o Puma e o Mungo. A primeira etapa do seu projeto, em Santa Maria, foi concluída em 2011 com a compra de 220 *Leopards IA5*, e a segunda com a instalação do escritório da KMW. As demais etapas preveem, inicialmente, a implantação de serviços de manutenção, depois um centro de P&D e, finalmente, uma fábrica de blindados (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 13 abr. 2011e, p. 10).

analisando o uso militar do território de Santa Maria, o projeto Exército/KMW é um vetor tanto de verticalidades, quanto de horizontalidades. Por tratar-se de evento tanto militar quanto empresarial (militar/civil, público/privado, nacional/multinacional), ele combina e potencializa duas lógicas, em si mesmas indutoras de verticalidades: a lógica da grande empresa multinacional e a lógica geopolítica de Estado, em sua estratégia de modernização tecnológico-militar. Guardadas as proporções, a implantação de tal complexo industrial-militar se assemelharia ao caso da concentração da indústria bélica nacional (especialmente a da aeronáutica, de que a EMBRAER é o maior símbolo) no Vale do Paraíba, estudado por Becker e Egler (1989). Quem nos lembra de tal semelhança é o editor do portal *Defesanet*: “A KMW poderá ser a EMBRAER terrestre” (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 16/17 abr. 2011d, p. 14).

Apoiados na abordagem de Becker e Egler (1989), pensamos que a articulação militar/civil, público/privado e nacional/multinacional poderá transformar a KMW no embrião de uma nova *paisagem tecnógena*, com vetor científico-tecnológico passando tanto pelo centro de P&D da KMW, quanto daquele do Exército. A UFSM também será chamada a contribuir com seus centros e institutos de pesquisa, bem como na formação de mão-de-obra qualificada. A projeção espacial do complexo configurará uma paisagem que, à semelhança daquelas do Vale do Paraíba, caracterizará um novo território sobreposto àquele do município e entressombreado com aquele militar. A territorialidade que configura é, na expressão de Becker e Egler (1989), a *territorialidade das armas*. Como tal, o projeto Exército/KMW é portador potencial de todas as verticalidades que apontamos em relação às corporações militares cujas subunidades estão sediadas em Santa Maria, desde aquelas associadas às práticas espaciais, quanto ao comando de parte da oferta de emprego e das finanças do território. Contudo, tais verticalidades ganham a contribuição de um elemento que é portador de um novo conteúdo, que as potencializa: o uso corporativo do território, por parte de uma empresa multinacional. Neste sentido, o uso militar (público) do território estaria criando as condições para o seu uso corporativo privado, segundo lógica e dinâmica do processo de globalização contemporâneo.

Entretanto, tal como afirmamos em relação ao uso militar do território, tais verticalidades poderão ser mais que compensadas pela variada gama de horizontalidades de que o projeto Exército/KMW poderá ser vetor. Além daquelas diretamente associadas à geração de emprego, renda e tributos, e daquelas que, indiretamente, favorecerem a dinamização de economia local, queremos nos referir a uma horizontalidade de alto valor simbólico ao território.

Há muito tempo, Santa Maria se empenha, sem sucesso, em acolher unidades industriais. A partir de 2010, seu antigo sonho começou a se concretizar, fruto de uma horizontalidade construída, fundamentalmente, em função da presença militar em seu território. Orgulhoso desta contribuição, o comandante da 3ª DE afirmou: “O Exército ganhou novos equipamentos [tanques *Leopard*], mas a cidade e região ganharam uma empresa de alta tecnologia” (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2011b, p. 14). Não se trata de uma indústria convencional, portanto. A intencionalidade do projeto foi manifestada pelos comandantes da Região Sul e da 3ª DE: o que se comprou não foi um carro de combate, mas um pacote tecnológico, que possibilitará implantar em Santa Maria um centro de desenvolvimento de novas gerações de blindados e, também, um centro de difusão de conhecimentos sobre este tipo de equipamento para todo o Brasil (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2011b, p. 7).

Neste sentido, a *paisagem tecnógena*, a que nos referimos acima, possibilitará, também, uma nova divisão técnica do trabalho para Santa Maria e sua consequente inserção na topologia da indústria bélica de alta tecnologia nacional e internacional. Dentre seus desdobramentos imediatos estão, tanto a vinda de novas empresas participantes do circuito de produção (e P&D) da KMW, quanto de novas subunidades do Exército associadas a P&D militar. O conjunto de tais eventos contribuirá para a criação de novo mercado de trabalho para egressos da UFSM, bem como de novos campos de pesquisa para seus institutos.

O cenário que se desenha, a partir da emergência de tal evento, evidencia não só a reafirmação da permanência da presença militar em Santa Maria, mas sua consolidação como cidade militar. O novo conteúdo a ser incorporado ao uso que as Forças Armadas fazem do território possibilitará a Santa Maria transformar-se, de lugar de estacionamento e/ou aquartelamento de tropas militares, num novo nó da rede da indústria bélica internacional.

6 USO FERROVIÁRIO DO TERRITÓRIO

A segunda situação geográfica que nos propomos examinar é a que se configurou pelo feixe de eventos desencadeados e reproduzidos a partir da implantação e operação da rede ferroviária em Santa Maria. De acordo com a periodização assumida para a presente pesquisa, a situação geográfica cognominada de cidade ferroviária marca um horizonte temporal que iniciou com a chegada da ferrovia, em 1885, e perdurou até 1960, ano em que foi fundada, oficialmente, a Universidade de Santa Maria (USM), depois Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Para a nossa pesquisa, três são os principais objetivos deste capítulo: o primeiro é contextualizar a emergência da ferrovia no Brasil e no Rio Grande do Sul e sua chegada em Santa Maria; o segundo é demonstrar as razões que nos levaram a considerar a presença da ferrovia em Santa Maria como o evento fundante de uma nova situação geográfica. Para tanto, nos propomos a evidenciar sua força transformadora como suficiente para, associada e complementarmente à primeira (militar), marcar um novo período na formação socioespacial do território. Embora a função militar de Santa Maria tenha permanecido e até sido fortalecida e ampliada, a função ferroviária, neste período, passou a ser a força motriz do seu desenvolvimento, justificando o cognome de cidade ferroviária. O terceiro objetivo é interpretar as relações engendradas a partir da presença da ferrovia, sob o viés dos conceitos de verticalidades e horizontalidades.

Assim, estruturamos o presente capítulo em três tópicos: no primeiro, apresentamos o contexto histórico da emergência da ferrovia como resultante do progresso técnico e como instrumento a serviço das necessidades de aceleração do modo de produção capitalista, em sua esfera da circulação. E ainda relatamos como tal modernidade foi introduzida no Brasil e no Rio Grande do Sul. No segundo, analisamos a chegada da ferrovia a Santa Maria, bem como sua consolidação e decadência. Finalmente, evidenciamos os principais eventos que caracterizam contextos de verticalidades e de horizontalidades engendrados no espaço banal do território, a partir da presença da ferrovia.

6.1 A emergência da ferrovia no Brasil e no Rio Grande do Sul

A história da ferrovia é parte da história do desenvolvimento tecnológico dos transportes, o qual, por sua vez, marca importante parte da evolução do sistema capitalista de produção. Neste contexto, a ferrovia é um dos componentes terrestres dos sistemas de

engenharia de transportes (de matérias-primas, mercadorias, pessoas, etc.) que compõe a esfera de circulação capitalista, especialmente importante na sua fase industrial. Isto por que, cada vez mais, o desenvolvimento industrial passou a exigir maior eficiência nesta esfera, em termos de aceleração de fluxos, redução de custos, regularidade, etc.

A resposta a esta requisição do sistema capitalista (para a sustentação de sua reprodução ampliada) passou a ser uma questão estratégica da competitividade capitalista. À medida que novas técnicas aumentavam a produtividade das fábricas e que se expandiam geograficamente os mercados, tanto de matérias-primas quanto de produtos industrializados, se tornava cada vez mais crucial a necessidade de modernização de sistemas de transportes.

A consolidação das estradas de ferro se deu paralelamente e em conjunto com a evolução dos outros modais de transporte, em especial a navegação marítima, fluvial e lacustre. A combinação destes diferentes sistemas de engenharia de transporte possibilitou a integração intermodal necessária à interligação das regiões produtoras de matérias-primas ao porto mais próximo e deste aos centros industriais e depois aos mercados consumidores. Em outras palavras, a interligação entre os complexos agroexportadores, nas periferias, e os centros dinâmicos do capitalismo. Na América Latina, tal integração intermodal beneficiou a aristocracia cafeeira (Brasil, Venezuela, Colômbia e América Central), os produtores de cobre e trigo (Chile), de lã (Uruguai e Argentina), do açúcar (México), dentre outros (SILVEIRA, 2003a).

Na América, a implantação da estrada de ferro, conforme Silveira (2003a), iniciou nos Estados Unidos (1826), depois em Cuba (1837), no México e Peru (1849), no Chile (1850), no Brasil (1854), na Colômbia (1855) e na Argentina (1857). O domínio da tecnologia ferroviária por parte de Inglaterra (mas, também, da França, dos EUA, da Alemanha e da Bélgica) proporcionou nova frente de acumulação capitalista no financiamento e fornecimento de material rodante (locomotivas e vagões), de material permanente, de serviços técnicos e de gestão das chamadas redes ferroviárias que se espalharam pelo mundo.

No Brasil, a ferrovia nasceu vinculada ao café, financiada tanto pelo capital externo, quanto pela acumulação interna resultante, em grande parte, da monocultura de exportação. O caso do café é exemplarmente ilustrativo por representar as principais características e funções desempenhadas pelas primeiras ferrovias brasileiras, segundo Monbeig (1946) e Silveira (2003a e 2007a):

a) a política de implantação das ferrovias foi mais condicionada a razões econômicas (regiões com culturas que garantissem a existência de fretes, portanto, já povoadas), sendo

raras as linhas de penetração precursoras do povoamento, como nos EUA e no Canadá, por exemplo;

b) a ferrovia atendeu, prioritariamente, interesses do complexo agroexportador cafeeiro, associados (mas dependentes) aos dos agentes do comércio internacional de matérias-primas e de equipamentos e financiamento ferroviários;

c) o traçado (sentido direcional) das linhas foi longitudinal, ou seja, do interior (regiões produtoras) para o litoral (onde se localizavam os portos). Só com a emergência do capital industrial é que o traçado mudou para o sentido radial, tendo São Paulo como centro;

d) a ferrovia foi parte integrante de sistema intermodal de transporte, a exemplo da Estrada de Mauá, interligando diversos modais, conforme as condições naturais, técnicas e tipos de carga;

e) a ferrovia foi meio de integração nacional e regional, especialmente após a República, mas intensificada após 1930. Antes da República, o território do Brasil era um arquipélago geoeconômico, formado por manchas ou pontos de produção (agricultura ou extrativismo de exportação) pouco integradas, espécies de ilhas econômicas, geográficas e populacionais, conectadas a um porto por caminhos primitivos ou pela ferrovia. O Decreto 524, de 1890, previu a necessidade de um plano nacional de viação que considerasse a “ampliação territorial de produtos da monocultura, defesa do território e aumento da comunicação entre os estados e a capital da República. Delegava, também, responsabilidades aos estados federativos para fazerem as ligações entre os centros populosos e as regiões produtivas às linhas de viação e aos portos” (SILVEIRA, 2003a, p. 89). O processo de industrialização, aliado ao de urbanização, ao mesmo tempo em que ampliaram espacialmente a distribuição de tais pontos, também passaram a requerer meios de circulação entre os mesmos, tanto em termos de suprimentos de matérias-primas e escoamento de produtos, quanto de pessoas. Neste sentido, a ferrovia contribuiu para a integração do território nacional.

No Brasil, a ferrovia significou uma modernidade do período pré-industrial. Após a Segunda Guerra, os planos de desenvolvimento nacional deram prioridade à indústria, com destaque para a automobilística, o que terminou privilegiando o transporte rodoviário. A ferrovia, como um todo, foi perdendo espaço até ser, na década de 1990, quase completamente privatizada e reduzida ao transporte de cargas (SILVEIRA, 2003a e 2007a; FIOREZE, 2007). Este processo, segundo Silveira (2007a), pode ser dividido em dois períodos: o primeiro, de 1930 a 1960, chamado de estagnação; o segundo, de 1970 a 1990, de decadência. Dentre os indicadores quantitativos deste processo apresentados pelo autor,

selecionamos dois: a extensão da malha ferroviária nacional que, em 1960, era de 38.309 km, baixou para 29.791, em 1995; o número de pessoal ocupado que, em 1960, era de 203.955, foi reduzido a 75.430, em 1995.

Tal como seu processo de ocupação e povoamento, o da implantação da ferrovia, na então Província de São Pedro do Rio Grande, foi retardatário, em relação às províncias centrais do império, mais integradas à economia agroexportadora. A ferrovia só chegou ao Estado em 1874, cerca de 20 anos após sua introdução no Brasil. Nesta época, em termos de transportes, a Província só contava com transporte fluvial e marítimo por cabotagem, além dos precários caminhos terrestres dos tropeiros e carreteiros.

Uma característica que distingue a emergência da ferrovia paulista da gaúcha é sua motivação: enquanto a primeira se deu por motivação de ordem fundamentalmente econômica (a serviço da economia agroexportadora do café), a segunda foi resultado de complexo jogo de interesses econômicos, geopolítica externa (preservação e consolidação de fronteiras) e política interna (colonização, povoamento e articulação territorial).

É recorrente a afirmação de que a ferrovia no extremo sul do Império tenha tido motivação primeiramente estratégico-militar, em razão dos conflitos fronteiriços com a Argentina, Uruguai e Paraguai. Esta foi, pelo menos, a justificativa que baseou o projeto original²⁵ da sua principal linha ferroviária (Porto Alegre-Uruaiana). Para Câmara (1874, p. 7), a condição principal que a ferrovia deveria atender era a “exigência da guerra, a defesa e segurança do território nacional, sem prejuízo de interesses e vantagens comerciais”. Segundo interpretação de Wolff (2005) e Lopes (2002), o projeto de Câmara teria se baseado na observação dos sistemas ferroviários da Argentina, Paraguai e Uruguai, implantados e/ou planejados, cujas redes, estrategicamente, conciliavam fins comerciais com os de defesa territorial.

Silveira (2003a e 2007a), contudo, defende a tese de que, também no Rio Grande do Sul, a implantação da ferrovia teve, sobretudo, sentido econômico, sem descuidar, contudo, de questões geopolíticas, tanto externas quanto internas. Em outras palavras, sustenta o autor que, no caso sulino, a ferrovia servia, também, tanto interesses de preservação e consolidação de fronteiras, quanto de neutralização de movimentos separatistas.

Em sua emergência e constituição, portanto, não se faz presente apenas uma, mas um conjunto de razões. Assim como no restante do país, a implantação da ferrovia no Estado foi

²⁵ De autoria do Eng. José Ewbank da Câmara, o *Projeto Geral de uma Rede de Vias Férreas Comerciais e Estratégicas para a Província do Rio Grande do Sul*, foi apresentado ao Imperador D. Pedro II, em 1872 (SENNÁ, 1995).

motivada por razões prioritariamente (mas não apenas) econômicas, como complemento da política de colonização e como instrumento de integração das regiões produtoras com os portos de Porto Alegre e Rio Grande.

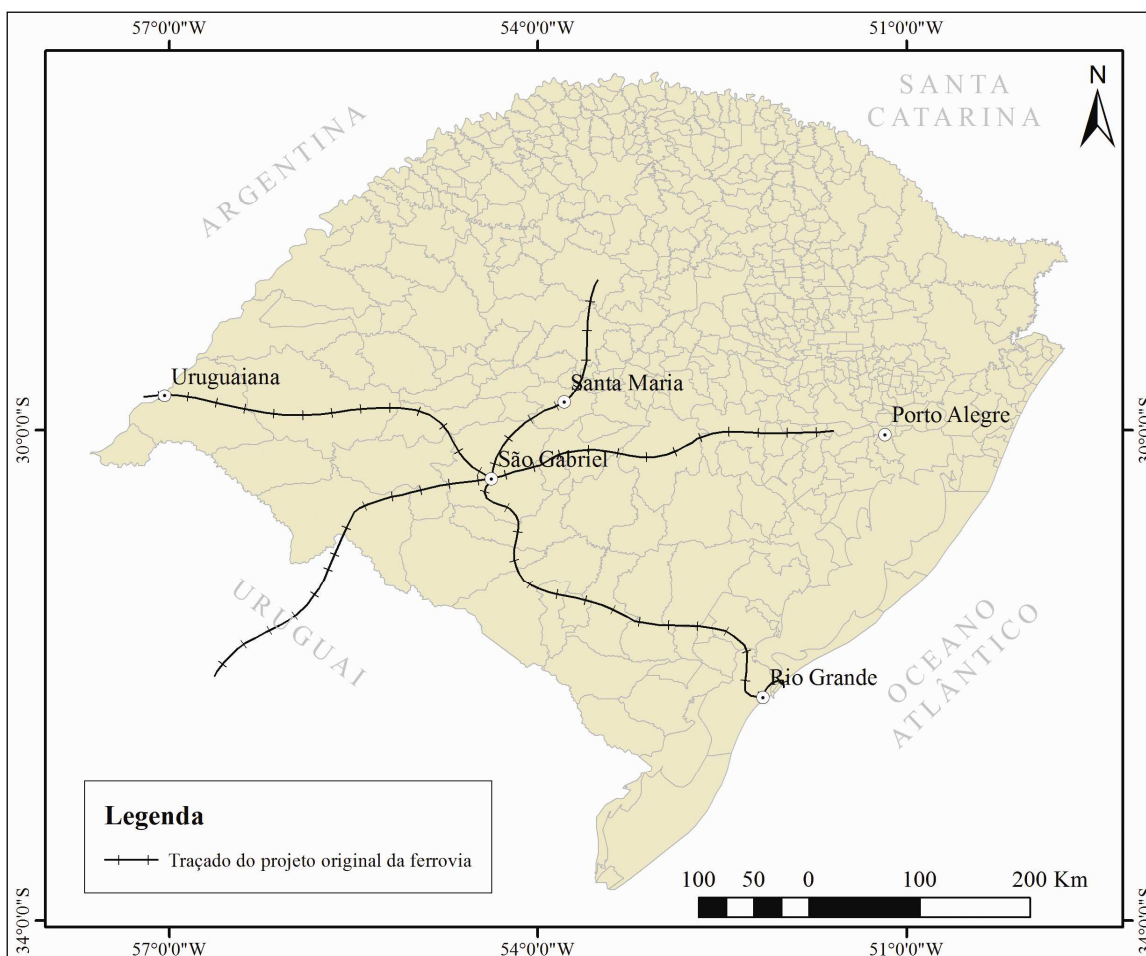
Neste sentido, também no Rio Grande do Sul, a ferrovia pressupunha duas condições: a pré-existência de fretes e a presença de capital local. Isto implicava sua localização em regiões já povoadas e/ou com produção mercantil. A primeira linha férrea gaúcha, ligando Porto Alegre a São Leopoldo, implantada em 1874, e depois estendida a Novo Hamburgo (em 1876), atendeu interesses das colônias predominantemente alemãs, favorecendo o escoamento de seus produtos via porto de Porto Alegre. Por outro lado, a ferrovia Rio Grande-Bagé, implantada em 1884, também atendeu interesses econômicos, no caso, o dos pecuaristas da Região da Campanha. Tal ferrovia facilitou-lhes o acesso ao porto de Rio Grande para seus produtos (gado em pé, charque e couro), mas, em parte, também teve como lastro o capital proveniente da pecuária. Estes dois casos atestam a motivação econômica que prevaleceu em toda a rede ferroviária no Estado. Embora o sentido das linhas se direcionasse aos portos, a produção das colônias e da campanha se destinava mais ao mercado interno, em especial do Sudeste (São Paulo) e Nordeste do Brasil, abastecendo tanto as fazendas de escravos quanto os centros em processo de industrialização e de urbanização (SILVEIRA, 2007a).

Contudo, para os propósitos de nossa pesquisa, a ferrovia que nos interessa é a Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana, iniciada em 1877 e concluída em 1907. Seu projeto original (Figura 9) previa uma linha tronco central que, partindo de Porto Alegre, avançaria rumo à Fronteira, passando por Taquari, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, São Gabriel, Alegrete até Uruguaiana. São Gabriel sediaria o entroncamento principal, do qual sairiam três ramais principais: para o sul, passando por Bagé, atingiria o porto de Rio Grande; para o sudeste, até Santana do Livramento; para o noroeste, passando por Santa Maria e Cruz Alta, alcançaria o Rio Uruguai (CÂMARA, 1874; DIAS, 1986; RODRIGUES, 2003).

Assim como outros projetos, o de Câmara teve como preocupação inicial a defesa do território, contudo, à medida que a malha ferroviária foi sendo implantada, o traçado foi atendendo mais efetivamente aos interesses econômicos (SILVEIRA, 2003a, p. 187), seja por oferecer menor dificuldade de construção e menor custo, seja por interesses comerciais.

Conclui-se, portanto, que a Ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana foi resultado de motivações predominantemente econômicas: expansão do capitalismo mercantil comercial e agropecuário (latifundiário e colonial), ligação de mercados afastados e isolados, escoamento da produção sulina para o abastecimento interno, etc. Porém, também, foi ancorada nas necessidades de defesa das fronteiras do sul do país (FIOREZE, 2007).

Figura 9 – Reprodução do traçado do projeto original dos caminhos de ferro do Rio Grande do Sul



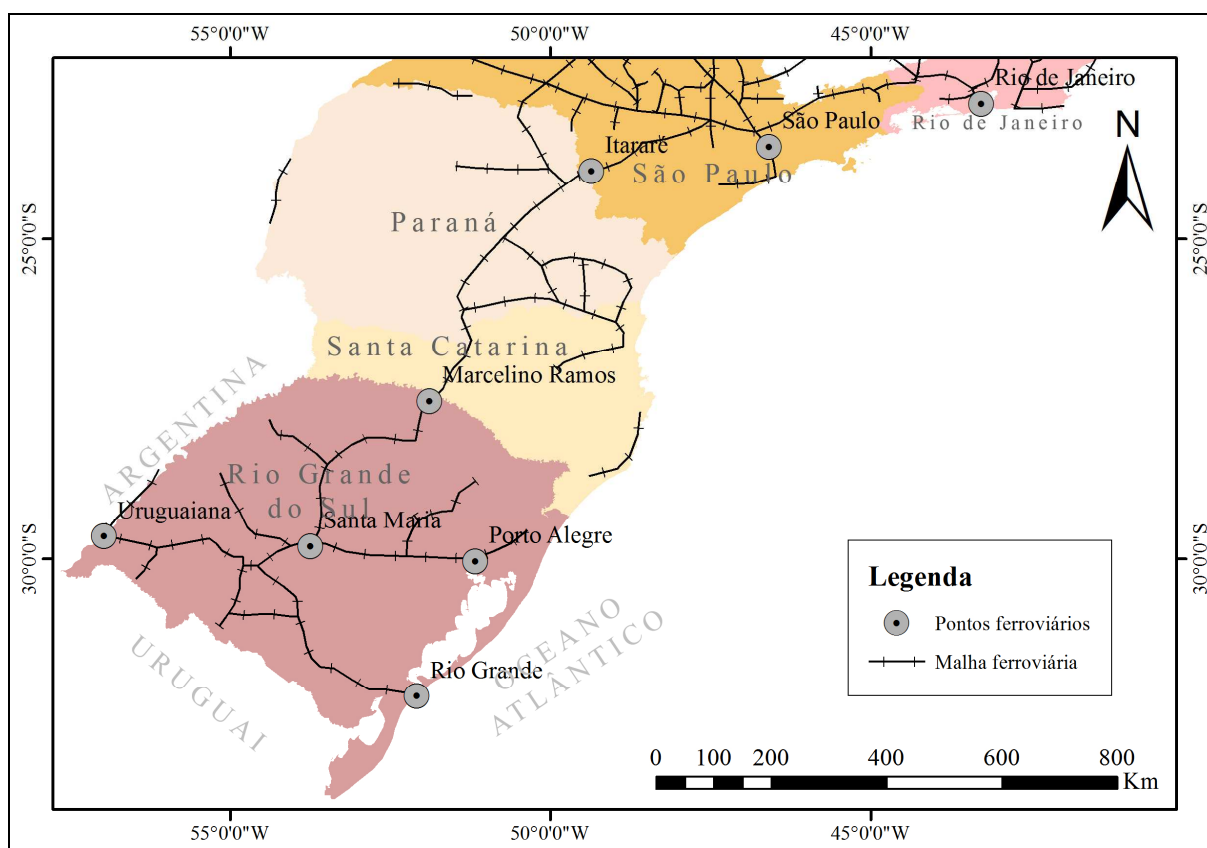
Fonte: CÂMARA, 1874 *apud* CENTRO DE HISTÓRIA ORAL, 2002; IBGE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análissa do Prado.

Assim, a malha ferroviária gaúcha foi sendo implantada aos poucos, em linhas gerais obedecendo ao projeto original de Câmara. A sua maior alteração, talvez, seja a mudança de seu entroncamento principal, previsto para São Gabriel, mas instalado em Santa Maria, onde a ferrovia chegou em 1885. À medida que a malha ferroviária principal foi se expandindo e suas linhas interligadas, foi se conformando uma rede que tinha Santa Maria como nó central. A leste, sua ligação com Porto Alegre foi complementada por via fluvial até 1910, quando passou a ser direta; ao norte, alcançou Cruz Alta em 1894, Passo Fundo em 1898, Marcelino Ramos (possibilitando ligação com São Paulo, via Itararé) em 1910; à Fronteira-Oeste, atingiu Cacequi em 1890, São Gabriel em 1896 e Uruguaiana em 1907; ao sul, ligou-se a Bagé e a Rio Grande em 1896. Valemo-nos da situação da malha ferroviária de 1930 (Figura 10) para ilustrar três aspectos: (a) sua extensão e integração das regiões do Rio Grande do Sul; (b) sua integração à malha ferroviária nacional; e (c) a centralidade de Santa Maria, no contexto ferroviário estadual.

Figura 10 – Densidade da malha ferroviária do Rio Grande do Sul e sua integração à malha nacional: 1930



Fonte: SILVEIRA, 2007a; IBGE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análissa do Prado.

Como nosso interesse pela ferrovia gaúcha está centrado na sua relação com Santa Maria, preferimos abordar os eventos que têm a ver com a temática da pesquisa nos próximos dois tópicos, nos quais caracterizamos a cidade ferroviária e evidenciamos as verticalidades e horizontalidades ferroviárias. Entretanto, para termos uma visão geral da sua trajetória histórica, organizamos a linha do tempo dos principais eventos da ferrovia no Estado, desde a apresentação do seu projeto original, em 1872, até sua privatização, em 1996. Resumidamente, podemos dizer que a ferrovia gaúcha, de um modo geral, acompanhou os processos de estagnação e decadência da ferrovia nacional. Quando a VFRGS foi encampada pela RFFSA, em 1957, contava com 3.735 km de extensão e 16.393 empregados (SILVEIRA, 2007a). Na década de 1990, encontrava-se obsoleta tecnologicamente, sucateada materialmente e abandonada politicamente. Quando de sua privatização, em 1996, tinha apenas 3.009 empregados, dos quais 2.670 foram absorvidos pela América Latina Logística do Brasil (ALL), no ano seguinte (RFFSA, 1996; SINDIFERGS, 2011)²⁶.

²⁶ Dados coletados por Jorge Alberto F. Zago junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Rio Grande do Sul, em 20 nov. 2011.

6.2 Santa Maria: cidade ferroviária

Para contextualizar historicamente Santa Maria antes da chegada da ferrovia e para melhor avaliar o impacto desta sobre aquela, esboçamos dois quadros do cotidiano de sua vida: o do seu cenário urbano e o dos seus sistemas de transporte e de comunicações. Para o primeiro, de acordo com Marchiori e Noal Filho (2008, p. 16), a Santa Maria que acolheu a ferrovia era uma cidade de “origem modesta”, que se conservou “acanhada e sonolenta durante a maior parte do século XIX”. Para caracterizá-la, à época da chegada da ferrovia, os autores se valem do relato de Henry Lange o qual, embora longo, nos ajuda, também, a melhor evidenciar aspectos étnicos e da diversificada economia urbana, da qual a função comercial já se destacava:

Cidadezinha simpática, com vivaz movimento comercial, possui atualmente muitas construções belas e vistosas, bons passeios e ruas bem niveladas. O número de habitantes é estimado entre 4.000 a 5.000, dos quais a metade é de alemães ou de origem alemã. Todo o município poderia ter aproximadamente 13.000 habitantes. Na cidade propriamente dita, existem 25 a 30 grandes casas comerciais, 5 a 6 curtumes, 8 a 10 ferreiros, 2 fabricantes de sela, 2 fábricas de carroças, 1 fábrica de carruagens, 4 ourivesarias, 6 sapateiros, 3 costureiras, 2 fábricas de cerveja, 1 de chapéus, 4 ferradores, 1 fotógrafo, 2 padarias, 1 escritório de aluguel de carroças, 3 advogados, 3 médicos, 3 farmácias (1 alemã, 1 italiana e 1 brasileira), 3 topógrafos, 2 hotéis alemães, 1 francês e um italiano, 3 matadouros, 3 escolas do governo e colégio central, um instituto brasileiro-alemão, uma estação de correios e telégrafo, uma igreja católica e uma protestante, uma biblioteca de empréstimo brasileira e uma alemã, uma sociedade beneficente alemã, seguradoras de vida e de fogo, um teatro amador, uma canônica protestante e uma católica (LANGE, H. *apud* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 70).

O quadro referente aos sistemas de transporte e comunicações configura Santa Maria como um lugar isolado, quase à margem (esquecido) do processo capitalista que prosperava nas regiões e cidades já beneficiadas pela ferrovia. Embora com agência oficial de correio, desde 1831, os serviços funcionavam através de estafeta a cavalo de Santa Maria a Cachoeira e de lá para Rio Pardo e Porto Alegre de barco (BEBER, 1998). Desfrutava, contudo, de sua condição de ponto de passagem das rotas das Missões, Planalto e Fronteira. Sua única via de locomoção e transporte era a terrestre, por estradas cujas condições de tráfego dependiam das intempéries da natureza. Os meios utilizados eram o transporte animal (cavalar e muar), carretas e carroças tracionadas por juntas bovinas, equinas ou muares. Para o escoamento da produção para Porto Alegre, por exemplo, o trajeto demandava cinco dias de viagem a cavalo ou quinze dias de carreta até Rio Pardo e dali seguia pelo Rio Jacuí, de barco a vela ou a vapor, segundo Macedo (1993), citado por Lopes (2002).

As dificuldades de transporte prejudicavam o escoamento da produção das colônias para os centros de consumo, principalmente a Porto Alegre, bem como de mercadorias que, a partir da capital e passando por Santa Maria, abasteciam vasta região da Província. Neste sentido, a extensão da ferrovia até Santa Maria interessava, também, a Porto Alegre e outras regiões e cidades, especialmente da Fronteira-Oeste e Missões. Câmara assinala:

Constou ultimamente que a praça de comércio de Porto Alegre dirigiu-se ao governador, representando sobre a vantagem de ser Santa Maria diretamente ligada a Porto Alegre, e, por conseguinte, ponto integrante da artéria principal (CÂMARA, 1874, p. 43).

Os trilhos da linha tronco Porto Alegre-Uruguaiana chegaram a Santa Maria, no final de 1885. O apito do trem, no dia 15 de outubro de 1885, como que despertou Santa Maria para novos tempos. Os caminhos de terra, lentos e dificultosos, foram acrescidos dos caminhos de ferro, que possibilitaram a circulação de locomotivas potentes e velozes, tracionando comboios carregados de passageiros, de mercadorias e de gado, etc. A dimensão de tal modernidade pode ser avaliada comparando-se o tempo de uma viagem de Santa Maria a Porto Alegre, no caso de transporte de carga. De carreta, só até Rio Pardo demandava 15 dias; com a ferrovia, o trajeto do Rio Taquari até Santa Maria não durava mais de 10 horas (ISAÍÁ, 1983). Com a conclusão da ligação ferroviária direta entre Santa Maria e Porto Alegre, a partir de 1910, o tempo de viagem foi ainda mais reduzido.

A ferrovia possibilitou a motorização do território de Santa Maria, superpondo uma nova camada técnica ao seu arranjo territorial, baseado, até então, somente na tração animal. Tal camada técnica correspondia aos avanços do progresso técnico de outros lugares, especialmente dos países industrializados, trazidos a Santa Maria como partes constituintes da ferrovia. Ao tempo pré-técnico sobrepôs-se um tempo técnico, “configurando uma camada de tempos externos sobre o cotidiano” local e regional, nas palavras de Silveira (1994b, p. 280). Assim, podemos dizer que as modernidades capitalistas do final do século XIX *vieram de trem* a Santa Maria.

Neste sentido, a ferrovia simbolizou a modernização de Santa Maria, menos pela sua materialidade como novo sistema de engenharia de transporte e mais como vetor de novos conteúdos da sociedade capitalista. O que Santa Maria ganhou não foi a ferrovia, em si mesma, mas, através dela, sua integração à ordem capitalista vigente, não apenas na Província e no Império, inicialmente, mas também na Europa, o que lhe possibilitou novas condições de desenvolvimento, sendo, por isso, considerada como o evento fundante de uma situação geográfica nova e motivo para o seu cognome de cidade ferroviária.

Aproveitando-se da topografia mais plana, a linha ferroviária foi construída ao norte do centro urbano e a sua estação e gare na linha de projeção da Rua Rafael Pinto Bandeira, que foi renomeada para Rua do Progresso (hoje Avenida Rio Branco). A centralidade ferroviária de Santa Maria foi sendo consolidada à medida que a malha principal ia sendo completada e suas linhas ativadas e acrescidas de ramais complementares e alimentadores. Os fluxos de passageiros e de mercadorias foram se tornando mais densos e complexos, requerendo implantação, renovação e ampliação de novos sistemas de engenharia, em termos de infraestrutura de apoio (estações, armazéns, oficinas de manutenção, pátios, gare, etc.), de administração, bem como de serviços complementares (hotelaria, restaurantes, prestadores de serviços, etc.). Assim, em 1905, ao assumir a administração de toda a VFRGS unificada²⁷, a *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil (Auxiliaire)* transferiu sua sede para Santa Maria, para onde já havia realocado, em 1901, suas oficinas que funcionavam em Taquari. Nesta época, Santa Maria já abrigava as oficinas da belga *Compagnie des Chemins de Fer du Sud-Ouest Brésiliens (Sud-Ouest)*, responsável pela linha Santa Maria-Cruz Alta (LOPES, 2001).

Todo esse conjunto de novos fixos e de seus fluxos correspondentes provocou uma grande transformação, não apenas na paisagem do território, mas também na vida de suas relações, tanto internas (próprias para a reprodução de seu cotidiano: comércio, hotelaria, serviços públicos, etc.), quanto externas (com a região, Estado, país, Uruguai e Argentina, principalmente). Como resultado, a cidade ganhou novo ciclo de desenvolvimento econômico, social e cultural. A presença da ferrovia favoreceu a emergência de novos usos do território materializados na expansão da cidade para o norte, especialmente, junto à sua estação e gare. Como assinala Bolfe (2003, p. 97), a “cidade passou a produzir o espaço urbano condicionado pelas funções de cidade militar e ferroviária”.

Contudo, se a ferrovia havia integrado regionalmente o Estado, este ainda permaneceu isolado do restante do país, até 1910, quando foi completada a linha férrea que partia de Itararé (SP), passando por Marcelino Ramos e Santa Maria, alcançava Rio Grande, formando a ferrovia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Tal integração consolidou Santa Maria como cidade ferroviária, título que mereceu, pelo menos, até meados da década de 1960. Em seu livro de viagem, Hoffmann-Harnisch assim testemunhou o apogeu da ferrovia em Santa Maria:

²⁷ Antes de 1905, três companhias estrangeiras arrendavam as ferrovias gaúchas: *Auxiliaire* (Porto Alegre-Uruguaiana), *Sud-Ouest* (Santa Maria-Marcelino Ramos) e *Brazil Great Southern* (Quaraí-Itaqui) (BELTRÃO, 1979). Segundo Gerodetti e Cornejo (2005), a *Brazil Great Southern* foi uma das poucas ferroviárias que não foram incorporadas à VFRGS, em 1905, permanecendo nas mãos dos ingleses até 1923.

Quando se viaja de trem pelo Estado do Rio Grande do Sul passa-se sempre por Santa Maria. Aqui cruzam o grande sistema de trânsito internacional de norte a sul: Rio de Janeiro-Marcelino Ramos-Livramento-Montevidéu, com o trânsito estadual de leste para oeste: Porto Alegre-Uruguaiana. Quem toma o trem em Porto Alegre e quer ir a Cruz Alta e Santo Ângelo, a Santiago do Boqueirão, São Borja, Itaqui, ainda São Gabriel, Bagé e Pelotas, tem que bater com os costados em Santa Maria. Eis por que esta cidade é o centro ferroviário do Estado (HOFFMANN-HARNISCH *apud* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 242).

Tal condição privilegiada, contudo, dependia exclusivamente da sustentação da primazia da ferrovia, entres os modais de transporte terrestre. Contudo, já a partir de 1930, o transporte rodoviário começou a ganhar prioridade nas políticas oficiais, tanto em termos nacionais, quanto estaduais. Iniciava-se, então, o período de estagnação da ferrovia, como já lembramos. Além deste, outros fatores contribuíram para que a centralidade ferroviária de Santa Maria fosse perdendo força. Ainda em 1920, com a encampação da ferrovia pela União e seu arrendamento para o governo do Rio Grande do Sul, sua sede foi transferida de Santa Maria para Porto Alegre. Segundo Beltrão (1979), tal transferência implicou na perda de 200 postos de trabalho. Em 1965, com a conclusão da ligação Porto Alegre-Lages e, depois, a de Lages-São Paulo, a Itararé-Marcelino Ramos perde importância. O processo de decadência da ferrovia gaúcha foi esvaziando sua presença em Santa Maria. Assim, no dia 4 de fevereiro de 1996, pela principal linha-tronco do Estado, circulou o último trem de passageiros, vindo de Uruguaiana e com destino final em Porto Alegre. Este foi o derradeiro evento de um período que já era passado (Santa Maria cidade ferroviária) e o início de outro (Santa Maria como território de passagem dos trens cargueiros da ALL).

6.3 Verticalidades e horizontalidades ferroviárias

Se a história de Santa Maria é inseparável do uso militar de seu território, também o é do uso ferroviário, pelo menos no período em que este protagonizou uma situação geográfica distintiva no e do território. No presente tópico, atendendo propósitos de nossa pesquisa, pretendemos interpretar tal situação geográfica sob o viés analítico dos conceitos de verticalidades e horizontalidades. Entendemos que, em razão da força de seu conteúdo modernizador, da racionalidade dos sistemas de ações requeridos para o seu funcionamento e das intencionalidades dos seus agentes, a ferrovia foi vetor de muitas verticalidades em suas relações com o território. Por outro lado, entendemos que, apesar delas, mas, também, a partir e concomitantemente a elas, o uso ferroviário do território engendrou um número

incomensurável de eventos que influenciaram intensamente a sua formação socioespacial, constituindo-se no principal vetor de seu desenvolvimento, de 1885 a 1960.

6.3.1 Verticalidades ferroviárias

Inicialmente, convém assinalar que a exploração dos serviços de transportes ferroviários, no Brasil, era monopólio da União, até sua desestatização, em 1990. No caso do Rio Grande do Sul, foram explorados, ora por concessionárias privadas (*Auxiliaire*) ou pelo governo estadual (VFRGS), ora pela sua administração indireta (RFFSA). A criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em 2001, constituiu o novo e atual marco regulatório pós-privatização, significando, também, a *retirada* da União do setor. Tanto antes quanto agora, os sistemas de ações que envolvem os serviços ferroviários obedecem a ordens de centros decisórios distantes dos lugares escolhidos e funcionalizados para seus usos. A solidariedade requerida de tais lugares, neste sentido, foi sempre hierárquica. O caso das tarifas, nos tempos da *Auxiliaire*, é bem ilustrativo: de um lado, os usuários, especialmente aqueles ligados ao comércio, reclamavam dos serviços e das tarifas julgadas exorbitantes; de outro lado, a *Auxiliaire* justificava a falta de melhorias, alegando tarifas defasadas. O caso, como lembra Flôres (2007, p. 114), deixava exposta a contenda política entre o governo central e o estadual. Enquanto este defendia a economia regional, aquele aceitava o aumento tarifário, pois estava mais interessado em receber o que a *Auxiliaire* lhe devia pelo arrendamento. Portanto, conclui o autor, “aumentar tarifas era a solução que bastava a uma das partes”.

Esta relação hierárquica com o território é a matriz de todas as verticalidades ferroviárias em Santa Maria, algumas das quais nos propomos evidenciar. Assim como procedemos com o uso militar do território, iniciamos apresentando as verticalidades produzidas pelas práticas espaciais, pelo comando sobre a oferta de emprego e pelo comando das finanças do território. Após, assinalamos também aquelas resultantes do vai-e-vem de comando da ferrovia, da transformação da cidade ferroviária em simples ponto de transferência de cargas e a consequente delapidação do patrimônio cultural ferroviário.

a) Práticas espaciais: este primeiro conjunto de verticalidades diz respeito à seleção, ocupação, usufruto e controle de porções da área do território por parte da ferrovia, e à influência que tais ações exercem na dinâmica urbana de Santa Maria. Estamos nos referindo às práticas espaciais decorrentes de decisões que, mesmo quando tomadas em Santa Maria, obedecem a ordens e/ou lógicas de agentes que estão fora do seu território, seja no Estado, no

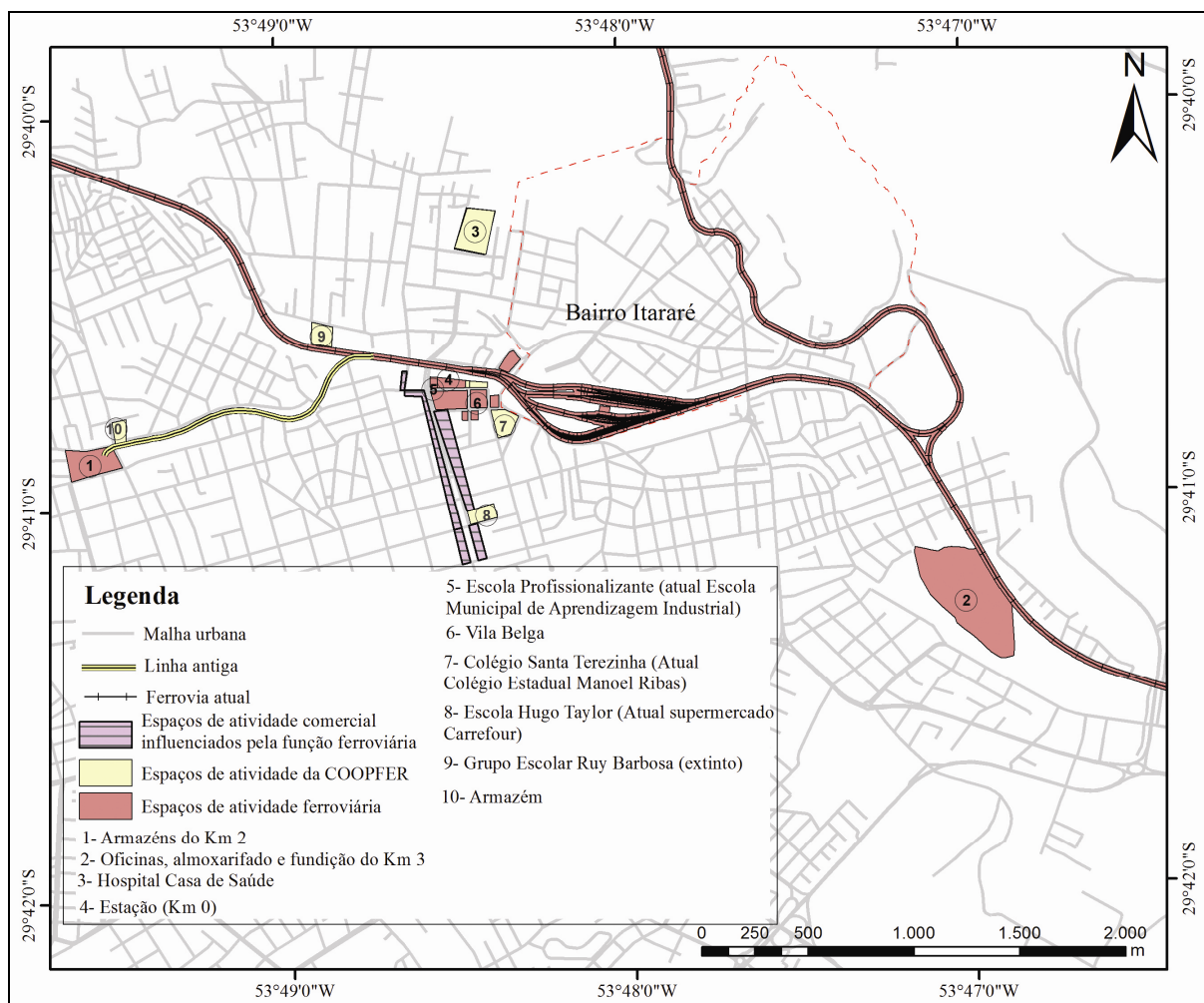
Brasil ou no exterior. No caso da ferrovia, identificamos três práticas espaciais que associamos ao conceito de verticalidades, a saber: seletividade, fragmentação e valorização e/ou marginalização espaciais.

O primeiro conjunto de verticalidades ferroviárias que evidenciamos foi em relação à seletividade espacial. À primeira vista, parece estranho associar o conceito de verticalidades às decisões que redundaram na escolha de Santa Maria, tanto como ponto de passagem e de estação, quanto como centro ferroviário e sede da concessionária *Auxiliaire* e das suas oficinas. No entanto, por mais que a ferrovia tenha sido ansiosamente reivindicada e que tenha favorecido e distinguido Santa Maria, tais decisões não deixam de configurar um novo conjunto de verticalidades, por duas razões principais: por um lado, elas sempre foram tomadas de fora, de longe e de cima, em atenção a interesses que hierarquicamente se impuseram ao cotidiano do lugar, aos quais o território obrigou-se a se adaptar; por outro lado, elas deram origem ao uso ferroviário do território e às demais verticalidades espaciais decorrentes. Ademais, como bem observa Flôres (2007, p. 166), a centralização da administração da *Auxiliaire* em Santa Maria obedeceu, também, seu plano estratégico de controlar todas as vias de comunicação no Estado, de forma alinhada com seus interesses no Uruguai, na Argentina e no centro do Brasil. Esta observação confere outra dimensão ao uso ferroviário que a concessionária belga impôs ao território. Em parte, tal plano só se tornou possível com a privatização da ferrovia, implementado por outra empresa (ALL), cerca de 100 anos depois, como assinalaremos adiante (item “e” e Figura 12).

O segundo conjunto de verticalidades ferroviárias que analisamos foi em relação à fragmentação espacial. Assim como aconteceu com o uso militar do território, os processos de seleção, ocupação, usufruto e controle de frações do território, para uso exclusivo da ferrovia, acabaram criando extensos (longos e amplos) subespaços que fogem ao comando do município e, por isso, são vistos como novos territórios superpostos (BECKER e EGLER, 1989) àquele do município, quebrando, por assim dizer, sua unidade territorial. Neste sentido, o maior impacto da ferrovia decorre de sua funcionalidade, a qual requer a apropriação e uso exclusivo de faixas contínuas de áreas por onde estende suas linhas. No caso de Santa Maria, o traçado da linha, embora tenha tangenciado a mancha urbana do tempo de sua implantação, com sua expansão, acabou cortando o perímetro urbano de leste a oeste. O exemplo mais claro é o bairro Itararé (homenagem à ferrovia Itararé-Marcelino Ramos-Santa Maria-Rio Grande, segundo Beltrão (1979): a ferrovia foi o principal fator de sua formação como bairro residencial de ferroviários, mas, também, foi e ainda é uma linha divisória que o separa do restante da rede urbana.

Atualmente, o conjunto das áreas em uso e desativadas marca com sua presença a paisagem urbana de Santa Maria, como mostra a Figura 11.

Figura 11 – Localização dos espaços ferroviários na malha urbana de Santa Maria: 2012



Fonte: MELLO, 2002; ESCRITÓRIO DA CIDADE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análissa do Prado.

À semelhança do uso militar, a fragmentação espacial produzida pelo uso ferroviário interferiu na capacidade de gestão do território, por parte do poder municipal. Em primeiro lugar, pelo fato da ferrovia ser vetor de atração locacional de atividades complementares e de apoio, bem como comerciais e residenciais, não apenas ao longo da linha, mas também em pontos de concentração, tais como estações, paradas e oficinas. Em decorrência da extensão da malha urbana, novas vias de locomoção e transporte, bem como de instalações e serviços urbanos, passaram a ser exigidos do poder municipal. Duas evidências: a urbanização do bairro Itararé e a extensão e urbanização da Avenida do Progresso (atual Avenida Rio Branco) que ligou a Estação Ferroviária ao núcleo central da cidade.

Em segundo lugar, em função da extensão e continuidade espacial da faixa ocupada pela ferrovia. Sabemos que, além da faixa ocupada pelos trilhos, toda ferrovia tem a chamada *faixa de domínio*, de largura variável. Para além desta, a lei garante mais 15 metros de largura de área *non aedificandi*, ou seja, na qual é permitida apenas edificações ferroviárias. Para o município utilizar tais faixas para execução de obras de travessia de pedestres e de veículos, ou de extensão de serviços de energia, água e esgoto, deve submeter os projetos à concessionária da linha, que se pauta nas normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres²⁸. Outra consequência de tal característica da ferrovia afetou diretamente a dinâmica urbana do território, criando impedimentos (pré-condicionamentos) ao seu ordenamento espacial e contribuiu, fortemente, para a configuração do perfil longitudinal da mancha urbana de Santa Maria, de leste a oeste, obedecendo ao sentido da linha férrea (Figuras 6 e 11).

O terceiro conjunto de verticalidades ferroviárias que evidenciamos foi em relação à valorização e/ou marginalização espacial. Assim como nas organizações militares e empresariais, também naquelas ferroviárias, mudanças locacionais fazem parte de sua dinâmica, implicando em decisões tanto de abertura quanto de fechamento de linhas, estações, oficinas, etc. Tais decisões acabam interferindo no valor imobiliário das áreas selecionadas ou abandonadas, bem como daquelas de seu entorno. No primeiro caso, tanto no campo quanto na cidade, a ferrovia desencadeou um processo de valorização imobiliária, iniciado ainda antes de sua chegada a Santa Maria, e intensificado à medida que a cidade foi se consolidando como centro ferroviário. No segundo caso, ao contrário, o processo de estagnação, seguido daquele da decadência da ferrovia, determinaram a marginalização, não apenas de todo o entorno dos fixos ferroviários em desuso, mas também daqueles de suas atividades complementares e de apoio.

Tal processo foi acelerado com a privatização da ferrovia. A concentração de poder numa única operadora (ALL) exacerbou o uso do território como recurso para alcançar objetivos corporativos. Seus sistemas de ações estratégicas e operacionais obedecem a lógicas e dinâmicas de contextos mais amplos, não aquelas do cotidiano do lugar em que operam. Assim, os ramais e trechos de linhas considerados antieconômicos foram abandonados, bem como armazéns, estações, prédios, etc., tiveram a mesma sorte, principalmente aqueles associados ao transporte de passageiros. A paisagem urbana de Santa Maria, de leste a oeste, mostra testemunhas materiais da deterioração dos fixos da antiga ferrovia perfiladas ao longo

²⁸ A área *non aedificandi* está determinada na lei 6755/1979 e regulamentada pela resolução 2695/2008, da ANTT (ALL, 2012c).

da linha férrea principal. Suas áreas *non aedificandi* e linhas abandonadas foram, pouco a pouco, sendo invadidas por habitações populares precárias e irregulares. Os exemplos mais ilustrativos são as áreas próximas da gare, oficinas, armazéns, linhas desativadas e também das mantidas ativas. Estes espaços, outrora dinâmicos e valorizados pela efervescência que a ferrovia possibilitava, foram sendo abandonados, configurando uma paisagem marcada por vazios urbanos, não apenas materiais, mas também de significado, verdadeiras rugosidades ferroviárias.

b) Comando da oferta de emprego: assim como procedemos com o uso militar do território, consideramos todos os empregados da ferrovia em Santa Maria como *assalariados externos*, segundo o conceito utilizado por Corrêa (1989, 1995). Isto por que as decisões tanto da criação, manutenção ou ampliação quanto de redução ou dissolução de seus quadros funcionais fogem ao comando do território, sendo tomadas sem qualquer interferência deste. A ferrovia comandou, durante 75 anos (1885 a 1960), a oferta de emprego em Santa Maria. Durante este período, o conjunto de suas atividades (operação e conservação das linhas, estações, oficinas, escritórios, etc.), bem como daquele das atividades de apoio (COOPFER, 1914) hotéis, restaurantes, comércio, etc., representaram sua maior fonte de empregos.

São poucos dados disponíveis sobre o quantitativo de funcionários da ferrovia lotados nas suas unidades (oficinas, estações, escritórios, etc.), sediadas em Santa Maria. Segundo Isaía (1983), só nas oficinas de Santa Maria o número de operários era de 589, em 1921, chegando a 750, no início da década de 1940.

Mais que o número, o que importa para os propósitos de nossa tese é que o comando sobre a oferta de trabalho ferroviário era externo ao território de Santa Maria e exercido segundo lógicas e dinâmicas alheias ao seu cotidiano. Neste sentido, a ferrovia veio a se somar às Forças Armadas como agente gerador de contingentes de *assalariados externos*, mais tarde reforçados pela UFSM.

Em razão deste comando e, também, pelos novos conteúdos trazidos²⁹ pelas concessionárias estrangeiras (*Auxiliare* e *Brazil Railway*, principalmente) causaram forte impacto no cotidiano das relações capital/trabalho. Neste campo, lembramos três exemplos que ilustram o teor e o grau dos conflitos gerados: o primeiro, ao assumir a concessão da VFRGS, em 1905, para ajustar o quadro de funcionários ao seu sistema de ações e objetivos

²⁹ Em sua pesquisa, Hillig (2005) analisa as relações de trabalho na VFRGS, entre as décadas de 1920 e 1950, na perspectiva do esforço de introdução de uma nova cultura de trabalho, pautada em práticas de racionalização e disciplinarização, sob inspiração taylorista e sob o comando do saber técnico de engenheiros, com o apoio do IDORT, SENAI e SENAR, principalmente. Como contraponto, a autora avalia como os ferroviários reagiram a tais práticas e ao condicionamento que a VFRGS tentou impor em suas relações de poder no cotidiano das oficinas.

corporativos, a *Auxiliaire* pôs fim ao plano de cargos e salários preexistente, promovendo demissões (HILLIG, 2005). Em Santa Maria, sede da concessionária, os conflitos resultaram em greve, em 1906, segundo Beltrão (1979, p. 446); o segundo foi a extinção do Economat (que abordaremos adiante); o terceiro foi a série de greves (nove ao todo, sendo seis locais e três gerais, segundo levantamento de Hillig (2005) por aumento de salários e melhores condições de trabalho, durante o período que a *Brazil Railway* administrou a VFRGS (1911 a 1919). Segundo Beltrão (1979), dentre os motivos da encampação da *Auxiliaire*, em 1920, estavam os reflexos da greve de 1917.

Antes de ser vencida pela rodovia, a ferrovia desfrutava de hegemonia quase absoluta entre os modais de transporte terrestre, condição que era apropriada e usada pelas concessionárias, principalmente estrangeiras, para impor seus sistemas de ações e criar circuitos espaciais de produção moldados unicamente a seus propósitos. Contudo, como assinalamos acima, a força do impacto de tais ações (verticalidades) produziu contramovimentos (associativistas, sindicalistas, grevistas, etc.) que, também se valiam da força da ferrovia como instrumento de pressão: uma greve geral dos ferroviários, por exemplo, ao parar a ferrovia, não só causava prejuízos financeiros à concessionária, mas a ampla gama de interesses que tinham a ferrovia como único meio de transporte.

Os processos de estagnação, decadência e privatização da RFFSA acarretaram um contingente crescente de ferroviários desempregados, até por que a operacionalidade das novas funções dadas à ferrovia pela ALL passou a requerer pouca mão-de-obra local. Pequeno acréscimo foi dado por atividade complementar, com a implantação da Santa Fé Vagões³⁰ nas antigas oficinas do Km3. Contudo, em 2011, o número de empregados não passava de 70.

c) Comando das finanças: outra evidência do forte impacto da presença da ferrovia em Santa Maria diz respeito ao volume de recursos financeiros alocados, tanto para sua implantação, quanto para sua operação. A falta de dados reais do orçamento da VFRGS, *Auxiliaire* ou RFFSA não compromete a nossa associação de seu poder de influência política, econômica e social no cotidiano do território, como vetor de um novo conjunto de verticalidades. A execução dos orçamentos ferroviários, tal como aqueles militares, foram altamente benéficos ao desenvolvimento de Santa Maria, mas não deixaram de representar um outro aspecto das verticalidades ferroviárias, que se agregou e potencializou os demais, já

³⁰ A Santa Fé Vagões foi criada em 2005 pela ALL, em parceria com uma empresa indiana. Como fábrica de vagões ferroviários, propunha-se a gerar 400 empregos diretos. Efetivamente, chegou até exportar vagões e a ter 230 empregados. Contudo, em 2011, não passava de um posto de manutenção preventiva de grande porte, com 70 empregados, similar àquelas que a ALL mantém em Mafra-SC e Sorocaba-SP (ZOLIN, 2011a).

enunciados acima. Não esqueçamos que a ferrovia sul-rio-grandense, não apenas foi construída com capitais captados majoritariamente na banca internacional, como sua operação esteve em mãos, ora de empresas privadas estrangeiras (inglesas, belgas, norte-americanas) ora de empresas públicas do Estado ou da União. O comando de tais operações sempre obedeceu a ordens de cima, de longe e de fora do território de Santa Maria, mesmo que, por algum tempo, a administração da ferrovia tenha tido sua sede na cidade. Assim, nem o montante, nem sua destinação e nem a continuidade de tal fluxo financeiro estiveram sob o comando do território, ou sequer de sua influência.

Em relação às concessionárias estrangeiras, embora os contratos exigissem a aplicação dos lucros na melhoria dos serviços, era prática repatriá-los a seus acionistas (HILLIG, 2005). Aos investidores, além dos altos juros cobrados e garantidos pelo governo, interessava retornos rápidos. A busca desenfreada por lucros passou a inibir investimentos em novas locomotivas e na conservação de linhas, bem como a requerer aumentos extras de tarifas. Neste contexto, o sistema foi se tornando caro, inseguro e ineficiente, gerando repetidas crises, só resolvidas mediante intervenção ou novas concessões governamentais.

Assim, mesmo sem o conhecimento de montantes orçamentários, é possível aquilatar as dimensões do poder econômico e político de que as concessionárias da ferrovia gozavam como fruto dos orçamentos que manipulavam. O uso de tal poder não se restringia às atividades diretamente ligadas à ferroviária, pois, não raro, era usado, também, como meio de ancoragem territorial, reforçando seus sistemas de ações na comunidade local. Dentre outros casos, assinalamos três operações de empréstimo como exemplos ilustrativos: (a) empréstimo (4 contos de réis) realizado pela *Sud-Ouest*, em 1894, ao Fundo da Intendência Municipal de Santa Maria, para cujo pagamento esta se obrigou a solicitar prorrogação de prazo, segundo lembra Lopes (2002); (b) empréstimo concedido pela *Auxiliaire*, em 1903, para a construção do Hospital de Caridade (BELTRÃO, 1979); financiamento pela *Brazil Railway* do estoque inicial dos armazéns da COOPFER, em 1913 (COOPFER, 1914).

d) Vai-e-vem de comando: embora os serviços de transporte ferroviário fossem função do Império, em razão da falta de capital e de tecnologia, sua viabilização só foi possível mediante empréstimos internacionais, majoritariamente ingleses, e amplas concessões para a construção e operação das linhas. Embora a primeira linha férrea do Estado (Porto Alegre-Novo Hamburgo) tenha sido financiada por capitais ingleses, estes não tiveram participação expressiva no conjunto da ferrovia gaúcha. Seus interesses estavam mais concentrados na Região Sudeste do país, o que abriu espaço para belgas e norte-americanos no Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2003).

Segundo anotação da Isaía (1983), no período de 1869 a 1933, cinco companhias estrangeiras operaram, como concessionárias, parte ou a totalidade da malha ferroviária do Estado: duas inglesas, duas belgas e uma norte-americana. Além destas empresas estrangeiras, outras empresas nacionais e a própria União e o Governo do Estado também participaram. No caso das linhas das quais Santa Maria fez e faz parte, desde seu início (1885) até hoje, o comando de operação da ferrovia passou por sete jurisdições: União (1885 a 1898), *Auxiliaire* (1898 a 1911), *Brazil Railway Company* (1911 a 1919), *Auxiliaire* (1919 a 1920), Governo RS (1920 a 1959), RFFSA (1959 a 1996) e ALL (a partir de 1997).

Como tal, a ferrovia, por mais que tenha sido um evento ansiosamente postulado e intensamente festejado por Santa Maria e região, jamais teve seu comando sob o controle do território. O uso ferroviário do seu território sempre decorreu de ordens vindas de fora, de cima e de longe. Isto, mesmo no período em que a *Auxiliaire* e *Brazil Railway* mantiveram seus escritórios centrais na cidade, de onde comandavam toda a malha ferroviária unificada do Estado.

e) De cidade ferroviária a ponto de transferência de cargas: com a privatização da RFFSA, sua malha da Região Sul do Brasil não mudou apenas de comando (de rede pública para rede privada de capital internacional), de sede de seu centro regional de operações (de Porto Alegre para Curitiba) e de nome (de Ferrovia Sul-Atlântico para ALL Malha Sul); mudou, também, de função: abandonou o transporte de passageiros e passou a operar somente com transporte de *commodities* agrícolas e produtos industriais. Sua concessionária, a ALL³¹ opera, também, outras três malhas no Brasil (ALL Malha Paulista, ALL Malha Oeste e ALL Malha Norte) e duas outras na Argentina (ALL Central e ALL Mesopotâmia). A esta vasta malha ferroviária (21.300 km) se junta uma frota rodoviária de 1.000 veículos, formando um complexo sistema de engenharia intermodal de transportes de cargas, com um total de 8.500 empregados diretos. Sua área de atuação cobre as regiões sul e sudoeste do Brasil e parte da Argentina, conectando-se aos cinco principais portos do centro-sul do Brasil, dois da Argentina, um do Uruguai e um do Chile (ALL, 2012b; SILVEIRA, 2007a). A Figura 12 ilustra a extensão do seu sistema logístico ferroviário, ao qual se integra aquele do modal rodoviário.

Neste contexto, Santa Maria, outrora principal centro ferroviário do sul do Brasil, foi reduzida a simples ponto de transferência de cargas, junto a outros sete existentes no RS. Isto,

³¹ A América Latina Logística (ALL) é uma *holding* formada por 29 empresas, cujos principais negócios são: transporte intermodal de cargas (ferroviário e rodoviário, possibilitando distribuição fracionada e transporte porta-a-porta), logística, terminais portuários, armazéns gerais, tecnologia e indústria (ALL, 2012a).

Figura 12 – Distribuição da malha ferroviária da ALL, no Brasil e Argentina: 2011



Fonte: ALL, 2011.

em razão de sua posição geográfica, aliada à disponibilidade de amplo pátio de manobra e estacionamento, herdado dos tempos da VFRGS e RFFSA. A ferrovia manteve-se como uma modernidade e como principal vetor de seu desenvolvimento enquanto durou o período técnico. Com a emergência do período técnico-científico-informacional, tornou-se um sistema de engenharia obsoleto, necessitado de uma refuncionalização que o tornasse, novamente, uma modernidade, embora já não mais com a mesma força, em relação a Santa Maria. Para os novos fluxos da ALL, Santa Maria figura, apenas, como um *lugar de passagem*.

e) Dilapidação do patrimônio cultural: como assinalamos acima, os processos de estagnação, decadência e privatização da ferrovia impuseram grave marginalização espacial de parte significativa do território de Santa Maria. Vítima destes processos, grande parte do patrimônio cultural material e imaterial foi abandonada e esquecida, como rugosidade sem utilidade ao uso corporativo a que se sujeitou o território. O uso seletivo e funcional dado à ferrovia pela ALL desconectou-a do cotidiano da cidade, o que contribuiu para que os espaços ferroviários fossem perdendo sua antiga força simbólica. Aos poucos, a cidade foi *se virando de costas* para a ferrovia (ao norte) e para tudo o que a lembrasse (estação e seu entorno, a

Vila Belga, o bairro Itararé, a COOPFER, a Av. Rio Branco, etc.) e voltando-se para o domínio da rodovia (ao sul), que foi se configurando através das BRs 158, 287 e 392. Por assim dizer, a refuncionalização do uso da ferrovia, moldada segundo a racionalidade econômica imposta pela ALL, significou a renegação de toda a herança cultural que a presença da ferrovia havia ajudado a construir.

O exercício de tal poder econômico também se materializa numa série de *práticas restritivas verticais*, algumas das quais foram evidenciadas por Silveira (2007a), em relação à indústria de equipamentos ferroviários e aos demais modais de transporte, que ficaram a mercê dos interesses da ALL. Neste sentido, também, a centralidade rodoviária de Santa Maria ficou afetada pelo monopólio do transporte de cargas.

6.3.2 Horizontalidades ferroviárias

Assim como o cognome de cidade militar, o de cidade ferroviária não foi atribuído a Santa Maria em função das verticalidades que evidenciamos acima. Ao contrário, foi um merecido reconhecimento das horizontalidades que lhe foram possibilitadas a partir da presença da ferrovia em seu território.

Por horizontalidades ferroviárias entendemos todos aqueles eventos que, historicamente, foram produzidos, direta e indiretamente, a partir da presença da ferrovia em Santa Maria e que contribuíram para a criação das condições que favoreceram seu desenvolvimento, configurando uma nova situação geográfica para seu território. Dentre tantos e de tão variada tipologia, escolhemos aqueles que contribuíram para: consolidação de Santa Maria como entroncamento de linhas e centro ferroviário; fortalecimento da função militar e comercial do território; criação de emprego e renda; emergência do associativismo, sindicalismo e cooperativismo, e fortalecimento da função educacional de Santa Maria.

a) De estação a cidade ferroviária: como assinalamos, pelo projeto original, Santa Maria faria parte do ramal noroeste que partiria de São Gabriel até Cruz Alta, do qual seria mera estação. Para Câmara (1874), era São Gabriel que deveria sediar o entroncamento principal e ser o centro de todo o sistema ferroviário do Estado. Segundo anotação de Dias (1986), Câmara justificava sua preferência por ser São Gabriel, na época, um tradicional núcleo militar, ligado a vários pontos do Estado por caminhos e estradas, além de situar-se em privilegiada posição geográfica, nem tão próximo da fronteira a ponto de ficar desguarnecido e isolado, nem, tampouco, tão distante que não pudesse proteger destacamentos mais avançados. Tal entendimento assentava-se em pareceres de oficiais e generais do porte de

Marquês do Herval (Gal. Osório), Duque de Caxias e Deodoro da Fonseca, conforme declaração de Câmara (1874). Não foi o que aconteceu. Interesses econômicos (economia de traçado e interesses comerciais) prevaleceram, embora não satisfazendo cabalmente às necessidades estratégicas, segundo Câmara (1874). Não apenas o eixo principal do traçado da linha Porto Alegre-Uruguaiana passou por Santa Maria, como, principalmente, a cidade foi contemplada com a convergência de toda a malha, constituindo-se no maior entroncamento ferroviário do sul do Brasil. Tal condição, aliada à sua posição geográfica favorável aos interesses estratégicos da *Auxiliaire*, contribuíram para que esta concessionária transferisse sua sede e oficinas para Santa Maria, transformando-a em centro ferroviário.

A quem se deve tal mudança de traçado e de função? A alteração do traçado original, para uns, foi de ordem técnica, tendo em vista o barateamento do custo das obras (DIAS, 1986); para outros, foi por razões estratégico-militares (Torronteguy, 1999); mas foi, também, fruto da força política da classe dos grandes proprietários rurais, segundo Rocha (1993). Esta autora lembra que Santa Maria já se constituía como centro de drenagem da renda fundiária, o que a dotava de forte *capital fundiário absenteísta*³². A concentração da classe de proprietários rurais absenteístas deu a Santa Maria grande importância na rede urbana regional e da Província. Conclui a autora que, em especial, o conjunto das funções militar, ferroviária e universitária tem, em suas bases, capitais e/ou interesses fundiários locais (de Santa Maria).

Para a sua configuração como cidade ferroviária, a concretização de sua ligação à capital da Província foi um evento importante, como foi, também, o da complementação da malha férrea com linhas rumo à Fronteira, Missões e Planalto, todas confluindo para Santa Maria. Mas a sua consolidação se firmou com a sobreposição de outros dois eventos, tão ou mais decisivos, a saber: a centralização das oficinas (1901) e dos escritórios (1905) da *Auxiliaire*, operadora da malha ferroviária gaúcha, em Santa Maria, e a conclusão (1910) da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, como extensão da Itararé (SP)-Marcelino Ramos (RS). Foi a confluência de todas estas linhas (rede técnica), de um lado, e a centralização da administração (rede de comando) da malha do Estado em Santa Maria, de outro lado, que a transformou no maior centro ferroviário da Região Sul do país. De tal condição privilegiada,

³² Com base em Durand (1963) e Corrêa (1969), Rocha (1993) caracteriza Santa Maria como centro de drenagem (do campo para a cidade) da renda fundiária regional, formado pela concentração de três tipos de grandes proprietários rurais: fazendeiros tradicionais, proprietários de origem colonial e novos proprietários rurais. Seu conjunto formava a classe dos proprietários rurais absenteístas por residirem, em sua quase totalidade, em Santa Maria e para ela transferirem a renda obtida no campo. No contexto da implantação da ferrovia, apenas os primeiros participavam da cena política; os demais foram se constituindo no processo de colonização italiana e alemã, principalmente.

Santa Maria usufruiu, plenamente, de 1905 a 1920. Em 1920, com a transferência da administração da VFRGS para Porto Alegre, Santa Maria perdeu a sede do comando da ferrovia gaúcha. Embora sem tal status, a cidade se manteve como centro ferroviário, mais por força da centralidade da rede técnica ferroviária e das instituições criadas frutos das horizontalidades engendradas naquele período. Nestas condições, a ferrovia comandou o desenvolvimento de Santa Maria até a criação da UFSM, em 1960. Enfraquecida pela primazia dada ao modal rodoviário, a ferrovia entrou em decadência, a partir da década de 1970, como já assinalamos.

b) Fortalecimento da função militar: no período da construção da malha ferroviária, da qual Santa Maria se tornaria o entroncamento principal, ainda eram poucas as subunidades militares sediadas na cidade. Contudo, segundo assinalam diversos autores consultados³³, o Exército tinha interesses estratégicos na cidade, por ser entroncamento das linhas do sul, por estar protegida pela distância que a separava das fronteiras meridionais e por estar bem posicionada como centro de apoio logístico. Torronteguy (1999) lembra que a Argentina, neste período, passava por grande crescimento econômico, planejava avanços sociais e econômicos capazes de projetá-la internacionalmente, e havia remodelado seu exército, o que representava uma ameaça aos vizinhos. Neste contexto, interesses geoestratégicos assumiam relevância nas políticas públicas do Império. Embora, para outros autores, como Silveira (2003a; 2007a), não tenha sido esta a única razão, nem a principal, o fato é que ambas as funções (econômica e militar) se beneficiaram com a ferrovia. Esta, ao dotar o território da fluidez também requerida para as operações militares (como novo meio de transporte em tempos de paz, mas, também, como instrumento estratégico de movimentação de tropas e armamentos em tempos de conflitos externos e/ou internos), contribuiu para a consolidação da função militar em Santa Maria. A presença militar, por seu lado, servia de garantia à segurança necessária à movimentação de insumos, produtos e passageiros, mas, também, aos fixos (depósitos, estações, oficinas, etc.), equipamentos (linhas, locomotivas, comboios, etc.) e às operações da administração da ferrovia, em especial da concessionária estrangeira (*Auxiliaire*). Ao reunir diversos episódios em que a centralidade ferroviária de Santa Maria foi funcional às estratégias militares, em diferentes momentos da história do Rio Grande do Sul e Brasil, Flôres assinala que

Em momentos de crise interna, logo a estrutura da empresa [concessionária] era visada como ponto logístico das estratégias militares. Quem obtivesse o domínio desses setores operacionais [controle de tráfego, oficinas, estações, etc.] e pudesse

³³ Isaía, 1983; Torronteguy, 1999; Mello, 2002; Lopes, 2002.

contar com o apoio do pessoal, poderia ter uma significativa vantagem em relação aos seus oponentes (FLÓRES, 2007, 177).

c) Fortalecimento da função comercial: dentre todas as funções urbanas que Santa Maria desempenhou no período da situação geográfica comandada pela ferrovia, a que mais se beneficiou de sua presença foi a função comercial. A propósito, Beber (1998) defende a divisão da história de Santa Maria em dois períodos, antes e depois da ferrovia. Como esta função será objeto de nossa análise na quarta situação geográfica, preferimos evidenciar as contribuições da ferrovia para o fortalecimento do comércio de Santa Maria no capítulo 8, quando trataremos, especificamente, do uso comercial corporativo do território como elemento distintivo do período contemporâneo.

d) Geração de emprego: a ferrovia, desde sua fase de construção e, principalmente, durante os 75 anos (1885 a 1960) em que comandou a economia local, significou para Santa Maria sua maior fonte de emprego e de geração e melhoria de renda. É, por isto, considerada como vetor de profícuas horizontalidades, não apenas entre os seus empregados diretos e suas famílias, mas, também, em relação a toda a comunidade local. A sobrevalorização de tal papel, contudo, não se deveu à simples passagem da ferrovia pelo território. Foi fruto da nova situação geográfica criada a partir dela, configurada, principalmente, pela centralidade ferroviária conferida a Santa Maria, pela primazia de ter sido sede administrativa da rede e de suas oficinas, pela COOPFER e suas unidades operacionais. Em razão da dinâmica possibilitada pela ferrovia, de tais horizontalidades não se beneficiaram, apenas, determinados pontos onde se localizavam seus nós centrais, mas, também, diversos outros lugares ao longo das linhas, em especial aqueles constituídos como estações, paradas e até caixas d'água. Em todos eles, a ferrovia criou novas fontes de trabalho e novas condições de melhoria de renda.

No caso de Santa Maria, convém lembrar que, na época, sua população era majoritariamente rural (69%), segundo Lange (1888), citado por Marchiori e Noal Filho (2008). Por outro lado, as aptidões do trabalhador urbano se limitavam às necessidades do meio de produção artesanal (pré-técnico, no limiar do meio de produção mecanizado). Neste contexto, direta e indiretamente, a ferrovia revolucionou o mercado de trabalho local. A introdução de sistemas técnicos totalmente novos impôs uma nova divisão do trabalho local urbano, notadamente de duas naturezas: técnica (construção e conservação de linhas férreas, operação, manutenção e reforma de locomotivas, fabricação de pequenos componentes, etc.) e administrativa (operação de estações, serviços de escritório, chefia de turmas, gerência de tráfego, etc.). Comparativamente à situação anterior, além da diversidade e quantidade de novos postos de trabalho criados e das novas relações trabalhistas, a ferrovia possibilitou

grande aumento da densidade técnica e organizacional do trabalho no território. Para tais efeitos, contribuíram três eventos principais, que se sobrepuseram àqueles da construção e da passagem da ferrovia pelo território: (a) a concentração de oficinas, tanto da E. F. Porto Alegre-Uruguaiana (*Auxiliaire e Brazil Railway*), quanto da linha Santa Maria-Cruz Alta (*Sud-Ouest*); (b) a primazia de ter sido sede de tais concessionárias; (c) a convivência e interação de pessoal de diferentes origens e camadas técnicas (níveis de qualificação), desde aqueles operacionais até aqueles pertencentes à alta burocracia das concessionárias.

Mesmo que a ferrovia, enquanto fonte de geração de novos postos de trabalho, tenha vindo aumentar o contingente de *assalariados externos* em Santa Maria, ela se constituiu numa grande fonte criadora de horizontalidades, pelo menos no período que sua função comandou o desenvolvimento local. De tais horizontalidades se beneficiou não apenas a população local, mas, também, as levas de imigrantes que nela buscaram oportunidades tanto de trabalho quanto de melhoria de condições de vida, para si e para suas famílias. Indiretamente, também se beneficiaram outros tantos trabalhadores de empresas e instituições cujas atividades gravitavam em torno dela.

e) Geração de renda: como cada novo posto de trabalho criado corresponde a um salário, as presenças da ferrovia, de suas administradoras e oficinas se constituíram, também, em importante fonte local de geração e melhoria de renda. Tal massa salarial, ao ser despendida em bens e serviços, reproduziu novas dinâmicas socioeconômicas no território. Por outro lado, a economia local também se beneficiou com a movimentação financeira decorrente da execução do orçamento de toda a rede, pelo menos enquanto Santa Maria foi sede das administradoras da ferrovia. Por fim, todos os recursos despendidos na construção dos seus fixos (estações, armazéns, oficinas, casas de moradia, etc.), bem como nos serviços de manutenção executados nas oficinas, ao serem drenados de toda a rede da VFRGS para Santa Maria, também constituíram fatores que favoreceram a economia local.

f) Emergência do associativismo: a denominação de cidade ferroviária atesta que a ferrovia teve uma presença muito diferenciada em Santa Maria, comparativamente às demais cidades gaúchas por ela alcançadas. Como assinalamos, Santa Maria não apenas acolheu a ferrovia, mas transformou-se no principal entroncamento ferroviário do sul do Brasil e, também, em sede administrativa de concessionárias e de suas oficinas. A concentração de tais eventos na cidade e seus consequentes afluxos de trabalhadores, principalmente, criou uma nova e variada gama de demandas urbanas (habitação, abastecimento, saúde, educação, transporte, lazer, etc.) que passaram a pressionar tanto o poder público local quanto a própria administradora da ferrovia. Neste sentido, por assim dizer, a ferrovia acelerou a produção da

escassez de tais bens e serviços, provocando desordem e tensão social no cotidiano do território. Este, como adverte Santos (1999a), se é o lugar da finalidade imposta pela nova lógica vinda de fora, é também o da contrafinalidade, localmente gerada; se é um cotidiano conforme, não é obrigatoriamente conformista; se é um lugar da cegueira e da complacência, também é o da descoberta e da revolta.

À medida que a nova classe ferroviária foi tomando consciência de si própria e das necessidades que lhe eram comuns, passou a se articular politicamente e a transformar tais demandas em movimentos reivindicatórios, não raro, desencadeados em paralizações e greves. A carência dos serviços urbanos e sociais referidos foi sendo agravada pela precariedade das condições de trabalho e pela complexificação das relações trabalhistas, ainda sem legislação que as regulassem. Os campos de interesse passaram a se polarizar: de um lado, uma concessionária estrangeira impondo a lógica de reprodução do capital internacional e, de outro, uma comunidade de trabalhadores lutando pela própria sobrevivência. A convivência e o confronto de racionalidades tão diferentes passaram a conformar um explosivo contexto de conflitos, de cuja conciliação resultou num conjunto de eventos que associamos ao conceito de horizontalidades, tanto por sua construção quanto pelos benefícios que proporcionaram à classe ferroviária e a Santa Maria. Aos propósitos de nossa pesquisa, três destes eventos são mais significativos, a saber: a Vila Belga, o *economat* e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da VFRGS (COOPFER, 1914).

- Vila Belga: junto com seus escritórios, a *Auxiliaire* trouxe, também, grande parte dos funcionários de seu *staff* administrativo, alguns de origem francesa e outros belgas. Para alojamento das famílias de funcionários mais diretamente ligados às operações no pátio ferroviário (FINGER, 2009), tais como chefes de turma, capatazes, engenheiros, contadores, inspetores de linha, fiscais, chefes-de-trem, por exemplo (FINGER, 2009; LOPES, 2001), construiu uma vila que, em homenagem à origem da companhia, veio se chamar de Vila Belga. Sua construção foi realizada por etapas³⁴, a partir de 1905, sendo concluída a primeira em 1907, compondo um conjunto de 80 casas geminadas, por iniciativa da própria *Auxiliaire*, sendo seu projeto de responsabilidade do engenheiro belga Gustave Vauthier³⁵, diretor da companhia. Foi a segunda vila operária no Estado construída por empresa para residência de seus empregados³⁶. Não se trata de conjunto habitacional isolado (vila autônoma), em relação

³⁴ Segundo Lopes (2001), sua construção se estendeu até 1954.

³⁵ Gustave Vauthier (1861-1923) foi funcionário e diretor de diversas companhias ferroviárias, antes de ser o primeiro diretor da *Auxiliaire*, de 1898 a 1910, e, depois, de 1919 a 1920 (LOPES, 2001).

³⁶ A primeira foi a *Vila Rheingantz*, em Rio Grande, construída, em 1884, pela Fábrica Nacional de Tecidos e Panos, do grupo alemão Rheingantz (SCHLEE, 1996; LOPES, 2001).

à cidade; ao contrário, a vila foi concebida como uma projeção da malha urbana em expansão, suas ruas dando continuidade ao traçado original da cidade, não sendo direcionadas para o pátio ferroviário, nem apresentando hierarquização aparente entre elas. De outra parte, todo o projeto obedeceu às posturas municipais vigentes na época (FINGER, 2009). A contiguidade do conjunto e a homogeneidade de suas características arquitetônicas lhe conferiram originalidade e singularidade. A similaridade de suas 80 unidades habitacionais (moradias unifamiliares geminadas ou justapostas lateralmente duas a duas) não significa padronização ou estandardização, nem indica uma hierarquização da classe social do morador. O conjunto se distribui em cinco quadras (quatro delas ocupadas parcialmente), inteiramente integrado ao convívio urbano da comunidade local (Figura 11). A construção da vila somou-se à presença da ferrovia e de seus demais fixos (estação, armazéns, escritórios, etc.), direcionando a expansão da malha urbana do centro para o norte, impulsionada, também, pela progressiva concentração de serviços urbanos complementares (hotéis, restaurantes, lojas, prestadores de serviços, etc.) nas proximidades, especialmente ao longo da Av. Rio Branco. Mais tarde, com a criação da COOPFER, além de sua sede, várias de suas unidades (farmácia, padaria, açougue, fábrica de bolachas, clube social, armazém, etc.) vieram a se localizar junto à vila, fazendo parte da configuração urbano-arquitetônica que, hoje, é denominada de *mancha ferroviária* (Figura 11). Desde sua implantação até a privatização da ferrovia, a Vila Belga permaneceu servindo como residência de funcionários da linha. Em 1997, através de leilão que deu preferência aos então moradores, as casas passaram a ser propriedade particular.

Desta forma, podemos considerar a Vila Belga, por si mesma e por seus efeitos na comunidade ferroviária e santa-mariense, como uma horizontalidade construída pela *Auxiliaire*, muito embora ela tenha servido, também, como instrumento de cooptação de uma fração de seus funcionários. Seja pela sua harmonização urbanística com a cidade, seja pelos aportes arquitetônicos de seu conjunto que ainda marcam a paisagem urbana de Santa Maria, ela constituiu-se no símbolo de um importante período da história de Santa Maria e da própria ferrovia gaúcha. Tal reconhecimento foi oficializado em 1988, quando a Vila Belga foi considerada patrimônio histórico e, em 1995, patrimônio cultural do município, pelo que foi tombada, em 1997. Em 2000, juntamente com os demais equipamentos remanescentes de ferrovia (estação, sede da COOPFER, Colégio Manoel Ribas, etc.), integrou o tombamento pelo governo do Estado do Sítio Ferroviário de Santa Maria (RIO GRANDE DO SUL, 2002; SCHLEE, 2001).

- *Economat*: outra iniciativa da *Auxiliaire*, esta como fruto direto da negociação de saída da primeira greve ferroviária, de 1906 (BELTRÃO, 1979), foi a criação do *Economat*,

cuja direção foi confiada a Manuel Ribas³⁷. Como departamento da *Auxiliaire*, o *Economat* era um sistema de armazéns da companhia, com abrangência em toda a rede, cuja função era o abastecimento de gêneros a seus funcionários, a preços reduzidos em relação aos do comércio local e com pagamento consignado na folha de pagamento salarial. Tal sistema beneficiou os ferroviários, mas, também, contrariou interesses de comerciantes, estabelecidos em função da demanda criada pela presença da ferrovia, os quais acusavam a *Auxiliaire* de concorrência predatória (FLÔRES, 2007). O departamento funcionou até a *Brazil Railway* assumir a administração da ferrovia, em 1911. A nova companhia repassou as funções do *Economat* a um comerciante local (um empreiteiro de ferrovias, segundo Beltrão, 1979), o qual manteve o desconto em folha, mas elevou os preços, transformando-o em um armazém convencional (Armazém Ramos), o que gerou preocupação e revolta dos ferroviários. Reconhecemos o *Economat* como uma horizontalidade, tanto pelo fato de sua criação ter sido forçada pelo movimento operário, quanto pelos benefícios que trouxe à classe ferroviária. Contudo, não podemos esquecer que de sua operacionalidade também se serviu a administração da ferrovia, como instrumento de tutela de seus empregados.

- COOPFER: a persistência e agravamento da situação acima referida, de um lado, e o aumento de movimentos reivindicatórios, de outro, obrigaram, tanto a classe ferroviária quanto a administração da ferrovia, a buscarem alternativas. Tanto para a primeira quanto para a segunda, o *Economat* serviu como ensaio experimental de novas possibilidades de cooperação mútua, das quais a mais expressiva foi, sem dúvida, a COOPFER, criada em 1913.

A história da COOPFER não esconde a duplicidade de intenções que marcou sua origem. A administração da ferrovia encontrou no sistema cooperativista um meio de atender os interesses dos ferroviários, mas, também, os seus. O principal agente de mediação e de conciliação de racionalidades tão antagônicas pode ser personalizado em Manuel Ribas. Como referimos, ele tanto foi preposto da *Auxiliaire* e do Armazém Ramos, quanto, segundo Beltrão (1979), o principal inspirador, fundador e dirigente da COOPFER. Foi através da COOPFER que ela possibilitou o atendimento das novas demandas, acima referidas. Inicialmente, a cooperativa substituiu as funções do *Economat* e do Armazém Ramos (BELTRÃO, 1979), mas, logo foi acrescentando uma série de serviços à classe ferroviária. Favorecida pela centralidade que Santa Maria desfrutava, pelas funcionalidades da ferrovia e

³⁷ Manoel Ribas, cunhado de Gustave Vauthier, diretor da *Auxiliaire*, após as funções do *Economat* serem repassadas ao Armazém Ramos, continuou trabalhando a serviço deste. Foi o principal inspirador da COOPFER, da qual foi gerente até 1920 e diretor comercial depois. Foi, também, intendente municipal e o primeiro prefeito de Santa Maria, de 1930 a 1932 (BELTRÃO, 1979).

pelas facilidades concedidas pela sua administração, a COOPFER multiplicou suas atividades, expandindo sua rede de serviços para todos os núcleos da VFRGS³⁸. Em seu auge, foi a “maior cooperativa de consumo da América do Sul” (OCB, 2011).

Na perspectiva que estamos analisando, a COOPFER foi a maior organização criada na cidade a partir das horizontalidades possibilitadas pela presença diferenciada que a ferrovia teve em Santa Maria. Contudo, entendemos que ela não pode ser interpretada, unicamente, como um evento gestado no seio do movimento ferroviário e usado segundo seus interesses exclusivos. Para Rodrigues (2003), a sua emergência e evolução têm uma singularidade: sua vinculação e integração à VFRGS e, por extensão, às empresas concessionárias de seus serviços. A funcionalidade da COOPFER, enquanto instrumento de cooptação e controle da classe ferroviária, foi possibilitada ora pela dependência financeira³⁹, ora pela participação, em sua direção, de membros da elite dos ferroviários, mas, também elementos da confiança das concessionárias. Assim, as concessionárias estrangeiras e, mais tarde, a própria VFRGS, se valeram da COOPFER para, em seu nome, tentar resolver problemas (saúde, educação, abastecimento, lazer, etc.) que, de outro modo, a classe ferroviária deveria resolver com o salário que lhe era pago, reconhecidamente baixo, segundo Flôres (2007). Por outro lado, a sedimentação da cultura do associativismo e mutualismo, ao criar e desenvolver laços de solidariedade e sentimentos de pertencimento, acabaria por favorecer o fortalecimento da ideia de que os trabalhadores e as companhias gestoras da ferrovia faziam parte de uma mesma organização, da mesma *família ferroviária*, com os mesmos interesses. A idealização de tal imaginário poderia, também, inibir a manifestação de conflitos (disciplinares, trabalhistas e interpessoais) e abrandar as relações hierárquicas e de controle. Tal estratégia, tanto em relação aos ferroviários quanto às comunidades locais, fazia parte dos sistemas de ações das administradoras das ferrovias brasileiras (ZANINI, 2010; VALDANHA NETTO, 2007; SEGNINI, 1982).

Assim, mesmo tendo em sua origem a intencionalidade também de agentes exógenos e de ser mantida sob sua tutela e usada para seus interesses, a COOPFER logrou encontrar ambiente favorável ao florescimento da cultura associativista, que do meio ferroviário se estendeu para a comunidade local como um todo. O conjunto de tais horizontalidades

³⁸ A COOPFER chegou a ter: 20.752 associados; armazéns e subarmazéns em 17 núcleos ferroviários do Rio Grande do Sul; farmácias em 15; seções industriais de torrefação e moagem de café, fábricas de sabão, de massas, de bolachas, matadouro, açougue, lenharia, padaria, confeitaria, tipografia, marcenaria e estofaria em Santa Maria, além de fábrica de confecções também em Porto Alegre e Rio Grande; escolas; Casa de Saúde em Santa Maria (GIACOMONI; DEGRANDI; RODRIGUES, 1984; MELLO, 2002).

³⁹ Foi a *Brazil Railway* quem afiançou e financiou a formação dos estoques iniciais da COOPFER, sua maior parte adquirida da própria concessionária e do Armazém Ramos (GIACOMONI; DEGRANDI; RODRIGUES, 1984).

possibilitou a sedimentação de um substrato cultural que, mais tarde, favoreceu a criação de variada gama de cooperativas e redes de cooperação empresarial, em Santa Maria.

Dentre as demandas que acima nos referimos e que, também, coube à COOPFER atender, está aquela relacionada à educação, campo que apresentava grandes deficiências, até a década de 1910, pelo menos. Como referimos, a consolidação de Santa Maria como centro ferroviário implicou numa ampla e profunda transformação na divisão do trabalho local e regional. Neste quadro, tanto as necessidades da ferrovia quanto das demais atividades urbanas que se intensificavam (comércio, etc.) exigiam a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores, desde a alfabetização, educação básica e ginásial, até a técnica e profissional. Coube à COOPFER, principalmente a partir da década de 1920, atender grande parte de tais necessidades. Em parceria com a VFRGS e órgãos públicos locais, estaduais e federais, a cooperativa ferroviária implantou vasta rede de escolas, das quais, as mais importantes foram: Escola de Artes e Ofícios (1922), depois transformada em Ginásio Industrial Hugo Taylor; Escola Complementar de Gravataí (1923); Escola Santa Terezinha (1930), atual Colégio Estadual Manoel Ribas; Escola Ruy Barbosa, em Santa Maria; Escola Profissional Ferroviária (1943); Escolas Turmeiras e volantes ao longo da linha férrea; clubes agrícolas (1944); contratos com mais de cem escolas particulares (MELLO, 2002; FLÔRES, 2007; GIACOMONI; DEGRANDI; RODRIGUES, 1984). Neste sentido, a COOPFER muito contribuiu para o fortalecimento da função educacional que viria distinguir Santa Maria como centro estudantil secundarista e superior, já a partir da década de 1930.

Assim, entendemos que a construção do significado de cidade ferroviária não está associada, exclusivamente, aos fixos e fluxos possibilitados pela ferrovia. Grande parte da densidade do conceito deve-se a extensões socioespaciais da rede que a eles se somaram. Tais extensões foram materializadas em instituições e atividades de apoio, empreendidas tanto pela sua administração (oficinas, Vila Belga, *economat*, etc.), quanto pela classe ferroviária (sindicato, COOPFER, Casa da Saúde, Hugo Taylor, fábricas, escolas, clubes, bairro Itararé, etc.) e por agentes sociais locais (hotéis, lojas, armazéns, escritórios, etc.). O conjunto destes diferentes usos, incorporados de diferentes valores (ideológicos, culturais, étnicos, religiosos...), à medida que foi se incorporando no cotidiano do lugar, foi criando novos significados no território: modernidade, associativismo, sindicalismo, cooperativismo, alteridade, empreendedorismo, cosmopolitismo... A carga simbólica de tais *círculos virtuosos* acabou por construir um imaginário coletivo de pertencimento, em relação à própria classe ferroviária, mas, também, à rede ferroviária e à cidade. A autodenominação de cidade ferroviária é sua síntese mais expressiva (MELLO, 2002).

Concluimos que a situação geográfica que configuramos, criada a partir da presença da ferrovia em Santa Maria, bem evidencia a convivência dialética entre a ordem global e a local, cujo resultado explica a formação socioespacial do lugar, segundo Santos (1999a). De um lado, Santa Maria, ao acolher sistemas de objetos (formas) e de ações (conteúdos) advindos do mundo moderno (ferrovia como vetor de modernidades), vivenciou sua primeira experiência de integração ao mundo capitalista em expansão, com todas as suas vicissitudes e contradições inerentes que se impuseram no território, engendrando verticalidades. De outro lado, a partir de tal experiência (sistemas de objetos e de ações providos por forças externas, combinados e/ou contraditados com aqueles do cotidiano do lugar), o território aumentou suas densidades técnicas e sociais; novas dinâmicas e possibilidades econômicas foram acrescentadas ao seu desenvolvimento, que se materializaram através de horizontalidades construídas em seu espaço banal. Como ilustra Silveira (2008, p. 3), citando o caso das estradas de ferro, no Brasil: “um elemento pode ter chegado [a um lugar] como verticalidade e, no momento seguinte, pode tornar-se uma horizontalidade, [para, depois, tornar-se] de novo [...] uma verticalidade”.

7 USO UNIVERSITÁRIO DO TERRITÓRIO

A terceira situação geográfica que nos propomos examinar é a resultante de um feixe de eventos desencadeados e reproduzidos pelo uso universitário do território de Santa Maria, a partir da presença da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Segundo a periodização que definimos para a nossa pesquisa, esta situação geográfica, chamada de cidade universitária, marca um horizonte temporal que inicia com a fundação da UFSM, em 1960, e perdura até a década de 1980, quando a emergência das redes comerciais passa a (re)configurar uma nova situação. Apressamo-nos em ressaltar que a presença da UFSM não se extinguiu, nem foi enfraquecida, após 1980; pelo contrário, foi fortalecida e consolidada, tendo sido considerada pelo MEC, em 2010, a quarta no ranking das IFES na Região Sul do Brasil, a terceira no Estado e a primeira no interior gaúcho (INEP, 2011). O recorte temporal que estabelecemos assinala o período em que julgamos que o impacto por ela produzido no território foi mais distintivo.

Para os propósitos da nossa pesquisa, o presente capítulo tem três objetivos principais, em função dos quais o mesmo está estruturado em três tópicos, a saber: no primeiro, para contextualizar a emergência da universidade no Brasil e no Rio Grande do Sul, valorizamos três de suas características históricas, que são: evento tardio, superposição de escolas isoladas e primado universitário das capitais e do litoral; no segundo, para contextualizar a criação da UFSM, apresentamos a trajetória das faculdades isoladas de Santa Maria como suas precursoras, e, para caracterizar a UFSM como o evento fundante de uma nova situação geográfica, destacamos os principais indicadores de sua evolução, de 1960 até o presente. A força de sua presença em Santa Maria e região justificou o novo cognome de cidade universitária, também reforçado, no presente, pela criação de novas IES locais; no terceiro, para interpretar o uso universitário do território, evidenciamos as relações engendradas a partir da presença da UFSM como expressões dos conceitos de verticalidades e horizontalidades.

7.1 A emergência da universidade no Brasil e no Rio Grande do Sul

A universidade, enquanto instituição formal de ensino superior e parte do processo geral de educação, é um fenômeno que tem sua construção historicamente determinada. Assim, a universidade brasileira não pode ser entendida fora dos condicionantes históricos que marcaram o sistema educacional a partir do Brasil Colônia. Aproveitando a interpretação

de Schuch Jr. (1995) sobre o tema, destacamos dois pontos iniciais: em primeiro lugar, lembramos que o Brasil foi colônia de um país que ia se tornando periférico, pois, enquanto a Europa já transformara o artesanato em manufatura, o que daria origem à grande indústria, Portugal ainda permanecia assentado no feudalismo. Ao contrário de outras nações colonialistas, a acumulação mercantilista portuguesa, baseada na expansão territorial e exploração colonial, não financiou a industrialização nascente, mas continuou a ser apropriada pela nobreza ainda apegada àquele modo de produção.

Um segundo ponto é a união entre o Estado português e a Igreja católica, pela qual a concepção medieval *orbis christianus* era a única política educacional portuguesa, que se traduzia em cristianização, subordinando a educação à catequese. No Brasil, até meados do século XVIII, os colégios e seminários dos jesuítas representaram quase a única oportunidade de escolarização. A pedagogia jesuítica, centrada na filosofia da escolástica medieval, contrapunha-se ao método científico que se difundia na Europa, principalmente através do iluminismo francês e das ideias científicas e industriais inglesas. A expulsão dos jesuítas, em 1759, deixou o Brasil Colônia sem sistema de educação escolar, até que outras ordens religiosas fossem estruturando suas escolas. Assim, até a vinda do D. João VI (1808), os poucos cursos superiores só alcançavam o reconhecimento se complementados nas universidades da metrópole (Coimbra e Évora). Só a partir da presença da família real é que os primeiros cursos superiores foram criados, mesmo assim, com finalidades utilitaristas que privilegiavam necessidades governamentais e militares.

Como resultado de tal contexto, a emergência da universidade brasileira, segundo autores selecionados⁴⁰, apresenta três principais características históricas, a saber:

a) Emergência tardia: a universidade brasileira foi retardatária em relação à de outros países americanos de colonização inglesa e espanhola⁴¹. Por exemplo, ao tempo da sua independência, o Brasil não tinha nenhuma universidade, enquanto que, na América Latina, já existiam em torno de 26, segundo Teixeira (1999). Assim permaneceu durante todo o Império, pois, no ano da proclamação da República (1889), não existiam mais que cinco faculdades. Durante o Império e na Primeira República (de 1822 a 1930), a universidade era preterida por ser considerada uma instituição *metafísica e obscura*, o que dificultava a sua inclusão no processo de formação do ensino superior no Brasil (AMORIM, 2010). Entretanto, em alguns estados, à revelia do poder central, já pontilhavam as primeiras experiências de

⁴⁰ Teixeira, (1999), Schuch Jr. (1995), Barichello (2000), Guterres (2001), Amorim (2010), dentre outros.

⁴¹ As primeiras universidades da América foram: São Domingos, em 1538; Peru, em 1551; Argentina, em 1613; Colômbia, em 1622; EUA, em 1636, e Chile, em 1783 (AMORIM, 2010).

universidade: Universidade de Manaus (1909), Universidade de São Paulo (1911) e Universidade do Paraná (1912). O fato destas universidades terem sido extintas ou só terem vingado décadas mais tarde, a Universidade do Rio de Janeiro, criada pelo Estado brasileiro, em 1920, é considerada como a primeira universidade brasileira (AMORIM, 2010). O governo federal resistia à criação de universidades estaduais, e, quando criadas, apesar de garantir sua autonomia, impunha inúmeros controles às mesmas, e até proibía a criação de universidades particulares. Na segunda república, implanta-se a Reforma de 1931, que institui o regime universitário (Estatuto da universidade brasileira) com aumento do controle político-ideológico do Estado centralizador no ensino superior.

b) Agregação de escolas isoladas: no caso brasileiro, a constituição das universidades tem sua origem na justaposição de várias IES (escolas e/ou faculdades) pré-existentes e isoladas, com o objetivo de preencher as condições institucionais e legais mínimas exigidas. A Universidade do Rio de Janeiro foi o modelo que prevaleceu: sua criação só foi possível mediante a união de três IES pré-existentes (Escola Politécnica, Escola de Medicina e Faculdade de Direito), embora as mesmas continuassem funcionando como se fossem instituições isoladas, sem mudanças curriculares, sendo a universidade uma simples agregação de escolas (AMORIM, 2010). Na interpretação de Schuch Jr. (1995), a universidade brasileira, além de custar a nascer, quando nasceu não era propriamente uma universidade, mas uma formalidade burocrática e assim se consolidou: uma justaposição de escolas isoladas, cuja administração superior (reitoria) representou apenas uma nova instância burocrática de intermediação com o governo para a obtenção de recursos e trato de questões administrativas. Estruturalmente impossibilitada de exercer funções de administração científica e acadêmica, submeteu-se ao jogo da cooptação burocrática.

c) Primado universitário das capitais e do litoral: assim como a ocupação e o povoamento do território nacional, as IES, isoladas ou não, foram concentradas na faixa litorânea e/ou nas capitais dos estados federados. Tal centralidade tem a ver com o peso do poder político e econômico que também era centralizado. A distribuição territorial das universidades brasileiras comprova tal geografia do poder, também no campo educacional, configurando o que Rocha Filho (1962) chamou de *colonialismo educacional*: a relação de poder entre a coroa portuguesa e sua colônia reproduziu-se naquela entre as capitais e o interior do Brasil. Quando da criação da UFSM, em 1960, o interior do Brasil era um imenso vazio universitário, pois não existia nenhuma universidade federal fora do eixo das capitais.

A emergência do ensino superior no Rio Grande do Sul não fugiu à regra. As primeiras IES concentraram-se em Porto Alegre: Escola de Farmácia e Escola de Química,

em 1895; Escola de Engenharia, em 1896; Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1898; Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1900. Em 1934, mediante a integração de várias faculdades, escolas e institutos, foi criada a Universidade de Porto Alegre, sob jurisdição estadual, a qual, mais tarde (1947), passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul. Embora federalizada, em 1950, só passou a chamar-se Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1968. No interior do Estado, as IES mais antigas foram: Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática, em Pelotas, criada em 1883, da qual se originaram as faculdades de Veterinária e de Agronomia, integradas à Universidade Federal de Pelotas, criada em 1968; Escola Superior de Agronomia Taquariense, em Taquari, criada em 1895, mas fechada dois anos após, sendo seus equipamentos e materiais utilizados para a criação do Curso de Agrônomos da Escola de Engenharia de Porto Alegre, no qual tem sua origem a atual Faculdade de Agronomia da UFRGS. Até 1960, o Rio Grande do Sul dispunha de apenas duas universidades, ambas na capital: a UFRGS e a PUC-RS, esta criada em 1948. Em 1960, ganhou mais duas universidades, ambas no interior: uma particular (PUCPel) e uma federal (UFSM).

7.2 Santa Maria: cidade universitária

Conforme assinalamos no capítulo anterior, na década de 1960, a ferrovia estava em pleno processo de estagnação. Sua presença começava a perder força, tanto como geradora de empregos e de renda, quanto como vetor de modernização do território, o que preanunciava sua decadência. Tal processo, contudo, já havia iniciado na década de 1930, como já ressaltamos. Coincidentemente, foi, também, nesta década que forças sociais locais iniciaram o movimento que daria origem à UFSM. A história do ensino superior de Santa Maria e da própria UFSM teve seu primeiro evento no ano de 1931, materializado na criação da sua primeira IES: a Faculdade de Farmácia. Assim, o processo de enfraquecimento da situação geográfica comandada pelo uso ferroviário, foi acompanhado pela emergência de uma nova situação geográfica, que seria comandada pelo uso universitário do território, a partir de 1960.

O primeiro curso superior de Santa Maria foi criado em 1931, quando a população urbana era de cerca de 30 mil habitantes (BELEM, 2000). A cidade, no entanto, já se constituía em importante centro estudantil de nível secundário, atraindo estudantes oriundos de várias regiões do Estado. Em 1940, Hoffmann-Harnisch (*apud* MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008, p. 242) chamou Santa Maria de “a cidade dos estudantes” secundaristas, pois estimava que de seus 50 mil habitantes, 15 mil eram estudantes. Sua posição geográfica

central, em relação ao território do Estado, é comumente lembrada como um fator importante. Contudo, por si só, ela não é suficiente, nem para explicar o desenvolvimento do ensino secundário, muito menos do superior, e ainda menos da UFSM. A explicação, na tese que defendemos, está nas formas e nas dinâmicas dos diferentes usos do território que foram sendo forjados, ao longo de sua história, resultando na constituição de diferentes situações geográficas. Nos dois capítulos anteriores, nos preocupamos em evidenciar duas delas e sinalizamos que seria a superposição de ambas que engendraria as condições e as possibilidades da emergência de uma terceira que se configurou no uso universitário do território.

Assim, foram as condições criadas pela incidência e permanência dos eventos militar e ferroviário, principalmente, sobrepostos e como vetores de modernidades nos diferentes usos do território, que moldaram uma nova divisão local (e regional) do trabalho. O aumento da demanda de especializações técnicas para o exercício de tais funções, especialmente a ferroviária, mas, também, de outras atividades requeridas e/ou impulsionadas pela sua presença, passaram a exigir força de trabalho cada vez mais qualificada. A emergência de escolas regulares e profissionalizantes, em nível de ensino cada vez mais elevado, foi uma consequência. Em outras palavras, as transformações das bases materiais e imateriais, graças aos acréscimos de novos objetos técnicos que o território foi acolhendo, foram acompanhadas de novas formas de fazer, de pensar, de viver e de usar o território, induzindo a novas necessidades em termos de força de trabalho (novas habilidades, novas qualificações profissionais, novos níveis de escolaridade), que se converteram em novas escolas. Tais demandas foram crescendo e se diversificando, à medida que Santa Maria foi constituindo sua centralidade regional, com base nas funções militar e ferroviária, mas, também, nas demais atividades comerciais e de outros serviços.

O caso da ferrovia é exemplar: a necessidade premente de um *exército de reserva* de mão-de-obra para o conjunto de suas atividades foi por ela mesma suprida, através da COOPFER, como já foi relatado. Nesta linha de raciocínio, os cursos superiores seriam expressões mais especializadas das respostas a tais necessidades. Ao contrário de outras cidades, a origem de tais demandas, em Santa Maria, não foi o setor industrial, mas o de serviços: inicialmente, serviços de segurança militar, aos quais se sobrepuseram serviços de transporte, com a ferrovia, ambos beneficiando a função comercial, a qual passou a demandar, também, maior qualificação profissional. Serviços educacionais e de saúde, principalmente, seriam um desdobramento necessário de todos eles e, também, uma necessidade criada pela aceleração do processo de urbanização, em grande parte deles resultantes.

Contudo, Santa Maria não se tornou cidade universitária da noite para o dia, nem a UFSM foi obra de um ato só, muito menos uma benesse governamental. Muito pelo contrário, foi o resultado de um projeto longamente arquitetado e paulatinamente desenvolvido e remodelado, segundo as possibilidades dadas pelas contingências políticas de diferentes temporalidades (de 1930 a 1960) e escalaridades (da local à nacional). Descritivamente, com base nos autores consultados⁴², apresentamos esta trajetória dividida em dois momentos: as primeiras faculdades isoladas de Santa Maria, como movimentos precursores, e a Universidade de Santa Maria (USM), como evento fundante de nova situação geográfica.

7.2.1 As faculdades isoladas

A origem da UFSM não foi diferente das demais universidades brasileiras (afora a UnB), ou seja, ela também foi constituída, inicialmente, através da agregação de faculdades e escolas superiores pré-existentes. Quando da criação da Faculdade de Farmácia de Santa Maria (FFSM), seus fundadores conheciam as experiências de formação das universidades no Brasil: criação de uma IES isolada, a qual, à medida que se consolidasse, se tornaria garantia para a abertura de outras, até preencher as condições legais para pleitear a transformação do conjunto delas em universidade (GUTERRES, 2001). Por tal característica, contudo, não podemos considerar a UFSM como um simples resultado de uma conveniente justaposição de IES locais. Também, não podemos dizer que a primeira faculdade já tenha sido um primeiro passo de um plano estratégico que tivesse por finalidade última a criação de uma universidade, em Santa Maria. O que podemos afirmar é que, a partir dela, a ideia de uma universidade começou a ganhar corpo e a arregimentar forças que foram voltadas, inicialmente, para o desenvolvimento do ensino superior, e, depois, se concentraram num único projeto: a Universidade de Santa Maria.

Deste movimento, em sua trajetória de 30 anos (1931 a 1960), destacamos quatro eventos que julgamos mais importantes como antecedentes e, ao mesmo tempo, como elementos constituintes do processo de criação da USM (Anexo C):

a) Faculdade de Farmácia de Santa Maria (FFSM): criada em 1931, foi a primeira IES de Santa Maria, mantendo-se como escola livre⁴³;

⁴² ROCHA FILHO (1962, 1973, 1993), ANTONIO, MIORIM (1987), ROCHA (1993), SCHUCH Jr. (1995), BARICHELLO (2000), BEBER (2000), GUTERRES (2001), GUTERRES; RAYS (2005).

⁴³ Pela legislação da época, escola por ser uma IES profissionalizante, e livre por ser de iniciativa particular.

b) Associação Santa-mariense Pró-Ensino Superior (ASPES): criada em 1948, como órgão articulador dos interesses do movimento, inicialmente, em favor da anexação da FFSM à então Universidade de Porto Alegre (UPA) e, depois, da criação da USM;

c) Incorporação da FFSM à URGs: graças à mobilização política articulada pela ASPES, não só a anexação foi conseguida (1948), como obteve aprovação do Curso de Medicina (1954), também vinculado à UFRGS;

d) Como resultado do movimento articulado pela ASPES, em fins de 1960, Santa Maria contava com sete IES, duas vinculadas à UFRGS (Farmácia e Medicina) e cinco faculdades/escolas livres (isoladas), a saber: Ciências Políticas e Econômicas, Filosofia, Ciências e Letras, Enfermagem, Odontologia e Direito. A estas se somava, ainda, o Centro Politécnico de Santa Maria, criado em meados de 1960.

Embora sendo uma cidade do interior, em 1960, Santa Maria se constituía num importante centro urbano do interior gaúcho, cujas características foram capitalizadas como justificativas para a necessidade da criação de uma universidade federal. Segundo descrição de seu próprio fundador: população urbana de 84.128 e total de 121.093 habitantes, 30.000 estudantes (1/4 da população total), maior núcleo militar do Rio Grande do Sul com 9.600 militares, 16.933 ferroviários ou trabalhadores de transportes, centro rodoviário, com aeroporto federal (ROCHA FILHO, 1962).

7.2.2 A Universidade Federal de Santa Maria

A USM foi criada pela Lei 3.834-c, de 14/12/1960, juntamente com a Universidade Federal de Goiás (UFG), sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Como assinalamos acima, sua constituição não fugiu à norma e nem à forma do que era estabelecido na legislação e seguido na prática pelas universidades brasileiras: a incorporação de várias IES pré-existentes numa única instituição. Assim, sua composição inicial foi formada por três faculdades (Farmácia, Medicina e Odontologia) e um centro politécnico, além de quatro IES particulares, na condição de unidades agregadas (Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Políticas e Econômicas, Direito e Escola de Enfermagem)⁴⁴. Em 1961, foram criadas as faculdades de Agronomia, Veterinária, Belas Artes e Filosofia, Ciências e Letras.

Ao contrário da UFG, a USM não foi criada como IFES, embora integrada à estrutura do Ministério da Educação. Por não ter, ainda, estatutos e orçamento próprios, a USM

⁴⁴ Das faculdades agregadas, duas (Filosofia, Ciências e Letras e Escola de Enfermagem, ambas mantidas pela congregação das Irmãs Franciscanas) foram, mais tarde, desligadas da UFSM, dando origem ao atual Centro Universitário Franciscano (UNIFRA).

manteve-se, temporariamente, vinculada à UFRGS. O cargo de Reitor só foi provido em 1961, quando foi nomeado o seu fundador, o Prof. José Mariano da Rocha Filho.

Para caracterizar a evolução da UFSM, desde sua criação até a atualidade, destacamos, descritivamente, alguns de seus principais indicadores, segundo informações do site institucional e da reitoria, dentre outras fontes. Para os propósitos de nossa pesquisa, selecionamos informações que revelam momentos especiais da história da UFSM, destacadamente daqueles iniciais (década de 1960) e de 2010 (ano de seu cinquentenário), quando disponíveis. Posteriormente, no próximo tópico, os eventos que originaram tais indicadores serão interpretados como vetores das verticalidades e/ou horizontalidades que justificam a presença da UFSM no comando de nova situação geográfica.

a) Alunos: inicialmente, em 1961, eram 1.788 alunos. Em 1981, em seus cursos permanentes estavam matriculados 8.826 alunos, assim distribuídos: 8.410 na graduação, 244 na pós-graduação e residência médica e 879 no ensino médio (ANTONIO; MIORIN, 1987). No segundo semestre de 2011, o total de estudantes era de 26.023, assim distribuídos: 18.942 na graduação, 4.913 na pós-graduação, 838 no ensino médio e 1.330 no pós-médio.

b) Área geoeeducacional: em seu projeto, a UFSM se propôs a absorver alunos de vasta região do Estado e de outros estados e países. A origem de seus alunos de graduação, em 1962, revela sua área de abrangência inicial: 93% eram procedentes de 90 municípios gaúchos, 5% de outros 13 estados brasileiros e 2% de 6 países da América Latina. Em 1972, seus alunos provinham de 124 municípios gaúchos, 12 estados da federação e 7 países (5 latino-americanos e 2 europeus). Em 2011, sua área de abrangência havia se expandido ainda mais, graças aos novos *campi*, à ampliação das modalidades de cursos e de ensino, às novas possibilidades de intercâmbio e de mobilidade acadêmica.

c) Cursos: a UFSM começou com 12 cursos (8 federais e 4 agregados), todos em nível de graduação. Em 1981, eram 58 cursos permanentes, sendo 40 de graduação, 13 de pós-graduação e 5 de nível médio. Em 2011, o total de cursos (presenciais e a distância) era de 274, sendo 132 de graduação, 109 de pós-graduação, 10 de nível médio e 23 de pós-médio. Destes, 225 eram oferecidos em Santa Maria, 17 em Frederico Westphalen, 7 em Palmeira das Missões, 4 em Silveira Martins e 21 em polos de EAD (UFSM, 2011a e 2011b).

d) Área física: por ocasião da criação da USM, em 1960, sob o patrocínio e em nome da ASPES, estavam em construção as instalações do Centro Politécnico de Santa Maria, em uma área de 38,68 ha., no bairro de Camobi, recebida por doação. Considerada como o embrião do *campus* central da UFSM, esta área foi ampliada para 521,85 ha. e, mais tarde, para 1.128,66 ha. Somada às demais áreas ocupadas no município (4,64 ha.) e fora dele

(704,42), alcança um total de 1.837,72 ha. A evolução da área construída acompanhou a expansão de seus cursos e de seus *campi*, totalizando, em 2011, 354.168,07 m², dos quais 321.159,33 m² em seu *campus* central.

e) Servidores: de um quadro de pessoal inicial com apenas 191 servidores (77 docentes e 114 técnico-administrativos), em 1960 (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2010a, p. 13), em 2010, o total de servidores ativos era de 4.009, sendo 1.420 docentes e 2.589 técnico-administrativos (UFSM, 2012a).

f) Orçamento: a implantação e expansão da UFSM, tanto em termos físicos (glebas e edificações) quanto do quadro de servidores e das atividades de ensino, pesquisa e extensão, requereram altos aportes financeiros. O orçamento executado, em milhões, que foi de R\$ 199, em 2000, e de R\$ 418, em 2006, passou para R\$ 813, em 2010, e R\$ 865, em 2011 (UFSM, 2012b).

g) Hospital Universitário: como hospital-escola da instituição, desde 1970, o Hospital Universitário de Santa Maria é o maior complexo hospitalar da Região Central do Estado, da qual é referência em saúde e um dos únicos a atender pelo SUS. Foi nesta condição que, de 1996 a 2004, atendeu a demanda, principalmente em nível terciário, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Central (37 municípios), mediante convênio com a Secretaria Estadual da Saúde. Voltado ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa, bem como à assistência em saúde da comunidade local e regional, dispõe de 291 leitos de internação, 37 leitos de UTI, 53 salas de ambulatório, 11 salas de emergência, 6 salas de cirurgia e 2 salas de obstetrícia. Sua equipe funcional está composta por 166 docentes, 1.355 funcionários em nível de apoio médio e superior, 443 funcionários de serviços terceirizados, além de 342 estagiários de graduação, residentes, mestrandos e doutorandos. Em média, realiza por ano 10.371 internações, 5.688 cirurgias, 1.888 partos, 128.094 consultas ambulatoriais, 4.285 consultas no pronto atendimento, 19.704 seções de fisioterapia e 730.118 exames (HUSM, 2011).

h) Rádio, TV e Editora: a *Rádio Universidade*, no ar desde 1968, e a *TV Campus*, no ar desde 1995, são os principais canais de comunicação da UFSM, através dos quais compartilha conhecimentos e serviços com a comunidade tanto interna quanto externa. Atualmente, a UFSM está integrada à RedeIFES de rádio e TV, sendo a transmissão realizada através do Canal 15 da Net Santa Maria e pela internet, em seu site institucional. A Editora da UFSM, desde 1981, vem incentivando a produção científica, literária e didática, bem como facilitando seu acesso à comunidade local e regional.

7.3 Verticalidades e horizontalidades universitárias

Frente aos propósitos de nossa pesquisa, buscamos, neste tópico, interpretar a presença da UFSM no território de Santa Maria sob o viés dos conceitos de verticalidades e horizontalidades. Assim como procedemos com as Forças Armadas e a ferrovia, entendemos que a UFSM também é um evento complexo e híbrido, resultado e, ao mesmo tempo, condicionante de outros eventos, tanto vetores de verticalidades quanto de horizontalidades em suas relações com o cotidiano do território. Contudo, mais que nas semelhanças entre os três eventos e respectivas situações geográficas, estamos interessados nas especificidades das relações ensejadas a partir da UFSM, inicialmente, associadas a verticalidades, depois a horizontalidades universitárias.

7.3.1 Verticalidades universitárias

Por verticalidades universitárias entendemos não os eventos em si que, historicamente, foram produzidos, direta e indiretamente, a partir da presença da UFSM, mas o condicionamento a que tais eventos foram (e são) submetidos, por força de interesses e de regulações comandados de fora, de cima e de longe do cotidiano do território. Assim, é com este entendimento que associamos ao conceito de verticalidades todos os eventos universitários que se projetaram no território, provocando divergências, conflitos, desagregação e desordem no seu cotidiano. Isto, mesmo que, ao mesmo tempo, tais eventos também tenham conferido ao território novas possibilidades e dinâmicas em seu desenvolvimento.

Como uma IFES, a UFSM é uma autarquia federal que, embora autônoma, é mantida pela União e está hierarquicamente subordinada ao MEC, além de sujeita às normas da administração pública. Estas condições institucionais são a maior fonte de verticalidades das IFES em suas relações com os territórios em que operam. No caso da UFSM, tais verticalidades se tornaram mais expressivas na medida em que ela foi se expandindo e que seu projeto original foi se moldando aos desígnios e parâmetros oficiais do governo federal. Em outras palavras, sua expansão se explica, também, pela sua adesão a ações propositivas do governo. Dois exemplos ilustram a questão: os acordos MEC/USAID⁴⁵, promovidos pelo

⁴⁵ Acordo MEC/USAID (United States Agency for International Development), realizada segundo o *Plano Atcon*, formulado em 1965.

governo militar, na década de 1960, e o REUNI⁴⁶, implantado a partir de 2007. Neste sentido, a função de mantenedor é utilizada como instrumento de pressão para que a UFSM atenda às políticas do governo federal, mesmo que, para tanto, isso implique em abrir mão de sua autonomia, não apenas financeira. O contrário também acontece, como no caso do vestibular. Desde sua criação, a UFSM realizou tal concurso com equipe própria. Ademais, ampliou as possibilidades de ingresso, principalmente, através do PEIES, contrariando orientação do CNE e do MEC. Já em 1998, o próprio CNE criticava a emergência de alternativas ao vestibular tradicional, na tentativa de abrir espaço em benefício do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) que enfrentava grande dificuldade de implementação (ZERO HORA, 1998). Recentemente, o MEC ofereceu um adicional de R\$ 8 milhões ao orçamento da UFSM, caso ela aderisse ao ENEM. A UFSM optou por preservar seu vestibular convencional e através do PEIES (hoje Processo Seriado), por entender que, também, estava preservando melhores condições de ingresso para candidatos de sua região de influência⁴⁷.

Iniciamos destacando o conjunto de verticalidades que denominamos de político-administrativas. Além destas, assim como nos usos militar e ferroviário, o uso universitário provoca, também, verticalidades produzidas pelas suas práticas espaciais, pelo comando sobre a oferta de emprego, bem como pelo comando das finanças do território.

a) Práticas político-administrativas: constitucionalmente, como autarquia federal de regime especial, a UFSM tem assegurada sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. O peso do poder centralizador e intervencionista do Estado, que preside suas relações com as IFES, aliado à fraca tradição acadêmica brasileira, têm dificultado o exercício desta prerrogativa, quando não esvaziado o seu sentido. Em nome dos mais variados objetivos (eficiência, qualidade, racionalidade, etc.), o governo, exorbitando de suas funções de mantenedor e coordenador, tem persistido e acentuado a pletora normativa, via controles legais, políticos e burocráticos. A universidade pública é confundida como órgão da administração direta e não como um ente diferenciado no conjunto da administração pública federal (RANIERI, 2005; SCHUCH JR., 1995). O amplo comando exercido pelo governo sobre as IFES começa e se reforça pela nomeação do reitor, até hoje uma prerrogativa do MEC. O máximo de autonomia que a comunidade universitária conseguiu foi a indicação de lista tríplice, mesmo assim à custa de incontáveis movimentos

⁴⁶ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, criado pelo Decreto 6.096/2007.

⁴⁷ Entrevista com o Pró-reitor de Planejamento da UFSM, concedida em 26 de abril de 2012.

grevistas. Nesta indicação, a sociedade local e da região de influência da UFSM têm participação muito pequena.

Deste contexto decorre numerosa tipologia de verticalidades, da qual privilegiamos aquelas de natureza político-administrativa, que se expressam nas relações hierárquicas em dois âmbitos distintos: entre o governo e a UFSM (assim como as demais IFES) e entre esta e o cotidiano do território de Santa Maria. No primeiro, as verticalidades são possibilitadas por uma série de instrumentos, dentre os quais destacamos dois: o orçamento e os sistemas de gestão *on line*. No segundo, como extensão e reflexo do primeiro, as verticalidades são (re)produzidas pela UFSM, em suas relações com a sociedade local e regional.

- **Comando orçamentário:** a administração pública federal tem longa tradição centralista e burocrática. Desde a criação do chamado *orçamento-programa*, em 1967, o governo federal vem aperfeiçoando seus instrumentos de gestão, controle e fiscalização, dentre os quais se destaca o sistema orçamentário. Como instrumento de operacionalização de suas ações, o sistema passou a integrar, organizacionalmente, programas/projetos/atividades/operações locais aos planos governamentais pré-estabelecidos, sempre em consonância com objetivos estratégicos centralmente definidos. De 1964 a 1988, por exemplo, o orçamento das IFES era aprovado por decreto do presidente da República. Com a Constituição de 1988, o orçamento das IFES passou a integrar a lei orçamentária, com o mesmo detalhamento daquele da administração direta (Poderes e ministérios). Somente a partir de 2010, as IFES foram autorizadas a fazer alterações (retificação, remanejamento, suplementação) no orçamento, durante sua execução. Valendo-se da condição de mantenedor, o governo federal impõe seus critérios e controles, contingenciando o orçamento da UFSM a objetivos e parâmetros estabelecidos segundo políticas centralizadas. Tal sistemática, tanto no processo de elaboração quanto no de execução, é utilizada para condicionar o orçamento da UFSM mais às prioridades definidas no plano geral do governo e às disponibilidades e contingências de recursos estabelecidas segundo critérios centralizados, que às necessidades resultantes do plano de ação articulado pela comunidade universitária. Submetido a tal racionalidade, o processo orçamentário se transforma num procedimento burocrático engessado por rubricas com tetos predefinidos. Por exemplo, toda a verba destinada a pessoal é de exclusiva competência do MEC. Nos orçamentos executados de 2006 a 2011, tal verba respondeu, em média, por 78% do orçamento total. Por outro lado,

examinando o exercício de 2010, percebemos que a autonomia financeira da UFSM não passa de 11% do total de seu orçamento executado⁴⁸.

Outra estratégia refere-se à prática de restringir o orçamento ao mínimo, quando não abaixo do necessário para manutenção (despesas de custeio), deixando novas ações (novas despesas, principalmente de capital) para projetos específicos, derivados de programas definidos pelo governo, extraorçamentariamente. Em 2010, por exemplo, tais recursos representaram 47% do montante executado na rubrica de capital, na UFSM. Parte substancial do orçamento só atende necessidades como se a universidade fosse um simples órgão público da administração direta. As necessidades precípuas de uma verdadeira universidade, especialmente as de pesquisa, são relegadas a negociações caso a caso com uma multiplicidade de agentes de financiamento (governamentais e empresariais, nacionais ou não), obrigando-a a submeter-se a demandas utilitaristas e à utilização das chamadas fundações de apoio. Outra decorrência desta verticalidade é o progressivo descomprometimento do governo federal com o financiamento direto das IFES, obrigando-as a, cada vez mais, buscar fontes próprias e alternativas de financiamento de suas atividades.

- Sistemas de gestão *on line*: graças aos novos recursos do meio técnico-científico-informacional (novas tecnologias de informação e de comunicações: internet, intranet, etc.), o governo federal aperfeiçoou seus instrumentos de gestão e controle centralizados sobre toda a estrutura de sua administração direta e indireta. Tais modernidades possibilitaram a integração *on line* da UFSM aos órgãos executivos e de controle do governo, mediante a constituição de redes técnicas informatizadas, numa espécie de governo eletrônico (digital, virtual, *e-gov.*). A tradicional normatização burocrática governamental, convertida em linguagem eletrônica, ganhou a forma e o conteúdo das modernas redes de informações, potencializando sua capacidade de ingerência no cotidiano da UFSM, de modo cada vez mais abrangente. Operacionalmente, quase todo o corpo normativo da administração pública federal e até seus procedimentos de rotina administrativa foram transformados numa burocracia digital (*e-burocracia*), operada através de sistemas informatizados. Praticamente, toda a operacionalidade administrativa das IFES está, de alguma forma, integrada a tais sistemas, alguns deles disponibilizados na intranet e/ou internet. Dentre tantos, os exemplos mais conhecidos são: SIAPE, SIAFI, SIMEC, SICONV, SIORG e SIASG⁴⁹. A tais sistemas

⁴⁸ O total do orçamento (R\$ 813 milhões) menos pessoal (R\$ 621 milhões), menos benefícios (R\$ 23,8 milhões), menos projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual e, por isso, negociados caso a caso (R\$ 78 milhões), restam R\$ 90 milhões, ou seja, 11% (UFSM, 2012a).

⁴⁹ SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal, SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, SICONV - Sistema Integrado

acrescentam-se outros criados pela UFSM, como, por exemplo, o SIE – Sistema de Informações para o Ensino, que integra vários subsistemas da sua administração interna.

Tais verticalidades têm consequências danosas à autonomia universitária. Considerando aquelas de âmbito interno, o acontecer solidário depende cada vez menos da contiguidade espacial (relações orgânicas entre servidores e suas chefias locais, entre estas e órgãos centrais de gestão e controle, e, também, entre estes e os próprios servidores); de outra parte, depende cada vez mais da proximidade organizacional possibilitada pela multiplicidade de sistemas informatizados e *on line*. Se, por um lado, tais sistemas agilizam e aceleram fluxos, facilitando a dinâmica processual, ao uniformizar e engessar procedimentos acabam por transformar servidores e chefias locais em operadores, em *agentes do fazer*, não mais *agentes do pensar* e *agentes do decidir*. Neste sentido, tal verticalidade pode afetar a capacidade da UFSM recriar-se e renovar-se, a partir do exercício de sua autonomia. Ao tratar a universidade como se ela fosse uma simples repartição burocrática, o governo confunde as funções acadêmicas (fins) com as administrativas (meios), quando não sobrepõe as segundas às primeiras. Tal condicionamento como que obriga a universidade a reproduzir no seu interior a mesma racionalidade e confusão.

A UFSM parece ter se acostumado e se acomodado a esta situação. Uma evidência empírica, ainda válida para a atual situação, é oferecida por Schuch Jr. (1995): a estrutura organizacional da UFSM ainda é aquela preconizada pela Reforma de 1968, assentada na fragmentação departamental, no mecanicismo e no burocratismo. Renegando seu projeto original, considerado inovador por corrigir o problema de origem da universidade brasileira (agregação de faculdades isoladas e profissionalismo restrito), abraçou incondicionalmente um modelo de concepção burocrática e centralizadora, que pulverizou a força do poder acadêmico, submetendo-o às instâncias burocráticas, comandadas centralmente, hoje, por mídia eletrônica. Passados 43 anos da Reforma, a UFSM ainda não conseguiu refazer-se, reinventar-se, mesmo que fosse inspirando-se no seu projeto original. Muito de sua expansão decorreu de sua adesão a planos/programas/projetos governamentais, não necessariamente de sua própria vontade como expressão de sua interação com o território que lhe deu acolhida.

Além destas verticalidades praticadas no âmbito das relações entre mantenedor (governo) e instituição mantida (UFSM), identificamos outras criadas pela UFSM em suas relações com a sociedade que constitui o território sob sua influência. Para tornar menos impessoal o sujeito produtor de tais verticalidades, preferimos atribuí-las à chamada

comunidade universitária. Neste caso, sua natureza não é burocrática, mas político-social. Contudo, entendemos que, em grande parte, elas derivam do contexto das verticalidades político-administrativas, acima assinaladas. Por outro lado, reconhecemos que nem sempre foi assim, pois, tanto na fase de construção do projeto político da UFSM, quanto no de sua implantação e consolidação, era maior a identificação com sua área de influência. Como iremos ressaltar adiante, a adoção de uma área geoe educacional foi uma das estratégias para fundamentar o discurso da interiorização do ensino superior, marco distintivo que lhe valeu inscrição na pauta da agenda política do governo Kubistchek.

Presumimos que, por força da acumulação das verticalidades político-administrativas que se projetaram sobre a autonomia universitária, a UFSM foi perdendo grande parte de sua capacidade de se constituir em espaço de mediação entre o governo (seu mantenedor) e a sociedade de sua área de influência. Embora os membros da comunidade universitária, enquanto cidadãos, sejam partes constituintes da população do território, enquanto participantes de classe social tão diferenciada (jurídica, econômica e intelectualmente) devotam-se a questões distanciadas do cotidiano e da dinâmica do território e comportam-se de formas nem sempre sintonizadas com as demandas locais imediatas. Apesar de a UFSM manter inúmeras atividades direcionadas à comunidade externa (local e regional), é recorrente a queixa de que ela se mantém dissociada dos problemas e das aspirações da sociedade em que está inserida. Segundo Mello (2002, p. 88), a inserção social obtida pelas atividades ferroviárias não encontra correspondência nas instituições do Exército, da BASM e da UFSM. Para o autor, “tais estruturas, muito embora caracterizadas como esteios da economia da cidade por seus grandes contingentes, configuram-se como ‘ilhas’ onde predominam populações flutuantes”.

Tal dissintonia e distanciamento têm provocado recorrente polêmica entre lideranças empresariais e municipais e a reitoria da UFSM, com mútuas reclamações, acusações e explicações. Para as primeiras, a UFSM vive numa espécie de *zona de conforto*, isolada em seus *campi*, alheia à realidade local e regional. A segunda se justifica pelo número de empregos que gera e pelo peso de seu orçamento para a economia municipal. A UFSM também lamenta que Santa Maria não tenha conseguido absorver seus melhores talentos, nem transformar o conhecimento gerado pelas suas pesquisas em valor econômico relevante. Tal questão lembra a distinção que Santos e Silveira (2006) fazem entre o *conhecimento do lugar* e o *conhecimento produzido no lugar*, no caso, ainda em processo de uma conciliação que induza um desenvolvimento endógeno do território.

b) Práticas espaciais: este segundo conjunto de verticalidades universitárias diz respeito à seleção, ocupação, uso e controle de porções da área do município pela UFSM, mais por ela ser uma instituição federal que por vontade de seus gestores, e à influência que tais ações exercem na dinâmica urbana e na gestão do território. Das cinco práticas espaciais apontadas por Corrêa (1992), pelo menos três podem ser associadas a verticalidades produzidas a partir da presença da UFSM em Santa Maria: seletividade espacial, fragmentação espacial e marginalização e/ou valorização imobiliária.

A primeira se refere à seletividade espacial que, no evento universitário, foi comandada por interesses e conveniências de agentes sociais locais, pelo menos inicialmente, ao contrário do que se supõe que tenha acontecido nos eventos militar e ferroviário. Nestes últimos, tanto a escolha de Santa Maria quanto a respectiva microlocalização foram decorrentes de decisões tomadas fora do seu território, como ordens superiores a serem apenas cumpridas localmente, muito embora agentes locais possam ter interagido (e se beneficiado) em tais processos de seleção, principalmente em seu nível microespacial. Em outras palavras, Santa Maria é que foi escolhida para ser transformada em centro militar e ferroviário. No evento universitário aconteceu o contrário: foi o território que se propôs como centro universitário. Por assim dizer, neste sentido e neste caso, o território inverteu o conteúdo da seletividade espacial: de verticalidade militar e ferroviária, para horizontalidade universitária. Como assinalamos, até 1960, a seletividade universitária no Brasil, ao privilegiar as capitais e o litoral, excluía o interior, o que constituía uma verticalidade espacial histórica. A proposta de interiorização do evento universitário (projeto da UFSM) impôs, portanto, uma ruptura de tal lógica, significando, quando acolhida pelas instâncias superiores (estaduais e federais), a reversão da verticalidade, impondo-a em relação aos interesses então dominantes (capitais e litoral). Contudo, a opção de constituí-la como universidade federal (IFES) implicou em transformá-la, em todos os sentidos, numa instituição pública federal. É por força de tal condição que a UFSM passou a representar um vetor de verticalidades, dentre as quais as espaciais a que nos referimos. Assim, o projeto da UFSM, originalmente construído a partir de horizontalidades criadas pela articulação de agentes locais/regionais, ao propor-se como IFES, foi obrigado a moldar-se a parâmetros definidos pelo governo federal. Isto por que cabe ao MEC determinar, normatizar e regular como uma IFES pode ser criada e como, principalmente, ela deve ou pode funcionar. Assim, um evento criado como uma horizontalidade original se materializou no território como vetor de verticalidades.

Dentre os eventos que produziram verticalidades associadas à seleção das áreas para uso universitário, por parte da UFSM, destacamos dois. O primeiro foi o processo de

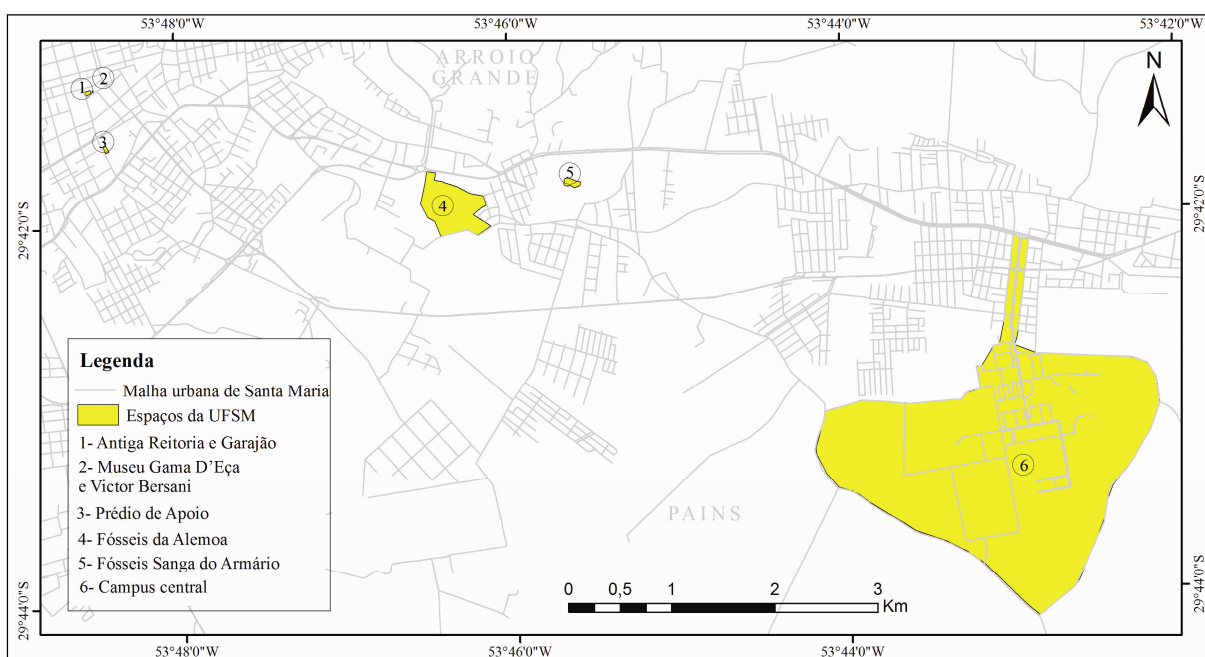
apropriação de tais áreas, possibilitado mediante procedimentos administrativos de desapropriação, em si mesmo um ato de intervenção do poder público na propriedade privada, tendo em vista o interesse social. Tal *ato de império*, comumente, termina sendo desfavorável aos proprietários, em razão da sua compulsoriedade e do prazo e valor da indenização devida. Ainda hoje, as famílias proprietárias de glebas desapropriadas para a implantação do *campus* central, mesmo sentindo-se gratificadas por terem contribuído para tão grandioso projeto, não escondem os aborrecimentos a que foram submetidas (APUSM, 2011; DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2010b). O segundo foi o *campus* em si, ou melhor, a escolha de sua localização. Por tratar-se de importante vetor de atração locacional de atividades complementares e de apoio (comércio, serviços urbanos), bem como residenciais, principalmente para seus servidores e alunos, sua localização impôs ao município novas verticalidades. Em decorrência do *campus* central ter sido localizado no então distrito de Camobi, a 10 km do centro da cidade, acelerando o processo de sua urbanização e, também, de sua conurbação com a cidade, novas vias de locomoção e transporte, bem como novos equipamentos e serviços urbanos passaram a ser exigidos do poder municipal. Ressaltamos o problema do transporte coletivo expresso cidade-*campus*, causado não apenas pelo aumento progressivo de sua densidade, mas pelo seu característico fluxo pendular, com dois horários de pico principais: ida, de manhã, e volta, ao final da tarde. Assim, tanto pela sua localização quanto pelo tamanho da área ocupada, a UFSM impôs novas limitações e pré-condicionamentos ao ordenamento espacial da cidade, que se somaram àqueles já provocados pelos usos militar e ferroviário. Com isto foi reforçada a configuração do perfil longitudinal da mancha urbana de Santa Maria, no sentido leste-oeste (Figura 6).

A segunda prática espacial que associamos a verticalidades universitárias se refere à fragmentação espacial. Assim, como aconteceu com o uso militar e ferroviário do território, os processos de seleção, ocupação, uso e controle de frações do território, para uso exclusivo da UFSM, acabaram criando subespaços que fogem ao comando do poder público local. Por ser instituição federal, assim como o Exército, a BASM e a própria ferrovia, as áreas ocupadas pela UFSM são áreas federais, e, neste sentido, são consideradas como novos territórios superpostos (BECKER e EGLER, 1989) àquele do município, quebrando, por assim dizer, sua unidade territorial. Lembramos que a área selecionada era ainda de ocupação rural, a 10 km de distância do centro da cidade, mas contígua à sede urbana de Camobi, então distrito de Santa Maria. Segundo estudo de Bevilacqua (1995), sua localização e seu projeto não contaram com a participação dos órgãos de planejamento do município. Ademais, não foram levados em consideração fatores condicionantes, tais como a contiguidade com a

BASM⁵⁰, a ausência de infraestrutura de serviços urbanos, nem as diretrizes do planejamento urbano da cidade. Ao contrário, acrescenta Schlee (2003), o *campus* foi concebido como um espaço exclusivo, uma unidade urbana autônoma, isolada e afastada do núcleo urbano de Santa Maria, segregada da população não-universitária, e, portanto, não como parte integrante da cidade, mas como seu apêndice. Em decorrência, conclui Schlee, a Universidade acabou isolada da sociedade. O nome institucional que lhe é dado traduz o conjunto destas peculiaridades: cidade universitária, com sua própria prefeitura, a Prefeitura da Cidade Universitária, elevada ao status de Pró-Reitoria da Infraestrutura, a partir de 2009.

Embora a UFSM tenha suas atividades concentradas no *campus* central, em Camobi, ela ocupa outras áreas distribuídas no perímetro urbano, especialmente no centro da cidade. O conjunto destas áreas marca com sua presença a paisagem urbana de Santa Maria, como ilustra a Figura 13.

Figura 13 – Localização dos espaços da UFSM na malha urbana de Santa Maria: 2012



Fonte: ESCRITÓRIO DA CIDADE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Analissa do Prado.

À semelhança dos usos militar e ferroviário, a fragmentação espacial produzida pelo uso universitário interfere na capacidade de gestão do território, por parte do poder municipal. Aos órgãos municipais responsáveis pelo planejamento, coordenação e fiscalização do desenvolvimento territorial de Santa Maria, sequer é dado conhecimento, por exemplo, das

⁵⁰ Embora a BASM tenha sido ativada só em 1970, sua área (450 ha.) já havia sido desapropriada em 1941 (BASM, 2011). Em 2012, sua área totaliza 2.464,39 ha. (BRASIL, 2012b).

obras civis a executar ou executadas, quanto mais seus projetos são submetidos à sua apreciação. Na prática, é como se o *campus* fosse, ele mesmo, um município.

A terceira prática espacial tem a ver com a valorização e/ou marginalização imobiliárias das áreas ocupadas e respectivos entornos. No caso da UFSM, não foram registrados casos de áreas marginalizadas pelo abandono ou por usos inconvenientes. No entanto, a localização do *campus* em Camobi, em área de baixo valor imobiliário na época, segundo Bevilacqua (1995), ao favorecer a expansão da mancha urbana, oportunizou expressiva valorização dos imóveis adjacentes, a começar pela gleba da qual foram desmembrados os 38,68 ha. doados à ASPES para a construção do Centro Politécnico. Na verdade, tal doação teria sido um negócio, pois, segundo os proprietários, só foi realizada “na expectativa de ter lucro com a valorização de suas terras naquela região” (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2010b). De fato, apesar de, mais tarde, terem sido desapropriados 360 ha. da mesma gleba, da parte restante seus proprietários fizeram grandes empreendimentos imobiliários⁵¹.

c) Comando da oferta de emprego: assim como procedemos com os usos militar e ferroviário do território, consideramos todos os servidores da UFSM como *assalariados externos*, segundo o conceito de utilizado por Corrêa (1989, 1995). Isto por que as decisões tanto da criação, manutenção ou ampliação quanto de redução ou dissolução de seu quadro funcional fogem ao comando do território, sendo tomadas sem qualquer interferência deste, o que expressa uma verticalidade. Ressaltamos, também em relação à UFSM, que a tal contingente de *assalariados externos* soma-se aquele, cada vez mais expressivo, formado em função de serviços terceirizados, mediante contratos diretos ou mediados por fundação de apoio. Com a decadência da ferrovia, foi a UFSM quem passou a comandar a oferta de emprego em Santa Maria e a contribuir para o aumento do contingente de *assalariados externos* no território. De um quadro de pessoal de, apenas, 191 servidores, em 1960, passou para 4.009 servidores ativos, entre professores e funcionários técnico-administrativos, em 2010 (Tabela 4). Neste ano, tal contingente era 15% maior que o da Prefeitura Municipal, correspondia a 7% do total do pessoal ocupado em Santa Maria, a 39% do emprego do setor secundário e a 8% do setor terciário. Além da sua dimensão quantitativa, esta verticalidade é marcada por uma importante singularidade qualitativa: a maior parte de tal contingente compõe o estrato superior da divisão local do trabalho, sendo aquela com maiores ganhos em

⁵¹ Dentre tais empreendimentos se destacam os seguintes loteamentos: Santa Helena, Estação Colônia, Santos Dumont, COHAB Fernando Ferrari, Novo Horizonte (APUSM, 2011).

Tabela 4 - Assalariados ativos da UFSM, da Prefeitura Municipal e Pessoal Ocupado de Santa Maria: 2010.	
Discriminação	Assalariados
1 UFSM	4.009
2 Pessoal Ocupado	59.176
Setor primário	598
Setor secundário	10.285
Setor terciário	48.293
3 Prefeitura Municipal	3.485
Fonte: UFSM, 2012a; Ipeadata (2010); RAIS (2010); Santa Maria, 2012c.	
Organização: José Odim Degrandi.	

relação à média salarial *per capita* e, também, aquela mais sintonizada com o meio técnico-científico-informacional que o território dispõe, mas sobre a qual não tem comando.

e) Comando das finanças: outra evidência do forte impacto da presença da UFSM em Santa Maria diz respeito ao volume de recursos financeiros alocados, tanto para sua implantação e expansão, quanto para sua manutenção. Como assinalamos acima, o orçamento da UFSM é vetor de verticalidades tanto no âmbito das relações governo-UFSM, quanto UFSM-sociedade local e regional. Isto por que todas as decisões a seu respeito (quanto, onde, como, quando, etc.) em nada dependem da vontade do poder público local, muito menos de suas lideranças empresariais e comunitárias. De outro lado, também, pelo fato de que nem o montante nem a continuidade de tal fluxo financeiro estão sob o comando do território, nem sequer de sua influência. O comando de tais decisões, embora mediadas localmente pela UFSM, sempre derivou de ordens de cima, de longe e de fora do território. Tal verticalidade é ainda mais agravada pela escassa autonomia financeira da UFSM, o que restringe as possibilidades desta atender demandas originadas da sociedade local e regional. Lembramos que não se trata de um orçamento de pequena monta, para os parâmetros econômicos de Santa Maria. Para obtermos uma ideia de seu peso na economia local, basta confrontá-lo com aquele da Prefeitura Municipal e com o PIB municipal, conforme demonstra a Tabela 5.

Na primeira relação, no período de 2006 a 2010, ele foi, em média, 2,5 vezes maior que o orçamento municipal. Na segunda relação, ele representava 16% do PIB municipal de 2006; esta participação subiu para 22% em 2010. Se, de um lado, esta participação revela a importância que a UFSM tem para Santa Maria, de outro lado, na mesma medida, sinaliza a forte dependência a que a economia local está exposta ao montante, regularidade e, principalmente, continuidade de tais fluxos financeiros. Tal primazia se reflete no cotidiano das suas relações com o território. Muitas de suas decisões, mesmo aquelas de sua exclusiva

Tabela 5 - Orçamentos da UFSM, da Prefeitura e PIB Municipal de Santa Maria: 2006 a 2010.

Discriminação	Orçamento (R\$ milhões)				
	2006	2007	2008	2009	2010
1 UFSM	418	481	554	640	813
2 Prefeitura Municipal	160	199	262	265	298
3 PIB Municipal	2.650	2.923	3.196	3.458	3.727
4 Relação UFSM/PMSM	261%	242%	211%	242%	273%
5 Relação UFSM/PIB	16%	16%	17%	19%	22%
Fonte: UFSM, 2012b; Brasil, 2012a; Brasil, 2012b; FEE, 2012; Santa Maria, 2012.					
Organização: José Odim Degrandi.					

escolha (data e locais do vestibular, calendário acadêmico, etc.), por obedecerem lógicas e dinâmicas alheias àquelas do território, geram grande impacto na economia local e regional. Uma simples mudança de data do vestibular, por exemplo, é suficiente para obrigar o replanejamento de vasta gama de atividades, principalmente comerciais e de hotelaria, mas, também, da rede escolar de Segundo Grau, esta em toda sua vasta área de influência. Outra verticalidade, no âmbito das relações do governo e os servidores da UFSM, é provocada pela política de arrocho salarial e outras questões de carreira, respondida por recorrentes movimentos de paralizações e greves, com rebatimento direto na economia e comunidade local e regional.

e) Instrumento ideológico: tanto por força de sua adesão forçada ou consentida às políticas oficiais do governo, quanto pela orientação política de seus dirigentes, a UFSM tem se prestado de instrumento de apoio aos aparelhos ideológicos e de repressão, especialmente no período do governo militar, extrapolando suas funções institucionais. Aberta a tais possibilidades, a UFSM patrocinou e acolheu variada gama de eventos que, em nome da educação, também faziam parte de estratégias de ordem política, econômica e social, de diferentes escalas, da local à global. O exercício de tal papel não se limitou à comunidade universitária, mas atingiu também a sociedade local e regional. Alguns exemplos podem ser assinalados:

- Assessoria Especial do Serviço de Informação (AESI): criado e mantido pela UFSM, junto ao gabinete do reitor, a AESI serviu de apoio local à *doutrina da segurança nacional* a que também a universidade brasileira foi submetida (ALVES, 2009). O controle ideológico da UFSM, por parte do governo militar apoiado pela reitoria, interferiu, até mesmo, no ritmo e nas prioridades das obras de implantação do seu *campus* central, segundo Schlee (2003). O autor não estranha que, até 2003, o prédio da Faculdade de Filosofia não

tinha sido construído e que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo só veio a ser criada em 1992. No contexto político da época, tais faculdades eram tidas como nichos subversivos.

- Acordo MEC/USAID: ao aderir à proposta da Reforma Universitária de 1968, pautada no Acordo MEC/USAID⁵² derivado do projeto educacional para a América Latina, a UFSM abriu mão de seu projeto original, parte dele inspirado na universidade alemã, para reestruturar-se segundo o modelo norte-americano. Na análise de Schuch Jr., a reforma,

muito embora tenha sido orientada por técnicos [norte]americanos e tenha adotado alguns critérios de administração acadêmica correntes em universidades [norte]americanas, em sua essência, está mais próxima da universidade napoleônica, por ter sido uma medida geral de uniformização, pela dependência do Estado, ausência de autonomia e, o que mais as identificam, a imposição da ideologia oficial [...] (SCHUCH JR., 1995, p. 249).

- Faculdade Interamericana de Educação: trata-se de projeto multinacional realizado através de convênio entre o Brasil e a OEA, no período de 1970 a 1977, um dos primeiros programas de mestrado em Educação no interior do país. Valendo-nos das conclusões de Guterres (2001) e de Guterres e Reys (2005), podemos identificar pelo menos três especificidades do projeto que podem ser consideradas como fortes vetores de verticalidade, a saber: (a) como projeto multinacional, o curso tinha total dependência à política de pós-graduação da OEA, um dos aparelhos ideológicos instrumentais de integração da América ao modelo de desenvolvimento liberal-capitalista, no contexto da guerra fria. O patrocínio e financiamento do curso tinham como contrapartida o seu atrelamento a diretrizes pedagógicas derivadas de pressupostos epistemológicos que colocavam a educação a serviço daquele modelo; (b) como uma das decorrências do alinhamento ideológico, o conjunto normativo do curso conflitava com a legislação de pós-graduação brasileira, especialmente em relação à titulação do corpo docente, à natureza híbrida do curso (permitia opção pelo grau de especialista ou mestre) e mestrado com duração de apenas dois semestres letivos. Esta incompatibilidade legal foi fonte de uma série de conflitos operacionais (calendário letivo, credenciamento, etc.); (c) outra verticalidade foi a imposição de filiar o projeto à área de Educação e não à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como tinha sido proposto pela UFSM (GUTERRES, 2001). Estas três características são suficientes para assinalar a submissão do curso (e da UFSM e mesmo do MEC, em assuntos a ele concernentes) aos ditames da OEA e aos pressupostos ideológicos de que ela era instrumento. Em outras palavras, embora proposta originalmente pela UFSM, a FIE pode ser interpretada como um evento que veio de cima, de fora e de muito longe, ou seja, como uma ordem global que se

⁵² United States Agency for International Development.

impôs à ordem local e nacional, engendrando um conjunto de autênticas verticalidades no meio universitário. A situação criada suscitou o problema de pesquisa de Guterres (2001, p. 7): “por que a FIE foi, ao mesmo tempo, tão exaltada e tão estigmatizada (execrada) ao ponto dessas controvérsias se transformarem num problema para o desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM?”.

7.3.2 Horizontalidades universitárias

Assim como os cognomes de cidade militar e cidade ferroviária, o de cidade universitária não foi atribuído a Santa Maria em função das verticalidades geradas pelo uso universitário de seu território. Ao contrário, foi um merecido reconhecimento das horizontalidades que lhe foram possibilitadas a partir da presença da UFSM e, até mesmo, antes dela, na concepção de seu projeto e na articulação política que garantiu sua realização. Se a história de Santa Maria é inseparável dos usos militar e ferroviário de seu território, também o é do uso universitário, com maior razão no período em que a UFSM protagonizou uma situação geográfica distintiva no e do território.

Acima, evidenciamos algumas das muitas verticalidades produzidas em suas relações com o território de Santa Maria, em razão mais da sua vinculação com o governo federal do que de si própria. Agora, é o momento de reconhecermos que, apesar delas, mas, também, a partir e concomitantemente a elas, o uso universitário do seu território engendrou um número incomensurável de eventos que influenciaram intensamente a sua formação socioespacial, constituindo-se no principal vetor de seu desenvolvimento, principalmente de 1960 a 1980. Se a ferrovia, em termos de modernização da infraestrutura física, trouxe a emergência da motorização do território, a presença da UFSM, mais que uma modernidade de curta duração, significou (e significa cada vez mais) uma fonte duradoura e inesgotável de horizontalidades, presentemente reforçada por outras seis IES.

É através do que chamamos de horizontalidades universitárias que pretendemos demonstrar a força transformadora da presença da UFSM, suficiente para, em sobreposição às duas primeiras situações (militar e ferroviária), marcar um novo período na formação socioespacial do território.

Por horizontalidades universitárias entendemos todos aqueles eventos que, historicamente, foram produzidos, direta e indiretamente, a partir da interação da UFSM com os agentes sociais locais e regionais e que podem ser associados a movimentos de convergência, solidariedade e cooperação em prol de projetos de desenvolvimento do

território. Dentre tantos e de tão variada tipologia, escolhemos aqueles que julgamos ter contribuído de forma mais intensa para a criação e consolidação de Santa Maria como cidade universitária, a começar pela própria UFSM. Mais especificamente, valorizamos aqueles produzidos por esta condição e que se refletiram na construção de novas territorialidades, na criação de emprego e geração de renda, no fortalecimento da função comercial e na expansão do evento universitário, principalmente em Santa Maria, mas, também, em vasta região do Rio Grande do Sul.

a) UFSM, uma conquista do território: na introdução a este tópico, afirmamos que a UFSM constitui um evento complexo, resultado e, ao mesmo tempo, condicionante de outros eventos, tanto produtores de verticalidades quanto criadores de horizontalidades. Aqui, em primeiro lugar, queremos reunir elementos que evidenciam que suas concepção e criação foram um produto, não de verticalidades, mas da acumulação de um conjunto de horizontalidades engendradas no território e/ou a partir dele. No nosso entendimento, acreditamos que a maior horizontalidade foi a própria UFSM, não somente pelo que ela possibilitou (e vem possibilitando) ao território após sua implantação, mas, também, pelas horizontalidades que foram exigidas dos agentes locais como pré-condições para a sua emergência e criação. Em outras palavras, antes mesmo de ser criada, em seu nome, já havia sido produzido um sólido conjunto de eventos, frutos de horizontalidades que foram se acumulando, umas reforçando outras, cujas principais evidências destacamos abaixo:

- Elite orgânica: como já assinalamos, a UFSM é o resultado de um projeto cujos antecedentes remontam à década de 1930. Na época, a universidade, especialmente aquelas federais (IFES), era privilégio das capitais dos estados federados. A criação de uma IFES no interior do Brasil era tida como uma ousadia; no interior do RS era considerada uma façanha. Foi neste contexto que a ideia de interiorização do ensino superior foi sendo transformada no projeto da UFSM e este em histórica decisão presidencial, por obra de agentes sociais locais, compondo alianças com lideranças políticas com vínculos em Santa Maria e região. A historiografia oficial da UFSM personaliza seu projeto na pessoa do Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, consagrado como seu fundador. Contudo, não há como não reconhecer que a UFSM foi um projeto longamente arquitetado sob a liderança de um seletivo grupo pertencente à elite social local. Mais precisamente, segundo Rocha (1993), a UFSM foi planejada por um grupo de grandes proprietários rurais que articularam o “apoio de diversos segmentos da sociedade, tendo por finalidade servir à comunidade regional”. A autora identificou no núcleo de tal grupo a hegemonia do capital fundiário ausenteísta ou não, que tinha e/ou teve sua base e fonte de acumulação no campo (nas fazendas e/ou na colônia), mas que se reproduziu e se

consolidou também na cidade. A hegemonia do capital fundiário do campo transformou-se em hegemonia do capital fundiário urbano, exercida em diferentes atividades urbanas (comércio, profissões liberais, indústria, política, etc.). Ao referir-se a estes múltiplos papéis urbanos que os proprietários rurais passaram a representar, a autora (1993, p. 141) afirma que, ao segregá-los para si, “passam a ‘representar’ os interesses urbanos, contudo, é dessa forma que preservam os seus interesses”. Tais agentes sociais, pela sua capacidade de articular e organizar os seus interesses (interesses de classe, econômicos, profissionais, políticos, etc.), transformando-os em interesse coletivo – inicialmente local, depois regional, estadual e, por fim, nacional – materializado em um projeto (UFSM) de Estado para a sociedade, mas, também para si, nos lembra a noção de *elite orgânica* de Dreyfuss (1986)⁵³.

Vista por este ângulo, a UFSM não foi um projeto personalista, como oficialmente a própria instituição dá a entender. Em que pese o protagonismo do Prof. Mariano⁵⁴, reconhecido mentor intelectual e líder maior do movimento pró-ensino superior que resultou na criação da UFSM, a emergência da universidade, em Santa Maria, tem, em suas bases, forças sociais diversas, dentre as quais Rocha (1993) destaca capitais e/ou interesses fundiários. Não estamos afirmando que a UFSM tenha sido obra exclusiva da classe fundiária, mas que esta esteve no comando do processo, aliada a diferentes segmentos representativos de entidades eclesiásticas, educacionais, políticas, militares, comerciais, etc., e sob a liderança do Prof. Mariano. Este, além de médico e educador, era grande proprietário rural absenteísta e lídimo representante da classe capitalista fundiária urbana e rural.

A *elite orgânica* a que nos referimos representou e atuou em nome do conjunto destes interesses. A ela coube a construção da unidade de comando e de objetivos do movimento, a sua materialização em projeto tornado coletivo para a cidade e vasta região do Estado, bem como a continuidade, consistência e eficácia das ações. Ao capital fundiário coube servir-lhe de lastro de sustentação econômica e, também, de amálgama de interesses de classe e de alianças políticas. Presente desde a primeira faculdade isolada, o capital fundiário reproduziu

⁵³ *Elite orgânica* é um conceito *gramsciano* trabalhado por Dreyfuss (1986) que aproveitamos para expressar o sistema de ações de certos agentes sociais com capacidade de articular-se coletivamente, de visualizar objetivos estratégicos e de operacionalizar a condução das ações requeridas para alcançá-los, face às resistências de forças sociais e políticas adversas. Reconhecemos, no entanto, que a dimensão do caso local não tem a densidade nem a abrangência que a noção representa tanto para Gramsci quanto para Dreyfuss.

⁵⁴ José Mariano da Rocha Filho nasceu em Santa Maria, em 1915, membro de família tradicional, descendente do Gal. Manuel Marques de Souza (militar e político, barão, visconde e, depois, conde de Porto Alegre) e de José Maria da Gama Lobo D'Eça (sesmeiro, militar e político, barão de Saicã). Filho de médico, formou-se em medicina na então Faculdade de Medicina de Porto Alegre, onde foi presidente do Centro Acadêmico (1932) e primeiro presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Porto Alegre (1934). De volta a Santa Maria, dedicou sua vida à UFSM, o que lhe valeu ser reconhecido como *Gaúcho do Século*, sendo eleito como a primeira das vinte personalidades gaúchas mais influentes do século XX, no Rio Grande do Sul (RBSTV/ZERO HORA, 1999).

sua representação na composição dos quadros dirigentes da UFSM, bem como de professores (ROCHA, 1993). Por isto, entendemos que a constituição da *elite orgânica* foi uma horizontalidade primordial, em dois sentidos: por ser a primeira em relação à UFSM e, principalmente, pela articulação de forças sociais que conseguiu reunir em torno de seu projeto, confrontando-se com forças contrárias, em especial aquelas que garantiam a primazia universitária para as capitais. Tais características lhe deram as condições necessárias para a construção de outras horizontalidades, que foram se acumulando e que culminaram no evento solene da criação da primeira IFES brasileira no interior do país e fora de capital: a UFSM. Abaixo, apresentamos algumas das mais ilustrativas. Embora todas elas tenham sido resultados da ação direta ou indireta da força-tarefa que chamamos de *elite orgânica*, tratamos tais eventos tanto como horizontalidades em si mesmos, quanto como elementos constituintes de uma horizontalidade maior, que se materializou na UFSM.

- Faculdade de Farmácia: na área educacional, os interesses da referida *elite orgânica*, primeiramente, confluíram e se fortaleceram na criação da Faculdade de Farmácia de Santa Maria (FFSM), em 1931. Para Rocha (1993, p. 143), “de certa forma, a faculdade estava vinculada e atrelada a capitais fundiários”. Algumas evidências bastam para comprovar tal conclusão: por tratar-se de faculdade livre (particular), a instalação e manutenção da mesma corriam à custa de capitais próprios de seus integrantes e/ou de empréstimos, além de doações e outras formas de apoio da comunidade e simpatizantes. Dois outros exemplos ilustram o grau de coesão de propósitos que reinava entre diretores, professores e apoiadores, em sua maior parte também grandes proprietários rurais: (a) inicialmente, os professores lecionavam gratuitamente, depois, passaram a receber créditos pagáveis em dinheiro (quando disponível), ou transformáveis em apólices resgatáveis, algumas delas nunca descontadas; (b) o espaço físico e equipamentos para o funcionamento da faculdade foram doados por apoiadores e/ou adquiridos mediante financiamento garantido por seus administradores (ANTONIO; MIORIM, 1987; ROCHA, 1993; BARICHELLO, 2000).

- Associação Santa-mariense Pró-Ensino Superior (ASPES): assim que a ideia da interiorização do ensino superior foi se fortalecendo, a mobilização da *elite orgânica* precisou ser apoiada em uma organização formal que, em seu nome, consolidasse o movimento e o transformasse em um projeto de universidade. Para tal papel foi criada a ASPES, em maio de 1948, congregando professores, profissionais liberais, empresários, autoridades religiosas e militares, além de políticos, sendo expressiva a participação da classe dos grandes proprietários rurais (absenteístas ou não), a começar pela sua liderança (ROCHA, 1993).

A ASPES, como seu próprio nome sugere, foi criada em prol da expansão do ensino superior em Santa Maria. Ela cumpriu a função de uma espécie de unidade de ação tática e operacional, com múltiplos papéis, dos quais destacamos dois. Seu primeiro e principal papel foi o de agência com função política, enquanto representante da coesão social constituída em prol do ensino superior em Santa Maria. A ela cabia congregar apoiadores, mediar relações entre entes públicos e privados, apoiar políticos identificados com sua causa e, depois, cobrar-lhes contrapartidas, dentre outras ações. Seu segundo papel foi o de uma organização executiva, tanto para angariar fundos e receber doações, quanto para incorporar, financiar e executar obras de engenharia, produzir insumos (olaria, marcenaria, unidade de britagem), etc. Podemos resumir este papel inestimável reconhecendo que foi a ASPES quem construiu o *campus* da UFSM, em Camobi, tendo recebido, por doação de famílias detentoras de capital fundiário, sua área inicial de 38,68 ha. Graças à sua operosidade e unicidade de propósitos granjeou imagem de instituição pública, a ponto de confundir-se, naquele período, com a própria UFSM.

- Incorporação da FFSM à UPA: quando da fundação da ASPES, a FFSM era o único curso de nível superior em Santa Maria, que, por ser particular, sobrecarregava financeiramente seus mantenedores. As ideias de interiorização do ensino superior que sua direção pregava oportunizaram, também, uma saída para o agravamento de sua situação financeira: sua incorporação à UPA. Como tal proposta não se viabilizou por via administrativa, já que a UPA se opunha cabalmente, optou-se pela via política. Para tanto, foi necessária a construção de novas alianças, desta vez na escala estadual, ampliando sua base de apoio em, pelo menos, três frentes: em primeiro lugar, articulou os interesses da FFSM àqueles das Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas (também escolas particulares em dificuldades), formando um bloco de pressão, tanto junto à UPA, quanto ao governo do Estado; em segundo lugar, promoveu intensa mobilização da comunidade local e regional; em terceiro lugar, fez valer sua forte ligação com políticos de expressão, com interesses eleitorais em Santa Maria, Pelotas e respectivas regiões de influência. Dentre outros, além de prefeitos do interior e do próprio governador Walter Jobim⁵⁵, contava com o apoio dos então deputados estaduais com base eleitoral na Região Centro-Oeste: Tarso Dutra, José Diogo Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha, Antero Leivas e Fernando Ferrari, dentre outros. Assim, a proposta de anexação da FFSM à UPA foi incluída na nova Constituição estadual de 1947, o que ensejou a alteração da denominação da UPA para Universidade do Rio Grande do

⁵⁵ Walter Jobim tinha fortes laços familiares e profissionais em Santa Maria, tendo sido o primeiro advogado da COOPFER, em 1920 (RODRIGUES, 2003).

Sul (URGS). Em terceiro lugar, diante da recusa da UPA em concretizar a incorporação, novos instrumentos se tornaram necessários, sendo um deles a criação da ASPES, acima referida. Os esforços resultaram na aprovação de um projeto de lei, sancionado pelo governador (Walter Jobim), em 4/12/1948, impondo a anexação, o que provocou a renúncia do reitor (Prof. Armando Câmara) e de todo o Conselho Universitário da UPA. O primeiro reitor da URGS foi eleito com o apoio das faculdades do interior (ROCHA, 1993; BARICHELLO, 2000; BEBER, 2000).

Como entender tal evento e seus propósitos? Três parecem ter sido as razões. A primeira, de escopo mais amplo, estaria associada aos interesses de classe, que buscavam criar novos instrumentos de reprodução e acumulação do capital fundiário, em parte drenado para Santa Maria. A segunda é de ordem mais pragmática. Como já referimos, a estreita ligação entre a oligarquia rural e o Estado é histórica, remontando às épocas da conquista, ocupação e povoamento, de que a figura simbiótica do sesmeiro-militar-autoridade local foi típica. Portanto, não era fora de propósito que, considerando cumprida sua parte, o capital fundiário viesse, agora, cobrar mais uma compensação do governo, materializada na anexação da FFSM à UPA. Desta forma estaria, também, repassando ao governo do Estado o ônus do financiamento da faculdade. A terceira, de natureza estratégica, sinalizava objetivos de longo prazo, para os quais a anexação era apenas um exercício tático, uma etapa de um projeto mais ambicioso. Neste sentido, é o próprio Prof. Mariano quem, ao comentar o episódio da anexação, revela:

Num país de tão grande extensão como o nosso, a descentralização do ensino superior constitui um imperativo inadiável. O conceito medieval de Universidade com seus institutos aglomerados em uma única cidade é sem dúvida obsoleto [...] Não será, pois, do interesse do governo planejar, nestes pontos, futuras universidades? [...] Um grande e decisivo passo foi, sem dúvida, dado para o progresso cultural do Rio Grande pela incorporação na Universidade de faculdades do interior [...]. Mas não esqueçamos, foi apenas um passo, muito teremos ainda que andar para dar ao nosso estado o pleno desenvolvimento de sua estrutura educacional de grau superior. Devemos assim assentar as bases para o futuro, construindo o alicerce sobre o qual surgirão os Institutos indispensáveis à formação da futura Universidade de Santa Maria (ROCHA FILHO, 1949).

- Faculdade de medicina: outro importante evento promovido sob o comando da ASPES foi a criação da Faculdade de Medicina de Santa Maria (FMSM). A incorporação da FFSM deu à sua direção assento no Conselho Superior da URGS, espaço político que facilitou a formação de novas alianças institucionais, tendo em vista a criação de novas faculdades em Santa Maria. Tais alianças possibilitaram, novamente, transformar um problema em oportunidade política. Foi assim que, em 1954, contando com o apoio

circunstancial dos candidatos excedentes aprovados no vestibular de medicina da URGs, foi proposta a criação de um curso de medicina em Santa Maria. A solução do problema dos excedentes ganhou o apoio do reitor Eliseu Paglioli, do deputado federal Tarso Dutra, do Ministro da Educação Brochado da Rocha, dentre outros políticos. A determinação do Ministro, obrigando as escolas superiores rio-grandenses absorver todos os candidatos aprovados, na prática, encaminhou a criação da FMSM, como subunidade da URGs.

- De faculdades isoladas a universidade: como assinalamos, entre a criação da FFSM e a da UFSM se passaram 30 anos, tempo necessário para que a façanha da interiorização do ensino superior se transformasse de ideia em projeto político, cuja construção foi articulada por agentes sociais locais, mas com alianças de diferentes escalas: concebido em Santa Maria e fortalecido por alianças regionais e estaduais, alcançou a agenda política nacional. Tal trajetória nos lembra a afirmação de Santos (1999a) de que um evento tem o seu tempo. Não no sentido de tempo fatídico, pré-determinado, efeito direto de uma causa só. Mas um tempo socialmente construído. Para a constituição de um evento da magnitude da UFSM, ao menos sob o ponto de vista local e regional, foi requerida uma construção especial, fruto de uma articulação política de longa maturação. O mundo oferece um repertório de oportunidades, diz Santos (1999a), potencialmente úteis para inúmeros usos, sentidos, direções. Perceber tais oportunidades de diferentes tempos e alinhar os seus sentidos, de forma a direcioná-las a um único objetivo confluyente que a transforme em realidade, é uma obra de vulto. A UFSM, enquanto projeto, foi um evento desta grandeza. O papel da ASPES foi o de construir o tempo da gestação e o do nascimento da UFSM. De 1948, ano da sua fundação, até 1960, ano da criação da UFSM, a universidade foi se transformando de ideia em projeto, o grupo inicial de apoio foi sendo ampliado, sempre sob o mesmo comando. As condições sociais, institucionais e legais foram sendo criadas, as resistências foram sendo vencidas, as dimensões do projeto foram ganhando novas escalas políticas (de local para regional, desta para a estadual e para a federal). A teia de relações, interesses e comprometimentos foi sendo, aos poucos, construída e fortalecida. De empreendimento privado para instituição pública estadual e, depois federal. Por assim dizer, quanto mais o projeto se enraizava, local e regionalmente, mais ele ia construindo sua plataforma para constituir-se também como pauta da agenda pública estadual e federal. Neste sentido, é interessante observar que seus principais políticos apoiadores acompanharam a mesma trajetória: enquanto o projeto ascendia na agenda pública, tais políticos subiam na hierarquia legislativa. Assim, em 1947, por ocasião da inclusão da incorporação da FFSM à UPA na Constituição Estadual, Tarso Dutra, José Diogo Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha, Antero Leivas, Daniel Kriger e Fernando Ferrari

eram deputados estaduais; em 1960, quando o projeto ascendeu à pauta federal, todos eles eram deputados federais ou senadores em ascensão, tendo alguns deles já chegado ao ministério da República.

Os eventos que assinalamos acima evidenciam que a UFSM foi, de fato, resultado da acumulação de inúmeras horizontalidades, expressões de diferentes temporalidades e espacialidades. Ao longo de 30 anos, a ideia de um curso superior foi sendo transformada em projeto de universidade, construído no cotidiano do território de Santa Maria, mas que alcançou instâncias decisórias estaduais e nacionais. Ao valorizarmos tais eventos, não esquecemos de que o resultado final dependeu, também, de outros fatores favoráveis, dos quais destacamos dois que, também, se complementaram: em primeiro lugar, o conteúdo político do projeto e seu principal argumento, que foi a interiorização do ensino superior; em segundo lugar, a sua sintonia histórica com outros movimentos nacionais com o mesmo objetivo, combinado com o da descentralização do poder político, de que são exemplos a criação da UFG e a construção de Brasília. Não fosse assim, dificilmente a proposta de criação da UFSM teria sido aprovada num Congresso dominado por representantes de interesses contrários (universidades situadas nas capitais). A propósito, lembramos que o tema do discurso de Juscelino Kubitschek, no ato solene da assinatura da criação conjunta da UFG e da UFSM, foi a interiorização do ensino superior.

Assim é que a ação do Presidente Juscelino Kubitschek, ao assinar a lei que criou a UFSM, não foi um ato isolado, único, unilateral, uma imposição, uma verticalidade, enfim. Ao contrário, foi a culminância de um movimento pleno de horizontalidades e o início de outro. Como culminância, foi a consequência de inúmeros outros eventos, de diferentes temporalidades (de 1931 a 1960) e espacialidades (local, regional, estadual e nacional) que confluíram para sua constituição. Como início, foi a condição para que o evento universidade se geografizasse fora das capitais e no interior do Estado, e ali se constituísse em importante vetor de novas horizontalidades.

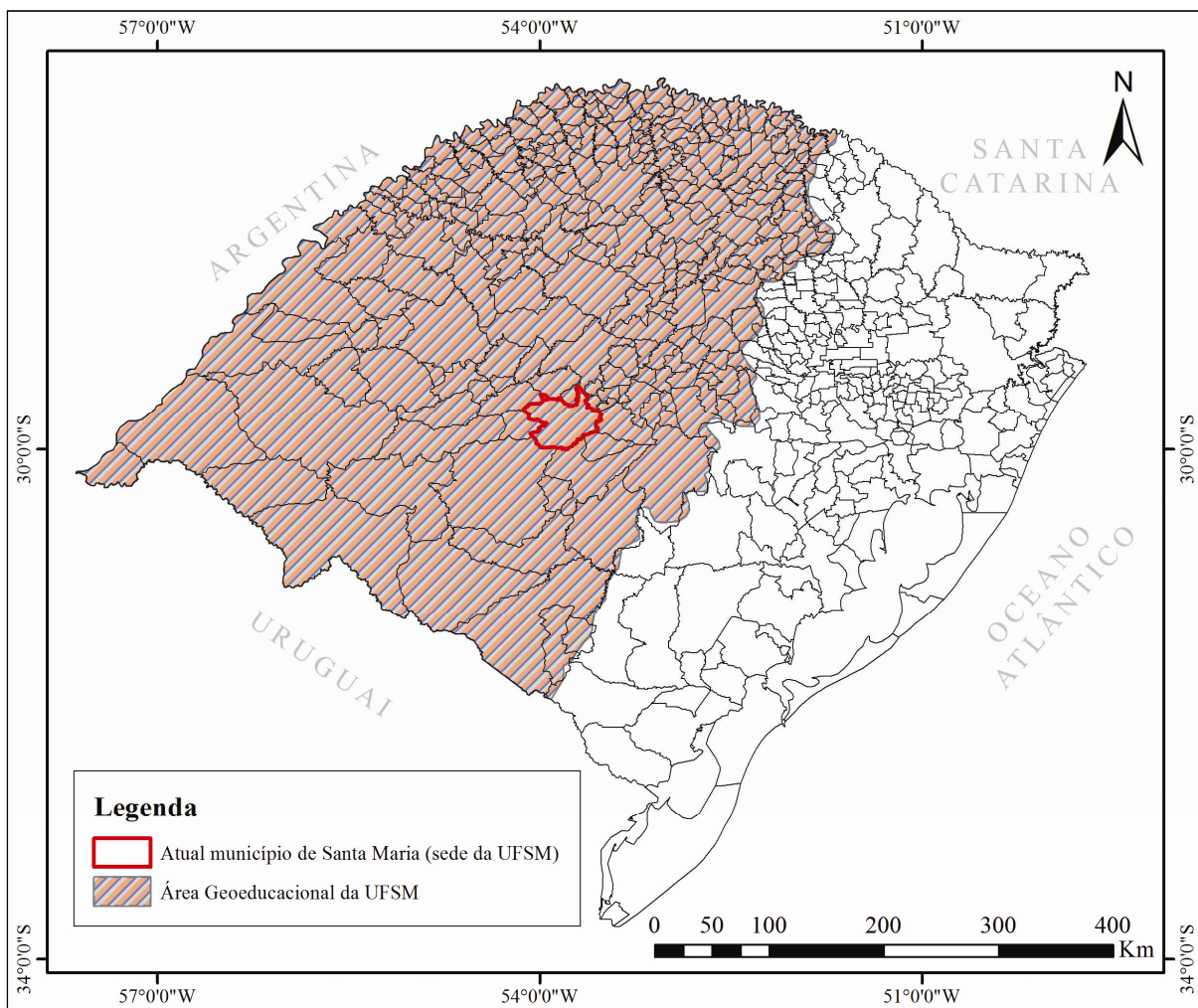
b) Novas territorialidades: por territorialidade entendemos o sentimento de pertencimento mútuo construído, de um lado, pela UFSM em relação à região em que ela buscou apoio para sua criação e que assumiu como seu espaço de atuação, e, de outro lado, por essa configuração espacial em relação à UFSM. Valorizamos a construção deste sentimento, pelo qual ambas (UFSM e região) se julgam pertencer uma a outra, como uma importante horizontalidade engendrada antes mesmo da sua criação e reproduzida intensamente em seus 50 anos de profícua atuação. Para efeitos da nossa pesquisa, interessamos mais a territorialidade percebida, assumida e construída pela UFSM. Tentamos identificá-

la, inicialmente, pelas formas de inserção da UFSM, através de sua atuação concreta em atividades de ensino, pesquisa e extensão, em diferentes espacialidades e temporalidades. Esse sentimento de pertencimento fez com que a UFSM projetasse sua presença material (unidades, prédios, etc.) e imaterial (conteúdos técnicos, culturais, ideológicos, simbólicos e de imagem) no território que sempre julgou ser de sua responsabilidade. A territorialidade da UFSM não foi delimitada a uma base espacial dada pela sua localização, nem por uma imposição legal, mas pela ousadia de sua proposta inovadora: ao intentar romper com a primazia universitária das capitais e do litoral, não poderia privilegiar uma única cidade (Santa Maria) e seu entorno imediato; ao contrário, propôs-se estender o evento universitário para o *interior do interior*, inicialmente do Rio Grande do Sul, através do chamado de sua área ou Distrito Geoeducacional, e, depois, para o interior de outras regiões.

O projeto da UFSM caracterizava Santa Maria como o “centro cultural e econômico de toda a Fronteira Sudoeste do Rio Grande, de larga porção da Depressão Central e da Região Serrana” (ROCHA FILHO, 1962, p. 16-18). Ao mesmo tempo, assumia essa vasta região como sua área de influência, para cujo desenvolvimento sentia-se compromissada. Em outras palavras, a UFSM foi concebida como Universidade de Santa Maria (seu nome original), mas não só para Santa Maria. Ao contrário, propôs-se ser uma universidade regional, cujo território institucional alcançava mais da metade do Estado, como ilustra a Figura 14. Mais tarde, com a criação oficial dos Distritos Geoeducacionais pelo Conselho Federal de Educação, em 1974, sua área de atuação foi reduzida (ANTONIO; MIORIM, 1987). Isso apenas oficialmente, por que, na prática, tal delimitação esteve sempre condicionada à oferta e à procura de seus cursos, relação esta de alta variação, no tempo, no espaço e, também, por área e nível de ensino. Contudo, na prática, sua ação educacional extrapolou em muito os limites do DGE 37. São inúmeros os exemplos que revelam seus impulsos de expansão institucional, como vetores de esforços de reprodução de novas horizontalidades, tanto no DGE 37 quanto fora dele. Para evidenciá-los selecionamos os que julgamos como de maior expressão, a saber: suas extensões, a Faculdade Interamericana de Educação, seu *Campus* Avançado de Roraima, a Operação Oswaldo Aranha e o PEIES, dentre outros. Tais eventos configuram, na prática, como a UFSM materializou o argumento fundante que justificou sua criação, ou seja, a interiorização do ensino superior.

- Extensões: o compromisso da UFSM para com a sua região de influência pode ser avaliado, principalmente, através dos cursos de graduação fora de sede, por ela criados a partir de 1969 e ministrados mediante convênio com entidades mantenedoras de cidades-polo

Figura 14 – Mapa da área geoeeducacional da UFSM: 1973



Fonte: ROCHA FILHO, 1973; IBGE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análissa do Prado.

selecionadas, batizadas de extensões, tais como: Alegrete, Bagé, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Iraí, Jaguarí, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Vicente do Sul e Três de Maio. Em 1976, o Conselho Federal de Educação já havia reconhecido 29 dos 31 cursos criados nestas extensões, os quais serviram de embrião para novas IES e novos cursos (UFSM, 2010). Atualmente, a UFSM mantém unidades de ensino em Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Silveira Martins. Sua mais recente interação regional foi a participação no programa federal de expansão das IFES na *metade sul* do Estado, que resultou na criação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), em 2008. Cinco dos dez campi desta nova IFES (Alegrete, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana) foram por ela implantados e acolhidos, temporariamente, em sua estrutura administrativa e acadêmica.

- Faculdade Interamericana de Educação (FIE): este foi, talvez, seu mais arrojado projeto, em termos de interação multiescalar. Com apenas dez anos de funcionamento, já estendia sua presença para além do território nacional. Em 1968, a UFSM ofereceu-se para promover cursos de pós-graduação (especialização e mestrado) em educação para toda a América Latina. A FIE, criada e mantida através do convênio OEA-MEC-UFSM, de 1970 a 1977, formou 228 mestres e especialistas de diferentes países latino-americanos. Os 26 mestres da primeira turma, por exemplo, eram provenientes de 9 países. Como assinalamos, a interação da UFSM com agentes educacionais latino-americanos foi, não apenas mediada, mas comandada pela OEA, o que constituiu a FIE como fonte, também, de verticalidades.

- *Campus* avançado de Roraima: instalado em 1969, em Boa Vista, foi a extensão mais afastada da sede. Integrado ao Projeto Rondon, suas atividades foram direcionadas às áreas de saúde e educação, depois cursos de graduação, considerados como o embrião da UFRR, criada em 1989 (UFSM, 2010).

- Operação Oswaldo Aranha: outro exemplo de sua proposta de interação com seu DGE 37, particularmente quanto à modernização do setor primário, foram os projetos de extensão promovidos pela Operação Oswaldo Aranha. Patrocinado mediante convênio com a ONU-PNUD-FAO e executado através da coordenação da *Southern Illinois University* (EUA), de 1969 a 1974, o evento oportunizou o aporte de novas tecnologias a produtores rurais da região, com participação direta de alunos e professores locais, bem como de renomada equipe de técnicos e pesquisadores internacionais. Já em 1971, a participação havia alcançado cerca de 7 mil produtores rurais (UFSM, 2010; 1969 e 1971).

- Programa de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES): criado em 1995, tem por objetivo a inserção social da UFSM e a equidade de acesso à educação superior. Trata-se de programa de acompanhamento e avaliação de alunos do ensino médio, como modalidade alternativa ao vestibular convencional. As provas são realizadas ao final de cada uma das três séries, cujos resultados concorrem para o preenchimento de 20% das vagas totais oferecidas no vestibular. Até 2011, tinha oportunizado ingresso nos diferentes cursos de graduação da UFSM para 8.585 alunos⁵⁶. O impacto de tal evento pode ser avaliado, também, pela sua área de abrangência que chegou a alcançar sete estados (RS, SC, PR, MT, MS, RO e SP), 30 Conselhos Regionais de Educação e 925 escolas (UFSM, 2012c).

- Outras territorialidades: durante os seus 50 anos de existência, a UFSM promoveu inúmeros outros eventos através dos quais foi configurando novas territorialidades. Dentre

⁵⁶ Em 2010, foi criado um novo sistema, chamado de Processo Seriado, em substituição ao PEIES, pelo qual não mais são garantidas 20% das vagas oferecidas no vestibular anual da UFSM, entre outras alterações.

tantos, destacamos: o HUSM, como hospital de referência regional, desde 1970; o programa de Educação a Distância (EAD), o qual, no segundo semestre de 2011, mantinha 21 cursos em 30 cidades de 5 estados da federação (UFSM, 2011a); rádio, tv e editora, como canais de comunicação com alcance regional. Outro evento que exemplifica sua histórica contribuição com o desenvolvimento da região foi sua proposta para o Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste do Estado, desenvolvido no final da década de 1980 (FERNANDES, 2004). O que valorizamos neste evento como horizontalidade, não é a proposta em si mesma, mas a emergência de nova alternativa de governança corporativa do Estado que ele ensejou. Isto por que as discussões a respeito de alternativas de desenvolvimento deram a origem inspiradora do programa que se chamou, mais tarde, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), oficialmente criado em 1994.

c) Geração de emprego e renda: assim como as unidades militares e a ferrovia, uma universidade se constitui num evento com grande capacidade de geração de emprego e renda. Lembramos que, acima, associamos tal capacidade a uma verticalidade, em razão dos postos de trabalho por ela criados serem considerados como *assalariados externos* e, como tal, não estarem sob o comando do território. Mesmo assim, enquanto a UFSM permanecer em Santa Maria, ela representa, acima de tudo, uma fonte de horizontalidades, não apenas em função dos empregos gerados, mas também pela correspondente massa salarial que é canalizada para Santa Maria, mensalmente. Em 2010, por exemplo, o seu orçamento executado significou um ingresso bruto de R\$ 813 milhões, dos quais 79,30% corresponderam a salários e benefícios (UFSM, 2012b). Além de empregos e salários, a presença da UFSM garante aporte de recursos financeiros para a sua manutenção e investimentos, oportunizando, direta e indiretamente, novas demandas de trabalho (serviços), insumos, mercadorias e equipamentos. Neste mesmo sentido, seus alunos, vindos de diferentes municípios, também aportam recursos necessários à sua manutenção na cidade. Para um município carente de indústrias, como Santa Maria, situação agravada pela decadência da ferrovia, a importância da presença da UFSM, neste aspecto, é sobrevalorizada, sendo sua a maior fonte de emprego civil, desde o final da década de 1960. Em 2010, eram 4.009 servidores ativos, aos quais se somavam outros 2.135 inativos, não contando expressivo e crescente contingente de funcionários de serviços terceirizados. Não podemos esquecer que, afora as vagas de seus quadros, outras tantas foram criadas para a construção, reformas e readequações de seus inúmeros prédios. Nas obras de implantação do campus, por exemplo, teve fases em que a ASPES mantinha 1.200 operários nas diversas frentes de trabalho (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 14 dez. 2010c, p. 10). As horizontalidades que associamos à geração de empregos diretos pela UFSM são valorizadas

não apenas pela sua dimensão quantitativa, mas, também, pela sua dimensão qualitativa. Isto por que a maior parte do seu quadro funcional, como já referimos, se concentra na fração superior da divisão local do trabalho, percebe salários mais elevados e, dada sua qualificação técnica e científica, está mais sintonizada com o meio técnico-científico-informacional. Embora o poder público local não tenha o comando sobre este contingente, sua presença e reprodução em Santa Maria dotam o território de excepcionais condições de geração de conhecimentos e tecnologias, recursos que estão na base da dinâmica da economia contemporânea.

d) Fortalecimento da função comercial: com a estagnação e decadência da ferrovia, foi a UFSM que garantiu a continuidade de fluxos de pessoas (professores, alunos, visitantes, etc.) e de recursos financeiros (investimento para a constituição de seus fixos, verba de custeio para sua manutenção e pagamento de salários). Tais fluxos passaram a criar novas demandas urbanas (alimentar, residencial, de saúde, etc.), favorecendo a economia local. Santa Maria, como sabemos, além de não ter indústria, tem uma agropecuária inexpressiva. Contudo, graças, principalmente, ao uso militar e universitário do território, ela colhe treze *safras* de salários por ano, afora outros afluxos financeiros, em termos de despesas de custeio e de capital. Tais *safras*, ademais, gozam da vantagem de não depender, nem das intempéries, nem das contingências e surpresas do mercado. Quando Santa Maria é lembrada como cidade com forte classe média, a explicação é atribuída ao funcionalismo público federal, com destaque para o universitário e o militar.

e) Expansão das IES locais: em que pese a dimensão alcançada pela UFSM, a expansão da demanda universitária local que ela ajudou a formar foi superior à sua capacidade de absorção. A continuidade de tal situação oportunizou tanto a expansão do ensino superior local quanto regional. Além da consolidação da UNIFRA e da criação do *campus* da ULBRA, quatro novas IES locais foram implantadas. Por outro lado, muitas das antigas extensões da UFSM, acima assinaladas, que prosperaram e se transformaram em novas IES, especialmente as mais próximas, passaram a receber alunos também de Santa Maria. Atualmente, incluída a UFSM, Santa Maria dispõe de sete IES, as quais ofereceram, em 2011, um total de 290 cursos presenciais, sendo 151 de graduação e 139 de pós-graduação, conforme demonstramos na Tabela 6.

Favorecidas pela política de privatização do ensino superior, estas IES passaram a disputar, também, candidatos da região atraídos pela centralidade universitária criada pela UFSM. A elas se juntaram, também, outras instituições de variada modalidade de ensino, com predominância do ensino a distância, que têm Santa Maria como polo de seus cursos de

Tabela 6 – Oferta de cursos presenciais de ensino superior em Santa Maria: 2011.

IES	Data de criação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
UFSM	1960	94	34	42	19	1	190
UNIFRA	1953	33	21	2			56
ULBRA	2002	8	9				17
FAMES	1998	8	1				9
FAPAS	2001	4	5				9
FISMA	2003	3	4				7
FADISMA	2003	1	1				2
Total		151	75	44	19	1	290

Fonte: Sites institucionais.

Organização: José Odim Degrandi.

EAD. Assim, em 2011, segundo o MEC, estavam cadastradas para atuar em Santa Maria 21 IES, nas várias modalidades de ensino (BRASIL, 2011). Mesmo assim, o compartilhamento da oferta de ensino superior presencial em Santa Maria é majoritariamente favorável à UFSM, mais acentuadamente na pós-graduação.

Assim, o evento universitário, impulsionado a partir da UFSM, à medida que foi se constituindo no território, foi criando novas condições para que o mesmo acolhesse novas IES. Com isso, foram reforçados os vetores da concentração da função universitária em Santa Maria, consolidando o seu comando da dinâmica espacial do ensino superior de uma vasta região do Estado. Em 2009, tal centralidade foi fortalecida também em relação ao ensino técnico e profissional, através da localização em Santa Maria da reitoria do Instituto Federal Farroupilha (IFF), o qual, embora não ofereça nenhum curso na cidade, de Santa Maria sua reitoria comanda 8 *campi*, localizados em diversas regiões do Estado.

Das quatro situações geográficas identificadas por nossa pesquisa, a que tem a UFSM como evento fundante é, de todas, aquela em que as verticalidades e horizontalidades mais se confundem e se interpenetram. Esta especificidade não lhe é atribuída, apenas, em razão de seu projeto ter sido concebido e sua inserção na agenda nacional ter sido articulada a partir de forças sociais locais. Embora a UFSM, como autarquia federal, tenha sua gestão subordinada ao MEC, sua sede nunca esteve fora do território e sua administração superior sempre esteve a cargo de membros da própria comunidade acadêmica, residentes no município. Tal situação geográfica é, portanto, aquela em que o seu comando esteve mais próximo daquele do território, embora este seja representado, diretamente, por uma pequena fração de sua população.

8 USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO

Analizamos, nos capítulos anteriores, três usos do território, a saber: militar, ferroviário e universitário. As transformações produzidas sob o comando de cada um deles nos autorizaram a identificá-los como as três situações geográficas que caracterizaram a formação socioespacial de Santa Maria, até o momento em que o processo de globalização alcançou o seu território de forma mais consistente.

Assinalamos, também, que a permanência, coexistência e sobreposição destas três situações geográficas, em Santa Maria, foram favorecidas pela sua posição geográfica estratégica, seja em relação a interesses fronteiriços, seja em relação à dinâmica socioespacial regional e nacional. Todos estes elementos, embora cada um com seu próprio tempo de emergência, força de permanência e dinâmicas específicas, ao interagirem com a sociedade local e se incorporarem ao seu espaço banal, conferiram ao território condições singulares para o desenvolvimento de funções terciárias urbanas, vis-à-vis aquelas primárias e secundárias. Foi a força destas funções que projetou sua influência sobre vasta região do Rio Grande do Sul, culminando por ser reconhecida como *capital regional*, no contexto da rede urbana estadual, segundo hierarquização do IBGE (1987, 2000, 2008).

Para cada um dos três períodos anteriores, identificamos a variável-chave (evento fundante do uso predominante do território) à qual atribuímos o comando relativo sobre as demais. Agora, nos perguntamos: qual seria esta variável-chave, no momento atual da formação socioespacial de Santa Maria? Em tempos de globalização, como este fenômeno se geografizou no território? Em outras palavras, segundo nossa perspectiva analítica, seria o comércio, simplesmente, o uso predominante e distintivo do território de Santa Maria, no momento presente? Ou na denominação de *capital regional*, em sua configuração atual, não estariam subjacentes modos de uso do território que caracterizam os sistemas de ação dos agentes hegemônicos do atual processo de globalização, ou seja, o uso corporativo do território? Esta nos parece ser a questão central a ser investigada, razão por que está valorizada como expressão da quarta e atual situação geográfica e como título do presente capítulo.

Observamos que, à medida que o processo de globalização foi alcançando o território, mais fortemente a partir da década de 1980, foi, também, se apropriando do comando de importantes atividades terciárias, impondo-lhes novos conteúdos e dinâmicas. Dentre outras (serviços financeiros e comunicações, por exemplo) reconhecemos a função comercial como aquela na qual, mais claramente, podemos perceber as manifestações de eventos portadores de

racionalidades próprias da globalização que passaram a comandar a modernização contemporânea do território. Foi esta a razão por que optamos pela função comercial como campo privilegiado para analisar o território, em seu período contemporâneo, como objeto de duas forças – uma global e outra local – coexistindo dialeticamente, a primeira, contudo, se sobrepondo sobre a segunda, como assinalou Santos (1999a).

Embora a função comercial tenha adquirido maior centralidade no período contemporâneo, ela já se manifestava no passado, desde quando o lugar ainda era um simples povoado, como já assinalamos. Mais tarde, nas décadas de 1820 e 1830, relatos de viagem de Saint-Hilaire, Nicolau Dreys e Arsène Isabelle, que fazem parte da historiografia de Santa Maria, atestam a importância da atividade comercial para a sua incipiente economia, conforme destacam Marchiori e Noal Filho (2000). Entretanto, não podemos, simplesmente, atribuir a razão de tal centralidade à sua posição geográfica. Esta, apenas, favoreceu o desenvolvimento de certas atividades que vieram dotar o lugar de funções que o distinguiram de outros e o transformaram, ao longo do tempo, numa *capital regional*, segundo classificação do IBGE (2008) para a posição que, atualmente, Santa Maria ocupa na rede urbana estadual. Assim como a cidade, a função comercial deve sua origem à presença militar, seu fortalecimento à da ferrovia e, mais tarde, à da universidade.

No caso de Santa Maria, as funções militar, ferroviária e universitária, assim como as demais atividades da economia local, de diferentes formas e graus, se beneficiaram e/ou sofreram os efeitos da globalização, mas foi na função comercial que seu impacto foi mais intenso. A emergência dos eventos da globalização requalificou o território, não mediante a introdução de um novo uso, mas pela modernização do uso de maior atratividade econômica (comércio), impondo-lhe novas formas, novos conteúdos e comandos. A centralidade comercial, que antes era usada para a realização do capital *do lugar para o lugar*, segundo interesses locais e/ou regionais, passou a atender interesses distantes, obedecendo a ordens vindas de longe e ações engendradas desde outros níveis escalares.

Assim, a atual posição hierárquica que Santa Maria ostenta, enquanto *capital regional*, expressa a quarta situação geográfica, construída pela presença, sobreposição e acumulação, ao longo do tempo, de cada um dos eventos fundantes das situações que a precederam. Em outras palavras, todos os eventos que comandaram as situações anteriores e que possibilitaram o advento da atual se fazem nela presentes, embora de diferentes formas e densidades. Como assinalamos, foi, principalmente, a permanência e a coexistência dos eventos militar, ferroviário e universitário que, ao se fortalecerem, pela mútua sobreposição e acumulação no território, criaram as condições que o habilitaram para o acolhimento das modernidades da

globalização, no período contemporâneo, configurando uma nova situação geográfica. Nela, os usos militar, ferroviário e universitário são, ainda, muito importantes, mas nenhum deles o é, suficientemente, a ponto de sobrepujar os demais e explicar, por si só, o novo e atual momento socioespacial do território. A importância deles, agora, se dá mais como partes constitutivas de uma nova totalidade: um território submetido ao uso corporativo, inscrito na ordem global e sob o comando de forças exógenas, nacionais e internacionais.

Nesta quarta situação geográfica, como afirmamos acima, os eventos fundantes das situações anteriores não desaparecem, mas se transformam: a função militar (1^a) e a função universitária (3^a) se fortaleceram, enquanto a ferroviária (2^a) teve sua presença enfraquecida. Contudo, presumimos que todas perderam hegemonia, enquanto vetores isolados do desenvolvimento de Santa Maria. No presente, a elas se associa e se superpõe hierarquicamente uma nova força vinda de fora, fruto direto da globalização, trazida por empresas que operam em diferentes escalas e têm o território como um recurso, apenas. Tal força, no caso de Santa Maria, se abate, mais fortemente, sobre o comércio varejista local, refuncionalizando os usos do território à lógica e à dinâmica globais.

O quadro que se configura expressa bem a situação destacada por Santos (1999a, p. 272), em que uma “ordem global funda as escalas superiores e externas à escala do cotidiano” dos lugares. Como resultado, em tempos de globalização, os lugares transformam-se através de relações/interações de duas ordens, uma hegemônica (a global) e outra hegemônica ou não hegemônica (a local). A propósito, foi para melhor entender seu conceito de território usado, como substrato que fundamenta as relações entre tais ordens, que Santos propôs os conceitos de verticalidade e horizontalidade: de um lado, território como recurso corporativo para fins alheios ao seu cotidiano, ou seja, o território pensado apenas como um espaço econômico, com o qual se estabelece uma relação vertical, no contexto da globalização; de outro lado, o território pensado como espaço banal – visão totalizadora – como o espaço de todos.

São estas as razões que nos levam a reconhecer e valorizar o uso corporativo do território como um elemento distintivo do atual período da história de Santa Maria. Assim, a situação geográfica que caracteriza o seu presente, mais claramente expressa no uso corporativo da função comercial, tem importância fundamental para os propósitos de nossa tese, por duas razões principais:

a) Em termos teórico-metodológicos, nos possibilita abordar o território como uma totalidade complexa, cujos elementos (partes) constituintes têm naturezas, tempos e densidades diversas, têm gêneses, escalas de comandos e conteúdos diferentes. Em nossa

trajetória analítica, representa também o final da trama, o caminho da volta: depois de visitar as partes (o particular/singular, os elementos), nos possibilita a reconstituição do todo, ou seja, o entendimento do espaço geográfico como território usado, no caso, usado corporativamente.

b) Em termos de operacionalização da pesquisa, nos permite melhor perceber e analisar a coexistência dialética de tais elementos como vetores de verticalidades e horizontalidades que moldaram (e moldam) os usos do território e, através delas, compreender a formação socioespacial de Santa Maria. Embora essa co-presença também tenha se manifestado em outros tempos, não, porém, com a mesma densidade, intensidade e abrangência com que se manifesta no presente.

Nossa abordagem do uso corporativo do território está estruturada em quatro tópicos, a saber: no primeiro, descritivamente e com base no estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) realizado em 2007 pelo IBGE (2008), caracterizamos Santa Maria como *capital regional*, no âmbito da hierarquia da rede urbana estadual; no segundo, complementamos a análise da REGIC, introduzindo novos conceitos formulados por Milton Santos, como expressão dos novos contextos e dinâmicas da economia urbana do território em tempos de globalização, a saber: circuitos espaciais de produção, círculos de cooperação e seus dois circuitos (circuito superior e circuito inferior); no terceiro, com o reforço destes novos instrumentos analíticos, nos concentramos na função comercial, na tentativa de evidenciar o uso corporativo do território, por parte, principalmente, das grandes redes varejistas, inicialmente, de forma descritiva, abordando as modernizações do varejo não-alimentício e supermercadista. Após esta contextualização, nos dedicamos à análise das evidências empíricas do uso corporativo do território, na sua função comercial, que configuramos como os espaços das verticalidades e das horizontalidades comerciais; no quarto, como parte final de nossa pesquisa, evidenciamos o alto grau de dependência que singulariza a atual situação geográfica de Santa Maria, como resultado histórico da acumulação e sobreposição em seu território de eventos de origem externa. Para comprovar tal dependência, valorizamos o comando que as forças externas a seu território concentram, principalmente, na oferta de emprego, nas finanças e na gestão espacial do território.

8.1 Santa Maria capital regional

Para a caracterização de Santa Maria como *capital regional*, nos baseamos no estudo do IBGE (2008), acima referido. A utilização desta fonte oficial se justifica como reforço à

nossa proposição de associar a designação de *capital regional* à atual situação geográfica de Santa Maria, evidenciando melhor sua relevante participação na rede urbana estadual.

Para a definição da estrutura e hierarquia da rede urbana do Brasil, a REGIC privilegiou a função de gestão do território, segundo o conceito de centro de gestão dado por Corrêa (1993). A classificação dos centros levou em consideração os níveis de centralidade dos poderes executivo e judiciário federais, de centralidade empresarial, além da presença de equipamentos e serviços, tais com comércio, serviços, finanças, ensino superior, saúde, redes de televisão, dentre outros. A área de influência dos centros foi delineada a partir da intensidade das ligações (relacionamentos) estabelecidas entre as cidades, com o que foram configurados os diferentes níveis hierárquicos da rede urbana nacional, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2 – Hierarquia dos centros urbanos do Brasil: 2007

Níveis		Subníveis		Cidades		Características demográficas
O ¹	Nome	O ¹	Nome	Número	Nome	
1	Metrópoles	A	Grande metrópole nacional	1	São Paulo	19,5 milhões
		B	Metrópole nacional	2	Rio de Janeiro e Brasília	15 milhões
		C	Metrópole	9	Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre	De 1,5 milhões (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte)
2	Capital regional	A	Capital regional A	11	Outras capitais e Campinas (SP)	Mediana de 955 mil
		B	Capital regional B	20	Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria (mais 17 cidades de outros estados)	Mediana de 435 mil
		C	Capital regional C	39		Mediana de 250 mil
3	Centro sub-regional	A	Centro sub-regional A	85		Mediana de 95 mil
		B	Centro sub-regional B	79		Mediana de 71 mil
4	Centro de zona	A	Centro de zona A	192		Mediana de 45 mil
		B	Centro de zona B	364		Mediana de 23 mil
5	Centro local			4.473		Mediana de 8.133
Brasil					5.275	

Fonte: IBGE, 2008.

(1) Ordem hierárquica.

Organização: José Odim Degrandi.

Neste contexto, Santa Maria se classifica como um centro urbano em nível de *capital regional*. As principais características dos centros deste nível são: capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles e superior aos centros sub-regionais; área de influência de âmbito regional; serem referidos como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios (IBGE, 2008). Neste nível, Santa Maria ocupa o subnível B, juntamente com outras 19 cidades do país, das quais duas são gaúchas: Caxias do Sul e Passo Fundo.

Analisando levantamentos anteriores sobre a rede urbana brasileira, em que pese as diferentes metodologias utilizadas pelo IBGE, verificamos que, desde a década de 1960, Santa Maria figura como importante centro urbano regional do Estado, sempre ocupando nível hierárquico imediatamente abaixo ao de Porto Alegre: em 1966, como centro regional de categoria 2A, juntamente com Caxias do Sul e Passo Fundo (IBGE, 1972); em 1978, como *capital regional*, juntamente com Caxias do Sul, Passo Fundo e outras 13 cidades (IBGE, 1987); em 1993, com nível de centralidade *muito forte*, juntamente com Caxias do Sul, Passo Fundo e Pelotas (IBGE, 2000). Lembramos, também, a análise de Moura e Kleinke (1999) da configuração da rede urbana da Região Sul do Brasil, de 1980 a 1996, na qual reconhecem Santa Maria como importante centro regional de atividades terciárias, pois

exerce forte centralidade como provedor de comércio e serviços especializados. [...] sendo o mais importante centro de uma região especializada na produção de alimentos. Seu setor terciário é constituído predominantemente por atividades organizadas em bases modernas. A principal especificidade de grande parte de seus serviços é sua natureza pública (estatal), com relevância do ensino superior (Universidade Federal de Santa Maria) e da segurança nacional, com diversas unidades do Exército Nacional e uma base aérea (MOURA; KLEINKE, 1999, p. 21).

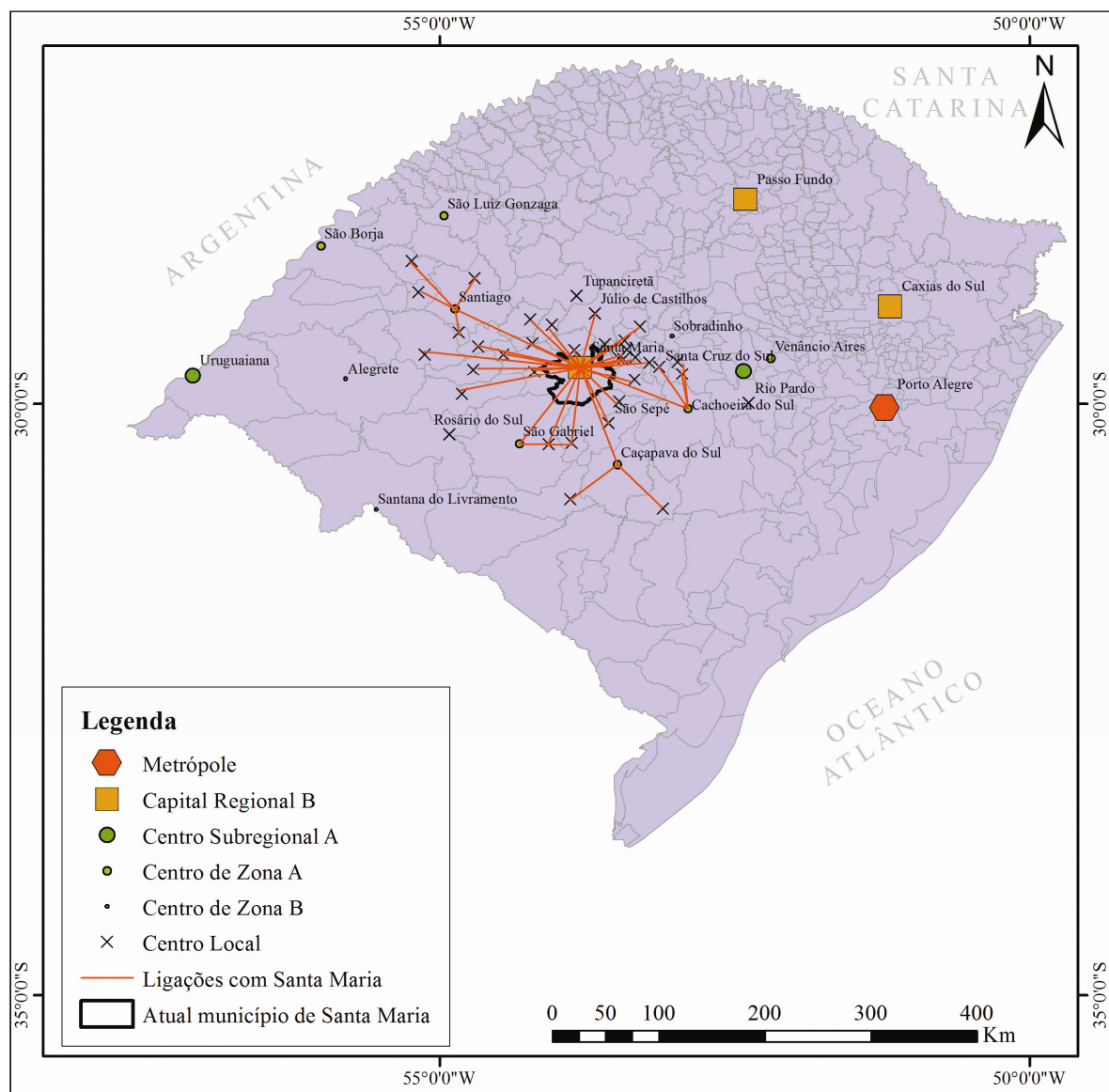
Segundo o último levantamento do IBGE (2008), a região de influência de Santa Maria, em 2007, correspondia a:

- a) Municípios: 38, além de Santa Maria, sendo 4 Centros de Zona A (Caçapava do Sul, Santiago, São Gabriel e Cachoeira do Sul) e 34 Centros Locais;
- b) População total: 747.631 habitantes, representando 9,55% da população do Estado, dos quais 35,23% concentrados em Santa Maria;
- c) Área total: 43.678,68 Km², representando 15,50% da área total do Estado, dos quais apenas 4,07% no município de Santa Maria;
- d) Densidade demográfica (hab./km²): enquanto a média geral do RS era de 37,56, a da região era de 17,12, mas a de Santa Maria era de 148,02;

e) PIB de 2005 (R\$ 1.000): 6.285.293, correspondendo a 4,36% do PIB do Estado, dos quais 37,52% de Santa Maria.

A representação cartográfica e a hierarquização da composição da região de influência de Santa Maria, conforme o estudo do IBGE (2008), estão ilustradas na Figura 15 e no Quadro 3.

Figura 15 – Região de influência de Santa Maria: 2007



Fonte: IBGE, 2008, 2012a e 2012b.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análisa do Prado.

Quadro 3 – Hierarquia dos centros urbanos da região de influência de Santa Maria: 2007

Metrópole	Capital regional A	Capital regional B	Capital regional C	Centro sub-regional A	Centro sub-regional B	Centro de zona A	Centro de zona B	Centro local
Porto Alegre		Santa Maria						
								Agudo
								Cacequi
								Dilermando de Aguiar
								Dona Francisca
								Faxinal do Soturno
								Formigueiro
								Itaara
								Ivorá
								Jaguari
								Jari
								Júlio de Castilhos
								Mata
								Nova Palma
								Pinhal Grande
								Quevedos
								Restinga Seca
								Santa Margarida do Sul ¹
								São Francisco do Assis
								São João do Polêsine
								São Martinho da Serra
								São Pedro do Sul
								São Sepé
								São Vicente do Sul
								Silveira Martins
								Toropi
								Vila Nova do Sul ¹
						Caçapava do Sul		Lavras do Sul
								Santana da Boa Vista
						Santiago		Capão do Cipó
								Itacurubi
								Nova Esperança do Sul
								Unistalda
						São Gabriel		Santa Margarida do Sul ¹
								Vila Nova do Sul ¹
						Cachoera do Sul		Cerro Branco
								Novo Cabrais
								Paraíso do Sul

Fonte: IBGE, 2008.

(1) Centro com mais de uma vinculação.

Organização: José Odim Degrandi.

Ainda segundo o estudo do IBGE (2008), Santa Maria tem posição hierárquica destacada no quadro geral da rede urbana nacional e estadual, em termos de nível de centralidade em algumas atividades selecionadas, conforme demonstra o Quadro 4. Dentre elas, em primeiro lugar, sobressai a atividade comercial que apresenta o mesmo nível de centralidade (1) de Porto Alegre. Tal reconhecimento de sua importância representa mais uma justificativa para a escolha da função comercial como principal expressão que caracteriza a atual situação geográfica do território. Em segundo lugar, assinalamos os níveis intermediários de centralidade (3) dos serviços de saúde e de ensino de pós-graduação ofertados por Santa Maria que, no contexto da rede urbana estadual, estão em um nível abaixo de Porto Alegre (2). Atribuímos grande parte desta condição à presença da UFSM no território.

Quadro 4 - Níveis de centralidade de atividades terciárias de Santa Maria: 2007

Atividades	Ano	Nível ¹	Posição superior no RS
Gestão federal	2005	5	Porto Alegre (nível 2)
Gestão empresarial	2004	5	Porto Alegre (nível 2), Caxias do Sul e Novo Hamburgo/São Leopoldo (nível 3), Passo Fundo (nível 4)
Comércio	2004	1	Mesmo nível de Porto Alegre
Serviços	2004	4	Porto Alegre (nível 2), Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Pelotas (nível 3)
Atividades financeiras	2004	5	Porto Alegre (nível 3)
Graduação	2004	4	Porto Alegre (nível 2) e Novo Hamburgo/São Leopoldo (nível 3)
Pós-graduação	2004	3	Porto Alegre (nível 2)
Serviços de saúde	2005	3	Porto Alegre (nível 2)
Redes de TV	2005	4	Porto Alegre (nível 2) e Pelotas/Rio Grande (nível 3)

Fonte: IBGE, 2008.

(1) Nível em relação à rede urbana do Brasil, sendo 1 o nível máximo.

Organização: José Odim Degrandi.

8.2 Novos contextos, novas dinâmicas

O tópico anterior, embora com ênfase mais descritivo-quantitativa, tem relevância por dimensionar a importância de Santa Maria, enquanto centro urbano, no contexto geral da estrutura e organização da rede urbana estadual e no âmbito particular de sua região de influência. Entretanto, entendemos que a consolidação de seu *status de capital regional* foi

tanto resultado de situações geográficas (militar, ferroviária e universitária) que se acumularam no território, quanto condição para o acolhimento das novas dinâmicas que o processo de globalização impôs à sua economia urbana, especialmente na função comercial. Tal entendimento nos obriga a dois movimentos analíticos em sentidos diferentes, em relação a Santa Maria: o primeiro, para além da sua área de influência regional, contemplando-a como *capital regional*, mas, também, como parte do mundo globalizado, contexto fora do escopo da REGIC; o segundo, para o interior de sua economia intraurbana, o que requer o uso de novos instrumentos analíticos complementares, tais como: circuitos espaciais de produção, círculos de cooperação e circuito superior e inferior da economia urbana.

O mundo, nos alerta Santos (1997, p. 48), “encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global”, o que amplia e complexifica, obrigatoriamente, os conceitos de região e de lugar. No atual período técnico-científico-informacional, complementa o autor (1999a), ao lado e/ou sobre as relações contínuas e contíguas, cada vez mais proliferam relações que primam pelas discontinuidades e descontiguidades. Às solidariedades orgânicas (ordem local) se sobrepõem solidariedades organizacionais (ordem global), articuladas pelas redes. Lembramos que foi para compreender este fenômeno contemporâneo que Santos (1999a) propôs os conceitos de verticalidades e horizontalidades. Neste novo contexto, as relações entre os lugares se dão, também, fora dos fluxos hierarquizados pelos níveis da estrutura e organização da rede urbana convencional. Tais relações se dão, cada vez mais, entre diferentes agentes sociais (empresas, organizações, indivíduos), independentemente do lugar, país ou continente que estejam, de forma direta, interativa e instantânea, em diferentes direções, intensidades e sentidos, com diferentes dinâmicas e desiguais rebatimentos no uso e no controle do território (SPOSITO, 2006).

Para entender este fenômeno contemporâneo, o conceito de rede nos dá valiosa ajuda. A análise de uma cidade não pode restringir-se, apenas, à sua área de influência regional, mas deve considerar que ela é parte de intrincada trama de redes mundiais (técnicas, organizacionais, físicas, virtuais), que se somam, mas também se intrometem e se superpõem àquelas nacionais, regionais e locais. O contexto econômico internacional, em cuja hierarquia a rede urbana de Santa Maria deve ser inscrita, transforma a natureza das relações entre cidades. Entretanto, o processo de globalização não exclui a estrutura hierarquizada de relações e articulações entre os diversos centros urbanos nacionais, mas torna tais relações cada vez mais mediadas por novos determinantes, muitas vezes externos (MOURA; WERNECK, 2001).

No nosso caso, Santa Maria não mais se relaciona apenas no âmbito da rede urbana hierárquica que a prendia a Porto Alegre e a um grande número de pequenas cidades das regiões central, oeste e da campanha do Rio Grande do Sul. Santa Maria ainda preserva sua participação nesta estrutura e desempenha seu papel intermediário entre cidades pequenas e a metrópole. Contudo, uma multiplicidade de outras relações passou a lhe ser possibilitada, não apenas através das redes fisicamente instaladas em seu território, mas também pelas que operam em meios virtuais e cibernéticos. Novos fluxos trans e multiescalares passaram a se estabelecer, também, para além e para fora da rede urbana regional e nacional, conformando novas articulações e intercâmbios, cujo comando, cada vez mais, é de origem externa a seu território. Isso passou a significar progressivas interferências da ordem distante sobre a ordem próxima, muito embora, dialeticamente, o local também influencia o nacional e o global (SPOSITO, 2006).

Por outro lado, o título de *capital regional* dado a Santa Maria, em razão da sua posição na rede urbana estadual e nacional e da sua respectiva região de influência, não contempla as novas dinâmicas que foram incorporadas à sua economia urbana. Como nos ensina Corrêa (2006, p. 26), a rede urbana “é simultaneamente um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho” (itálico no original). No nosso caso, a configuração da rede urbana regional de Santa Maria, delineada no tópico anterior, revela o rebatimento espacial da divisão territorial do trabalho da qual, regionalmente, ela fazia parte em 2007. Ocorre que a divisão territorial do trabalho, por si mesma, mais expressa uma representação (uma visão mais ou menos estática, uma espécie de fotografia, relativamente estável) da situação geográfica que caracteriza o presente do território, pouco revelando sua lógica e seu movimento dinâmico, como nos advertem Santos e Silveira (2006) e Silveira (2007c). Em outras palavras, a referida configuração da rede urbana nos dá um resultado, por assim dizer, um flagrante da atual situação geográfica, captado em 2007; pouco revela a respeito do processo, do movimento e da lógica prevalecente de sua dinâmica; informa-nos a respeito do resultado das ações, mas não do conteúdo que lhe dá vida e sentido na atual formação socioespacial do território. Para resolver esta limitação, precisamos de dois recortes conceituais e metodológicos complementares: (a) os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação e (b) os circuitos superior e inferior da economia urbana. Antes de aproveitar a respectiva instrumentalidade analítica no caso da função comercial de Santa Maria, precisamos melhor entender seus significados.

a) Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação: como vimos, são os sistemas técnicos que distinguem os diferentes momentos do modo de produção capitalista,

servindo para a realização do trabalho e, também, para sua divisão entre pessoas e entre lugares. Ao mesmo tempo, os sistemas técnicos reclamam um processo de especialização permanente e com densidade técnica (e, por consequência, também de capital e de organização) cada vez maior, dadas as diferentes produtividades entre os lugares, frente às exigências do padrão hegemônico de acumulação. Tal processo promove a fragmentação e a compartimentação do espaço. Assim, cada sistema técnico e sua correspondente divisão territorial do trabalho são importantes para a identificação de épocas (momentos, períodos) que configuram uma dada situação geográfica, mas insuficientes para compreender sua lógica e dinâmica (SANTOS; SILVEIRA, 2006; SILVEIRA, 2007c).

Se, por um lado, a divisão territorial do trabalho induz à especialização e esta à fragmentação e à compartimentação espacial, resultando na separação espacial das atividades, por outro lado, para seu funcionamento, ela requer e promove processos de circulação e de cooperação entre agentes especializados, localizados em lugares e regiões diferentes (ou não), distantes (ou não). É através desses processos (circulação e cooperação) que podemos captar a lógica (racionalidade) e dinâmica (funcionamento, movimento) que marca uma situação geográfica. Santos e Silveira (2006) propõem analisar tais processos na perspectiva dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação: os primeiros expressam os fluxos materiais (matérias-primas, produtos, serviços) e os segundos os fluxos imateriais (informações, normas, ordens, ideias, mensagens) que perpassam o território.

Como tais fluxos e intercâmbios não ocorrem, necessariamente, entre lugares contíguos como em outros tempos, mas, cada vez mais, entre agentes e lugares distantes, não se tratam mais de circuitos/círculos locais ou regionais, mas espaciais (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Por outro lado, os agentes produtivos (suas empresas e organizações), que constituem e operam a partir de tais circuitos/círculos, o fazem de forma diferenciada. Isso, devido à sua desigual capacidade de apropriação e incorporação dos progressos do meio técnico-científico-informacional, mas, também, em razão de suas diferenças em termos de conteúdos (intencionalidades), setor de atividade, escala de operação, tamanho, etc. Isso configura, por consequência, num dado lugar e num dado tempo, a coexistência de distintos circuitos/círculos superpostos e entrecruzados, refletindo a co-presença de distintas divisões do trabalho, também superpostas e entrecruzadas.

b) Circuitos superior e inferior: Para analisar as especificidades da economia urbana nos países periféricos, conformada pela coexistência destas múltiplas divisões do trabalho, Santos (2004) propôs um novo recurso de método, a chamada teoria dos dois circuitos econômicos: circuito superior e circuito inferior. Este novo recorte nos auxilia a compreender

a cidade como uma totalidade interconectada por diversas divisões do trabalho, com grande variação de graus de capital e organização. Em relação à nossa perspectiva de análise, tal recurso nos possibilita melhor evidenciar os diferentes usos do território pelos diferentes agentes sociais, associados aos diferentes graus de comando (poder) decorrentes dos diferentes graus de capital, tecnologia, organização e informação de que desfrutam. Trata-se de um “fenômeno atual, criação da modernização tecnológica”, como observa Santos (2004, p. 69), que atinge o território, sendo produto, portanto, do meio técnico-científico-informacional. O circuito superior é seu resultado mais direto, cujos sistemas de ações provocam a emergência do circuito inferior. Enquanto o primeiro nutre-se da aceleração dos fluxos globais, o segundo é moldado pelos tempos e formas do lugar, embora cada vez mais alimentado por fluxos globais de mercadorias, como as provindas da China, por exemplo.

Embora não haja uma definição rígida, podemos dizer que a diferença fundamental entre as atividades de cada um destes circuitos está baseada no grau de tecnologia, de capital e de organização: quando o grau é elevado, as atividades são do circuito superior, quando é baixo, elas pertencem ao circuito inferior. Contudo, tal distinção não significa que os dois circuitos sejam sistemas urbanos isolados, fechados e impermeáveis. Ao contrário, eles são complementares, concorrentes e estão em interação permanente, promovida tanto pelo trabalho quanto pelo consumo de segmentos da população que, embora pertençam a um circuito, podem trabalhar e/ou consumir fora dele (SANTOS, 2004).

Para os propósitos de nossa pesquisa, tais conceitos nos interessam, principalmente, para distinguir mais claramente em que parte da economia urbana de Santa Maria se deu a *invasão* promovida pelas redes de empresas comerciais, vindas de todos os quadrantes. Por outro lado, os conceitos nos auxiliam, também, a distinguir as características que foram acentuadas, por força das novas racionalidades impostas pelas referidas redes. De imediato, percebemos que o comércio, como parte da economia urbana, também se expressa e pode ser analisado através das atividades de um circuito superior (formas e equipamentos de comércio moderno: grandes lojas, *boutiques*, supermercados e hipermercados, *shopping centers*, *franchising*, etc.) e de outro inferior (formas e equipamentos de comércio não-moderno: pequenas lojas, vendedores de rua, feiras livres, *shopping popular*, etc.).

Como estes dois circuitos conformam a economia urbana de Santa Maria? Na relação dialética que se estabelece entre ambos, são as atividades do circuito superior que se impõem, hierarquicamente, não apenas nas relações intraurbanas, mas, também, naquelas interurbanas: em relação às primeiras, ele “tende a controlar a economia por inteiro”, controlando e subordinando o circuito inferior (SANTOS, 2004, p. 47); quanto às segundas, o circuito

inferior pouco participa, pois a integração de suas atividades se dá localmente, enquanto aquelas do circuito superior, embora realizadas localmente, “vão integrar-se numa outra cidade de nível superior, no país ou no exterior” (SANTOS, 2004, p. 48). É, portanto, o circuito superior quem tem a primazia no comando das relações comerciais externas ao território de Santa Maria, possibilitadas e favorecidas pelas redes técnicas e organizacionais.

O circuito superior da economia urbana dos países periféricos se constitui no domínio dos agentes (grandes empresas e organizações) que tanto promovem o aproveitamento do progresso técnico-científico-informacional, quanto dele melhor e mais rapidamente se apropriam e se valem. Para operar com tais recursos, selecionam e ocupam os pontos do território mais instrumentalizados (mais modernizados) para seus propósitos. Trata-se de agentes que atuam em diferentes escalas, diferentemente combinadas, constituindo circuitos espaciais diferenciados. Os agentes mais característicos do circuito superior são as grandes empresas multinacionais (com filiais em diferentes países, sob o comando da matriz sediada no país de origem) e transnacionais ou globais (multinacionais, cujas filiais têm maior autonomia de gestão, podendo melhor adaptar-se às singularidades do lugar em que atuam)⁵⁷.

Tais organizações, assim instrumentalizadas, promovem seus sistemas de ações não mais restritos aos circuitos de produção e círculos de cooperação locais ou regionais, mas globais e em múltiplos territórios, configurando o que Santos e Silveira (2006) chamam de *ampliação de contextos*.

Cada empresa, cada ramo da produção produz, paralelamente, uma lógica territorial. [...] esta é visível por meio do que se pode considerar uma topologia, isto é, a distribuição no território dos pontos de interesse para a operação dessa empresa. Esses pontos de interesse ultrapassam o âmbito da própria firma para se projetar sobre as empresas fornecedoras, compradoras, ou distribuidoras. Para cada uma delas, o território do seu interesse imediato é formado pelo conjunto dos pontos essenciais ao exercício de sua atividade, nos seus aspectos mais fortes. Como já notamos, o essencial é que o conjunto de suas operações torne possível uma posição vantajosa em relação ao nível internacional no qual ela opera. Por conseguinte, o uso desses pontos do território nacional é submetido a uma lógica que, por intermédio de uma empresa global, acaba sendo uma lógica global (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 292-3).

É o meio técnico-científico-informacional que, ao disponibilizar novas possibilidades de fluidez no território (facilidades de transporte e, principalmente, de informações), está na base da expansão exponencial do intercâmbio e do número de trocas, multiplicando-se o número e a complexidade das conexões (SANTOS, 1999a). Com o alargamento dos contextos, promovido pela ampliação dos circuitos espaciais de produção e,

⁵⁷ Para efeitos de nossa pesquisa, embora tenham características próprias, preferimos designar como empresas multinacionais, também, aquelas denominadas transnacionais e globais.

consequentemente, pelos círculos de cooperação, “aprofunda-se outro fenômeno, isto é, o uso diferencial acentuado do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 294).

Tais empresas tanto podem ser de origem nacional ou estrangeira: as nacionais, ao se tornarem também multinacionais, são levadas a adotar lógicas globais mesmo dentro do território nacional; as estrangeiras também podem participar de lógicas nacionais (do território em que operam), sempre que com isso possam ser beneficiadas (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Seus sistemas de ações configuram, em cada ponto do território em que se instalam e operam, uma fração do *espaço da globalização*, um *espaço reticular* (espaço mundializado reunido por redes), um espaço nacional da economia internacional, segundo expressões de Santos (1999a). São os agentes hegemônicos que operam as atividades mais dinâmicas e que têm poder econômico e político para influir nas políticas públicas (fiscais, de crédito...), a fim de dotar os pontos, de interesse para o exercício dos seus sistemas de ações, de condições competitivas, frente a outros pontos alternativos.

No caso do comércio, os fatores locacionais mais importantes têm a ver mais com a existência de demanda concentrada no próprio lugar e/ou da centralidade de que o lugar desfrute em relação ao seu entorno. Este é o caso de Santa Maria. Qual seria o recurso territorial de Santa Maria mais precioso sob o ponto de vista das grandes redes varejistas? Seguramente, é sua demanda consumptiva, cujo tamanho e grau de estabilidade estão garantidos, ao mesmo tempo, pela massa salarial de grande contingente de funcionários públicos (civis e militares), pela população estudantil atraída por suas universidades e pela sua centralidade terciária, tanto comercial quanto de *outros serviços*.

O circuito inferior, por sua vez, é o reduto dos agentes que não têm acesso aos progressos do meio técnico-científico-informacional, com a mesma rapidez e densidade que aqueles do circuito superior. Nesta condição, os circuitos espaciais que engendram têm menor densidade de capital, de técnica e de organização. Os agentes mais característicos são as micros e pequenas empresas tradicionais, cuja área de atuação raramente ultrapassa os limites do bairro ou cidade, configurando espaços contíguos em que reproduzem os próprios meios de vida. Neste circuito, também participa o chamado setor informal da economia, embora este não se confunda com aquele.

Numa mesma economia urbana (numa mesma cidade), principalmente nos países periféricos, coexistem estes dois circuitos opostos, interligados, convivendo dialeticamente no espaço banal. Na expressão de Silveira,

Existe entre los dos circuitos una oposición dialéctica: uno no se explica sin el otro. Ambos son opuestos y complementarios, aunque para el circuito inferior, la complementariedad adquiere la forma de dominación (SILVEIRA, 2007b, p. 2).

Contudo, cada um destes circuitos, para constituir e operar seus fluxos materiais, requer a constituição de círculos de cooperação que possibilitem os necessários fluxos imateriais, (informações, finanças, normas, ordens, propaganda, mensagens, etc.). Referindo-se ao circuito superior, tais círculos de cooperação são tidos por Santos e Silveira (2006, p. 144) como a “inteligência do capital”, pois é através deles que é reunido “o que o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares”. Em relação aos lugares em que se instalam e operam, os agentes do circuito superior tendem a engendrar um *acontecer solidário*, mas de forma hierárquica e fundada na solidariedade organizacional, conformando relações verticais.

Os agentes do circuito inferior, em contraposição, tendem a estabelecer um *acontecer solidário*, homólogo e complementar, em que a solidariedade tem seu fundamento na contiguidade (na solidariedade orgânica, nos nexos locais), conformando relações horizontais com (e nos) os lugares (SANTOS, 2004; SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Como estamos interessados em evidenciar as verticalidades e horizontalidades nos usos do território de Santa Maria, especialmente em relação às atividades comerciais do seu setor terciário, o par teórico formado pelos dois circuitos se apresenta como de alto potencial analítico. Podemos, através deles, melhor compreender os domínios preferenciais dos agentes hegemônicos e dos agentes hegemonzados, bem como as dinâmicas das suas respectivas espacialidades, no contexto da economia urbana comercial de Santa Maria. Assim, podemos direcionar nossa atenção para os circuitos superior e inferior do comércio de Santa Maria para, na trajetória de seu desenvolvimento contemporâneo, tentar reconhecer as manifestações dos diferentes agentes, uns portadores de modernidades trazidas de fora e de longe, outros contrapondo-se com estratégias engendradas no cotidiano do lugar.

Em nossa abordagem a tão complexa dinâmica, nos preocupamos em não partir de pressupostos simplificadores da realidade que reproduzem uma visão dicotômica da sociedade contemporânea. No subtítulo “polarização, mas não dualismo”, Santos (2004, p. 53) chama a atenção para a força dos efeitos do novo processo de modernização, o qual provoca transformações, de um modo mais geral, em todo o subsistema local, não apenas num setor ou subsetor. Da argumentação de Santos (2004, p. 53-57), várias são as lições a considerar: (a) antes de oposição e conflito entre partes separadas, as relações entre os dois polos (circuitos superior e inferior) devem ser consideradas como representantes do funcionamento de uma

mesma sociedade, da qual são partes integrantes, com origem no curso de um mesmo processo histórico; (b) o mesmo se afirma em relação à oposição e conflito entre as atividades ditas tradicionais e as modernas: aquelas são chamadas a desempenhar novos papéis (a transformarem-se), caso contrário, se enfraquecem ou desaparecem, segundo ritmos diversos. Elas, também, “perdem seu papel original de atividade central e exclusiva que devem dividir com as atividades modernas”; (c) ao estudarmos os efeitos da modernização no comércio local, não podemos excluir suas manifestações, também, nas esferas da produção, do consumo, do transporte, do emprego, das finanças, etc.; (d) nem o circuito superior é, exclusivamente, fruto da ação de forças exógenas, nem o inferior de forças endógenas. Não podemos esquecer que no circuito superior também participam empresas locais, nem que, agentes locais também possam exercer comando de uma parte (maior ou menor) do comércio local; (e) da mesma forma, nem o circuito superior é, exclusivamente, produtor de verticalidades, nem o inferior de horizontalidades. Mesmo sendo forças hegemônicas, as grandes empresas obrigam-se a uma governança corporativa que inclua a chamada *ancoragem territorial* (relações territorialmente construídas) para efeitos de sua necessária legitimação e embasamento social. Por outro lado, a sociedade civil local e agentes hegemônizados exercem mediação no sentido de induzi-las ou pressioná-las para que participem da construção de horizontalidades.

Tendo por base esse acréscimo teórico-metodológico e esses instrumentos analíticos, nos propomos, agora, a abordar a realidade concreta do território de Santa Maria para evidenciar seu uso corporativo, como variável distintiva da situação geográfica que singulariza a sua atual formação socioespacial. Como já referimos, priorizamos o seu setor terciário como unidade de análise. De todos, é o que mais caracteriza e reforça sua centralidade, como demonstramos no tópico anterior. Dentre as atividades terciárias, focamos nossa atenção principalmente na função comercial. É, portanto, nela que vamos realizar nosso propósito de evidenciar, empiricamente, as verticalidades e horizontalidades engendradas pelo uso corporativo do território.

8.3 A função comercial: do território como abrigo, ao território como recurso

Desde a década de 1970, os progressos técnicos, principalmente aqueles facilitadores e aceleradores da comunicação e da circulação (microeletrônica, informática, telecomunicações, automação e transportes), configuram o meio geográfico que Santos (1996a) denominou de técnico-científico-informacional. Foi este meio que possibilitou a gradativa expansão do

processo capitalista que costumamos chamar de globalização, mais visível pela presença de empresas multinacionais. É, também, neste período que se desdobra o processo de transição da acumulação fordista para a acumulação flexível, segundo abordagem de Harvey (1992). Durante todo o período fordista, as variáveis inseparáveis do modelo de desenvolvimento preconizado para os países periféricos eram a industrialização e urbanização. Em geral, as modernidades capitalistas dos países centrais advinham pelo vetor de multinacionais industriais, principalmente.

As empresas multinacionais, como agentes hegemônicos do meio técnico-científico-informacional, impuseram aos países periféricos uma racionalidade que lhes é própria, logo convertida em produtividade espacial, como reconhece Santos:

Dentro de um certo tipo de economia hegemônica há espaços que são mais produtivos do que outros, e assim ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar, produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possíveis participações diferentes no processo global (SANTOS, 1999c, p. 17).

Desta forma, a expansão capitalista, no contexto da globalização, é um processo seletivo em que só os lugares potencialmente *luminosos* são eleitos para receber as modernidades de que tais organizações são portadoras. Os países periféricos, como o Brasil, custaram ser percebidos como tais. Alguns lugares, no entanto, lograram se antecipar em relação a outros; alguns foram retardatários neste reconhecimento; outros, ainda permanecem *opacos* aos olhos do mundo, à espera de serem chamados ao processo contemporâneo de modernização (SILVEIRA, 1994b).

Santa Maria, contudo, não passou pelo processo de desenvolvimento baseado na indústria. Sua urbanização e sua consolidação como *capital regional* se deram sem que o setor industrial assumisse papel relevante. O caso lembra a expressão de Silveira (1994b, p. 272), referindo-se à Região Norte da Patagônia argentina, para a qual o conteúdo industrial foi uma “modernização ausente”. Desde o primeiro levantamento do IBGE, em 1939, a participação da indústria no PIB municipal, que era de 8,50%, sempre se manteve baixa e próxima dos 10%, até a década de 1990, no final da qual passou a experimentar participações mais expressivas. A Tabela 7, abaixo, apresenta a evolução da estrutura setorial do PIB de Santa Maria.

Segundo estudos de Alonso (1987 e 2009), a indústria local gerava, em 1970, 0,59% do total do produto industrial do Rio Grande do Sul; esta participação baixou para 0,50%, em 1980, e para 0,41%, em 1990, caracterizando um processo de desindustrialização relativa. Só a partir de 1999 passou a recuperar-se, quando alcançou a marca de 0,81%, chegando a 0,94%

Tabela 7 - Composição setorial do PIB de Santa Maria: 1939 a 2008						
Anos	Setores					
	Primário	Secun dário	Terciário			Total
			Comércio	Outros serviços	Total serviços	
1939	25,30%	8,50%	15,12%	51,08%	66,20%	100%
1949	21,77%	10,32%	14,95%	52,96%	67,91%	100%
1959	15,28%	8,29%	25,02%	51,41%	76,43%	100%
1970	9,62%	9,20%	24,21%	56,97%	81,18%	100%
1975	11,83%	9,04%	22,74%	56,39%	79,13%	100%
1980	11,14%	8,20%	20,08%	60,57%	80,65%	100%
1985	7,80%	8,13%	17,87%	66,20%	84,07%	100%
1990	9,21%	9,75%	25,38%	55,65%	81,03%	100%
2000	2,70%	14,50%			82,80%	100%
2008	3,40%	14,60%			81,90%	100%

Fonte: ALONSO (1987); BEBER (1998); FEE (2011d).
Organização: José Odim Degrandi.

em 2006, um “resultado expressivo para um centro urbano que não acompanhou os movimentos industrializantes da economia brasileira no período pós-guerra”, conclui o autor (ALONSO, 2009, s. p.).

A participação da agropecuária, embora tenha sido mais expressiva no passado (em 1939, foi de 25,29%), foi declinando ao longo dos anos, chegando a 2,70%, em 2000, e a 3,4%, em 2008 (Tabela 7). Em contraposição, os serviços pontificaram na estrutura produtiva local, justificando a caracterização de Santa Maria como cidade terciária, ou seja, com base econômica assentada não na produção de bens físicos, mas na sua distribuição (comércio) e na produção de bens imateriais (*outros serviços*). A distinção de cidade terciária, contudo, não é devida, unicamente, ao comércio de mercadorias, mas à sua associação com *outros serviços* (educação, segurança, administração pública, saúde, energia elétrica, água e esgoto, telefonia, intermediação bancária, etc.). Em comparação com a soma do conjunto de *outros serviços*, o comércio, isoladamente, tem representatividade menor. Em 1939, por exemplo, as atividades terciárias representavam 66,20% do PIB, sendo a participação do comércio de 15,12% e a soma do conjunto de *outros serviços* de 51,08% (Tabela 7). Contudo, se cada atividade que compõe o conjunto de *outros serviços* for considerada isoladamente, o comércio é o subsetor mais expressivo do setor terciário e característica econômica que singulariza o município.

A baixa participação da indústria não significa que, politicamente, o município não tenha buscado a industrialização. Ao contrário, não apenas a Prefeitura Municipal, mas, também, os órgãos representativos da classe empresarial, em diversos momentos e através de

variados meios, se empenharam em demonstrar os benefícios da industrialização e em divulgar os atributos locais de Santa Maria. Inúmeras foram as comitivas oficiais que realizaram missões internacionais atrás de indústrias que se interessassem por Santa Maria, com resultados nada animadores⁵⁸. Em que pese alguns projetos financiados por bancos oficiais, graças à ação política de lideranças locais, várias décadas de esforço político não reverteram o processo de desindustrialização acima referido (ALONSO, 2009).

No discurso, a industrialização sempre foi valorizada como o caminho necessário para o desenvolvimento local. Então, por que o processo de industrialização não prosperou em Santa Maria? Estudando o papel da maior entidade da classe empresarial local, a CACISM⁵⁹, Padoin (1992) chegou a algumas conclusões. Para a autora, as possibilidades de desenvolvimento industrial endógeno foram frustradas pelo papel ideológico da própria classe empresarial hegemônica, cujas lideranças históricas tiveram assento na direção da CACISM. Tal entidade, enquanto instrumento ideológico de classe, assumiu o discurso pró-industrialização e liderou movimentos políticos junto às diferentes esferas governamentais, obtendo alguns resultados, sendo o Distrito Industrial de Santa Maria⁶⁰, implantado em 1977 pelo Governo do Estado, seu melhor exemplo. Contudo, a CACISM sempre esteve sob a influência de empresários cujas empresas representavam interesses de tradicionais famílias locais⁶¹ concentrados no comércio. Para eles, a indústria impunha riscos a que não estavam dispostos ou preparados para enfrentar. “A indústria não se desenvolveu em Santa Maria porque os empresários, nos anos passados, observavam que os rendimentos no comércio eram maiores e mais seguros”, justificava-se Cirilo Costa Beber, presidente da CACISM por 16 anos, entre 1969 e 1991 (PADOIN, 1992, p. 70). Entendemos que tal mentalidade se revela, também, pela presunção da perpetuidade da *zona de conforto* (o comércio) que a elite empresarial local tinha construído, beneficiada pela estabilidade e continuidade da demanda criada a partir da presença das unidades militares, da ferrovia e da UFSM. Tal presunção, aliada à aversão ao risco, alimentava a tendência de aplicar no mercado fundiário e

⁵⁸ Na *guerra dos lugares*, das cinco recentes batalhas por investimentos industriais, Santa Maria amargou quatro derrotas: duas montadoras de automóveis (Mercedes-Benz, em 1997, e Shiyun Yunlihong, em 2012), uma fábrica de vagões (Santa Fé Vagões, de curta permanência), uma fábrica de elevadores (Hyundai, em 2011). Da quinta batalha (fábrica de veículos blindados KMW), embora ainda não finalizada, se espera a primeira vitória (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2012, p. 6).

⁵⁹ Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Santa Maria, fundada em 1897.

⁶⁰ Instalado em área de 1.126 ha., desapropriada pelo Estado, teve seu projeto final concluído em 1976, ano em que teve seu lançamento no Seminário Internacional de Investimentos, realizado em Porto Alegre, promovido pela Secretaria de Indústria e Comércio do Estado (PADOIN, 1992). Em 2010, o distrito foi municipalizado, com 329 ha., abrigando 25 indústrias instaladas (DISTRITO VIVO, 2011).

⁶¹ Padoin (1992) cita as seguintes famílias com a respectiva empresa: Alcides Roth (Casas Roth), Aquiles Segalla (Casa Vera Maria), Cirilo Costa Beber (Empório Doméstico) e João Trevisan (Supermercados Trevisan).

imobiliário o capital acumulado no comércio, fazendo com que a classe comercial se confundisse com a classe latifundiária (PADOIN, 1992, p. 70).

De acordo com Rocha (1993), esta prática não foi restrita à elite dos empresários comerciais, mas, se estendeu também à dos empresários industriais e de serviços, bem como à dos profissionais liberais. Isso, em parte, se explica em razão de que as famílias da maior parte deles tinham origem rural e, também, pela pressão cultural e influência social da classe dos grandes proprietários que constituíram a aristocracia rural local e que transformaram Santa Maria em centro de drenagem da renda fundiária absenteeísta. Ter *fazendas* e/ou ser grande proprietário urbano era (e ainda é), sem dúvida, uma questão de *status*.

Contudo, tais decisões econômicas não podem ser interpretadas como manifestações sentimentalistas. Nem a falta de *vocação industrial* pode ser apontada como causa da ausência de uma industrialização mais expressiva. Elas refletem um padrão tradicional de acumulação capitalista, cuja racionalidade privilegiava, não o risco, mas a segurança que a propriedade fundiária garantia, induzindo investimentos em terras como forma de capitalização dos lucros urbanos. No caso dos empresários comerciais, estar-se-ia criando uma segunda *zona de conforto*, uma espécie de reserva premonitória ao que o futuro lhes estaria reservando.

Voltando à questão levantada por Padoin (1992), o discurso pró-industrialização da elite empresarial de Santa Maria, mais servia como legitimação da classe, frente às demandas por aumento de fontes de emprego e renda, do que representação de efetiva decisão de investimento industrial. Em outras palavras, não ultrapassava as barreiras das próprias intenções, servindo apenas para a manutenção do *status quo*, que lhe era favorável, naquele momento. Como resultado, o capital comercial não se transformou em capital industrial, ao contrário, refugiou-se no capital fundiário. Ademais, raros são os casos em que a acumulação do setor comercial foi reaplicada no seu fortalecimento, deixando-o fragilizado frente ao processo de globalização que ensaiava seus primeiros passos na cidade. Assim, ao abrir mão de uma industrialização endógena (mesmo que fosse a partir da pequena indústria local), relegando-a a investidores externos, e ao proteger-se no mercado fundiário (rural e urbano), a elite empresarial local colocou em risco a própria hegemonia comercial. Os investimentos externos vieram, porém, não na indústria, como se queria, mas no comércio, quebrando a *zona de conforto* do empresariado local e reconfigurando os conteúdos do território, cujos usos passaram a atender, cada vez mais, a dinâmica e os interesses de corporações exógenas. A indústria representava o novo que convinha (e que não veio), enquanto as redes varejistas materializavam o novo que não convinha (e que veio) à estrutura hegemônica da economia local (SANTOS, 1997).

Como já referimos, a função comercial tem marcado o território de Santa Maria, sendo, no atual período, um dos principais responsáveis pelo título que ostenta de *capital regional*. Contudo, para compreender a formação socioespacial do território, conformada pela dinâmica deste processo, não basta uma retrospectiva descritiva dos fatos, meramente enumeradora de resultados. Para além dela, importa perscrutar as ações e seus agentes, suas intencionalidades, seus movimentos e suas materializações no território, ou seja, as formas-conteúdo do uso comercial do território. É para esta tarefa que nos propusemos utilizar os recursos instrumentais de Milton Santos: verticalidades e horizontalidades. É, portanto, com este par de *lentes* conceituais que vamos revisitar a história do comércio de Santa Maria, na tentativa de interpretá-la a partir do conceito de território usado e de uso corporativo do território.

Assim, ao recapitular a história do comércio em Santa Maria, e, principalmente, ao pretender analisá-la sob o viés dos conceitos de verticalidades e horizontalidades, devemos considerar, pelo menos, três pressupostos.

O primeiro é que o processo de evolução das formas⁶² e conteúdos⁶³ comerciais de Santa Maria, em termos gerais, foi uma extensão daqueles ocorridos no país. Estes, por sua vez, se deram no contexto de processos mais amplos, com formas-conteúdo predominantemente funcionais a interesses de agentes externos, seja na colonização ou na globalização. A cada momento, as formas-conteúdo comerciais do lugar são, de um lado, resultados da emergência de eventos vetores de modernizações que chegam ao território e se estabelecem, convivendo dialeticamente no espaço banal com aquelas pré-existentes, às quais terminam por se sobrepor. Assim, no mesmo lugar, competem formas-conteúdo diversas, de tempos diferentes, o que lembra a compreensão que Santos (1999a) faz do espaço geográfico como uma acumulação desigual de tempos. De outro lado, são também condições para o advento de novas formas-conteúdo comerciais, frutos tanto das singularidades do lugar, quanto do acolhimento de novas modernidades de origem exógena. O lugar, também na função comercial, se revela como um campo (instância) onde convivem forças globais e locais, como afirma Milton Santos.

⁶² Por formas comerciais entendemos a diversidade de objetos materiais utilizados pelo comércio (sua materialidade): modalidades da atividade (mascateação, atacado, varejo, atacarejo, etc.); tipologia organizacional (mascate, caixeiro-viajante, empresa individual, Ltda, S.A., cooperativa, *franchising*, redes, etc.); tipologia de estabelecimento (*bolicho*, feira livre, *bodega*, armazém, loja especializada, mercado, supermercado, hipermercado, etc.); tipologia de equipamento (loja de rua, galeria, centro comercial, *shopping center*, etc.); condições de venda (à vista, fiado, crediário, cartão de crédito, etc.); *e-commerce*, etc.

⁶³ Por conteúdos comerciais entendemos as intencionalidades subjacentes às formas que os agentes comerciais utilizam: práticas e técnicas comerciais, propaganda, exercício do poder de mercado (concorrência, cooperação, associativismo, etc.), circuito espacial de produção, círculo de cooperação, etc.

O segundo é que o comércio, assim como as demais atividades, na perspectiva teórico-analítica que adotamos, é parte da totalidade que é o território de Santa Maria. Não é, contudo, uma parte secundária, nem passiva, amorfa ou uma mera prótese; ao contrário, é uma das mais distintivas manifestações da vida que anima o território, em grande parte também responsável pela sua própria existência, especialmente enquanto fator de permanência do embrião urbano original, após a extinção do acampamento da Subdivisão Demarcadora, em 1802. Neste sentido, todas as formas-conteúdo comerciais que, historicamente, se constituíram e se transformaram no território, fazem parte ativa da sua formação socioespacial.

A função comercial, ao acompanhar as transformações da sociedade capitalista, ao longo dos anos, foi sendo incorporada de novas formas-conteúdo (novas tecnologias, funcionalidades e modos de fazer, materializações, mas, também, novos significados e intencionalidades...), requerendo novas designações que melhor as representassem. Assim, uma profusão de nomes sinaliza a evolução histórica do comércio: *bolicho*, *venda*, feira, mercado público, armazém, *secos e molhados*, mercado, mercadinho, bazar, empório, magazine, supermercado, *shopping center*, hipermercado, etc.

Em seus primórdios, o “bolicho [...] era, ao mesmo tempo, bar, venda e tenda, local onde não só o comércio era realizado, mas verdadeiro centro de encontros, conversas, apostas e desavenças [...]”, segundo anotação de Corazza e Fonseca (2011). Com o tempo, a atividade comercial foi requerendo sua própria espacialidade, acompanhando a evolução das cidades: de atividade ambulante passou a fixa, ocupando cômodos (de frente para o caminho, estrada ou rua) da residência do comerciante, depois, separando-se desta mereceu instalações próprias no centro das cidades, mas ainda junto às residências; no período contemporâneo, suas novas formas-conteúdo exigiram sua segregação de zonas residenciais e a constituição de espaços exclusivos. A cada momento, as novas racionalidades foram requerendo novas espacialidades. Como tal, o comércio também produz espaço, valorizando ou desvalorizando o entorno em que se estabelece e a própria cidade, bem como e ao mesmo tempo, se beneficia (se valoriza) das virtualidades que o espaço lhe confere ou possibilita. Assim, a compreensão do comércio também ajuda a melhor compreender a cidade (PINTAUDI, 2001), ainda mais, quando ele é uma de suas funções principais, como é o caso de Santa Maria.

O terceiro pressuposto é que a evolução do comércio (e de suas renovadas formas-conteúdo) se deu no contexto da economia como um todo e das transformações sociais provocadas e possibilitadas pelos progressos da técnica, da ciência e da informação. Em outras palavras, as modernizações do comércio acompanharam (e acompanham) as

modernizações do modo de produção capitalista, fruto das transformações nas formas de produção e reprodução da sociedade, bem como das decorrentes divisões do trabalho. No período contemporâneo, o comércio cumpre relevante papel na aceleração da circulação de bens, sobrepondo-se, em alguns casos, à indústria, como veremos mais à frente.

Por outro lado, a contextualização histórica requer certa periodização que valorize eventos cuja força tenha marcado o tempo e o lugar. Desta forma, na linha de análise que vem guiando nossa investigação, reconhecemos no evento *redes* o elemento distintivo a partir do qual estabelecemos a periodização da história do comércio de Santa Maria. Assumimos, portanto, que a emergência das redes comerciais de fora, para os propósitos de nossa pesquisa, constitui o marco que separa o comércio da presente situação geográfica de Santa Maria daquele das situações anteriores. Em outras palavras, consideramos as redes como marcos que separam, na função comercial, a Santa Maria de ontem da Santa Maria de hoje. Segundo nossa interpretação, esta primazia foi reconhecida, também, por Beber (1998), quando descreveu a evolução do comércio de Santa Maria. Como líder empresarial do segmento, ao reconhecer a força avassaladora das redes, o autor lamenta a eliminação de importantes empresas locais, mas também confessa a incompetência (falta de atualização, de dinamismo, de competitividade e de visão estratégica) do empresariado de Santa Maria em responder a tal vetor da globalização. Também por esse lado, justificamos nossa opção pelas redes comerciais para evidenciar, empiricamente, as verticalidades e horizontalidades no uso corporativo contemporâneo do território de Santa Maria.

Para tanto, optamos por analisar dois de seus subsetores, a saber: (a) o comércio de produtos não-alimentícios (eletroeletrônicos, móveis, confecções, materiais de construção, etc., excluídos os automotivos, como revenda de veículos, peças e acessórios) e farmacêuticos, e (b) o comércio supermercadista, genericamente, responsável pelo varejo de gêneros alimentícios⁶⁴. Esta escolha se justifica por terem sido estes subsetores da economia urbana de Santa Maria que mais intensamente acolheram as redes empresariais exógenas. Para cada um deles, apresentamos, inicialmente, um breve relato das respectivas modernizações, com dupla finalidade: a primeira é a de tentar contextualizar, historicamente, a função comercial na atual situação geográfica. Não é nosso propósito reconstruir a história do comércio de Santa Maria que, aliás, ainda não teve a merecida atenção por parte da academia. Por esta razão, nos obrigamos a complementar a escassa bibliografia com a história oral de

⁶⁴A atribuição de tal designação ao supermercado deve-se ao fato de que, inicialmente, o autosserviço estava ligado exclusivamente ao comércio de produtos de mercearia (CLEPS, 2005). Hoje, um hipermercado comercializa, praticamente, de tudo, desde alimentos até automóveis, além de prestar inúmeros serviços, inclusive bancários.

empresários consultados, bem como com nossa própria observação e vivência; a segunda é a de reconhecer, na atual situação geográfica, a emergência das redes comerciais no território como vetores das formas-conteúdo da globalização.

Tanto a contextualização histórica da função comercial quanto a constatação da presença das redes comerciais, na atual situação geográfica, nos auxiliaram a melhor reconhecer os espaços das verticalidades e das horizontalidades que marcam a história contemporânea do território.

8.3.1 As modernizações do varejo não-alimentício: do *bolicho* ao *shopping*

Tendo em vista os pressupostos referidos acima, bem como as nossas opções pela função comercial, como campo de análise, e pelas redes, como eventos vetores do processo de globalização, apresentamos, neste subtópico, uma breve contextualização das modernizações do comércio varejista não-alimentício de Santa Maria. De forma simplificada e genérica, dividimos sua história em dois grandes períodos: antes e depois da emergência das redes comerciais. Ao estabelecermos estes dois períodos históricos do comércio de Santa Maria, sendo o primeiro *sem redes* e o segundo *com redes*, estamos nos referindo a situações relativas, não absolutas. Em outras palavras, *sem redes* não significa ausência total de redes, nem *com redes* significa *só redes*. A diferença que pretendemos assinalar entre um período e outro é em relação à variação da densidade com que o fenômeno redes se manifestou no comércio de Santa Maria, a começar pelo varejo não-alimentício. Contextualizar sua emergência e desenvolvimento é, também, o objetivo deste subtópico.

O primeiro período se estende desde os primórdios do Rincão de Santa Maria até os anos iniciais da década de 1980, correspondendo, portanto, às três situações geográficas anteriores à atual. Neste longo período, conviveram diferentes formas-conteúdo de comércio, que evoluíram dos *bolichos* e *bodegas* aos armazéns e destes às lojas especializadas (BEBER, 1998). Até o aparecimento dos supermercados em Santa Maria, na década de 1960, a história que resumimos é a do comércio em geral, pois, até então, suas especializações eram inexistentes ou pouco precisas e o autosserviço ainda era desconhecido.

Relembramos que, mesmo antes da chegada da expedição demarcatória que deu origem ao seu núcleo urbano, atividades comerciais, embora incipientes, já se manifestavam no então Rincão de Santa Maria. Várias circunstâncias que marcaram os tempos remotos do lugar criaram as condições iniciais que favoreceram sua emergência e continuidade: foi caminho de passagem para as Missões, sediou posto militar avançado, foi zona de fronteira e

de contrabando, foi acampamento expedicionário e militar. Com o início da formação do núcleo urbano, o adensamento da população requereu a presença de estabelecimentos comerciais fixos e próximos, para fins de atender suas necessidades de bens de consumo e utensílios de produção, mas, também, para o escoamento do que se produzia no local e na vizinhança.

Podemos avaliar as atividades comerciais do início do século XIX através do olhar de três viajantes franceses, a saber: Saint-Hilaire, em 1821, Nicolau Dreys, em 1824, e Arsène Isabelle, em 1834 (BELTRÃO, 1979; BELÉM, 2000; MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008; BEBER, 1998).

Em sua passagem pela então Capela de Santa Maria, em 1821, Saint-Hilaire assim registrou a incipiente atividade comercial do lugar:

Pequenos comerciantes para aqui vieram, estabelecendo-se com vendas, para fornecimento de fumo, aguardente e outras mercadorias. [...] A aldeia compõe-se atualmente de cerca de 30 casas, que formam um par de ruas, onde existem várias lojas, muito bem montadas. [...] Os produtos da lavoura são consumidos aqui mesmo. Todavia são exportadas pequenas quantidades para a Capela de Alegrete [...] (SAINT-HILAIRE *apud* MARCHIORI e NOAL FILHO, 2008, p. 32-33).

O segundo testemunho foi dado por Nicolau Dreys, em sua visita de 1824. Radicado na Província e tendo se estabelecido como comerciante em Porto Alegre, seu registro é o de um viajante-comercial ao descrever o caminho a ser seguido, a partir de Cachoeira, e ao observar a situação decadente do povoado: “a população de Santa Maria é diminuta em relação à amenidade do lugar; os poucos habitantes que lá permanecem são, pela maior parte, mercadores de líquidos espirituosos e de alguns tecidos ordinários, próprios às compras hebdomadárias da gente do país” (DREYS, 1990, p. 89).

O terceiro registro foi o de Arsène Isabelle, também comerciante, dentre outras atividades. As impressões de sua visita de 1834 retratam uma aldeia já com 1.000 ou 1.200 habitantes, segundo sua estimativa, em situação “bastante agradável”, em nada lembrando aquela encontrada por Dreys, dez anos antes. Em relação às atividades comerciais relata:

Nota-se muita atividade nessa povoação central da província: Santa Maria é o mercado das aldeias circunvizinhas, compreendidas entre Cachoeira, Caçapava, Alegrete e São Borja. Tem ainda a vantagem de estar situada no caminho dos ervais e das Missões [...] (ISABELLE *apud* MARCHIORI e NOAL FILHO, 2008, p. 40).

Segundo Belém (2000), tal prosperidade da aldeia devia-se, em parte, à sua posição geográfica que facilitava o intercâmbio comercial com a Fronteira, inclusive com Montevideu e Buenos Aires. Contudo, outros fatores confluíram para a promoção da atividade comercial no lugar. Dois merecem destaque especial: o primeiro teve relação com o uso militar do

território, desde os tempos da expedição demarcatória, já assinalados quando abordamos as horizontalidades militares; o segundo fator, em parte, teve a ver com o primeiro e se relacionou com a chegada e permanência de imigrantes alemães. Como já referimos, a partir de 1828, várias levas de alemães se estabeleceram na aldeia, uns ex-integrantes de batalhões de estrangeiros mercenários, outros provindos das colônias do Vale dos Sinos e do Vale do Rio Pardo, e outros ainda diretamente da Alemanha.

Fruto da diversidade de profissões e da característica operosidade dos imigrantes alemães, Santa Maria recobrou dinamismo. Durante o período da Revolução Farroupilha (1835 a 1845), outra circunstância favoreceu a permanência e prosperidade dos alemães: a condição de estrangeiros lhes assegurava uma situação privilegiada de neutralidade, já que não estavam obrigados nem de tomar partido, muito menos de participar das forças beligerantes. Tal relativa imunidade lhes possibilitou servir a legalistas e a revolucionários, segundo as contingências e alternativas que a luta determinava. Segundo assinala Belém (2000, p. 106), esses “dez anos de suspensão de trabalho de campo, de inação da lavoura, cortaram cerce o surto de seu desenvolvimento promissor”. Mas, acrescenta: “o comércio, porém, era um milagre germânico”.

A presença dos imigrantes alemães é reconhecida como responsável, não apenas pela continuidade do “comércio fixo local” (BELÉM, 2000, p. 97), mas, sobretudo, pela introdução de práticas comerciais mais modernas, consentâneas com aquelas do seu país de origem (BEBER, 1998). Aos pequenos *bolichos* ou *vendas* foram sendo acrescidos *botegas* e *bodegões*, depois os armazéns. Estes, embora melhor organizados e com maior variedade de mercadorias, não eram ainda lojas especializadas. Num mesmo estabelecimento vendia-se de tudo, como descreve Beber:

[...] sal, açúcar refinado em pedras, açúcar mascavo, feijão, arroz, erva-mate, farinha de trigo e de milho, quase tudo vendido a sacos. Galões de querosene, lampiões, fogões a lenha, chapas para fogão, rolos de arame, pregos, fazendas em peças de brim diamantino, algodão caboclo para roupa de cama, riscados, camisas listradas, palas, bombachas, tamancos, artigos de montaria, botas, enxadas, gadanhos, pás, picaretas, arreios, pelegos, fumo em corda e outros. Boa parte dos produtos era importada (BEBER, 1998, p. 192).

Na segunda metade do século XIX, dois eventos marcaram a história do lugar. O primeiro, de natureza política, foi a elevação da Freguesia de Santa Maria à categoria de vila, o que a constituiu como novo município, em 1858; o segundo, de natureza econômica, foi a chegada da ferrovia, em 1885. Com a emancipação, afloraram novas dinâmicas sociais e sentimentos de territorialidade que se projetaram nas relações de vida de Santa Maria e no ritmo de seu desenvolvimento, especialmente nas atividades comerciais. Contudo, novas

necessidades passaram a ser exigidas, das quais nos interessa uma que tem a ver diretamente com o comércio, que é a referente a transportes. Com a emergência da ferrovia no Rio Grande do Sul, a possibilidade de sua passagem por Santa Maria passou a transformar os ânimos que moviam a economia local. Mesmo quando a construção da ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana ainda estava a caminho, ela já produzia seus efeitos. As expectativas de cidade moderna e próspera ganhavam corpo à medida que o assentamento dos trilhos se aproximava e se atiçavam ainda mais com a possibilidade da cidade vir a ser o principal entroncamento ferroviário. Logo que os trilhos alcançaram Santa Maria, a Câmara Municipal apressou-se em requerer a antecipação da circulação de trens de carga, conforme anotação de Belém:

Câmara reunida solicita V. S. providências sobre estado aflitivo comércio falta absoluta gêneros. Confiamos sua valiosa intercessão junto Ministro permitir, antes inauguração, vir aqui ao menos dois trens por semana muito melhorará sorte comércio. Devido chuvas inverno rigoroso tornou-se impossível trânsito carretas, razão pedido medida salvadora comércio interesse município (BELÉM, 2000, p. 160).

O teor do telegrama de 12 de setembro de 1885, passado ao diretor da Estrada de Ferro, não expressa, apenas, a premência em resolver um problema circunstancial causado pelas intempéries do inverno, mas, também, a relevância que o comércio significava para os interesses do município.

Como era esperado, a ferrovia possibilitou a Santa Maria as condições materiais e imateriais de acesso às modernidades de seu tempo, conforme assinalamos no capítulo 6. O comércio, talvez, tenha sido a atividade econômica que mais dela se beneficiou. À medida que a malha ferroviária se expandia para todos os quadrantes, sempre tendo Santa Maria como ponto de confluência, se ampliavam também os círculos espaciais de produção e os circuitos de cooperação de que o comércio local participava e de que se valia. A movimentação de mercadorias e produtos agropecuários, de passageiros e viajantes, de autoridades e caixeiros-viajantes, etc., passaram a requerer e influir na criação de novas formas-conteúdo comerciais e de serviços, adaptadas às necessidades impostas pela aceleração e densidade de fluxos que a ferrovia possibilitou. Confundindo-se com trilhos, estações e oficinas, novos entrepostos e casas comerciais, hotéis e restaurantes, hospitais e escolas, teatros e clubes sociais, agências bancárias e órgãos públicos, ruas e avenidas passaram a marcar a paisagem urbana de Santa Maria e, também, a refletir os novos impulsos de sua economia. Simbolicamente, o nome da via (Av. Progresso) que vinha da Estação Ferroviária ao centro da cidade, marcava o caminho do progresso de Santa Maria. A força da ferrovia como vetor do desenvolvimento do

comércio pode ser avaliada pela dimensão alcançada pela COOPFER, a que já nos referimos no capítulo 6.

Nas primeiras décadas do século XX, dois novos impulsos foram dados ao comércio local. O primeiro foi promovido por imigrantes italianos advindos da, hoje, chamada *Quarta Colônia* que se estabeleceram com casas comerciais (produtos coloniais, *secos e molhados*), principalmente junto à rua que constituía a continuação da estrada que ligava a vila Colônia (Camobi) à cidade. Tratava-se de proprietários rurais, cuja lavoura comercial (policultura) havia possibilitado, para alguns, acumulação de capital suficiente para ingressarem como empresários urbanos, em sua maioria no setor comercial. A segunda partiu dos imigrantes libaneses, chegados a partir da última década do século XIX, que atuaram como mascates, inicialmente, e depois se estabeleceram com comércio fixo. Acrescentamos, ainda, a contribuição dos imigrantes judeus que desistiram Colônia Philippson e, com os recursos obtidos com a venda dos seus lotes, de mascates passaram a importantes comerciantes (BEBER, 1998).

Aos poucos, *bodegas* e *bodegões* foram evoluindo para armazéns e lojas especializadas, em grande parte como respostas às novas oportunidades criadas pela consolidação de Santa Maria como cidade ferroviária. As etnias, acima referidas, deram importante contribuição a este processo de especialização comercial. Segundo Beber (1998), os italianos se dedicaram mais ao comércio de alimentos, utensílios domésticos, ferragens e produtos coloniais, enquanto os libaneses e judeus preferiram o comércio de tecidos, roupas feitas e miudezas.

A evolução das formas de comércio responde às diferentes dinâmicas do território e, dependendo da importância que assumem no contexto da economia urbana, produzem diferentes centralidades, configurando diferentes topologias comerciais a elas associadas. Assim, nos tempos dos *bolichos* ou *vendas* de Santa Maria, os poucos estabelecimentos comerciais se concentravam na Rua São Paulo, depois Rua do Acampamento, onde predominavam comerciantes paulistas. Com a afluência dos imigrantes alemães, o comércio foi deslocado para a Rua Pacífica, o que ensejou a alteração de seu nome para Rua do Comércio, hoje Rua Dr. Bozano. Mais tarde, com o advento da ferrovia, o eixo comercial se estendeu até a estação ferroviária, através da Av. Progresso, atual Av. Rio Branco. Este prolongamento da topologia comercial acompanhou aquele das demais atividades urbanas, configurando o acréscimo de um novo polo urbano àquele da praça central, além de um bairro ferroviário (Itararé). Ainda hoje, ao longo da Av. Rio Branco, inúmeras rugosidades arquitetônicas (casas e edifícios residenciais, hotéis, casas comerciais, etc.), como parte dos

fixos herdados dos tempos da ferrovia, testemunham a importância que esta teve tanto para a cidade quanto para a consolidação de sua função comercial. Finalmente, com o declínio da ferrovia, a centralidade comercial retorna ao centro tradicional da cidade, mais precisamente para a primeira quadra da Rua do Comércio (Dr. Bozano), entorno da Praça Saldanha Marinho e início da Rua do Acampamento (BEBER, 1998). Nesta área, foram se concentrando as principais lojas especializadas, abertas galerias comerciais, erguidos edifícios residenciais, instaladas agências bancárias, etc. Segundo Beber (1998, p. 193), “nessa área vendia-se em torno de 50% do que era consumido na cidade e região”.

Para os propósitos de nossa pesquisa, nos interessa caracterizar o comércio varejista de produtos não-alimentícios de Santa Maria no momento que consideramos como de transição entre os dois períodos, acima referidos, ou seja, no decurso das décadas de 1970 e 1980. Nesta época, o segmento local do varejo não-alimentício, embora com alta relevância regional, se configurava, estruturalmente, pela predominância de pequenas lojas especializadas, de origem familiar, em sua maioria ainda não departamentalizadas. Eram constituídas com capitais locais, sendo algumas delas remanescentes das antigas *bodegas* e armazéns. Se estes se expandiram e se adaptaram às modernidades trazidas pela ferrovia, agora, novamente, estavam por ser chamados a se adequarem às novas modernidades comerciais que preanunciavam, neste campo, os novos tempos da globalização.

A título de ilustração, listamos no quadro abaixo algumas das lojas que, mesmo pertencentes ao circuito superior do comércio de então, ou por isso mesmo, foram as que mais diretamente sofreram o impacto das redes comerciais de fora. Mesmo sendo as mais sólidas casas comerciais da cidade e região, com longa atuação, poucas foram as que sobreviveram.

O comércio de Santa Maria, que tinha sido enfraquecido com a decadência da ferrovia, nesta época, já voltara a fortalecer-se, favorecido por dois novos eventos: o ensino universitário, com a implantação da UFSM, em 1960, e, depois, o reforço à sua função militar, com o acréscimo de novas unidades do Exército e a instalação da BASM, em 1970. Estes eventos foram diretamente responsáveis por grandes investimentos em infraestruturas, pela elevação da oferta de empregos e pelo conseqüente ingresso financeiro decorrente dos respectivos orçamentos, em especial, das folhas de pagamento. Afora isto, estas três instituições federais somadas, por suas características funcionais, promoveram grande afluxo e circulação de pessoas (estudantes, professores, funcionários, soldados, oficiais, familiares,

Quadro 5 – Principais empresas locais do varejo não-alimentício de Santa Maria: década de 1970

Nome fantasia	Ramo de especialização	Ano de fundação	Existência em 2011
Casa Orestes	Ferragem	1892	Inexistente
Casa Macedo	Brinquedos	1915	Existente
Casa Roth	Confecções	1918	Inexistente
Joalheria Pereyron	Joalheria	1920	Inexistente
Eny Calçados	Calçados	1924	Existente
Casa Lang	Ferragem	1928	Inexistente
Irmãos Ugalde	Móveis e eletrodomésticos	1940	Inexistente
Stoever & Filhos	Eletrodomésticos	1942	Inexistente
Gaiger	Ótica e relojoaria	1947	Existente
Empório Doméstico	Tecidos e confecções	1948	Existente
Ferragem Santa Maria	Ferragem e material de construção	1950	Inexistente
Alcides Brun	Ferragem	1950	Inexistente
Central de Máquinas	Móveis e eletrodomésticos	1953	Inexistente
Rui Ramos	Confecções	1953	Inexistente
Elegância Feminina	Confecções	1955	Inexistente

Fonte: Beber, 1998; Sites institucionais.

Organização: José Odim Degrandi.

visitantes, etc.), com diferentes tempos de permanência na cidade. A população residente foi sendo acrescida por um crescente número de população flutuante. Tais contingentes, ao serem transformados em consumidores, foram ampliando significativamente a demanda potencial da cidade, requerendo novas respostas por parte do comércio e serviços locais. A força de tais eventos passou a moldar os traços característicos de uma nova situação, o que não deixou de ser percebido por empresas de fora, que aumentaram sua presença na cidade. Preanunciava-se, assim, o que denominamos de segundo período do varejo não-alimentício de Santa Maria.

Este segundo período (*com redes*) coincide com aquele no qual reconhecemos a quarta situação geográfica do território de Santa Maria, caracterizada pelo comando da função comercial por parte de empresas exógenas constituídas em rede. Como referimos, o período anterior (*sem redes*) não significou ausência total de redes, mas a baixa densidade de sua presença, frente àquela das empresas locais. Até por que, à listagem de lojas locais que apresentamos acima corresponde outra lista de lojas de fora, cuja força de sua presença ainda não preocupava o empresariado local, muito embora já pudessem ser percebidas como precursoras de novos tempos. Assim, no final da década de 1970, se faziam presentes em Santa Maria diversas redes nacionais e regionais, algumas delas desde as primeiras décadas do século XX. Limitamo-nos à lista das mais conhecidas: Livraria do Globo, Casas Pernambucanas, Casa Masson, Lojas Buri, Ponto Frio, Ibraco, Imcosul, Lojas J. H. Santos,

Arapuã, Lojas Arno, Grazziotin, entre outras. A maior parte dessas lojas, assim como chegou, foi embora, se bem que por diferentes causas e, também, com diferentes tempos de permanência. Na década de 1980, chegaram novas redes, dentre as quais a Lojas Renner (1980), Lojas Colombo e Lojas Riachuelo (1984).

De todas essas redes, dentre as que permaneceram e se consolidaram, destacamos quatro (Grazziotin, Renner, Colombo e Riachuelo) que podem ser reconhecidas como pontes de transição do primeiro para o segundo período, enquanto principais vetores do processo de modernização comercial de Santa Maria. Giffoni Filho⁶⁵ as considera como verdadeiras âncoras do chamado *shopping a céu aberto*⁶⁶, a que foi transformado o centro da cidade, no segundo período (Figura 18). Dentre todas, reconhecemos a Renner como o evento comercial que marcou as diferenças entre um período e outro. Inaugurada em 1980, a Renner surpreendeu, tanto pelo tamanho da loja (3,8 mil m² de área de vendas), quanto pela mesma ser resultado de alto investimento em prédio próprio, sinalizando, de um lado, intenções de longa permanência e, de outro lado, confiança no potencial do varejo local. Estes sinais foram reforçados, também, pela Grazziotin, Colombo e Riachuelo. As novas estratégias comerciais (departamentalização, diversidade de produtos, creditização e financeirização, propaganda, preços competitivos, agressividade competitiva, inovatividade, serviços adicionais, etc.) passaram a se impor àquelas do varejo tradicional. Como resultantes deste processo, as novas lojas passaram a atrair grande afluxo de consumidores, comparativamente àquele das lojas tradicionais. O caso da Renner é exemplar: em 1988, a loja chegava a receber 12 mil pessoas num só dia, segundo anotação de Giffoni Filho.

O circuito superior do comércio local passou a configurar um novo contexto e a experimentar novas dinâmicas, logo percebidas como ameaças à *zona de conforto* que o comércio tradicional insistia em preservar. Coincidentemente, algumas lojas de capital local ensaiaram uma pequena reação que foi materializada na construção de novas instalações, remodelação de formatos e/ou transformação em lojas de departamento. A propósito, nos lembramos dos casos da Gaiger (expansão e nova sede, em 1982), da Eny Calçados (segmentação de lojas e formação de rede), da Casa Roth (transformada em loja de departamentos, e, mais tarde, em pequena galeria comercial) e da Elegância Feminina (transformada em pequeno *center shop*, em 1996).

⁶⁵ Entrevista concedida, em 15 de março de 2012, por Rui Giffoni Filho, administrador do Royal Plaza Shopping.

⁶⁶ Designação dada ao núcleo central do comércio tradicional da cidade em razão da concentração de lojas de rua, servindo, também, como expressão da resistência do comércio local à expectativa de implantação de *shopping centers* em Santa Maria. Segundo lideranças empresariais, por já dispor de um *shopping a céu aberto*, Santa Maria não comportava outros.

As novas dinâmicas do período *com redes* acabaram por provocar mudanças, também, na topologia comercial. Dentre elas, destacamos a convergência locacional das redes para a Rua do Acampamento. Em 1977, foi a Grazziotin que se antecipou às demais, ali instalando ampla loja; em 1984, foi a vez da Colombo e da Riachuelo. Na esteira destas, aos poucos, foram chegando outras redes que vieram a se somar às lojas locais e de fora já ali instaladas. A mesma rua que, outrora, tinha acolhido o acampamento que deu origem à cidade passou a concentrar um crescente número de lojas das grandes redes varejistas regionais e nacionais. Em dezembro de 2011, em seus pouco mais de 300 metros, identificamos nada menos do que 40 pontos de tais redes. A rua que se originou como abrigo do acampamento demarcatório e militar transformou-se em rua do *acampamento* das redes varejistas, forasteiras de todos os lugares. Se, nos tempos dos *bolichos* e *bodegas*, acolheu comerciantes paulistas, agora acolhe extensões (pontos) de uma multiplicidade de redes varejistas, o que lhe confere, novamente, a primazia na topologia comercial de Santa Maria, desta vez, como extensão do *shopping a céu aberto* a que nos referimos acima (Figura 18).

A extensão e intensidade da presença das redes varejistas exógenas, no comércio não-alimentício de Santa Maria, pode ser demonstrada pela sua forte penetração nos seus principais ramos, reconhecidos por Beber (1998) como os mais atingidos pelo impacto das redes. O Quadro 6 apresenta o resultado do levantamento que realizamos em dezembro de 2011. Por assim dizer, o espaço comercial de Santa Maria foi assaltado por forças exógenas, representantes de corporações do circuito superior do comércio regional e nacional. Quase todas as principais redes varejistas regionais e nacionais passaram a se fazer presentes em Santa Maria.

Frente a este avassalador processo de expansão e modernização varejista, 11 das 15 empresas locais pré-existentes (Quadro 5), dado seu menor poder de concorrência e sua lógica propriamente territorial (SANTOS; SILVEIRA, 2006), não subsistiram; duas (Calçados Eny e Gaiger), ao contrário, se fortaleceram e, também, se constituíram em rede. De outra parte, muitas empresas foram abertas, mas poucas, no entanto, chegaram a formar redes locais e/ou regionais. No geral, contudo, o capital local perdeu sua hegemonia comercial, à exceção do varejo de calçados e de ótica e relojoaria.

As modernizações do comércio varejista, em termos de equipamentos comerciais, culminaram com o *shopping center* que, juntamente com o supermercado, de forma justaposta ou não, se erigiram como os templos modernos do consumo, na expressão de Santos (1987). Este novo equipamento comercial, no Brasil, surgiu em 1966, na cidade de São Paulo, sob a bandeira *Shopping Center Iguatemi*. Em Porto Alegre, só chegou em 1983, sob a mesma

Quadro 6 – Principais redes exógenas presentes no varejo não-alimentício de Santa Maria: 2011

Ramos de varejo não-alimentício	Nome fantasia
Farmácia	Agafarma, Capilé, Carrefour, Drogabel, Mais Econômica, Panvel, Remex, São João...
Ferragem e Material de construção	Arcelor Mittal, Benoit, Casa Cor, Constinta, Costaneira, Ferragem Beltrame, Quero Quero, Sulcores, TaQui, Tottal, Tumelero...
Confecções, calçados e cama-mesa-banho	Dullius, Franco Giorgi, Gang, Grazziotin, Mmartan, Marisa, Novo Hamburgo Calçados, Paquetá, Pompeia, Pormenos, P&S, Rainha das noivas, Riachuelo, Tevah, Vencal Calçados, 3 Passos...
Eletrodomésticos, bazar, móveis, perfumes	Americanas, Benoit, Becker, Boticário, Certel, Colombo, Deltasul, Lebes, Magazine Luiza, Manlec, Multison, Obino, Ponto Frio, Todeschini...

Fonte: Pesquisa e organização de José Odim Degrandi.

bandeira (PINTAUDI, 2001; PINTAUDI, 1992) e, em Santa Maria, em 1996, com o *Monet Plaza Shopping*.

Embora haja quem inclua outros⁶⁷, reconhecemos apenas três *shopping centers*, em Santa Maria (Figura 17). O primeiro (*Big Center*, depois rebatizado de *Monet Plaza Shopping*) foi inaugurado em 1997 (ZOLIN, 2012), como anexo e parte da ampliação do Hipermercado Castelão, renomeado de Hipermercado *Big*. O segundo (*Santa Maria Shopping*), instalado em 1998 por empresários locais, combinou, no mesmo complexo, empreendimento imobiliário (duas torres de nove andares, com salas locáveis para escritórios) e comercial (cinco andares, com 65 salas locáveis para lojas, praça de alimentação, cinema e estacionamento, que constituem o *shopping*). O terceiro (*Royal Plaza Shopping*), iniciado em 1995 e inaugurado em 2010, também combina empreendimento imobiliário (duas torres com 124 unidades habitacionais e área de lazer) e comercial (três andares com 201 salas locáveis para lojas, praça de alimentação, cinema e estacionamento, que compõem o *shopping*).

Afora este último, que tem a presença de importantes redes regionais e nacionais, os demais são pequenos *shoppings* do tipo tradicional, ocupados, em sua maior parte, por pequenas lojas de expressão apenas local. Nenhum deles é filiado à Associação Brasileira de Shopping Centers, mais por força dos custos decorrentes da filiação do que por questões técnicas. Mesmo assim, a denominação de *shopping* se justifica com algumas reservas, pois se tratam de equipamentos comerciais modestos, somente viabilizados mediante associação a outros empreendimentos imobiliários: o *Monet*, por ser uma mera extensão do *Big* e

⁶⁷ Shopping Hugo Taylor (que deu lugar ao Carrefour) e Elegância Center Shop (PERANSONI, 1998; BOLFE (2003).

beneficiar-se das virtualidades espaciais (atratividades) criadas pelo hipermercado; o *Santa Maria Shopping*, por combinar-se com prédios de escritórios e, ao situar-se no centro da área tradicional do comércio local, por compartilhar a mesma centralidade (o mesmo fluxo de consumidores) com o acima referido *shopping a céu aberto*; o *Royal* é o maior e o único com características de *shopping*, embora, também, tenha sido parcialmente construído como anexo de edifício habitacional.

Pelo exposto, reconhecemos que Santa Maria ainda não acolheu a plenitude desta modernidade comercial, o que revela, de um lado, os limites de sua inserção neste seletivo mercado varejista e, de outro lado, um novo espaço que se abre às redes administradoras de *shoppings*, atualmente somente presentes no *Monet*. A centralidade comercial de Santa Maria, cujo potencial de consumo corresponde a uma população estimada em quase um milhão de habitantes, considerando-se toda a sua região de influência comercial, estaria estimulando projetos de expansão (*Monet*), bem como de abertura de novos *shoppings* (ZOLIN, 2010, 2011d). Em julho de 2012, a propósito, a *Müller & Partners* apresentou, oficialmente, projeto de implantação do que será o maior *shopping* da cidade (34 mil m² de área bruta locável, R\$ 120 milhões de investimento, 7 lojas-âncoras, 165 lojas, 5 megalojas), formatado segundo o conceito *life style*, que associa comércio e serviços a opções de lazer (GELATTI, 2012). A espacialização dos *shoppings* de Santa Maria pode ser observada na Figura 17.

8.3.2 As modernizações supermercadistas: do *bolicho* ao hipermercado

Os mesmos pressupostos e escolhas, apontados na introdução deste tópico e acima considerados em relação ao varejo não-alimentício, são, também, observados em nossa abordagem do varejo supermercadista. Quanto ao primeiro pressuposto, assinalamos que o processo de modernização do varejo supermercadista de Santa Maria foi uma extensão daquele ocorrido no Brasil. Este, por sua vez, acompanhando tendências internacionais, passou a experimentar processos de internacionalização e concentração, mais intensos na década de 1990 (SOUZA, 2009). Tais processos não se deram, apenas, pela simples criação de novas unidades em decorrência do crescimento orgânico de cada empresa, mas, principalmente por diferentes operações societárias, tais como aquisições, incorporações, fusões e associações, tanto por parte de redes supermercadistas mundiais quanto nacionais e regionais.

Em relação ao segundo pressuposto, consideramos que o varejo supermercadista é uma das partes constituintes do comércio de Santa Maria. Para os propósitos da nossa

pesquisa, o segmento supermercadista tem importância especial, por duas razões principais. A primeira, por ter sido, dentre todos, aquele que mais pesadamente foi atingido pelas grandes redes multinacionais, sendo, neste sentido, um caso exemplar para evidenciar as verticalidades comerciais que se impuseram no território; a segunda, como resposta a tais verticalidades, por ter sido aquele no qual uma fração dos pequenos supermercadistas locais melhor se articulou para defender sua posição de mercado. Neste sentido, ele se configura como um caso exemplar para evidenciar a possibilidade de horizontalidades engendradas no lugar poderem criar condições para o pequeno comércio local resistir e, até mesmo, arrostar verticalidades criadas por grandes multinacionais.

Quanto ao terceiro pressuposto, entendemos que os supermercados são tanto um produto quanto importante elemento dos processos de industrialização e de urbanização que tiveram curso no Brasil, na segunda metade do século XX. Inúmeros foram os fatores que favoreceram a emergência e a expansão do varejo supermercadista, no caso brasileiro. Afora aqueles mais gerais e diretamente associados aos progressos do meio técnico-científico-informacional, lembramos três anotados por Pintaudi (2001), ao estudar o caso de São Paulo, que auxiliam a entender também o caso de Santa Maria: (a) o crescimento da população urbana (Santa Maria, de 85 mil habitantes, em 1960, passou para 224 mil, em 2000, e a 248 mil, em 2010 (IBGE, 1991, 1996, 2000 e 2010), com decorrente formação de bairros e abertura de espaços para novos subcentros comerciais); (b) a elevação progressiva do índice de motorização da população que, aliada à melhoria viária, reduziu o tempo de percurso e ampliou territorialmente o raio de abastecimento das famílias; (c) o aperfeiçoamento da técnica de refrigeração (inicialmente, a geladeira, depois, o *freezer*) que possibilitou a ampliação do tempo de armazenagem domiciliar e, conseqüentemente, abastecimento de gêneros alimentícios perecíveis, por períodos mais longos. O tempo de quem tem carro é diferente daquele que não o tem, assim como é diferente o tempo de quem tem geladeira daquele que não a tem e que se obriga a compras diárias. Tanto para quem não tem carro, quanto para quem é obrigado a fazer compras diárias, a proximidade é fundamental, observa Schaffer (1993).

Da mesma forma, tal como procedemos em relação ao varejo não-alimentício, assumimos nossa opção pelas redes, também, como elemento distintivo da periodização da história do varejo supermercadista. Se as redes se mostraram úteis recursos de método para diferenciar as dinâmicas do primeiro, no qual as redes eram regionais e nacionais, com maior razão o são em relação ao segundo, o qual culminou com a chegada das duas maiores redes mundiais (Walmart e Carrefour). Assim, a história do varejo supermercadista de Santa Maria,

também, pode ser dividida em dois grandes períodos: antes e depois das redes supermercadistas.

O longo período que denominamos *sem redes* se estende, desde o início da formação da aldeia (capela Santa Maria) até a chegada do Supermercados Real, em 1969. Durante a maior parte deste período, o supermercado, enquanto tipo de estabelecimento especializado no varejo de gêneros alimentícios, sequer existia. Segundo Pintaudi (2001), no Brasil, a comercialização de produtos alimentícios e não-alimentícios foi realizada no mesmo tipo de estabelecimento, pelo menos, até a década de 1950, quando surgiu o primeiro supermercado, em 1953, em São Paulo. Neste mesmo ano, também, foi inaugurada a primeira loja de autosserviço no Estado, em Porto Alegre, o Supermercados Real⁶⁸. Em Santa Maria, esta modernidade varejista só chegou em 1964.

Assim, em seus primórdios, a evolução das formas de comércio de gêneros alimentícios coincidiu com aquelas de produtos não-alimentícios, numa trajetória que assinalamos como *dos bolichos* às *bodegas* e destas aos armazéns. Foi na evolução destes para as lojas especializadas que o comércio de gêneros alimentícios passou a ser distinguido daquele dos demais produtos e a ganhar lojas especializadas: inicialmente mercados, depois supermercados, estes só reconhecidos legalmente em 1968⁶⁹. Foi, por sua vez, este último tipo de estabelecimento que possibilitou as condições requeridas pela acumulação capitalista para sua expansão, para a qual as redes, no período contemporâneo, demonstraram ser um dos seus instrumentos mais funcionais.

Antes da chegada do supermercado, o varejo de produtos alimentícios permaneceu baseado em pequenas *lojas de balcão*, de diferentes graus de especialização, geralmente atendidas pelo proprietário e/ou familiares, sendo as mais comuns: quitandas, empórios, bazares, mercearias, açougues, padarias, fruteiras, peixarias, avícolas, etc. A variedade e quantidade de produtos de cada uma dessas formas de varejo dependiam das características da população do entorno próximo, com a qual estabeleciam vínculos de contiguidade, mesclando relações sociais de vizinhança com aquelas comerciais. Em Santa Maria, até meados da década de 1960, foi assim.

A essas formas varejistas sobrepôs-se outra, o supermercado, configurada em lojas maiores, concentrando grande diversidade de produtos prevalentemente alimentícios,

⁶⁸ Com base em Pelotas-RS, Joaquim Oliveira operava com armazéns, desde a década de 1920. Além de pioneiro, o Supermercados Real ou, simplesmente, Real, foi a maior rede do Estado, até sua venda à multinacional portuguesa Sonae (SCHAFFER, 1993; CLEPS, 2005).

⁶⁹ Foi a Lei 7.208, de 12 de novembro de 1968, que reconheceu o supermercado como forma diferenciada de varejo de alimentos e regulamentou a atividade, com sistema tributário próprio.

dispostos em gôndolas de forma a facilitar o autosserviço. O autosserviço é um exemplo das racionalidades apropriadas pelo supermercado “como uma das formas que o capital comercial encontrou para, com um número reduzido de trabalhadores e cada vez menos qualificados em vendas, realizar uma massa maior de mercadorias”, na interpretação de Pintaudi (1984, p. 41).

Em Santa Maria, a primeira loja com tais características só surgiu em 1964, com a transformação do Armazém São Carlos em Supermercado Serrano⁷⁰, localizado no centro da cidade. A importância deste estabelecimento não se restringiu a tal pioneirismo; ele também serviu de porta de entrada em Santa Maria para a primeira rede supermercadista exógena. Em 1969, o Supermercado Serrano foi comprado pela rede Supermercados Real. Assim, o primeiro supermercado local foi, também, o evento do varejo alimentício que marcou a passagem do período *sem redes* para o *com redes*.

O período *com redes* supermercadistas, em Santa Maria, pode ser subdividido em duas fases: a primeira compreende o período que antecede a chegada da Sonae, em 1989, quando, através de operação de *joint venture*, assumiu a administração do Supermercados Real; a segunda é a fase atual, marcada, de um lado, pela chegada e predomínio das redes multinacionais (Sonae, sucedida pela Walmart, e Carrefour), e, por outro lado, pela emergência das redes de cooperação, inicialmente do segmento supermercadista e, depois, do varejo não-alimentício.

Como assinalamos, a primeira fase começou com a chegada do Supermercados Real, em 1969. Deste ano até a inauguração de seu Hipermercado Castelão⁷¹, na Av. Fernando Ferrari, em 1986, o Real operou com duas pequenas lojas, uma no centro da cidade (2ª quadra da Rua Dr. Bozano, como sucessor do Supermercado Serrano) e, mais tarde, outra na Av. Pres. Vargas. Durante 17 anos (de 1969 a 1986), manteve-se em posição secundária, quase que alheio à expansão de grupos locais do setor, dentre os quais destacamos três: Cooperlar, Trevisan e Dois Irmãos. A Cooperativa Popular de Consumo de Santa Maria (Cooperlar), criada em 1963, operou inicialmente como armazém, mas logo se converteu em supermercado. Em seu auge, chegou a ter 30 mil associados e 12 postos de venda, em Santa Maria, e outros 2, na região⁷². Em 1983, segundo levantamento de Degrandi (1985), a Cooperlar detinha 17% do faturamento supermercadista de Santa Maria. Vítima do Plano

⁷⁰Naquele ano, segundo seu proprietário (Waldemar Ângelo Bresolin), em entrevista concedida em 27/12/2011, o Armazém São Carlos, criado em 1955, foi ampliado e remodelado para o formato de supermercado (introdução de gôndolas, autosserviço e *check-outs*), sendo seu nome fantasia mudado para Supermercado Serrano.

⁷¹ Em 1996, o Castelão foi ampliado, reformatado e rebatizado de Hipermercado *Big*, recebendo como anexo o *Big Center*, mais tarde *Monet Plaza Shopping*.

⁷² Conforme entrevista de 31/03/2012 concedida por Eduardo Rolim, um dos fundadores e presidente da Cooperlar por 30 anos. Segundo o mesmo, tratava-se de cooperativa aberta (não restrita a uma classe profissional) e popular, tendo sido resultado de movimento social de comunidades evangélicas de Santa Maria.

Collor, autodissolveu-se em 1993, abrindo espaço para o crescimento, em especial, do Trevisan e Dois Irmãos.

O Trevisan, tradicional armazém de comércio e importação, estabelecido desde a década de 1930, abriu seu primeiro supermercado, em 1970. Em 1976, inaugurou sua maior loja, como âncora do centro comercial Trevicenter (Peransoni, 1998). Em 1983, segundo levantamento de Degrandi (1985), o Trevisan era responsável por 39% do faturamento supermercadista de Santa Maria. Antes de sua venda à rede Nacional Supermercados (1992), havia se consolidado como a maior rede supermercadista de capital local, composta por 4 lojas, em Santa Maria, e outras 38 espalhadas pelas regiões Central, Campanha e Fronteira, formando um quadro de 1.300 funcionários (ZOLIN, 2009).

O terceiro grupo local supermercadista que destacamos foi o Supermercados Dois Irmãos. Também com origem em pequeno armazém, abriu seu primeiro supermercado na década de 1980, no bairro de Camobi. Em sua expansão chegou a ter 4 lojas, 2 na sede e 2 em Camobi, uma delas como hipermercado e âncora do Centro Comercial Dois Irmãos, construído em 2000. Após a venda do Trevisan, passou a ser o maior grupo supermercadista de capital local, em Santa Maria. Em 2010, foi absorvido pela rede Supermercados Peruzzo, de Bagé-RS.

Segundo nossa periodização supermercadista, a primeira fase *com redes* foi marcada pelas presenças do Real (da sua chegada, em 1969, até quando passou sua administração à Sonae) e do Nacional Supermercados. Nestes 20 anos, o supermercado, como modernidade varejista, consolidou sua hegemonia no varejo alimentício, cujas duas maiores expressões, em Santa Maria, foram materializadas no Trevicenter (1976) e no Hipermercado Castelão (1986). Com o Castelão, o Real solidificou sua presença no mercado local, bem como deu novo *status* ao segmento varejista e à própria função comercial de Santa Maria. Na sua esteira, o Nacional Supermercados foi a segunda rede regional a se estabelecer na cidade, através da compra da rede local Trevisan, como já referimos. Contudo, tais eventos de modernização, embora com impactos significativos no comando supermercadista local, não representaram mudanças que fossem percebidas como ameaças ao varejo tradicional, o qual ainda encontrava espaços para reproduzir-se. Foi a partir da década de 1990, com a internacionalização das redes supermercadistas gaúchas, que os espaços do varejo tradicional e pouco dinâmico começaram a ser efetivamente ameaçados (SOUZA, 2009). É este novo contexto que caracteriza a segunda fase do período *com redes*.

A primeira multinacional de supermercados que chegou ao Estado, ainda em 1976, foi o Carrefour⁷³, que havia aportado no Brasil dois anos antes (Schaffer, 1993). Contudo, foi com a abertura econômica dos anos 90 que se fortaleceu o processo de internacionalização do varejo supermercadista gaúcho, com reflexos diretos em Santa Maria. Referimo-nos, especificamente, à Sonae Distribuição do Brasil S. A., subsidiária do grupo português Sonae⁷⁴. Em 1989, havia adquirido 26% das ações do Supermercados Real e assumido sua administração, formando a *joint venture* Companhia Real de Distribuição; em 1997, adquiriu o restante das ações⁷⁵.

A Sonae foi o principal vetor das modernidades contemporâneas do varejo supermercadista de Santa Maria, afeitas à cultura de consumo que os supermercados e hipermercados passaram a simbolizar (SOUZA, 2009). A partir de sua chegada em Santa Maria, suas agressivas estratégias de competição, tanto na compra quanto na venda, impostas a todo o segmento, acabaram por quebrar a estabilidade dos círculos espaciais de produção pré-existentes, ainda predominantemente moldados segundo práticas do varejo tradicional. As novas racionalidades impostas pela Sonae alteraram a correlação de forças, até então em relativo equilíbrio, sendo interpretadas como verticalidades iminentemente ameaçadoras da sobrevivência do pequeno e médio varejo supermercadista local. Este, sobressaltado pelos novos padrões concorrenciais impostos pela Sonae, passou articular movimentos de reação, dos quais o mais representativo foi a criação da Rede Super, em 1996, de que trataremos adiante.

Em 1999, a Sonae assumiu, também, a *bandeira* da rede Nacional Supermercados, passando a manter quatro grandes lojas em Santa Maria: hipermercado *Big*, Maxxi Atacado (*atacarejo*) e dois supermercados. Com esta segunda aquisição, a Sonae provocou, em Santa Maria, uma forte centralização do poder de mercado, confirmando a tendência que se preanunciava no início da década. Segundo o parecer da SEAE (BRASIL, 2001), antes desta segunda operação, as duas redes (Sonae e Nacional), juntamente com outros dois pequenos supermercados (Beltrame e Dois Irmãos), detinham mais de 75% do mercado. Grande parte deste *market share* passou ao domínio de uma só empresa, a Sonae.

⁷³ O Carrefour é uma subsidiária do grupo francês Carrefour. No Brasil desde 1975, quando abriu em São Paulo o que é considerado o primeiro hipermercado na América Latina. Sob o nome de Carrefour Comércio e Indústria LTDA, está presente em todo o país, com mais de 500 lojas e 70 mil funcionários. Opera com duas bandeiras principais: Carrefour, no varejo, e Atacadão, no *atacarejo* (CARREFOUR, 2011). Em 2010, ocupou a segunda posição no ranking nacional do varejo supermercadista, com faturamento de R\$ 29 bilhões (ABRAS, 2011).

⁷⁴ Sonae (Sociedade Nacional de Estratificados) é uma holding portuguesa de diversificado portfólio de empresas de diferentes ramos de atividade. Em 2009, com 39.370 empregados, apresentou um faturamento de €349.3 milhões (SONAE, 2009).

⁷⁵ Parecer n. 243. COGSE/SEAE/MF (BRASIL, 2001).

Em 2005, o Walmart⁷⁶ absorveu a Sonae e, conseqüentemente, as suas quatro lojas, em Santa Maria. Em 2007, chegou a rede Carrefour, inicialmente com um hipermercado, e, em 2012, com o Atacadão (*atacarejo*). Por sua vez, o Walmart ensaia os primeiros passos para a implantação do segundo Hipermercado *Big* na cidade (ZOLIN, 2011b). Para culminar, em 2010, foi uma rede regional (Peruzzo Supermercados)⁷⁷ que absorveu a rede local Supermercados Dois Irmãos. Completou-se, assim, o processo de abertura do varejo supermercadista de Santa Maria. Em 2012, sua estrutura pode ser dividida em duas grandes partes: a primeira é comandada por empresas de fora, duas multinacionais (Walmart e Carrefour) e uma regional (Peruzzo); a segunda é comandada por empresas locais. Estas, por sua vez, podem ser distinguidas em dois grupos: o primeiro é formado pelas empresas filiadas à Rede Super e pela Rede Vivo⁷⁸; o segundo pelos demais pequenos mercados e supermercados, alguns deles associados a pequenas redes de cooperação (Unimercados, Redefort...).

A trajetória do varejo supermercadista de Santa Maria está sintetizada no Anexo D. Para melhor visualização, na Figura 16, elaboramos um gráfico ilustrativo do seu processo de internacionalização e concentração, desde a origem do primeiro supermercado, em Santa Maria, até 2012. Na Figura 17, apresentamos a espacialização das redes supermercadistas exógenas e dos *shopping centers*, posicionados em relação ao *shopping a céu aberto* de Santa Maria.

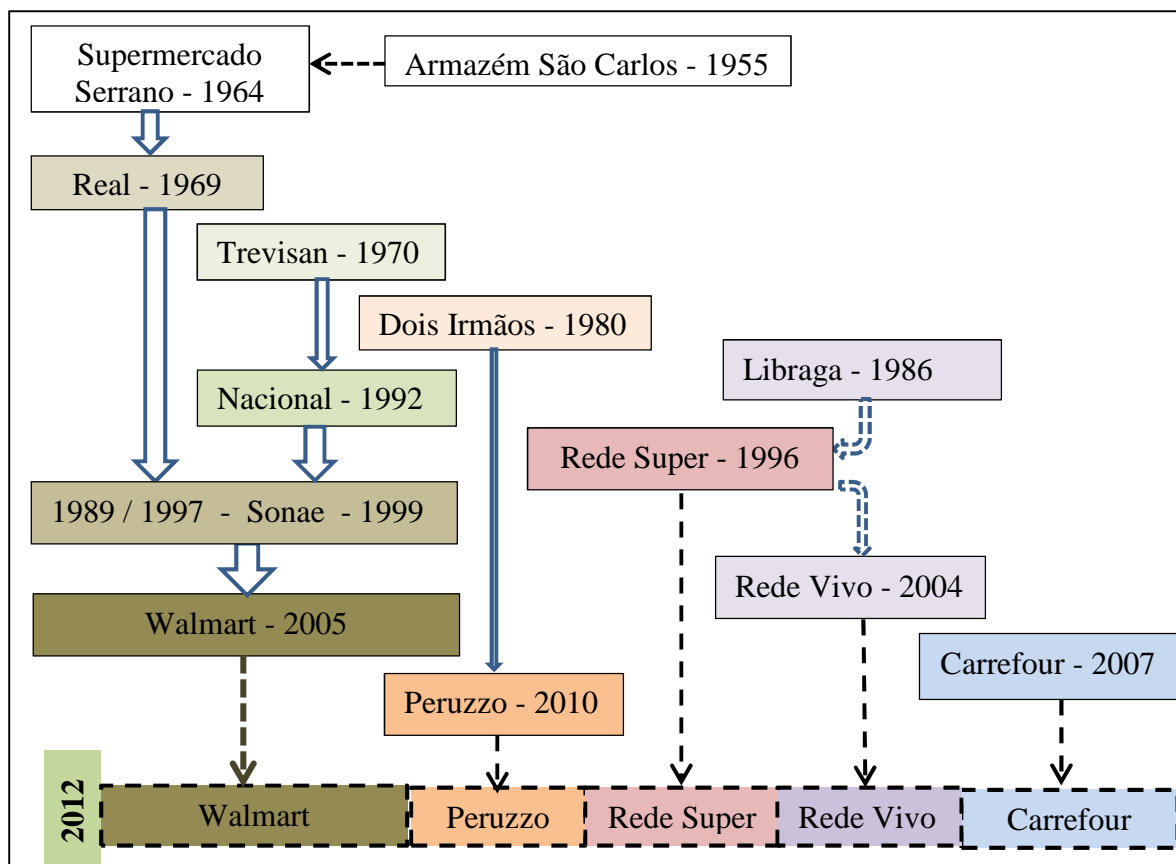
A chegada de empresas multinacionais, do porte da Sonae, Walmart e Carrefour, simbolizou a confirmação do ingresso de Santa Maria no mundo globalizado. Mais especificamente, tais eventos oficializaram seu acolhimento como parte das redes comerciais exógenas, tanto regionais e nacionais, quanto globais. Assim, a modernização de sua função

⁷⁶ Walmart (Wal-Mart Stores, Inc.) é uma companhia norte-americana de lojas de departamentos, além de outras atividades, tendo sido, em 2010, a maior multinacional do mundo, com faturamento de US\$ 421,8 bilhões. Com 2.100 mil empregados, atua em 15 países, sob 55 nomes diferentes. No Brasil desde 1995, sob o nome de WMS Supermercados do Brasil LTDA, opera com diversas bandeiras, dentre as quais *Big* e Nacional, no Estado. Em 2010, ocupou a terceira posição no ranking nacional do varejo supermercadista, com faturamento de R\$ 22,3 bilhões (ABRAS, 2011). Em 2011, fechou o ano com 521 lojas, 81,5 mil funcionários e faturamento de R\$ 23,4 bilhões (WALMART, 2012), permanecendo na terceira posição do ranking nacional (ABRAS, 2012) e a primeira no Estado (AGAS, 2012a).

⁷⁷ Peruzzo Supermercados é o nome fantasia de PGL Distribuição de Alimentos LTDA, grupo empresarial com sede em Bagé-RS. Em 2011, com uma rede de 20 lojas (4 em Santa Maria) e com 1.741 funcionários, alcançou a 4ª posição no ranking estadual de supermercados (AGAS, 2012a).

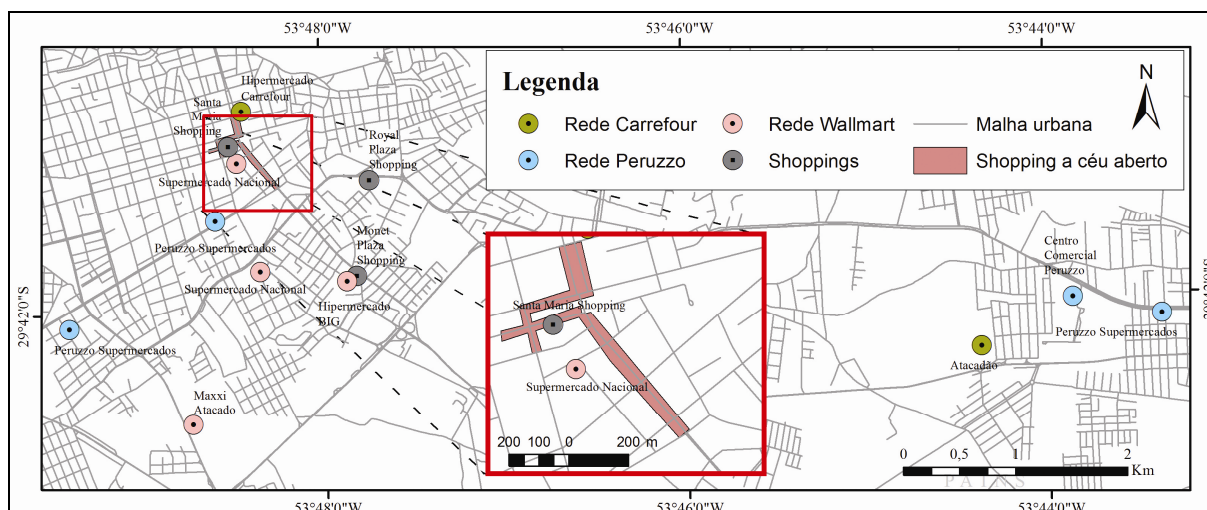
⁷⁸ A Rede Vivo Supermercados é o novo nome fantasia do Supermercado Libraga, pequena empresa familiar que se fortaleceu como filiada à Rede Super. Ao se desfiliar, em 2004, expandiu-se na cidade e região, a ponto de destacar-se no ranking gaúcho de supermercados, alcançando a 5ª posição, em 2007, a 4ª em 2010 e a 5ª em 2011 (SOUZA, 2009; AGAS, 2012b). Atualmente, possui 24 lojas (7 em Santa Maria e 14 em outros municípios do Estado), gerando 1.800 postos de trabalho (REDE VIVO, 2012).

Figura 16 – Processo de internacionalização e concentração supermercadista em Santa Maria: 1955 a 2012



Fonte: Pesquisa e organização: José Odim Degrandi.

Figura 17 – Topologia das redes supermercadistas exógenas e dos shopping centers de Santa Maria: 2012



Fonte: ESCRITÓRIO DA CIDADE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Análisa do Prado.

comercial implicou na sua integração (e submissão) à lógica global de acumulação capitalista e na consequente perda do seu comando. O processo de globalização, ao alcançar Santa Maria, não alterou o papel terciário do território, ou seja, não transformou sua função de *lugar da distribuição* (comércio) em *lugar da produção* (indústria). Ao contrário, foi justamente no comércio varejista que ele se instalou com maior intensidade. Contudo, ao confirmar e refuncionalizar a sua função comercial, transverteu seu conteúdo, colocando-a a serviço de agentes externos ao território. A tendência de multiplicar os pontos de distribuição, ampliando a base de acumulação, e, ao mesmo tempo, concentrar os lugares de decisão foi plenamente confirmada. O comércio de Santa Maria foi atingido por um processo de modernização capitalista que o transformou, de uma função relativamente autônoma e sob o comando do capital local (mercantil e fundiário), em uma função fortemente dependente de interesses alheios ao seu cotidiano, sob o comando do capital exógeno e/ou externo. Assim, na área comercial, Santa Maria logrou o que sempre almejou, mas jamais conseguiu, no setor industrial. Isso não apenas no subsetor supermercadista, mas, também, no varejo não-alimentício, como demonstramos no subtópico anterior. Configuramos, assim, as duas partes (varejo não-alimentício e varejo supermercadista) componentes da função comercial de Santa Maria, campo que nos propusemos investigar na perspectiva analítica de Milton Santos, apoiados nos conceitos de verticalidades e horizontalidades.

8.3.3 Os espaços das verticalidades e das horizontalidades comerciais

A breve retrospectiva da evolução do comércio de Santa Maria, realizada nos dois subtópicos anteriores, evidenciada através das modernizações no varejo não-alimentício e supermercadista, nos possibilitou reconhecer a configuração de uma nova situação geográfica para seu território. Como já referimos, sob o cognome *capital regional*, atribuído a Santa Maria pelo IBGE, subjaz o uso do território como recurso, principalmente por parte de empresas exógenas. Por força da origem dos eventos e das intencionalidades dos seus agentes hegemônicos que promoveram tal situação, propusemos, ao denominá-la uso corporativo do território (nome também do presente capítulo), enfatizar seu conteúdo mais distintivo.

O quadro que contextualizamos retrata Santa Maria como um lugar “objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, como apontou Santos (1999a, p. 273). É o tensionamento destas relações na sua função comercial que constitui o objeto central de nossa tese, sendo suas manifestações empíricas o propósito deste subtópico. Para tanto, selecionamos algumas ações concretas que emergiram do seu espaço banal, fruto da

coexistência dialética de forças globais, vindas de fora, de longe e de cima, e de forças locais, enraizadas na contiguidade e forjadas no cotidiano do lugar. De acordo com Santos (1999a), os sistemas de ações impostos pelas primeiras denominamos espaços das verticalidades e aqueles promovidos pelas segundas chamamos de espaços das horizontalidades.

Como vimos, as chamadas verticalidades e horizontalidades, que passamos a evidenciar em suas manifestações comerciais, expressam particularidades dos sistemas de ações dos agentes de uma dada sociedade, como efeito e causa (resultado e processo) da dinâmica de suas relações sociais, políticas e econômicas. Tanto uma quanto a outra, são manifestações do exercício de poder político dos agentes sociais, valendo-se do respectivo poder econômico que têm e de que se valem para ampliá-lo. “O que acontece”, afirma Santos (1999c, p. 21), “é que hoje a economia se realiza pela política. Não é a economia que ocupa hoje a posição central; é a política exercida pelos agentes econômicos hegemônicos”. É a partir desta percepção que o território passa a ser interpretado “como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (SANTOS, 1999c, p.19).

É esta compreensão do território de Santa Maria que pretendemos construir, evidenciando, em primeiro lugar, as verticalidades e, em segundo, as horizontalidades nos usos comerciais do território.

8.3.3.1 Espaços das verticalidades comerciais

Nos dois primeiros subtópicos anteriores contextualizamos as modernizações da função comercial de Santa Maria, enfatizando, no período contemporâneo, o impacto da presença das redes de empresas varejistas exógenas no processo. Nossa preocupação foi mais descritiva, valorizando mais a forma que o conteúdo com que tais agentes emergiram e consolidaram suas presenças no território. Agora, nos interessa completar a análise da referida modernização, enfocando os sistemas de ações de tais agentes, ou seja, os novos conteúdos que introduziram e impuseram nas práticas comerciais no e do território. Para tanto, nos valem do conceito de verticalidades como expressão da nova ordem que passou a comandar parte significativa da vida econômica e social do território, ao condicionar e modificar as relações e as ações horizontais que se desenvolviam no cotidiano de sua função comercial.

Entendemos que a noção de comando expressa a relação hierárquica (vertical) que caracteriza os sistemas de ações das grandes empresas, no lugar em que se instalam e operam.

É, portanto, nos sistemas de ações das redes comerciais que devemos procurar os comandos que engendram verticalidades. Mas, em que elementos da vida econômica e social do território podemos identificar, mais claramente, a concretização de tais comandos? Em outras palavras, em quê e/ou sobre quem tais verticalidades incidiram (e incidem), no caso da função comercial de Santa Maria?

Em nossas tentativas iniciais de busca desta identificação, nos apercebemos da complexidade da questão. A nossa pretensão de explicitar verticalidades concretas nos colocou o desafio sempre enfrentado por quem se aventura transpor o campo teórico e encarar a complexidade de uma realidade concreta. Nem sempre é fácil articular um diálogo coerente entre estas duas dimensões: entre o teórico e o empírico, entre o pensado e o vivido, nas expressões de Sposito (2006). À medida que, partindo dos conceitos abstratos e de seus recortes analíticos, nos aproximamos da realidade concreta percebemos as limitações de tais recursos. No nosso caso, notamos que a resposta não está só no elemento em que uma verticalidade se manifesta, nem só no agente social que produz o evento, nem só no próprio evento ou no vetor utilizado para sua difusão. Em relação à origem, por exemplo, nem sempre é fácil identificar se uma determinada verticalidade vem de uma empresa específica, ou se é decorrente das novas formas-conteúdo do comércio (modernidades próprias do segmento de supermercados e hipermercados, por exemplo) ou do próprio meio geográfico. Não existe uma, mas, muitas respostas. Numa perspectiva mais ampla, as verticalidades podem ser consideradas como resultados da convergência de inúmeros fatores, destacadamente da técnica, da ciência e da informação, mas diferentemente combinados por diferentes agentes, em temporalidades e espacialidades também diferentes.

Nossa pesquisa, contudo, não se propôs a contemplar todas as dimensões desse fenômeno, nem em evidenciá-lo a partir de alguma tipologia previamente produzida. Ao apresentarmos evidências empíricas tópicas, por nós intencionalmente escolhidas, tomamos o cuidado de não retratá-las como fatos isolados, nem como se tivessem tido uma única origem e seus efeitos tenham afetado um único agente social local.

Para facilitar a operacionalidade da pesquisa, entendemos que as verticalidades podem ser demonstradas a partir de quatro campos em que os comandos hegemônicos se manifestaram mais intensamente, o que, também lhes empresta maior força explicativa. Em dois deles, optamos por analisar o caso do varejo supermercadista: (a) na tipologia varejista, em que os supermercados se impuseram sobre armazéns, mercados e mercadinhos, e (b) nos concorrentes, em que as grandes redes exógenas se sobrepuseram às lojas locais, e aos seus

fornecedores. Nos outros dois, ampliamos a análise contemplando, também, o comércio varejista não-alimentício: (c) na oferta de emprego e (d) nas finanças do território.

a) Verticalidades na tipologia varejista: o primeiro conjunto de verticalidades que queremos explicitar não tem a ver com a ação direta de uma empresa ou de uma rede, mas com determinações gerais do meio geográfico que se reproduziram na função comercial. Acima, contextualizamos as diferentes modernizações que o segmento do varejo de produtos alimentícios experimentou. A propósito, temos presentes, também, os três pressupostos que estabelecemos para nossa interpretação da história do comércio de Santa Maria, pelo viés das verticalidades e horizontalidades. Percebemos, assim, que as tipologias dos estabelecimentos varejistas acompanharam e se moldaram aos avanços do meio geográfico, embora também tenham influenciado suas transformações. Assim, a transição do meio técnico para o meio técnico-científico-informacional correspondeu, no âmbito do varejo alimentício, à transformação dos mercadinhos e mercados em supermercados e hipermercados.

A propósito, lembramos que, no atual meio geográfico, é a circulação que tem a primazia do processo global de produção. É, portanto, no contexto da expansão do modo de produção capitalista contemporâneo que a distribuição foi chamada a comandar a dinâmica do processo, para o que a estrutura do comércio, como um todo, também foi instada a transformar-se. Pintaudi (1992) assinala que o comércio foi considerado uma atividade dependente da indústria, por muito tempo, mas não o é mais. O supermercado (e hipermercado), neste sentido, atendeu à requerida aceleração de fluxos e, ao fazê-lo, incorporou poder de mercado suficiente para sobrepor-se ao conjunto dos demais elos da cadeia produtiva, incluindo a indústria.

Como explanamos acima, ao longo da segunda metade do século XX, foram sendo criadas as condições para a emergência de novas formas e equipamentos comerciais, dentre as quais destacamos os supermercados. Embora a primeira loja tenha surgido em 1953, em São Paulo e Porto Alegre, o supermercado somente chegou a Santa Maria, em 1964. A emergência do novo, seja o supermercado ou o *shopping center*, duas modernidades varejistas, confirma a tese de Milton Santos de que, embora o tempo de difusão do novo seja cada vez mais rápido, ele não chega a todos os lugares, nem ao mesmo tempo ou com a mesma intensidade, nem sempre chega quando é absolutamente novo. Nem, ao chegar a um lugar, o novo se estabelece imediata ou arbitrariamente, sem sofrer resistências do velho preexistente, nem, ao estabelecer-se, hegemoniza todas as esferas do lugar (SANTOS, 1999a; 1997). Assim, tal como em São Paulo, onde demorou dez anos para firmar-se, segundo relata Pintaudi (2001),

em Santa Maria, só consolidou-se em 1976, com a instalação do Trevicenter, e reafirmou-se em 1986, com a construção do hipermercado Castelo.

A própria nova tipologia de equipamento varejista, ou seja, o supermercado, foi quem emprestou sua materialidade para a imposição de novos conteúdos que a globalização reclamava do comércio (da circulação e do consumo). Por sua própria constituição, este novo formato de loja varejista produziu forte impacto na estrutura comercial preexistente: em primeiro lugar, por força da centralização espacial, através da qual, um número cada vez maior de produtos, antes geograficamente dispersos em pequenas lojas (especializadas ou não), passou a ser comercializado em um único estabelecimento; em segundo lugar, por força da concentração de capital, através da qual, vários pequenos estabelecimentos, antes de propriedade de vários pequenos empresários, foram substituídos por um único estabelecimento de propriedade de um único empresário ou grupo empresarial (PINTAUDI, 2001). É neste sentido que o supermercado, como uma modernidade varejista, já foi, em si mesmo, uma verticalidade que se impôs ao comércio varejista preexistente e à própria sociedade urbana local. A autora assim avalia o impacto da emergência desta modernidade comercial:

Os supermercados, na medida em que operam com uma taxa de lucro menor e em condições de localização favoráveis ao escoamento de estoques, acelerando a rotatividade do capital, são estabelecimentos que impõem uma concorrência tão grande nos locais onde se implantam (principalmente grandes empresas quando interessadas em determinadas fatias do mercado) que, na maior parte das vezes ao pequeno comerciante do setor nada mais resta que fechar sua loja ou mudar de ramo. (PINTAUDI, 1984, p. 52).

A chegada da nova modalidade de varejo, com formas e conteúdos alheios às práticas do lugar, criou a diferença (o novo), logo transformada em desigualdade (o velho). A economia urbana do varejo de gêneros alimentícios passou a se dividir em dois circuitos: um novo circuito comercial superior (os supermercados), cada vez mais dotado das modernidades do meio técnico-científico-informacional e das pessoas (consumidores) que delas se beneficiavam; e um novo circuito comercial inferior (mercadinhos e mercados), desprovido de tais modernidades e composto de pessoas que, por diversas razões, não tinham acesso aos benefícios do progresso trazidos pelos supermercados.

Porém, no caso de Santa Maria, as maiores verticalidades viriam com a chegada das grandes redes supermercadistas exógenas, antes as estaduais (Supermercados Real e Nacional Supermercados), depois as multinacionais (Sonae, Walmart e Carrefour) e, por fim, uma regional (Peruzzo). Lembramos que tais redes são as expressões mais representativas do circuito varejista superior. Foram estas redes que mais intensamente impactaram o varejo de

produtos alimentícios de Santa Maria, cujas verticalidades se projetaram tanto sobre sua tipologia de estabelecimentos, consolidando a supremacia de supermercados e hipermercados, quanto sobre seus agentes. Destes, destacamos dois: os concorrentes e os fornecedores. As verticalidades produzidas em relação aos primeiros, iremos analisar juntamente com as horizontalidades engendradas para contrapô-las, ou seja, no próximo bloco. Aquelas produzidas em relação aos fornecedores, abordaremos a seguir, a partir dos conceitos de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação.

b) Verticalidades impostas a fornecedores: como já referimos acima, os circuitos espaciais de produção configuram os processos de circulação de bens e produtos, através da articulação das fases da produção, distribuição e consumo. Valendo-se das redes técnicas, os circuitos espaciais de produção respondem pelos fluxos materiais, mas para obterem a necessária fluidez e unicidade técnica e de comando requerem a constituição de círculos de cooperação, que dão conta dos fluxos imateriais (informações, normas, ordens, etc.). Embora, originalmente, tais recursos de método tenham sido propostos e aplicados mais para a compreensão de contextos baseados na indústria, eles são úteis, também, em contextos comerciais, especialmente no período contemporâneo, com a emergência das grandes redes de atacado e varejo. Assim, tanto na indústria quanto no comércio, cada empresa, através dos circuitos/círculos, articula seus sistemas de ações, na tentativa de alcançar as condições operacionais de produtividade e fluidez que lhe são exigidas e, também, possibilitadas pelo meio técnico-científico-informacional.

Ao optar por tais conceitos analíticos, não estamos renegando a importância daqueles utilizados no campo da *Administração de empresas*, nossa origem acadêmica. Como estamos empenhados numa abordagem interdisciplinar (não só empresarial) do fenômeno, devemos ter presente a diferença existente entre as noções de circuitos/círculos, de um lado, e de logística e cadeia produtiva (cadeia de suprimentos, cadeia de valor, etc.), de outro. Cada um destes pares analíticos pertence a distintos sistemas de conceitos e tem objetivos disciplinares diferentes. Como assinala Silveira (2005, p. 217), podemos elaborar diversos conceitos para tratar de um mesmo fenômeno, contudo, para evitar ambiguidades, devemos ter presente que eles expressam “distintas possibilidades analíticas e oferecem-se a diferentes objetivos de pesquisa”.

Para Santos (1985), diversos fatores interferem nas estratégias de distribuição, dentre os quais destaca três: (a) a natureza do produto e suas exigências quanto ao transporte, (b) as condições regionais e locais (c) e a demanda efetiva, esta em seu aspecto global e em suas repartições no tempo, no espaço e segmentos sociais. Neste sentido, uma cadeia produtiva,

além da divisão social do trabalho, pressupõe também uma divisão territorial do trabalho. Consequentemente, o

objetivo deixa de ser a identificação de gargalos que dificultem a plena integração funcional e prejudiquem a competitividade final dos produtos e passa a ser as implicações socioespaciais da adaptação de lugares, regiões e territórios aos ditames da competitividade, bem como o papel ativo do espaço geográfico na lógica de localização das atividades econômicas, na atividade produtiva e na dinâmica dos fluxos (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 468).

As noções de circuitos/círculos são, portanto, recursos de método para o entendimento do espaço geográfico como território usado, em sua complexa totalidade, parte material (forma), parte imaterial (conteúdo). A diferente constituição e funcionamento dos circuitos/círculos de cada lugar resulta em diferentes níveis de produtividade e de fluidez, tornando um lugar mais competitivo que outro e, por isso, mais atrativo aos interesses das empresas. Tal competitividade é, portanto, atributo do espaço (região, lugar), como lembram Castillo e Frederico (2010), não da empresa que nele venha se instalar. Esta se apropria e usa tal atributo, segundo seus interesses corporativos. Não apenas isso, pois, quando necessário e conveniente, ela também modifica o conjunto de atributos do lugar para adequá-los a seus próprios sistemas de ações e, assim, instrumentalizá-los para a realização de seus objetivos. Para tanto, valendo-se do próprio poder econômico e político, engendra relações hierárquicas (verticalidades) com os agentes sociais que desempenham diferentes papéis na divisão territorial do trabalho, dentre os quais destacamos os fornecedores.

Como vimos, quem melhor se vale e se beneficia do atual meio geográfico são as grandes redes de empresas, em especial as multinacionais. Para os lugares onde tais empresas se instalam e/ou passam a operar, além dos fixos que acrescentam à paisagem, elas, também, impõem seus fluxos, de acordo com os seus próprios sistemas de ações. Tais fluxos se materializam na constituição dos circuitos/círculos, os quais, embora adaptados às especificidades locais, sempre terminam impactando aqueles pré-existentes. Estes, quando não suprimidos, são submetidos a uma nova racionalidade, alheia ao cotidiano do lugar, como Santos e Silveira reconhecem, no contexto industrial brasileiro:

Uma autonomia relativa entre lugares é substituída por uma interdependência crescente e, sobretudo, a interdependência “local” entre sociedade regional e nacional, fundada em circuitos locais, é rompida por circuitos mais amplos, em mãos de poucos produtores (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 52).

É este impacto (rompimento dos circuitos/círculos pré-existentes) que estamos associando ao conceito de verticalidades e que, neste bloco, estamos explicitando, no caso do varejo supermercadista de Santa Maria. Para fazê-lo, concentramos nossa análise nos efeitos

deste impacto no cotidiano dos agentes sociais mais direta e hierarquicamente afetados por eles, ou seja, os fornecedores. Para o varejo supermercadista, os fornecedores têm papel central na constituição dos circuitos espaciais de produção, por serem responsáveis diretos pelas suas fontes de abastecimento. Eles são os primeiros a serem afetados pelas novas formas-conteúdo que as grandes redes introduzem nos lugares em que se instalam. Segundo reconhecem Oliveira e Machado (2003), as relações entre fornecedores e as grandes redes constituem o principal ponto de conflito do segmento supermercadista brasileiro.

É, portanto, em relação aos fornecedores que escolhemos comprovar o segundo conjunto de verticalidades supermercadistas, em Santa Maria. Estrutturamos nossa análise a partir dos conceitos de circuitos/círculos. Embora cada empresa tenha diferentes estratégias de entrada e de *ancoragem geográfica*, interessamo-nos não por tais especificidades, mas pelos traços mais gerais e mais comuns que caracterizam os circuitos/círculos engendrados pelas grandes redes. Como nos ensina Santos (1999b), a confluência e congruência da técnica, da ciência e da informação asseguram um padrão relativamente próximo entre os sistemas de ações de tais empresas, seja em relação aos seus concorrentes, seja em relação aos seus parceiros (fornecedores).

As verticalidades praticadas em relação aos fornecedores são muitas e de várias naturezas, sejam no âmbito dos circuitos espaciais de produção ou nos círculos de cooperação, ou em ambos. Em relação à extensa lista dos primeiros, selecionamos dez evidências, as quais não se dão de forma isolada (uma por vez) e excludente, mas podem ocorrer de forma combinada e/ou acumulada.

- Troca de *bandeiras*: uma primeira verticalidade é produzida pela mudança de comando da rede, especialmente quando os fornecedores são surpreendidos pela incorporação (venda, troca de proprietário, etc.) do supermercado de cuja cadeia de suprimentos participam. Tal situação torna-se mais dramática quando há uma sequência de trocas de comando, como aconteceu em Santa Maria. Contando o caso do Supermercado Libraga, ao se desfiliar da Rede Super e criar a Rede Vivo, foram sete trocas de controle acionário e de direção, somente entre as principais redes: Serrano/Real, Real/Sonae, Trevisan/Nacional, Nacional/Sonae, Sonae/Walmart e Dois Irmãos/Peruzzo. A cada troca de *bandeira*, os fornecedores são acometidos de sobressaltos, frente à possibilidade da descontinuidade das operações e à certeza de novas exigências que advirão por parte da nova direção. Não raro, para continuarem como fornecedores, eles são obrigados a arcar com parte do custo implicado na operação de troca de *bandeira*, cobrado de diferentes formas, sendo as mais comuns aquelas denominadas de *práticas restritivas verticais*, adiante explicitadas.

- Inversão de orientação: como referimos acima, o advento dos supermercados trouxe profundas transformações na estrutura varejista (centralização espacial e concentração de capital), o que terminou por aumentar o poder dos mesmos, principalmente em relação aos fornecedores. No período contemporâneo, com a formação das grandes redes supermercadistas nacionais e multinacionais, tal poder foi sobrevalorizado. Os fornecedores, especialmente as micros e pequenas indústrias, obrigaram-se a se sujeitar a uma série de novas exigências, como condição de permanecerem e/ou fazerem parte dos novos circuitos espaciais de produção. Tomando como base a declaração do Walmart (2011a), a constituição e gestão dos seus circuitos espaciais de produção passaram a se orientar pela demanda do consumidor, não mais pela oferta do produto. Foi esta nova visão orientada para o mercado consumidor que inscreveu os fornecedores como uma das partes do que denominou de *malha logística*. Dela fazem parte, também, transportadores, prestadores de serviços, os próprios departamentos de compras, escritório global de compras, centros de distribuição e lojas, etc. O conjunto é chamado de *cadeia de abastecimento*, que vai da fábrica, passando pela gôndola ou não, à casa do consumidor. Dela podem participar fornecedores pequenos, médios ou grandes, estejam eles onde estiverem, contanto que satisfaçam rígidas exigências que lhes são impostas. Já em 1994, o *Coca Cola Retailing Research Council* anunciava a *integração logística* como tendência estratégica dos supermercados. Seu compromisso seria o de adequar os fluxos de abastecimento aos fluxos da demanda, através de sistemas de ressurgimento contínuo e distribuição fluída, eliminando manuseio, espaço, tempo e, acima de tudo, custos (VANTINI, 1996). O conteúdo técnico que a operacionalização de tal estratégia passou a requerer era estranho e de difícil compreensão, assimilação e manejo por parte de micros e pequenos empresários industriais, e mais ainda de produtores de hortifrutigranjeiros.

- *Efeito Carrefour*: as grandes redes supermercadistas, munidas de tais modernidades logísticas e fortalecidas pela centralização (geográfica) e concentração de capital, começaram a exercer seu poder de mercado para pressionar os fornecedores (e, por consequência, também os concorrentes) a reduzir preços, o que, no Brasil, ficou conhecido como *efeito Carrefour*. Na expressão de Betin (2003), “ao contrário do passado, não mais se repassam custos para preços com *casca e tudo*. São os preços que os supermercados modulam que estão comprimindo os custos ao longo de cada cadeia produtiva” (itálico nosso).

- Contratos de longo prazo: as novas racionalidades logísticas que as grandes redes incorporaram em seus circuitos espaciais de produção, implicaram na substituição do grande número de pequenos fornecedores, geralmente intermediados por atacadistas e corretores, por poucos e grandes fornecedores, mantidos via contratos de longo prazo. Somente estes têm

capacidade de produção e de logística, não apenas para abastecer todas as unidades da rede, dispersas geograficamente, mas também para reduzir sua necessidade de estoque. Esta prática é complementada por outra, a chamada *carga fechada*. Com a concentração do mercado varejista, as compras também foram centralizadas. Antes, uma indústria fornecia a vários clientes varejistas; agora, obriga-se a negociar com poucas e grandes redes, que exigem volumes suficientes para fechar uma carga, reduzindo custos logísticos. Como a pequena indústria não tem condições de atender tais exigências, para ser incluída como fornecedora, se submete a outra verticalidade: fabricar produtos com marca de terceiros.

- **Marcas próprias:** trata-se de estratégia de vender parte dos produtos com a marca do próprio supermercado, produzidos de forma terceirizada, ou seja, pela pequena indústria, de preferência. O objetivo é o de fidelizar seus consumidores e fugir da guerra de preços com concorrentes que ofertam o mesmo produto por preços mais baixos. Como tais produtos têm tratamento mercadológico privilegiado (marca e embalagem da rede, posição de gôndola, preço, etc.) alcançam grande volume de vendas, o que atrai a pequena indústria fornecedora. Por outro lado, cria-se uma nova dependência em relação à rede supermercadista para quem industrializa seu produto, a qual passa a comandar as operações, incluindo a fixação de preços. Sem suas marcas comerciais, a pequena indústria perde referência no mercado consumidor, além de transferir ao supermercado suas possibilidades de agregação de valor aos produtos que fabrica. Transforma-se, assim, em mera produtora de encomendas, agentes *do fazer*, não mais *do decidir*, como diria Milton Santos. É assim que as grandes redes supermercadistas estendem seu comando, também, sobre a produção dos bens e serviços de que necessitam. A Walmart, por exemplo, anuncia que é a rede supermercadista com o maior número de marcas exclusivas, num total de 20, das quais 13 são marcas globais (WALMART, 2011b). As indústrias concorrentes de tais marcas, também são penalizadas, pois as marcas próprias, além de se beneficiarem da *logo* e imagem da rede, custam, em média, de 15% a 20% menos que as marcas tradicionais (OLIVEIRA e MACHADO, 2003).

- **Acréscimo de funções:** os fornecedores são, também, convocados a se tornarem parceiros das redes, comprometendo-se a compartilhar funções que, antes, não eram suas, tais como o gerenciamento de entregas, de estoques, de reposição e de arrumação dos próprios produtos nas gôndolas, participação em promoções etc., o que encarece seus custos.

- **Produção integrada:** a parceria que caracteriza as relações com os fornecedores se transforma em instrumento de controle da produção, em termos do quê, de quanto, de quando, de como e a que preço produzir. Trata-se da criação do *acontecer solidário hierárquico* de Santos (1999a). O fornecedor, também neste caso, é transformado em agente *do fazer*. Desta

forma, as redes asseguram a unicidade técnica, ou seja, a padronização de produtos que seus diferentes segmentos de mercado requerem. Em contrapartida, os fornecedores são convidados a se integrarem a circuitos espaciais de produção de escalas mais amplas, nacionais e/ou supranacionais. O Walmart, por exemplo, refere-se aos seus parceiros industriais como *Clube de fornecedores* e aos hortifrutigranjeiros como *Clube de produtores*. A ambos, conclama ao desenvolvimento conjunto e ao trabalho em parceria, ao mesmo tempo em que se compromete fortalecer os fornecedores regionais, valorizar as economias locais e viabilizar a entrada de seus produtos em outros países (WALMART, 2011c). O Carrefour, por seu lado, tem longa experiência em utilizar sua rede mundial como canal de exportação de produtos (carnes, frutas tropicais, etc.) de seus fornecedores locais, com o selo *garantia de origem Carrefour*. Para tanto, o produtor obriga-se a adequar-se aos padrões técnicos exigidos, que vão desde o plantio até cuidados ambientais (GAZETA MERCANTIL, 1999, p. B-20). Tal prática espacial se assemelha àquela que ocorre com a agricultura do tipo contratual, que Corrêa (1992) exemplificou no caso da fumicultura (Souza Cruz), mas que também se aplica aos da criação integrada de suínos e aves (Sadia, Perdigão, entre outras *integrações*). Nestes casos, o pequeno produtor fica preso, contratualmente, a um sistema que o submete ao inteiro controle do integrador. Não raro, trata-se de estratégia de sobrevivência de pequenos produtores rurais, pela qual se tornam *assalariados externos* do integrador que lhes impõem o tipo de produção, os insumos, o preço, a quantidade e até o financiamento, por vezes (FERREIRA, 2001, p. 51).

- Mudança de estratégia de abastecimento: em que pese o discurso de favorecer os fornecedores locais e/ou regionais, o que impera é a lei de mercado, mercado globalizado. Com os novos circuitos espaciais de produção das grandes redes supermercadistas, foi invertida a estratégia de abastecimento que vigorava para os antigos armazéns, mercadinhos e mercados: de local passou a ser nacional e/ou global, ou, do local para o lugar, passou a ser do nacional e/ou global para o lugar. É a globalização...

- Práticas restritivas: embora as grandes redes prometam ética, transparência e diálogo aberto no relacionamento com seus fornecedores, seu poder de mercado, não raro, conduz a práticas comerciais que agridem os valores que pregam. Estamos falando daquele sistema de ações enquadráveis como *práticas restritivas verticais*⁷⁹, ou ainda, como *abusos de posição dominante* (OLIVEIRA; MACHADO, 2003). Em seu estudo sobre o varejo supermercadista brasileiro, estes autores identificaram vinte e sete diferentes condutas, conhecidas no meio

⁷⁹ Prevista na Lei de Defesa da Concorrência n. 8.884, de 1994.

empresarial como: verba de combate, preço margem zero, troca zero, verba de distribuição, verba de EDI financeiro, verba de fidelidade, verba incondicional (*rappel*), verba de quebra, verba de inauguração do concorrente, verba de crescimento, verba de inauguração, verba de reforma, verba de reinauguração, verba de aquisição, troca de bandeira, desconto financeiro, tabloide, verba de aniversário, introdução de item, colocação de promotor de venda, porcentagem sobre compra anual, compra de ponta de gôndola, verba promocional, enxoval, prazo e desconto para inauguração, ações de *marketing* e racionalização de fornecedores. Através de tais práticas, as grandes redes conseguem benefícios extras, aumentando suas margens de lucro para além da diferença entre o custo de compra e o preço de venda (MARCHETTI; JERÔNIMO, 2002).

Este fenômeno, contudo, não é novo, nem exclusivo das grandes redes, mas se intensificou com a modernização do varejo e sua concentração em umas poucas redes. Seu impacto negativo vem gerando pressões políticas, originando denúncias na mídia e no parlamento, por parte das entidades representativas dos pequenos e médios fornecedores industriais e agrícolas. Algumas manchetes são bem expressivas: “A ditadura do varejo: as grandes redes de supermercados brigam por preços baixos e tornam cada vez mais dura a vida da indústria” (BLECHER, 2002); “Indústria denuncia práticas abusivas” (GAZETA DO POVO, 2008); “Fornecedores denunciam ‘rapel’ em supermercados” (PLANETA ARROZ, 2007); “Dirigente denuncia prática de ‘rapel’ nos supermercados gaúchos” (MILK POINT, 2011).

As verticalidades impostas pela racionalidade dos circuitos espaciais de produção das grandes redes supermercadistas, contudo, só se completam com outras produzidas pelos círculos de cooperação que, também, engendram. Em outras palavras, a operacionalidade dos circuitos requer, também, densos círculos de informação, normatização, ordens, mensagens, autopropaganda, *sites*, portais, etc. Antes, o processo de comunicação que presidia as negociações era direto, pessoal e desburocratizado; agora, passou a ser padronizado, impessoal, quando não virtual (internet, intranet e mídias sociais). A pessoa do proprietário do mercadinho ou armazém foi substituída por um funcionário subalterno ou, simplesmente, por um terminal da rede de computação, cuja central está distante. As interações comerciais e pessoais não se dão mais face a face, mas mediadas ou quase-mediadas (THOMPSON, 1998). O Walmart, por exemplo, disponibiliza sistemas informatizados de relacionamento (portal dos fornecedores) e de consulta à base de dados e intercâmbio de informações (*retail*). A solidariedade antes orgânica passa a ser organizacional e hierárquica.

Programas de desenvolvimento corporativo (família ISO, controle de qualidade, programas de sustentabilidade, controle de custos, entre outras modernidades gerenciais) formalizam-se como normas, abrangendo e rotinizando todas as operações, principalmente em termos de padrões de qualidade, embalagem, fracionamento, *logística*, pontualidade, quotas, preços, por exemplo. A padronização de procedimentos exige que tais normas atinjam todos os membros que participam da chamada *malha logística*, incluindo não só os fornecedores de produtos, mas também os prestadores de serviços e os próprios funcionários das grandes redes. Ao mesmo tempo, a uniformização normativa se estende em toda a rede e a todo o circuito espacial de produção, não importando o lugar em que determinado fornecedor esteja localizado. A unicidade da técnica e também do comando é, assim, assegurada pela unicidade da norma. A importância dos sistemas normativos para tais empresas é assim avaliada por Santos:

As normas das empresas são, hoje, uma das locomotivas do seu desenvolvimento e de sua rentabilidade. Tais normas tanto podem ser internas, relativas ao seu funcionamento técnico, como externas, relativas ao seu comportamento político, nas suas relações, regulares ou não, com outras firmas, sejam essas relações de cooperação ou de concorrência (SANTOS, 1999a, p. 183).

A imposição de tal conteúdo normativo, em especial aos micros e pequenos fornecedores, implica na perda de apreciável fatia da autonomia operacional e gerencial de que gozavam no sistema tradicional. Presume-se que, dado o tamanho da demanda destas grandes empresas varejistas, grande parte deles passe a depender delas, configurando situações de monopólio (dependência de um único comprador).

A densidade técnica da estrutura criada, configurada pelos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação engendrados, possibilitam o efetivo uso do território, segundo os propósitos particulares de tais empresas. Tais circuitos/círculos interligam os diferentes agentes fornecedores, conferindo-lhes proximidade organizacional, mesmo que estejam territorialmente dispersos, fora da região ou mesmo do país. Eles são os instrumentos que possibilitam os fluxos verticais (ordens, dados, mensagens, informações, etc.) de um comando centralizado, *on-line*, e que unificam e asseguram a racionalidade técnica e a solidariedade organizacional (acontecer hierárquico), ambas a serviço dos propósitos das grandes redes. Na expressão de Santos e Silveira (2006, p. 307), “a solidariedade organizacional supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado”. Tais empresas constroem, assim, seus próprios territórios, espaços funcionais às

suas racionalidades, ou, como prefere Santos (1999c), *espaços da racionalidade*. Para Bernardes, tais espaços seriam

os espaços produzidos e organizados segundo as lógicas do *acontecer hierárquico*, sob a égide das técnicas informacionais, de verticalidades, de razões globais, que impõem uma ordem alheia, instrumental e pragmática ao funcionamento dos lugares. [...] São, pois, os espaços mais produtivos para as redes hegemônicas. Daí a força com que o meio técnico-científico-informacional, em suas escalas local, regional e nacional, atrai capitais e designa hierarquia entre lugares (BERNARDES, 2006, p. 428-429).

Na perspectiva que estamos analisando, ao acolher tais redes e suas modernidades, a função comercial supermercadista de Santa Maria transformou-se num espaço do *acontecer hierárquico*, comandado, hegemonicamente, pelas redes Sonae, depois Walmart e Carrefour. A força de tal comando, contudo, não se projetou sobre os circuitos/círculos pré-existentes próprios das empresas absorvidas, mas se fez (e se faz) sentir em toda a estrutura supermercadista local.

As verticalidades do comércio supermercadista moderno, contudo, não têm origem unicamente nos sistemas de ação de empresas *de fora*, mas, também, naqueles das empresas locais, embora com diferentes densidades e impactos. Seja pela necessidade ou pela lei da imitação, os novos modos de produção contemporâneos têm difusão rápida e generalizada, como nos lembra Santos (1999a). Assim, as modernidades varejistas, trazidas pelas grandes redes, foram adaptadas e incorporadas às práticas gerenciais de parte das empresas varejistas locais, com o que o processo de modernização supermercadista foi sendo ampliado. Na medida em que tais empresas se fortaleceram e se expandiram, montaram suas próprias redes e passaram a reconfigurar seus circuitos/círculos, com base na adoção de racionalidades próprias do grande varejo.

Com isso, ampliaram-se também as verticalidades impostas, tanto a fornecedores, quanto ao pequeno varejo. Em relação aos primeiros, passaram a impor normas difíceis de serem atendidas por pequenos fornecedores locais e/ou regionais, privilegiando grandes fornecedores. Souza (2009) relata o caso da Rede Vivo, a qual, ao constituir sua rede, optou pela CEASA como fornecedora de produtos hortifrutigranjeiros, descartando produtores locais, anteriormente seus fornecedores. Por outro lado, a criação das redes de cooperação (uma expressão das horizontalidades criadas pelo pequeno varejo local, de que trataremos no próximo bloco), ao fortalecer as empresas associadas, ampliou o circuito superior do varejo local, reduzindo ainda mais as já precárias condições de sobrevivência dos pequenos mercados.

Assim, como já afirmamos, as empresas *de fora* não têm a exclusividade das verticalidades, nem estas são as únicas formas delas se relacionarem com agentes sociais nos lugares em que se instalam. Pelo contrário, a construção de vetores de horizontalidades, não raro, também faz parte de suas estratégias de *ancoragem geográfica* com comunidades que, de uma forma ou de outra, possam influenciar seus negócios. Ações neste sentido justificam um discurso pró-desenvolvimento do lugar, com promessas de criação de empregos e de geração de renda, etc. Contudo, tais ações não passam de meios para facilitar-lhes a consecução de seus objetivos, nunca um fim em si mesmas.

O caso do Carrefour é ilustrativo: temendo o impacto negativo de sua presença no varejo supermercadista local, o Sindigêneros⁸⁰ promoveu uma série de ações políticas na tentativa de demover o poder público municipal de apoiar sua instalação em Santa Maria (SOUZA, 2009)⁸¹. Embora o sindicato não tenha logrado êxito, o episódio favoreceu o relativo sucesso de reivindicações de outros agentes locais. Destes, lembramos dois: a Prefeitura Municipal e a Coopercedro⁸².

No primeiro, a Prefeitura impunha restrições, tendo em vista que o projeto original do hipermercado incluía o aproveitamento de prédio tombado pelo patrimônio histórico municipal e por localizar-se na área central da cidade, o que contrariava disposições do Plano Diretor vigente. Ao final, o Carrefour só teve seu projeto aprovado após assumir diversos compromissos: preservação e recuperação dos elementos arquitetônicos e históricos do prédio da antiga Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor (uma rugosidade do passado ferroviário de Santa Maria), com separação física de usos (embora contíguas, a parte tombada foi destinada a serviços e a parte nova ao hipermercado); apoio financeiro para adequação viária do entorno; apoio financeiro para a adequação do antigo prédio do *Cine Independência*, junto à praça central da cidade. Este seria destinado à instalação de *shopping popular*, ao qual seriam transferidos camelôs, ambulantes e artesãos de rua que tomavam conta do canteiro central da Av. Rio Branco (que precisou ser revitalizada), parte deles em frente à futura loja Carrefour. Tais concessões, no entanto, não resguardaram plenamente o valor simbólico do prédio da

⁸⁰ Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Santa Maria. Segundo Souza (2009) a proposição de tais ações partiu da Rede Super, cujas lideranças tinham assento na direção do Sindicato.

⁸¹ A propósito, o caso lembra a mobilização dos pequenos mercados, na Europa, em favor de normas que os protegessem dos grandes supermercados, do que resultaram a Lei 426, de 1971, na Itália, e a Lei Royer, de 1973, na França. No caso italiano, em razão do rigor da lei, as empresas multinacionais só puderam atuar no país, a partir da década de 1990 (SILVA, 2003). No caso francês, a Lei Royer, em parte, explica a presença do Carrefour no Brasil, já que impedia a “construção de estabelecimentos do porte que o empreendedor quisesse e no lugar que ele bem entender” (PINTAUDI, 1992, p. 42).

⁸² Cooperativa Central de Desenvolvimento Rural que congrega pequenos produtores hortifrutigranjeiros de Santa Maria e arredores.

antiga escola, nem dissimularam a natureza gentrífica do projeto do *shopping popular*. Nos dois casos, a municipalidade atendeu vários interesses, mas principalmente aqueles defendidos como exigência para a instalação do Carrefour. Na linha da nossa perspectiva de análise, Santa Maria trocou a rugosidade de um antigo espaço educacional por um espaço comercial multinacional e uma rugosidade de antigo espaço cultural por um espaço de comércio informal. Duas operações típicas, a primeira (Carrefour) do circuito supermercadista superior, a segunda (*shopping popular*) da fração informal do circuito comercial inferior.

O segundo exemplifica o processo de constituição do circuito espacial de produção de uma rede supermercadista multinacional. A Cooperativa de Proteção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares de Santa Maria (COOPERCEDRO) reivindicava a inclusão de fornecedores locais e regionais de produtos hortifrutigranjeiros no sistema *Parceria com Produtores Locais*, articulado pelo Carrefour. Tal sistema é assim descrito por Souza:

O interesse do Carrefour é o de desenvolver fornecedores de frutas, legumes e verduras que atendam a um conjunto de normas da empresa visando à qualidade dos produtos, que se estende do processo produtivo até a exposição dos produtos nas lojas. Trata-se de controle rígido das condições de produção, embalagem, transporte e entrega dos produtos. Este controle é condição chave para oferta nas lojas de produtos com garantia de origem e orgânicos. [...] O rigor das normas é menor nos estágios iniciais do fornecimento, mas mesmo assim as exigências a serem atendidas pelos produtores são elevadas, considerando que eles nunca haviam trabalhado desta forma antes (SOUZA, 2009, p. 247).

Ao final, acrescenta o autor, o Carrefour se dispôs a: (a) adotar uma política de preços mais altos e estáveis, em relação àqueles pagos aos produtores pelo varejo local; (b) conceder garantia de prioridade, mesmo em relação aos produtos do próprio centro de distribuição, o que não ocorria nas demais redes supermercadistas; (c) aceitar produtos fora da lista de pedidos, flexibilidade esta não praticada pelas demais redes supermercadistas; (d) negociar preços mais baixos em momentos de excesso de oferta, ao invés de impor os preços de mercado, como usualmente se fazia (SOUZA, 2009).

c) Verticalidades na oferta de emprego: os sistemas de ações das grandes empresas e de suas extensões em redes não engendram verticalidades apenas em suas relações com concorrentes e fornecedores, ou seja, o impacto que elas provocam não se restringe às suas relações com agentes específicos, nem só no mercado (setor, subsetor) em que atuam. Para possibilitar o uso do território como recurso, tais empresas necessitam exercitar seu poder também no campo político, como já referimos. No contexto contemporâneo dos países periféricos, reconhece Santos (1999c, p. 21), “o poder maior sobre o território deixa de ser do Estado e passa a ser das grandes empresas. A gestão do território e a regulação do território

são cada vez menos possíveis pelas instâncias ditas políticas e passam a ser exercidas pelas instâncias econômicas”. Isso por que, explicam Santos e Silveira:

Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo, do mesmo modo que as cidades também podem ser chamadas de cidades corporativas, já que dentro delas idênticos processos se verificam (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 291).

O comando político do território pelas grandes empresas, contudo, não se dá de forma necessariamente direta, mas através das influências que o exercício de seu poder econômico (hegemônico) reproduz nas diferentes esferas da sociedade. As racionalidades em que se fundam acabam por atingir o território como um todo. Como tais empresas, pelo porte que têm, são grandes geradoras de emprego, renda e impostos, além de prestígio político aos governantes que as atraem e apoiam e às cidades que as acolhem, não apenas são bem-vindas, como, também, são assediadas e disputadas pelos lugares. Como resultado, sua presença acaba por afetar a autonomia de gestão do território, por, pelo menos, dois motivos. O primeiro se dá pela repercussão de suas decisões, as quais, direta ou indiretamente, terminam afetando a dinâmica do lugar e da região em que operam. O segundo decorre do fato de que a sede das mesmas e respectivos centros de decisões permanecem fora do lugar em que instalam suas filiais (fora do território). Em relação a este último, vale a pena lembrar a crueza de sentimento com que um líder empresarial local se expressou, ao se referir às redes varejistas que tomavam conta do comércio de Santa Maria, nas décadas de 1980 e 1990:

Como a sede das grandes redes de lojas não está na cidade, o poder de decisão delas também não está aqui. E, não estando aqui (está sobejamente provado), não há o interesse de sua administração em envolver-se em atividades de cunho social e político, peculiares na comunidade local. Hoje, os gerentes das redes de lojas vêm de fora. São ilustres desconhecidos na cidade, já que sua maioria não participa de atividades associativas. Chegam e saem sem serem notados. Não são movidos por outros interesses que não os dos seus patrões. Para isso, são devidamente instruídos (BEBER, 1998, p. 198).

Ao lamentar a falência de uma empresa local (Stoever & Filhos, criada em 1941 e fechada em 1981) o autor é ainda mais duro: “A empresa morreu, vítima da intensa concorrência das redes de lojas que se instalaram na cidade” (BEBER, 1998, p. 226).

Como condição para o seu funcionamento, as novas racionalidades introduzidas pelas grandes empresas, através de suas redes, requerem uma integração hierárquica e dependente dos lugares em que se instalam e operam. Estes, ao acolherem tais empresas e, através delas,

incorporarem tais racionalidades, terminam por ter reduzida sua capacidade de gestão da vida local (SANTOS, 1999a).

Tal perda relativa de capacidade de gestão do território manifesta-se em vários campos, seja na organização espacial⁸³, seja no controle da oferta de emprego ou nas finanças. É nestes dois últimos (emprego e finanças) que pretendemos examinar as ações das redes comerciais exógenas acolhidas no território de Santa Maria. Entendemos que o controle sobre tais variáveis pode revelar o comando de parte significativa da vida econômica e social do território, no sentido de que as normas que regem seu funcionamento podem não mais pertencerem a ele, mas a escalas diversas (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Partimos do pressuposto que o grau de autonomia de um território pode ser medido, também, pelo grau de controle que ele tenha destas duas variáveis, dentre outras. A questão que nos propusemos responder, inicialmente, é: até que ponto a presença maciça, em Santa Maria, de empresas de origem exógena afeta o comando da oferta de emprego na sua função comercial?

Emprego remete a trabalho, categoria que adquiriu centralidade como elemento constitutivo da formação socioespacial da sociedade contemporânea. A perda do comando deste importante elemento pré-condiciona a eficácia das políticas pública, neste campo. Se os militares, ferroviários e servidores da UFSM, mesmo enquanto funcionários públicos, podem ser considerados como *assalariados externos*, com maior razão o são os empregados das redes comerciais que têm apenas filiais em Santa Maria, não suas sedes e centros de comando. Se em relação àqueles o poder público local tem escassa influência, esta é muito menor em relação a estes últimos, pois, a autonomia de gestão das empresas privadas se pauta por leis de mercado, imunes a ingerências políticas, seja para abrir ou fechar vagas, contratar ou despedir, remunerar, transferir, etc. Nossa hipótese, neste campo, era de que, no período contemporâneo, o território perdeu o comando de importante parcela da oferta de emprego de sua principal função terciária. Aos *assalariados externos* militares e universitários (UFSM) passaram a se somar aqueles das redes comerciais.

Nosso interesse não foi, apenas, quantificar o fenômeno, mas sinalizar seu impacto como parte das verticalidades impostas, principalmente, pelas grandes redes varejistas, vetores que são de modernidades também nas relações de trabalho, compatibilizadas com padrões alheios àqueles dos lugares em que operam.

As modernidades, neste campo, aparecem como novas formas de organização e gestão do trabalho, no geral, comuns a todas as empresas do meio técnico-científico-informacional:

⁸³ Referimo-nos às práticas espaciais estudadas por CORRÊA (1992) que evidenciamos como verticalidades militares, ferroviárias e universitárias, nos três capítulos anteriores.

flexibilização das relações de trabalho, novos modos de trabalhar, fragmentação dos coletivos de trabalhadores, supressão de direitos adquiridos (estabilidade), formas diversificadas de inserção ocupacional distintas do trabalho assalariado típico do período fordista, tais como contrato por tempo determinado, parcial ou temporário, trabalho a domicílio, terceirização, subcontratação, dentre tantas (HARVEY, 1992).

Santa Maria, como já frisamos, é um município de economia urbana terciária, o que comprovamos pela participação de cada um dos setores econômicos no seu PIB (Tabela 7). Cabe, agora, analisar se tal característica terciária se reflete, também, no emprego formal. Embora não seja nosso propósito analisar o comportamento do emprego, para a sua contextualização, preparamos a Tabela 8, abaixo, que revela a sua distribuição setorial em três momentos representativos do período contemporâneo.

Ano	Primário		Secundário		Terciário						Total	
	Pessoa	%	Pessoa	%	Comércio		Outros serviços		Subtotal		Pessoa	%
					Pessoa	%	Pessoa ¹	%	Pessoa	%		
1970	12.993	63%	1.907	9%	4.132	20%	1.574	8%	5.706	28%	20.606	100%
1980	16.510	52%	4.277	13%	7.452	23%	3.652	11%	11.104	35%	31.891	100%
2010	598	1%	10.285	17%	15.891	27%	32.402	55%	48.293	82%	59.176	100%

Fonte: Ipeadata (2010); RAIS (2010).

(1) Não estão computados os efetivos militares.

Organização: José Odim Degrandi.

Sem a pretensão de aprofundar a análise, algumas observações de ordem geral podem ser feitas. A primeira é a de que, até 1980, ou seja, até os anos iniciais da situação geográfica que, na função comercial, corresponde ao período *com redes*, a agropecuária era responsável majoritariamente pela oferta do emprego formal, em Santa Maria. Esta primazia primária foi se enfraquecendo, a ponto de, em 2010, representar apenas 1% do emprego total. O setor terciário, em sentido inverso, foi se fortalecendo a ponto de representar, na primeira década do século XXI, 82% do emprego total. Em relação à fração comercial do emprego terciário, dois aspectos podem ser assinalados: em primeiro lugar, o comércio vem sendo responsável por uma participação crescente, sendo de quase um terço do emprego total, em 2010; em segundo lugar, se os *outros serviços* forem desagregados e seus diversos ramos considerados

isoladamente, dentre todas as atividades terciárias, aquelas comerciais são as que oferecem o maior número de empregos formais⁸⁴.

Tendo por base esse quadro geral e frente ao propósito acima declarado, duas perguntas sobrevieram: a primeira, de natureza quantitativa, foi: qual é a dimensão do emprego oferecido pelas redes comerciais varejistas exógenas, em Santa Maria? Em outras palavras, na função comercial, quanto da oferta do emprego formal local não mais pertence a Santa Maria, mas a empresas de diferentes lugares que seu território acolheu? Ou, ainda, qual é a magnitude do assalariado externo comercial presente em seu território? A segunda, de natureza qualitativa, foi se tal magnitude é representativa no total da oferta de emprego formal na função comercial, a ponto de representar um efetivo comando do emprego local.

Em relação à dimensão quantitativa da oferta de emprego na função comercial de Santa Maria, por parte das redes varejistas exógenas, uma dificuldade nos foi imposta: a identificação do *assalariado externo* no quadro geral dos empregados no comércio local, a partir de banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS, CAGED). Como fonte de dados, optamos, então, pela 8ª Delegacia da Receita Estadual-RS (8ª DRE). Por este motivo, o levantamento contemplou somente as empresas enquadradas na Modalidade Geral (quanto à legislação do ICMS-RS), o que excluiu aquelas beneficiadas pelo Simples Nacional⁸⁵, não sujeitas à sua fiscalização. As empresas contempladas foram divididas em dois subsetores, conforme distinguimos o comércio varejista para efeitos da análise do uso corporativo do território, a saber: varejo não-alimentício e varejo supermercadista. Quanto ao primeiro, optamos por subdividi-lo em seus quatro ramos mais representativos, sob o ponto de vista do impacto das redes exógenas (BEBER, 1998), a saber: confecções e calçados; eletrodomésticos, bazar, móveis e perfumes; materiais de construção; farmácias. Em relação ao segundo, foram consideradas todas as empresas supermercadistas. Os dados (Tab. 9) disponibilizados⁸⁶ pela 8ª DRE refletem a situação do exercício fiscal de 2010.

O resultado do levantamento indica que no varejo não-alimentício, nos quatro ramos pesquisados, os assalariados internos eram 1.183, enquanto os externos eram 1.525, totalizando 2.708 empregos formais. Embora com apenas 37% do número de lojas, as redes

⁸⁴ Em 2006, por exemplo, o setor terciário tinha 39.457 empregos formais, sendo 12.092 no comércio, 8.498 na administração pública, 355 nos serviços industriais de utilidade pública e 18.512 nos demais serviços. Estes últimos compreendiam 202 modalidades diferentes, sendo aquelas relacionadas à saúde o maior conjunto, com 3.665 empregos formais (RAIS, 2006 *apud* PAIVA, 2012).

⁸⁵ Regime tributário especial destinado às microempresas, com faturamento anual até R\$ 240.000,00 (Lei Complementar n. 123/2006).

⁸⁶ Levantamento realizado pela 8ª DRE de Santa Maria, repassado por e-mail, em 12 jun. 2011.

Tabela 9 - Assalariados externos do varejo¹ de Santa Maria, por ramo e origem das empresas: 2010

Ramos e origem	Lojas		Assalariados	
	Número	%	Número	%
1 Varejo não-alimentício				
1.1 Confeccões e calçados				
Empresas de fora	21	30%	518	54%
Empresas locais	50	70%	443	46%
Subtotal	71	100%	961	100%
1.2 Eletrodomésticos, bazar, móveis, perfumes				
Empresas de fora	15	79%	316	100%
Empresas locais	4	21%	-	0%
Subtotal	19	100%	316	100%
1.3 Materiais de construção				
Empresas de fora	16	29%	238	34%
Empresas locais	39	71%	466	66%
Subtotal	55	100%	704	100%
1.4 Farmácias				
Empresas de fora	28	38%	453	62%
Empresas locais	46	62%	274	38%
Subtotal	74	100%	727	100%
1.5 Total varejo não-alimentício	219	100%	2.708	100%
Empresas de fora	80	37%	1.525	56%
Empresas locais	139	63%	1.183	44%
2 Varejo supermercadista				
Empresas de fora	10	15%	1.510	51%
Empresas locais	55	85%	1.426	49%
Subtotal	65	100%	2.936	100%
3 Total geral (1.5 + 2)	284	100%	5.644	100%
Empresas de fora	90	32%	3.035	54%
Empresas locais	194	68%	2.609	46%

Fonte: 8ª Delegacia da Receita Estadual de Santa Maria.

(1) Inclui apenas as empresas enquadradas na Modalidade Geral do ICMS-RS.
Não inclui aquelas beneficiadas pelo SIMPLES Nacional.

Organização: José Odim Degrandi

de fora destes ramos respondiam por 56% da oferta de emprego. Em apenas um dos ramos (Materiais de construção), as empresas locais tinham maior participação (66%) que as de fora (34%). Uma das explicações para esta exceção é a presença, neste ramo, de uma rede de cooperação (UNIMACO⁸⁷) e do fato de que a maior empresa do ramo (Walter Beltrame) é de capital local. Nos outros três ramos, as empresas de fora superavam aquelas locais: 54% no ramo de confeccões e calçados, embora com a presença da maior rede local de calçados (Eny

⁸⁷ A UNIMACO Materiais de Construção é uma rede de cooperação criada em 2000, composta por 13 empresas de 8 cidades da Região Central, 6 das quais de Santa Maria.

Calçados); 62% no ramo farmacêutico; e 100% no ramo de eletrodomésticos, bazar, móveis e perfumes (Tabela 9).

Quanto ao varejo supermercadista, os assalariados internos eram 1.426 e os externos 1.510, compondo um total de 2.936 empregos formais. Embora com 15% do número de lojas, as redes de fora deste ramo respondiam por 51% da oferta de emprego. Neste caso, o fenômeno do *assalariado externo* é uma modernidade da atual situação geográfica, que ganhou expressão com o advento e expansão das grandes redes supermercadistas multinacionais (Sonae, Walmart e Carrefour) e regionais (Real, Nacional e Peruzzo). Em 1983, este ramo tinha um total de 804 empregados registrados, em sua quase totalidade assalariados internos. Lembramos que, naquele ano, a única e pequena loja de rede exógena pertencia ao Supermercados Real, a qual não tinha mais que 20 empregados, 2,5% do total do ramo (DEGRANDI, 1985).

No ano de 2010, o conjunto do varejo supermercadista e dos quatro ramos do varejo não-alimentício apresentavam um total de 5.644 assalariados, 54% dos quais sob o comando das redes de fora. Embora este contingente representasse apenas 36%⁸⁸ do total do pessoal ocupado nas atividades comerciais, acreditamos que ele é suficiente para o nosso propósito de evidenciar o controle de parte significativa da oferta de emprego formal da função comercial do território, ao menos no que se refere ao seu circuito superior. Observe-se que, embora o levantamento tenha sido parcial, os *assalariados externos* apontados representavam 19% do total do emprego comercial, em 2010.

Ressaltamos que o resultado do levantamento não pode ser valorizado senão como uma aproximação da dimensão que o fenômeno assumiu na função comercial de Santa Maria. Isto por duas razões: não foi contemplada a totalidade dos ramos varejistas, nem o atacado, e só foram consideradas as empresas enquadradas na Modalidade Geral do ICMS. Tal restrição, contudo, não compromete a pesquisa, até por que são poucas as filiais de redes enquadráveis no Simples. Por outro lado, as micros e pequenas empresas que foram excluídas, em sua grande maioria pertencentes ao circuito inferior da economia urbana, costumam ter escassa mão-de-obra assalariada, predominando emprego informal e familiar. Desta forma, acreditamos contemplar a quase totalidade das redes varejistas de origem exógena, dos ramos pesquisados. Ademais, o fenômeno do assalariado externo não é exclusivo do comércio, pois

⁸⁸ Relação entre o total dos empregos do levantamento (5.644, conforme a Tabela 9) e o total dos empregos formais do comércio (15.891), conforme a Tabela 8.

alcança outras atividades terciárias⁸⁹, bem como secundárias e primárias. Temos presente, portanto, que o resultado, além de parcial e aproximado, pode estar subestimado.

Contudo, presumimos que a magnitude assumida pelo fenômeno do assalariado externo na principal função urbana do território (comércio) revela a singularidade que marca o território de Santa Maria, no período contemporâneo. O quadro que configuramos sinaliza que parte significativa de sua centralidade contemporânea (*capital regional*) não está mais sob seu comando. Até certo ponto, poderíamos dizer que esta foi uma parte do ônus pago pelo território para a modernização contemporânea de sua função comercial. Uma outra parte seria representada pela perda do comando das finanças, como evidenciamos a seguir.

c) Verticalidades financeiras: por finanças entendemos o conjunto de elementos materiais e imateriais constitutivos do espaço geográfico (CONTEL, 2006), representados pela moeda, crédito, financiamento, investimento, câmbio, seguros, etc. e suas extensões; enfim, tudo o que se refere a dinheiro: ao seu estudo, ao seu uso e gestão, aos seus fluxos e aos diferentes agentes que participam do seu processo de reprodução.

Dinheiro e território se correlacionam, afirma Santos (1999d). Ao estudar as metamorfoses de um e de outro, o autor estabelece três momentos distintos: no primeiro, havia um dinheiro local, que expressava contextos geográficos limitados e um horizonte comercial também limitado. Naquele momento, o lugar regia o dinheiro; no segundo, com a criação do Estado territorial (território nacional, Estado nacional, nação), o dinheiro local virou dinheiro nacional e era o Estado nacional que o regia, embora com modulações internacionais; no terceiro e atual momento, com a emergência e intensificação do processo de globalização, o dinheiro nacional passou a ser dinheiro global, cujo comando passou a se dar a partir de duas outras lógicas que se complementam, a das grandes empresas e a dos governos mundiais, representados pelo FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. (SANTOS, 1999d; CHESNAIS, 2002).

As grandes empresas, ao se tornarem globais, assumem a lógica da competitividade global (SANTOS, 1999d), à qual submetem os lugares em que se instalam e/ou operam. A produção e/ou operação é realizada em diferentes lugares (lugar do fazer), mas o comando permanece centralizado (lugar do mandar). Assim, a valorização de um lugar fica diretamente associada ao que ele pode oferecer (possibilitar), não para si, apenas, mas para alguém que está dele distante. Este critério de seletividade territorial alcança todas as operações empresariais, financeiras ou não.

⁸⁹ Serviços de comunicação (Grupo RBS, operadoras de telefonia e internet), de energia (AES Sul), saneamento (CORSAN), sistema bancário, etc.

Quando abordamos o comando dos circuitos/círculos, estávamos mais preocupados com os fluxos comerciais de bens e produtos e com os sistemas de ações pelos quais os agentes hegemônicos os comandam. Na atual fase do capitalismo financeiro, contudo, o que importa não são a produção e as trocas (comércio) em si mesmas, mas o seu equivalente, ou seja, o dinheiro que elas requerem e reproduzem. Os fluxos industriais e comerciais são, na realidade, meios para a obtenção de fluxos financeiros. Os grandes grupos industriais e comerciais comandam a “esfera visível das mercadorias”, mas o “movimento do conjunto da acumulação” é regido pelos grandes bancos multinacionais, sobretudo, as organizações chamadas de investidores institucionais, tais como companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, etc. (CHESNAIS, 2002, p. 8).

Esta conjuntura configura um complexo circuito financeiro global, interligado em tempo real, por onde fluem, freneticamente, diversos tipos de dinheiro (SANTOS; SILVEIRA, 2006), cujo controle, em alguma medida, escapa aos Estados nacionais e aos próprios governos mundiais, acima referidos, quanto mais aos lugares aonde estendem suas redes. Os fluxos financeiros – não só os bancários e não-bancários, mas também aqueles originados, principalmente, dos circuitos industriais e comerciais superiores – obedecem à lógica e à dinâmica das finanças globais. É por isso que o território passa a acolher, crescentemente, um conteúdo financeiro cada vez mais denso. Fruto da financeirização e da hipercapilaridade do crédito, também o circuito inferior e as classes de renda mais baixa são alcançados (SILVEIRA, 2009; CONTEL, 2009; DIAS; LENZI, 2009).

Esta contextualização geral nos auxilia a melhor entender a atual situação relacional do território e os impactos que a presença de agentes hegemônicos e de origem exógena lhe provocam. Acima evidenciamos a concentração de tais agentes e o comando por eles exercido na oferta de emprego no comércio varejista de Santa Maria. Agora, nosso interesse é demonstrar que eles exercem, também, o comando das finanças de importantes ramos da função comercial de Santa Maria, com reflexos na autonomia de gestão do território, o que associamos ao conceito de verticalidades.

Para explicitar tais verticalidades financeiras, dentre outras⁹⁰, selecionamos três de suas expressões mais ilustrativas, que são: comando advindo da capacidade de investimento,

⁹⁰Outros vetores de verticalidades financeiras: (a) as operações de *e-commerce*, possibilitadas pelas modernidades do meio técnico-científico-informacional, que facilitam a mudança de domicílio tributário de algumas de suas operações, desrespeitando a territorialidade que lhe é inerente; (b) venda direta (veículos, etc.) intermediada por empresas locais, mas faturada pela fábrica ou montadora diretamente para o consumidor local; (c) operações locais de leasing e de seguros (veículos, etc.), faturadas na matriz ou em outra praça que ofereça menor ônus fiscal. O município de Pelotas, por exemplo, segundo estudo de Roza, Alberton e Limongi (2008), sofreu uma evasão de R\$ 315.900,94 só no exercício de 2006, apenas nas operações de leasing de veículos. Este

comando advindo do volume do faturamento (receitas) e repatriação de lucros. Algumas delas podemos explicitar quantitativamente, outras, em razão da confidencialidade das informações, apenas descrever as características de suas ocorrências.

O primeiro conjunto de verticalidades financeiras está associado à alta capacidade de investimento que as grandes redes comerciais dispõem e de que se valem. Se, antes da globalização, as empresas que exploravam o comércio local direcionavam seus recursos financeiros segundo uma lógica e uma dinâmica do lugar e/ou da região, agora, as empresas de fora obedecem a lógicas e dinâmicas globais, impostas por suas respectivas matrizes. No caso das grandes redes comerciais (entre outras, tais como a rede bancária e de serviços de comunicação) de Santa Maria, a concentração de tais fluxos em suas mãos lhes confere grande poder econômico e, também, político e social, com implicações na gestão do território. A dimensão de este poder pode ser avaliada pelo volume de recursos financeiros que tais empresas movimentam no território, expresso em seus orçamentos. Nosso pressuposto é de que, no contexto do capitalismo financeiro, o poder de uma organização guarda relação com o tamanho relativo do orçamento que manipula. Como consequência, os lugares para onde elas estendem suas redes perdem autonomia sobre parte significativa das atividades comerciais que sua economia urbana possibilita. Isto por que as decisões relativas a investimento (inversões de capital) são do livre arbítrio das empresas (locais ou não), seja em relação à abertura e fechamento de lojas, seja em relação a quanto, em quê, como, quando e onde investir. A esse respeito, o poder público dos lugares pouco pode fazer, seja para promover ou reverter tais decisões, a não ser, tentativamente, criando novas facilidades, como já referimos.

Contudo, como os balanços anuais destas empresas não são de conhecimento público (Walmart, Carrefour e Peruzzo, por exemplo, são sociedades de natureza jurídica limitada), nossa comprovação empírica não pode ser quantificada. O caso do Atacadão do Carrefour, recentemente inaugurado, importou num investimento estimado em R\$ 35 milhões (ZOLIN, 2011c). No caso dos shoppings, enquanto o investimento do *Royal Plaza* (empreendimento de capital local) situou-se entre R\$ 60 e R\$ 80 milhões, aquele projetado pela Müller & Partners alcança R\$ 120 milhões (GELATTI, 2012, p. 8). Como já assinalamos, quanto maior é o investimento de entrada, maiores são, também, as exigências impostas ao poder público local, como precondições para a sua instalação.

O segundo conjunto de verticalidades financeiras está associado ao volume de vendas e de seu correspondente financeiro. No período contemporâneo, o faturamento das empresas

é também o caso de Santa Maria: em 2011, a Prefeitura lançou um débito de R\$ 784.955,00, correspondente a ISSQN de operações de *leasing* (SANTA MARIA, 2012b).

comerciais não é resultado, apenas, da venda de mercadorias. O meio técnico-científico-informacional lhes possibilita novas aptidões para extrair excedentes, cumulativamente, de uma vasta gama de serviços que passaram a acrescentar às suas atividades comerciais. Destacamos aqueles de natureza financeira, possibilitados pelo processo de financeirização e de creditização da economia, sob a lógica e dinâmica do capitalismo financeiro (CONTEL, 2009, 2006, 2001). Neste contexto, as empresas comerciais foram se impregnando de conteúdos financeiros e sendo transformadas em extensões de estabelecimentos do sistema financeiro bancário e não-bancário. Gradativamente, observa Silveira (2009, p.70), a empresa comercial ganhou o “rosto de uma financeira”, já que uma fração cada vez maior de seu faturamento tem origem nos serviços financeiros, tais como: financiamento de vendas, cartão de crédito (próprio e/ou de terceiros), concessão de empréstimo pessoal, cobrança de títulos, venda de apólices de seguro, até recarga de celular, etc. A autora cita o caso da rede varejista Casas Bahia para a qual, em 2005, tais serviços foram responsáveis por metade de seus lucros.

Se, apenas, estimativamente, podemos ter uma ideia do capital investido pelas empresas varejistas de fora, em relação ao seu faturamento podemos nos aproximar mais do que seria o montante do fluxo de recursos que circulam em suas redes. Embora importantes, os investimentos têm sua maior dinâmica no período da sua imobilização em fixos comerciais, enquanto o faturamento é resultado da dinâmica operacional de cada empresa, durante toda a sua permanência no lugar em que se instalam e operam. Ambos, no entanto, estão relacionados e se somam como elementos que compõem o poder de comando de que desfrutam tais empresas.

No caso de Santa Maria, para evidenciar o comando advindo do volume do faturamento das redes varejistas de fora, consideramos os mesmos ramos e empresas, bem como nos valem da mesma fonte e ano das informações utilizadas para efeitos do levantamento da oferta de emprego (Tabela 9). Ressaltamos que, além das limitações que assinalamos naquele caso, as informações sobre faturamento são restritas, apenas, às operações cujas receitas são tributáveis sob o ponto de vista do ICMS.

Segundo o levantamento da 8ª DRE, no exercício fiscal de 2010, o faturamento do varejo não-alimentício de Santa Maria foi de R\$ 559.595 mil (Tabela 10). As empresas de fora, embora em menor número (37%), foram responsáveis por 61% deste total. Tal como ocorreu em relação a emprego, apenas no ramo de materiais de construção as empresas locais superaram (58%) as de fora (42%). Como assinalamos naquele caso, tal desempenho é devido, em grande parte, à presença, neste ramo, de um forte grupo de empresas locais organizadas em rede de cooperação (UNIMACO) e da maior empresa deste ramo (Walter

Tabela 10 - Faturamento do varejo¹ de Santa Maria, por ramo e origem das empresas: 2010

Ramos e origem	Lojas		Faturamento bruto	
	Número	%	R\$ ²	%
1 Varejo não-alimentício				
1.1 Confeccões e calçados				
Empresas de fora	21	30%	110.867	63%
Empresas locais	50	70%	64.155	37%
Subtotal	71	100%	175.022	100%
1.2 Eletrodomésticos, bazar, móveis, perfumes				
Empresas de fora	15	79%	88.118	100%
Empresas locais	4	21%	121	0%
Subtotal	19	100%	88.239	100%
1.3 Materiais de construção				
Empresas de fora	16	29%	72.139	42%
Empresas locais	39	71%	100.086	58%
Subtotal	55	100%	172.225	100%
1.4 Farmácias				
Empresas de fora	28	38%	72.912	59%
Empresas locais	46	62%	51.197	41%
Subtotal	74	100%	124.109	100%
1.5 Total varejo não-alimentício	219	100%	559.595	100%
Empresas de fora	80	37%	344.036	61%
Empresas locais	139	63%	215.559	39%
2 Varejo supermercadista				
Empresas de fora	10	15%	319.541	44%
Empresas locais	55	85%	401.481	56%
Subtotal	65	100%	721.022	100%
3 Total geral (1.5 + 2)	284	100%	1.280.617	100%
Empresas de fora	90	32%	663.577	52%
Empresas locais	194	68%	617.040	48%

Fonte: 8ª Delegacia da Receita Estadual de Santa Maria.

(1) Inclui apenas as empresas enquadradas na Modalidade Geral do ICMS-RS.

Não inclui aquelas beneficiadas pelo SIMPLES Nacional.

(2) Em R\$ 1.000,00, de 2010

Organização: José Odim Degrandi

Beltrame) ser de capital local. Nos outros três ramos, as empresas de fora superaram aquelas locais: 63% no ramo de confeccões e calçados, embora com a presença da maior rede local de calçados (Eny Calçados); 59% no ramo farmacêutico; 100% no ramo de eletrodomésticos, móveis e perfumaria.

Quanto ao varejo supermercadista, o faturamento foi de R\$ 721.022 mil, dos quais 44% foram gerados por empresas de fora e 56% por empresas locais. Parte do desempenho das empresas locais se deve à presença de redes de cooperação, em especial a Rede Super, e

da Rede Vivo. Mesmo assim, as empresas de fora, embora com apenas 15% das lojas, obtiveram 44% do faturamento do varejo supermercadista. No conjunto do varejo não-alimentício e supermercadista, as redes de fora, com 32% do número de lojas, responderam por 52% do faturamento.

O terceiro conjunto de verticalidades financeiras está associado à repatriação de lucros. Antes da globalização, as empresas comerciais de Santa Maria, em sua quase totalidade, eram constituídas por capitais locais, sendo seus excedentes (re)aplicados segundo a lógica que presidia a economia local e/ou regional. Agora, com o predomínio de empresas de fora, grande parte do lucro possibilitado pelas suas atividades comerciais é repatriada para a sede de suas respectivas matrizes. Como afirma Santos (1999d), neste terceiro momento das metamorfoses do dinheiro, o dinheiro que era local virou dinheiro global, não necessariamente e apenas em termos de propriedade (posse), mas da lógica que preside seu uso. Neste sentido, parte do dinheiro (comercial) que circula em Santa Maria não é mais dinheiro local, nem só nacional, mas é, também, dinheiro global, que só frequenta o território para revalorizar-se e, depois, voltar à disposição dos grandes centros de decisão.

No caso que estamos analisando, o recurso que o território dispõe e do qual as redes se apropriam é sua histórica potencialidade de demanda solvável, patrimônio que lhe confere uma atrativa centralidade comercial. Como já demonstramos, esta demanda se funda, principalmente, na renda dos contingentes de funcionários públicos civis e militares, acrescida, também, dentre outras, pelas transferências intergovernamentais e privadas, como a renda fundiária que é drenada da região para Santa Maria (PAIVA, 2010a; ROCHA, 1993). A soma de tais fontes externas de renda vem possibilitando a Santa Maria uma condição ímpar de captação de recursos financeiros que impulsionam o seu desenvolvimento. Esta condição foi historicamente construída ao longo de mais de dois séculos, fruto da convergência de interesses que se territorializaram no lugar. Trata-se, portanto, de um patrimônio que deveria servir, prioritariamente, aos interesses maiores do seu território. Contudo, as grandes redes comerciais, ao se apropriarem de tal patrimônio territorial, ao usá-lo como recurso para a multiplicação do próprio capital e, especialmente, ao repatriá-lo revalorizado, estariam, também no domínio financeiro, impondo pesadas verticalidades ao território.

Para ampliar um pouco mais nossa abordagem da questão, entendemos que a renda, acima referida, tem duas vertentes pelas quais parte significativa da mesma é drenada para fora do território: (a) aquela que se converte em demanda e dinamiza o comércio local, por via do pagamento de fornecedores (de outros municípios), de impostos (federais e estaduais), de juros e *royalties*, mas, também, da remessa de lucros; (b) aquela que é poupada termina sendo

captada pelo sistema financeiro e aplicada segundo critérios alheios às necessidades locais. A propósito, vale lembrar que Santa Maria, em 2010, foi a 4ª maior praça de captação de poupança do Estado, só superada por Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas (FEE, 2011c).

8.3.3.2 Redes de cooperação: os espaços das horizontalidades

No bloco anterior, caracterizamos Santa Maria como território usado corporativamente sob a dinâmica do processo contemporâneo da globalização, ou seja, segundo racionalidades (formas-conteúdo) novas, vindas de fora, de longe e de cima. De acordo com Santos, tais racionalidades são expressões de verticalidades que se impuseram no território, algumas das quais demonstramos empiricamente na função comercial de Santa Maria. Agora, nos concentramos na evidenciação das racionalidades do cotidiano do lugar (formas-conteúdo antigas, herdadas, recriadas e novas) também engendradas no âmbito do espaço banal, mas a partir de forças do próprio território, vindas, portanto, de dentro, de perto, da contiguidade do lugar, cujas expressões Santos chamou de horizontalidades.

As formas-conteúdo novas, entretanto, não se restringem às modernidades trazidas pelos vetores da globalização, mas compreendem, também, aquelas produzidas por agentes sociais do lugar, fruto de seu próprio processo social. No caso que estamos analisando, as primeiras são verticalidades baseadas na solidariedade organizacional que se impuseram, através, principalmente, das grandes redes varejistas, e que foram incorporadas ao cotidiano do lugar de diferentes formas, mas que escapam ao comando do território. As segundas são horizontalidades que frutificaram em sistemas de ações baseadas na solidariedade orgânica e na cooperação, engendradas na contiguidade do lugar, mas também como resposta aos impactos das sucessivas modernidades de origem exógena.

É destas últimas que nos ocupamos agora. Nosso propósito é evidenciar, empiricamente, as estratégias de determinados agentes sociais para recompor (recriarem) suas espacialidades, desorganizadas ou ameaçadas pelas grandes redes empresariais que se instalaram no território no período contemporâneo. Em outras palavras, no propomos a dar voz ao território, fazer um exercício de análise que revele sua outra face, pensar o território não apenas como palco e recurso, mas em seu papel ativo (SANTOS; SILVEIRA, 2006). É nesta perspectiva que podemos perceber que determinados agentes sociais, ao se articularem e implementarem ações coletivas, assumem, também, o papel de agentes políticos, através dos quais o território se manifesta.

Como nos concentramos na análise da função comercial de Santa Maria, mais especificamente, do varejo de não-alimentício e supermercadista, procuramos retirar deles, dentre tantos, alguns casos que julgamos mais ilustrativos e pertinentes ao objeto de nossa pesquisa. Restringimos nossa seleção àqueles que tiveram curso no período da situação geográfica que denominamos de uso corporativo do território. Como vimos, foi neste período que as redes foram sobrevalorizadas como instrumentos da expansão do processo de acumulação do capital e que, como tal, possibilitaram tanto a vinda de grandes empresas a Santa Maria, quanto o uso corporativo de seu território. Procuramos, por isso, dar preferência a casos que pudessem demonstrar que as redes não são instrumentais, apenas, às ordens globais, enquanto vetores de verticalidades, mas, também, às ordens locais, enquanto vetores de horizontalidades. Como nosso campo de análise é a função comercial e as empresas seus agentes privilegiados, procuramos casos que expressassem ações empresariais coletivas e que pudessem ser interpretadas como produto de horizontalidades construídas por forças locais, desafiadas por forças exógenas.

De acordo com os critérios acima, selecionamos um dos formatos interorganizacionais que se tornou mais utilizado pelas pequenas empresas locais, no contexto da globalização contemporânea, e mais pertinente ao conceito de horizontalidade. Estamos nos referindo às chamadas *redes de cooperação*. Como nos restringimos à função comercial varejista de Santa Maria, selecionamos dois casos destas redes: o da Rede Super, no varejo supermercadista, e o conjunto das *redes de cooperação* do varejo não-alimentício.

Os dois casos selecionados têm uma característica comum: ao mesmo tempo em que representam movimentos de resistência (de natureza defensiva) às verticalidades impostas pelas redes exógenas, são estratégias empresariais proativas de constituição de novas espacialidades que possibilitam tanto a permanência quanto a melhoria de posicionamento no mercado. Por outro lado, podem, também, articular-se na tentativa de impedir a entrada de concorrentes, como demonstraremos adiante.

Dentre a variada nomenclatura para as organizações empresariais ou não, que se baseiam na cultura da cooperação⁹¹, a *rede de cooperação* é um tipo especial de organização de empresas independentes (e concorrentes) entre si, que se conjugam em uma nova e única estrutura organizacional, a qual tem por finalidade atuar em nome das empresas associadas, na defesa de interesses comuns (VERSCHOORE FILHO, 2006). No caso do Rio Grande do Sul,

⁹¹ Dentre outras: associação, central de negócio, cooperativa, cooperativa de crédito, consórcio de empresas, empresa de participação comunitária, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sociedade de propósito específico, sociedade garantidora de crédito (SEBRAE, 2011a).

tal designação ganhou visibilidade e difusão quando foi oficializada pelo Governo do Estado, em 2000, e ganhou *status* de política pública, através do Programa Redes de Cooperação⁹².

Nossa abordagem não privilegia a análise deste fenômeno (*redes de cooperação*) pelo seu lado econômico-administrativo, mais afeito ao campo das teorias organizacionais e de estratégias de gestão empresarial. Para além deste sentido, partimos da premissa de que as *redes de cooperação* em tela são construções sociais coletivas, engendradas por agentes com interesses coletivamente identificados, o que nos remete para as dimensões socioeconômicas do fenômeno.

Para avançar nesta perspectiva teórica e para observar sua manifestação empírica, nos apoiamos, dentre outros⁹³, na pesquisa de Souza (2009). Este autor, baseando-se na sociologia econômica de Bourdieu e na sociologia dos mercados de Fligstein, analisa a construção social do mercado de hortifrutigranjeiros, através das *redes de cooperação* do pequeno varejo de Santa Maria e Santa Rosa. Sua utilidade para nosso trabalho decorre, tanto da coincidência de objeto (*redes de cooperação* do pequeno varejo de Santa Maria), quanto da proximidade do marco teórico utilizado (Bourdieu e Milton Santos). O nosso propósito, contudo, não é o de aprofundar uma interpretação socioeconômica do fenômeno, nem fazer uma avaliação do mesmo; o que pretendemos é evidenciar sua emergência como uma manifestação das horizontalidades produzidas no e pelo pequeno varejo de Santa Maria, em contraposição às verticalidades impostas pelas grandes redes comerciais que se instalaram no varejo local.

Uma *rede de cooperação*, como tratamos neste trabalho e segundo a perspectiva teórica que adotamos, não obedece a um modelo universal, por ser uma construção historicamente condicionada, ou seja, uma criação que é produto de um contexto específico. Formada em nome de um conjunto de empresas de um mesmo ramo de atividade e independentes entre si, a *rede de cooperação* constitui-se como uma nova organização, cujo principal papel é atuar em nome do interesse coletivo das empresas participantes, em eventos coletivamente preestabelecidos. É, por isso, um tipo especial de sistema de ação interorganizacional que, por representar o coletivo e agir em nome dele, se torna tão ou mais importante que as empresas participantes (VERSCOORE FILHO, 2006). Segundo este autor, as *redes de cooperação* têm características ambivalentes, por unir:

flexibilidade e agilidade das empresas de menor porte com a escala e o poder das grandes corporações [...], unindo competição com cooperação, reciprocidade e solidariedade com foco estratégico, [inter]dependência com manutenção da

⁹² O programa foi lançado em 2000 e instituído pelo Decreto n. 42.950/2004 (VERSCOORE FILHO, 2004).

⁹³ Outras pesquisas sobre redes de cooperação: Pereira (2005a), Balestrin (2005), Verschoore Filho (2006), Verschoore Filho; Balestrin (2008).

individualidade, ganhos coletivos com privados, escala com escopo e, sobretudo, hierarquia com mercado (VERSCHOORE FILHO, 2006, p. 16 e 17).

Sua emergência não se dá, apenas, como resposta adaptativa às condições adversas do ambiente, como se fosse uma simples reação baseada na racionalidade econômica do pequeno varejo frente a novos competidores hegemônicos. Dá-se, também, como construção coletiva, fruto da conscientização política de classe, e como instrumento de confrontação (SOUZA, 2009). A *rede de cooperação*, pela acumulação de poder (de capital, gerencial, logístico, de volume de compras, etc.) que possibilita, transforma-se em instrumento, não tanto para a defesa e preservação das formas-conteúdo do varejo tradicional, por exemplo, mas para obter as condições de acesso às modernidades varejistas praticadas pelas grandes redes. Neste sentido, ela representa uma estratégia de incorporação das racionalidades do moderno varejo, tais como: central de distribuição, departamentalização e profissionalização das compras, poder de pressão junto a fornecedores, fortalecimento de marca, etc. Em outras palavras, agindo coletivamente, tais empresas acumulam poder que é utilizado para defender, preservar ou melhorar suas posições no espaço social, ou seja, no mercado em que atuam: umas no circuito superior, outras do circuito inferior (ou próximo dele) para o superior (ou próximo dele).

Assim, a criação de uma *rede de cooperação* não decorre de atos desinteressados ou altruístas, pois na base da solidariedade que torna a cooperação possível estão os lucros (materiais e/ou simbólicos) que o pertencimento a um grupo pode proporcionar (SOUZA, 2009). O que prevalece, ao final, são as leis de mercado. A formação de grupos que resulte na construção de uma *rede de cooperação*, por isso, não é espontânea, nem automática, nem uma rede de relações de cooperação é algo ontológico, natural ou um dado social *a priori*. Ela é favorecida por condicionantes sociais pré-existentes e/ou criados. Uma primeira condição aos agentes que formam grupos é a de estarem próximos no espaço social, o que lembra a noção de contiguidade de Milton Santos. Mas, outras condições são necessárias: existência de interesses econômicos e não econômicos comuns; a construção de um projeto político que identifique o grupo e que nele se reconheçam; a ação de agentes socialmente hábeis que unam e que induzam os empresários a se disporem à cooperação, superando diferenças de disposição e de interesses individuais; o compartilhamento de visões, em razão de semelhanças de trajetórias e de posição estrutural no mercado (SOUZA, 2009).

Na nossa perspectiva, a emergência das *redes de cooperação*, em Santa Maria, e sua expressão mais exitosa (a Rede Super, que examinaremos adiante), além dessas condições, se devem, também, à existência de um substrato cultural ainda presente na memória coletiva do

território. Estamos nos referindo ao espírito de associativismo, mutualismo, cooperativismo e empreendedorismo coletivo, dentre outras formas, tanto de organização política, quanto de cooperação econômico-solidária (LANGE, 2006). Suas origens remontam os tempos da COOPFER, da Cooperlar, dentre outros movimentos de associativismo que marcaram o cotidiano do território, em diferentes momentos de sua história. Lembramos que o *economat*, o sindicato dos empregados da VFRGS e a COOPFER, por exemplo, emergiram a partir da insurgência às práticas da *Auxiliaire*, arrendatária da Viação Férrea. Este caldo cultural vem marcando o território com conteúdos que conferem traços peculiares às relações trabalhistas locais, não raro, dobrando ou flexibilizando verticalidades impostas, além de criar novas solidariedades orgânicas entre trabalhadores, sociedade civil, entidades diversas influenciando na normatização do território (PEREIRA, 2005b).

O sindicalismo patronal, especialmente aquele das micro e pequenas empresas, também comunga do mesmo espírito. Afinal, direta ou indiretamente, as famílias dos fundadores da Rede Super, tinham algum vínculo com a chamada *família ferroviária*, da qual herdaram valores culturais que favoreceram suas ações associativas.

O conjunto de todos esses valores nada mais é do que a explicitação do que Santos entende por horizontalidades, em cujo âmbito as *redes de cooperação* são engendradas. Esta compreensão nos autoriza tratar as redes que selecionamos para análise como fruto de legítimas horizontalidades produzidas no território no período contemporâneo. Como anunciamos acima, apresentamos os dois casos de redes de cooperação que emergiram do contexto da presente situação geográfica, no setor comercial de Santa Maria, um no varejo supermercadista e outro no não-alimentício. O primeiro foi engendrado no âmbito do pequeno varejo supermercadista, que chegou a ter várias redes de cooperação, das quais preferimos abordar apenas uma, a pioneira e a mais representativa de todas, que é a Rede Super.

Como já assinalamos, desde a década de 1980, a estrutura supermercadista brasileira vinha se transformando, em grande parte pela formação de grandes redes regionais e nacionais, através, principalmente, de fusões e aquisições de redes menores. Segundo Farina (2003), no período de 1994 a 2002, as dez maiores redes supermercadistas aumentaram em 87,6% sua participação no total das vendas, saltando de 24,3% para 45,6%. Esta dinâmica foi acelerada pelo aumento da presença de capital internacional, de que as multinacionais Carrefour, Sonae e Walmart são exemplos. Tal concentração-centralização⁹⁴ proporcionou

⁹⁴ A concentração do segmento varejista pode ser interpretada como uma reação àquela ocorrida na indústria, principalmente no início da década de 1990 (Oliveira; Machado, 2003).

condições para que o varejo supermercadista passasse a ampliar seu poder frente aos fornecedores (indústria, agricultura, além do atacado), em parte, também pela melhor incorporação dos avanços do meio técnico-científico-informacional em seus sistemas de ações. Na opinião de Souza (2009, p. 102), “o varejo foi o segmento do sistema alimentar que mais tirou proveito dos avanços científicos e tecnológicos, especialmente na área da informação, o que o sintonizou com [a] nova realidade da demanda”: superação da demanda pela oferta, consumidor mais ativo, exigente e seletivo, com mais consciência de seus direitos e com mais poder.

Neste contexto, os pequenos estabelecimentos locais vinham sofrendo pressões de várias frentes, sendo três as principais. A primeira tinha origem no próprio varejo, causada pelas transformações da estrutura supermercadista, algumas delas assinaladas acima. Baseando-se em Bourdieu, Souza (2009) lembra que a pressão não é direta, das grandes redes sobre as pequenas ou de uma empresa contra a outra. Os sistemas de ações das empresas, principalmente daquelas dominantes, ao implementarem estratégias para criar ambiente favorável aos seus propósitos, acabam transformando o subsetor (supermercadista) e é esta transformação que afeta todas as empresas que dele participam, podendo limitar as alternativas de umas e, até mesmo, as possibilidades de sobrevivência de outras. A segunda, a montante, advinda dos grandes fornecedores, especialmente indústrias, algumas delas multinacionais, cujas racionalidades impunham novas exigências, em termos de escala de compras, lotes mínimos de pedidos, condições de pagamento, etc., o que deixava os pequenos e médios varejistas na mão de intermediários e atravessadores. E a terceira, a jusante, derivava do mercado de consumo, a essa altura, no início do processo de afeição ao consumo hedônico⁹⁵, estimulado pela publicidade/propaganda, com valorização de atributos não tangíveis, conteúdos não apenas novos, mas, também, de difícil assimilação pela cultura empresarial do pequeno varejo tradicional.

No caso que estamos analisando, os sinais precursores de tempos novos tornaram-se mais explícitos e mais dramáticos, principalmente, com a chegada da rede multinacional Sonae. Como assinalamos, antes da Sonae, as presenças do Real e Nacional não eram tidas como ameaças. Foi com a Sonae que foi percebido o distanciamento existente entre as práticas do varejo tradicional preexistente e aquelas da indústria e do varejo modernos, em parte, também exigidas pelos novos padrões da sociedade do consumo. Percebeu-se, também,

⁹⁵ Noção de consumo expandido para além do conceito de utilidade, alcançando sentidos simbólicos (psicológicos e sociais), que se firmou com a passagem da sociedade de produção (modernidade sólida) para a sociedade de consumo (modernidade líquida), segundo perspectiva de Bauman (2001).

que tal distanciamento significava um tratamento diferenciado dispensado pela indústria às diferentes empresas varejistas. Conforme narra Souza, foi a percepção desta situação que indignou os pequenos varejistas associados ao SINDIGÊNEROS de Santa Maria e

que os motivou a agir coletivamente nas negociações. Começaram a fazer listas de produtos demandados pelo grupo, formando escala, e passaram a fazer cotações de preços. O fornecedor que ofertasse o menor preço fornecia para todo o grupo e os perdedores não entravam com produtos em nenhuma loja do grupo. Esta forma de ação foi o embrião da Rede Super [...] (SOUZA, 2009, p. 108).

Em relação às práticas do moderno varejo supermercadista (grande variedade de produtos, preços baixos, promoções e intensa propaganda, dentre outras), um dos líderes da Rede Super revelou que a agressividade da Sonae era de tal ordem que chegava a “praticar e anunciar preços inferiores aos que eram pagos pelos comerciantes varejistas aos seus fornecedores” (SOUZA, 2009, p. 104).

O impacto de tais verticalidades no varejo local colocou os pequenos empresários num dilema: conformar-se com a situação, o que, para uns, poderia significar a própria exclusão do mercado, ou ousar enfrentá-la, o que, por certo, não era obra individual. A percepção das desiguais condições de competição se encarregou de convencer um pequeno grupo de que o desafio exigiria uma ação empresarial coletiva. Na época, o conceito de rede de cooperação, se existia, não era do conhecimento do SINDEGÊNEROS. O conceito mais próximo e já com experiências em andamento era o de central de compras (DEGRANDI, 1985), embora ainda não utilizado no ramo supermercadista. Assim, na ausência de modelo a seguir, a experiência foi sendo construída localmente, apenas sob a inspiração do velho ditado popular: a união faz a força.

A Rede Super, criada em 1996, foi a primeira rede de pequenos supermercados do Brasil a optar pela ousadia e a protagonizar uma inovação organizacional inédita no segmento supermercadista (SOUZA, 2009; REDE SUPER, 2012). Constituiu-se, não como associação ou cooperativa, mas como uma central de negócios⁹⁶, com o objetivo de promover ações e realizar operações coletivas (compras, marketing, institucionalização de uma única marca e bandeira coletivas, central de distribuição, etc.), em nome das empresas filiadas. Fundada por 12 pequenos varejistas (pessoas físicas, não jurídicas), funcionou, inicialmente, como *central*

⁹⁶ Designação usada para representar “uma entidade de base associativa, formada por empresas ou empreendedores independentes, voltada para a busca de soluções conjuntas de interesse econômico, com foco no mercado em que atuam”, segundo o SEBRAE (2011b). No caso, trata-se de uma empresa com sócios proprietários (pessoa física dos fundadores) e franqueados (pessoa jurídica). Juridicamente, tanto as empresas que os sócios proprietários representam quanto aquelas franqueadas, permanecem independentes. Neste sentido, distingue-se das redes de cooperação sem fins lucrativos (associações), razão por que é também chamada de rede de negócios ou central de negócios pela AGAS.

de compras, depois, consolidou-se com a adoção do sistema de franquia, ampliando o quadro de empresas associadas e sua área de atuação na região. Durante algum tempo, foi a maior rede de cooperação supermercadista em faturamento, no Brasil. Em 2003, foi a 9ª no ranking nacional (SUPERHIPER, 2004). Em 2008, a Rede Super compunha-se de 45 empresas franqueadas, num total de 68 lojas, atuando em 28 municípios da região, segundo levantamento de Souza (2009). Em 2010, com 60 lojas franqueadas e faturamento total de R\$ 451 milhões era a segunda rede no ranking estadual (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2011b, p. 10).

A Rede Super não tem importância, apenas, por ter sido a pioneira, mas também pelos resultados que possibilitou que seus membros alcançassem, bem como pelo efeito demonstração que proporcionou para toda a classe, tanto em Santa Maria, quanto no Estado e no país todo. Segundo levantamento de Cleps (2005), em 2003/2004, em relação ao total das redes associativas nacionais, o Rio Grande do Sul ocupava a primeira posição em termos de concentração de sede das redes (20,5%), de vendas (19,5%) e de número de lojas associadas (28%). Em 2010, as 18 principais redes do Estado congregavam 737 lojas de supermercados, apresentando um faturamento de R\$ 2,6 bilhões, 14% do total do setor (AGAS, 2012a). Seu sucesso serviu para encorajar a emergência de novas redes, inclusive em outros ramos de atividade, tanto terciárias e secundárias quanto primárias. O caminho estava aberto: pequenos varejistas, concorrentes entre si e ameaçados pelas grandes redes varejistas, de agentes isolados e hegemônicos, poderiam se transformar em agentes coletivos, permanecendo pequenos, mas, fortalecidos por laços de cooperação com potencial para lhes conferir poder de mercado suficiente para arrostar concorrentes mais fortes.

O aumento da complexidade das condições concorrenciais, provocadas pela presença de grandes varejistas, praticamente anulou as possibilidades de pequenos e médios se manterem no mercado atuando de forma isolada, ou seja, fora das redes de negócios. Integrar uma rede passou a ser um diferencial estratégico, quando não, a própria condição de sobrevivência. No caso de Santa Maria, para os micros e pequenos mercados fora das redes de cooperação locais, com a consolidação da Rede Super e a abertura de outras, a situação ficou ainda pior. Isto por que o poder comercial acumulado na rede, aliado à gradativa harmonização de suas práticas comerciais àquelas do moderno varejo, conferiram posição privilegiada na estrutura do segmento. Segundo seus dirigentes, o capital comercial (poder de venda que se transforma em poder de compra) acumulado na Rede Super, em suas 60 lojas, chegou a superar aquele representado pelo somatório das lojas locais das grandes redes

supermercadistas (Walmart, Carrefour e dois outros grupos⁹⁷), presentes em Santa Maria (SOUZA, 2009). Desta forma, o poder de mercado da Rede Super somou-se àquele das grandes redes, tirando ainda mais espaço aos micros e pequenos mercados e, também, às outras pequenas redes de cooperação formadas (PEREIRA, 2005a).

Esta é uma das situações em que um evento que nasceu como resultado de uma horizontalidade, uma vez consolidado e fortalecido, passa a representar uma fonte de verticalidades similares àquelas que deram origem à sua emergência. Neste sentido, se a criação da Rede Super pode ser caracterizada como uma manifestação das horizontalidades do varejo local frente à chegada das grandes redes, uma vez constituída, suas ações também podem ser consideradas como verticalidades impostas aos micros e pequenos mercados abrigados ou não em redes de cooperação menores. Comprova-se, também, que, assim como as verticalidades não são exclusivas nem as únicas ações dos agentes exógenos, as horizontalidades não o são dos agentes locais. Tanto um quanto o outro, dependendo do contexto em que operam e do papel que nele desempenham, podem emergir como vetores de verticalidade ou horizontalidade, assim como, depois, passar a produzir, também, ações de sentido oposto (SILVEIRA, 2008). Esta complexa dinâmica se verifica, também, entre os próprios membros de uma rede de cooperação. Uma norma, por exemplo, num determinado momento, pode significar uma garantia de coesão e solidariedade ao grupo como um todo (uma horizontalidade), mas, no momento seguinte, pode transformar-se numa sobrecarga a um membro mais frágil ou uma limitação à expansão de um membro mais fortalecido (uma verticalidade).

O caso da Rede Vivo é exemplar: quando da criação da Rede Super, o Supermercado Libraga, um dos 12 membros fundadores, era um modesto mercado do bairro Camobi. Com sua profícua participação na Rede Super, tornou-se o maior supermercado da mesma, contudo, estava impedido de expandir-se na cidade, em função de norma interna. Ocorre que, ao constituírem a rede, os 12 fundadores lotearam o mercado local, fixando uma zona da cidade para cada um, de forma a evitar riscos de concorrência autofágica, pela superposição de áreas de atuação⁹⁸. Impossibilitado de quebrar tal norma, o Libraga, para dar continuidade à sua expansão e ocupar novas áreas na cidade, viu-se obrigado a retirar-se da Rede Super, o que aconteceu em 2004. No entanto, para continuar alavancando seus negócios com a

⁹⁷ Rede Vivo e Supermercados Dois Irmãos, hoje Peruzzo Supermercados.

⁹⁸ Esta norma, na prática, barrava a entrada de outros estabelecimentos da cidade na Rede Super, pela inexistência de áreas livres, além daquelas já assumidas pelos membros fundadores. Os demais supermercados, para se beneficiar das redes de cooperação, foram obrigados a criar as suas próprias redes de cooperação (PEREIRA, 2005a).

reputação da imagem que ajudara construir, capitalizou-se com vários elementos característicos da Rede Super, a começar pelo nome fantasia, alterado para Rede Vivo, mesmo sendo uma empresa familiar, não uma associação de empresas. Outros dois elementos transpostos foram: a cor amarela, como padrão de identificação visual da logomarca, prédios, veículos, sacolas, etc., e a criação de marca própria para os mesmos produtos com este atributo na Rede Super (PEREIRA, 2005a).

Com estes novos eventos, a estrutura supermercadista de Santa Maria ficou ainda mais polarizada: de um lado, um circuito superior formado pelas grandes redes (Sonae, depois Walmart, Dois Irmãos, depois Peruzzo, Carrefour, Rede Super e Rede Vivo), no qual a concorrência passou a ser “não mais baseada em empresas *versus* empresas, mas sim rede *versus* rede”, segundo Pereira (2005, p. 149); de outro lado, um circuito inferior composto por micros e pequenos mercados, uma parte deles formando pequenas redes de cooperação. No entanto, tal reconfiguração da estrutura supermercadista não implicou na confirmação da tendência da sua concentração, ao menos no grau que o SINDIGÊNEROS temia. Afinal, como assinalamos acima, em 2011, o circuito superior do segmento estava composto por cinco grandes redes (duas multinacionais: Walmart e Carrefour; uma regional: Peruzzo; uma rede de cooperação local/regional: Rede Super; uma rede local/regional: Rede Vivo), com poder de mercado quase equivalentes, com pequena vantagem para as multinacionais. Por outro lado, no circuito inferior, o número de micros e pequenos mercados não sofreu redução. Muito deste efeito se deve às redes de cooperação, em especial à Rede Super. Em seu estudo sobre o conjunto das redes de cooperação supermercadistas de Santa Maria, Pereira (2005a) atribui a elas a referida reversão (modificação) da tendência de concentração. Segundo seu levantamento, em 2003, cerca de 80% dos supermercados estavam filiados a uma das quatro redes existentes na cidade. Comparada com oito cidades do mesmo porte⁹⁹, Santa Maria era a que tinha a menor relação habitante/supermercado, ou seja, um supermercado para cada 2.209 habitantes, enquanto Pelotas, por exemplo, era de um supermercado para cada 5.154 habitantes.

Pelo que demonstramos, a Rede Super se constituiu numa legítima expressão das forças locais supermercadistas, construída a partir das horizontalidades engendradas no cotidiano do lugar, como contraponto de verticalidades empresariais impostas por forças exógenas. Se estas não puderam assumir, com maior força, o comando hegemônico do circuito superior do varejo supermercadista local, muito se deva a ela. Sob o ponto de vista da

⁹⁹ Novo Hamburgo, Alvorada, São Leopoldo, Canoas, Gravataí, Viamão, Rio Grande e Pelotas.

abordagem realizada por Souza (2009) às teorias de Bourdieu e Fligstein, ela também se confirma como um exemplo real de uma construção social coletiva, fruto da proximidade espacial dos agentes, da comunhão de interesses materializados em um projeto político e da habilidade de agentes sociais em induzir seus pares à cooperação.

O segundo caso de *redes de cooperação* que evidenciamos pertence ao pequeno varejo não-alimentício de Santa Maria. Como assinalamos quando abordamos as modernizações do varejo de Santa Maria, as pressões competitivas, provocadas pela presença de grandes redes, não se restringiram ao subsetor supermercadista. Elas se manifestaram pesadamente, também, no subsetor não-alimentício, concentrando-se na Rua do Acampamento. Tanto num quanto no outro, elas impuseram racionalidades próprias dos tempos da globalização, inaugurando um novo padrão competitivo no varejo local. Frente as tais modernidades, o comércio tradicional local não tinha condições de acompanhar, até por que, não estava habituado a enfrentar concorrentes tão fortes, nem preparado para usar, com a mesma intensidade, os novos recursos do meio técnico-científico-informacional. Assim como no pequeno varejo supermercadista, também no varejo não-alimentício a constituição de redes de cooperação foi vista e acatada como uma alternativa de sobrevivência das pequenas empresas locais.

Embora a estrutura organizacional seja parecida e os objetivos os mesmos, reconhecemos algumas importantes diferenças entre ambas as redes. A Rede Super, por ser pioneira, colheu os frutos de sua ousadia, mas, também, arcou com o ônus de tal condição: (a) não teve outras experiências nem modelos em que podia se guiar, a não ser o conceito de central de compras, segundo o qual iniciou suas atividades; (b) não contou com apoio oficial, nem com legislação que a diferenciasse de uma empresa mercantil comum. Ressalvamos, contudo, que seu protagonismo foi beneficiado pela origem sindical da rede, uma vez que seus líderes tinham participação ativa no SINDIGÊNEROS local, instância em que o seu projeto foi gestado. Tal fato explica, em parte, a visão estratégica que ensejou a criação da rede, antecipando-se à tendência de agravamento da internacionalização e concentração do varejo supermercadista que, cedo ou tarde, deveria ocorrer também em Santa Maria (SOUZA, 2009); (c) desta forma, todo o processo político, desde a construção da consciência coletiva de identidade (de classe e de grupo) e da criação de interesse e disposição na cooperação, até a operacionalização do seu formato organizacional, dependeu do próprio empenho de seus líderes.

Ao contrário, as redes de cooperação do varejo não-alimentício, bem como aquelas das demais atividades empresariais (industriais, de serviços, sociais, culturais, etc.) de Santa Maria, emergiram mais tarde, quando o fenômeno da cooperação interorganizacional já estava

consagrado. Ademais, foram resultados mais da indução, promoção e apoio externos e oficiais (Governo do Estado) e técnico (UFSM), operacionalizados pelo Programa Redes de Cooperação¹⁰⁰, do que de movimento endógeno articulado por agentes do próprio ramo de atividade. De certa forma, como já assinalamos, o efeito demonstração proporcionado pela Rede Super favoreceu a formação de outras redes de cooperação, tanto supermercadistas, quanto dos demais ramos de atividade.

Estas diferenças, no entanto, não desmerecem as redes do varejo não-alimentício, nem seus eventos fundantes. Apenas demonstram que são produtos de contextos diferentes, tanto de estruturas e conjunturas de mercado, quanto de capital social. Não é nosso propósito contextualizar historicamente a emergência, o sucesso ou fracasso das redes de cooperação em Santa Maria, mas, apenas, reconhecer tais redes como manifestações (expressões) concretas (empíricas) do que Santos denominou de horizontalidades engendradas por forças locais, frente àquelas advindas de cima, de fora.

Em seu estudo, Vianna (2007) listou 20 redes de cooperação com atuação em Santa Maria, em 2006, todas participantes do Programa Redes de Cooperação, cobrindo os mais diversos ramos de atividade: alimentício (1), não-alimentício (7), indústria (3), serviços (8) e social (1)¹⁰¹. A estas foram acrescentadas outras, de diferentes ramos de atividade. Embora nem todas tenham prosperado, elas representaram, a seu tempo, expressões de horizontalidades construídas como respostas aos novos contextos contemporâneos, moldados em grande parte pelas redes varejistas que aportaram em Santa Maria.

Com base neste quadro, podemos comprovar que, dada a abrangência de seu uso, as redes de cooperação têm importância em si mesmas, não somente como estratégia de defesa/ataque a forças externas a um ramo específico de atividade. Como expressões de horizontalidades, elas representam uma modernidade organizacional usada por agentes que ocupam posições não hegemônicas, sejam de mercado (no caso de empresas), ou de partilha de recursos públicos (no caso de entidades sociais).

Assim, como demonstramos, frente aos novos contextos e dinâmicas impostos pela modernização contemporânea da função comercial de Santa Maria, as redes comerciais de cooperação são exemplos das possibilidades de construção de estratégias de resistência (defesa) e/ou de concorrência (ataque) por parte de agentes sociais locais. Às imposições

¹⁰⁰ Criado no ano 2000 e instituído em 2004 pelo Decreto Lei n. 42.950, o programa constituiu e apoiou aproximadamente 260 redes de cooperação, com 5.200 empresas integradas, gerando e/ou mantendo aproximadamente 50.000 postos de trabalho diretos, e alcançando, em conjunto, um faturamento anual superior a R\$ 5 bilhões (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

¹⁰¹ As redes supermercadistas, a exemplo da Rede Super, bem como algumas redes do varejo não-alimentício (UNIMACO, etc.) não participaram, oficialmente, do Programa Redes de Cooperação.

advindas de fora, de longe e de cima, que configuraram o que chamamos de espaços das verticalidades comerciais, se contrapuseram novos sistemas de ações engendradas no cotidiano do lugar e fundamentados na cooperação, na solidariedade e na contiguidade, conformando os espaços das horizontalidades comerciais. A exemplo da sua função comercial, o território de Santa Maria, no período contemporâneo, pode ser compreendido como um resultado da convivência dialética de forças sociais que, embora suas racionalidades conformem distintos espaços, são partes da mesma totalidade e, também, condições para novas possibilidades de desenvolvimento.

8.4 Comando exógeno do território

Como assinalamos, entendemos que a constituição da atual situação geográfica de Santa Maria é resultado da sucessão, da combinação e da sobreposição de uma profusão de eventos que historicamente se geografizaram em seu território. Dentre tantos, privilegiamos os eventos militar, ferroviário, universitário e comercial, caracterizados como os seus principais usos e, também, como vetores tanto de verticalidades quanto de horizontalidades, evidenciadas caso a caso. Sem querer subestimar as inúmeras e importantes horizontalidades engendradas no território a partir de tais eventos, optamos, como conclusão de nossa abordagem do uso corporativo do território, ressaltar a condição histórica de sua forte dependência a comandos de fora, de longe e de cima.

Com tal propósito, ensaiamos uma análise conjunta das verticalidades comerciais, acrescidas daquelas militares, ferroviárias e universitárias, todas presentes na atual situação geográfica, embora de diferentes naturezas e impactos. Partimos de duas constatações empíricas: de um lado, os referidos eventos foram vetores dos principais impulsos ao desenvolvimento de Santa Maria, desde a formação de seu território até o presente; de outro lado, a característica comum a todos eles é a origem exógena do comando dos respectivos sistemas de ações, o que dá origem à dependência a que nos referimos acima.

Para a comprovação empírica de tal dependência, nos valem dos comandos que tais agentes impuseram (e impõem) na oferta de emprego, nas finanças e na gestão espacial do território. Lembramos, contudo, que os quantitativos que levantamos não consideram a totalidade do emprego e das finanças, nem da gestão espacial do território. Embora parciais, eles têm força como elementos indicativos da singularidade histórica que marcou (e marca) o desenvolvimento de Santa Maria e que pré-condiciona seu futuro.

8.4.1 Comando da oferta de emprego

A questão do emprego (trabalho) não diz respeito, apenas, à esfera econômica, mas assume relevância social e, como tal, é, também, um dos objetos inescapáveis de políticas públicas, em quaisquer das instâncias federativas. A já limitada autonomia municipal, no caso que estamos analisando, agrava-se quando seu território perde o controle de parte significativa do comando da oferta do emprego local. A propósito, Santos se questiona:

Em que medida, assim, o trabalho local dependeria da sociedade local? A sociedade local comanda, sobretudo, os aspectos técnicos do trabalho local, enquanto é residual e incompleto seu comando sobre os aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em outras instâncias, superiores e distantes. Hoje, o centro de decisão encontra-se no estrangeiro, no mesmo continente ou em outro (SANTOS, 1999a, p. 217).

Para abordar tal questão, utilizamos o conceito de assalariado externo, como expressão da parte da oferta de emprego cujo comando é exercido por organizações que têm suas sedes e centros decisórios fora de Santa Maria. Na área pública, evidenciamos os eventos militar e universitário como as maiores fontes de emprego formal local: em 2010, por exemplo, somados os assalariados ativos do Exército e da BASM com os da UFSM, o contingente alcançou um total de 11.190 pessoas (Tabela 11). O peso relativo deste contingente na oferta local de emprego pode ser mais bem avaliado através duas simples comparações: em primeiro lugar, ele era 3,7 vezes maior que o da Prefeitura Municipal, que era de 3.035 assalariados; em segundo lugar, a soma dos empregos destes três eventos (11.190) correspondia a 23% do total do pessoal ocupado no setor terciário de Santa Maria, naquele ano (48.293) e 19% do total do pessoal ocupado, naquele ano (59.176). Na área privada, representada no comércio varejista, de acordo com o levantamento da 8ª DRE (Tabela 9), os *assalariados externos* (3.035) representavam, em 2010, 54% do total do emprego dos ramos pesquisados (5.644). Por fim, o conjunto dos *assalariados externos* (14.225) representava 24% do total do pessoal ocupado (59.176) e 29% do pessoal ocupado no setor terciário.

Comprovamos, assim, que o território perdeu o comando de grande parte da oferta de emprego local, justamente nas funções urbanas que mais o caracterizam, mais destacadamente na segurança, na educação superior e no comércio. Como assinalamos, contudo, tal condição não é resultado da atual situação geográfica, apenas. Ela é parte da herança das situações

Tabela 11 - Assalariados ativos externos de Santa Maria: 2010

Discriminação	Assalariados
1 Órgãos públicos federais	11.190
Universidade Federal de Santa Maria	4.009
Subunidades de Exército	5.700
Base Aérea de Santa Maria	1.481
2 Redes comerciais varejistas exógenas	3.035
3 Total de assalariados ativos externos (1 + 2)	14.225
4 Prefeitura Municipal	3.485
5 Pessoal Ocupado	59.176
Setor primário	598
Setor secundário	10.285
Setor terciário	48.293

Fonte: UFSM, 2012a; Brasil,2012a; Brasil,2012b; 8ª DRE; Ipeadata (2010); RAIS (2010); Santa Maria (2012c).
Organização: José Odim Degrandi.

geográficas anteriores, principalmente daquelas sob o comando dos usos militar e universitário (UFSM). Ao conjunto de *assalariados externos* que o território foi acolhendo, no curso de sua história, se somaram aqueles das redes comerciais exógenas, na atual situação geográfica.

8.4.2 Comando das finanças do território

Como assinalamos ao longo desse trabalho, Santa Maria tem se caracterizado como beneficiária de grande massa de rendas (fluxos de capital convertidos em investimentos, em custeio, pagamentos de salários e benefícios, etc.) de fontes externas a seu território, o que conferiu um forte caráter exógeno à dinâmica de seu desenvolvimento. Falamos em benefício, pois tais fluxos de rendas, em si mesmos, não são prejudiciais aos seus interesses; muito pelo contrário. As quatro situações geográficas que identificamos comprovam que os principais impulsos ao seu desenvolvimento resultaram de aportes de volumosos recursos provindos de agentes externos, tanto para investimento quanto para manutenção de suas extensões no território. Foi assim com os eventos militar, ferroviário, universitário e, também, no período contemporâneo, com as redes varejistas. A tais fluxos financeiros de origem externa acrescentam-se muitos outros, dentre os quais aqueles resultantes de transferências intergovernamentais e privadas ao município de Santa Maria. O que pretendemos evidenciar é que tais fluxos, ao mesmo tempo em que representaram renovados impulsos ao seu desenvolvimento, também conformam uma condição de dependência de transferências de rendas que se soma, agrava e pré-condiciona aquela relativa à oferta de emprego.

Para melhor entender a gravidade de tal dependência, distinguimos duas de suas manifestações: a primeira se refere àquela que decorre diretamente do regime de transferências intergovernamentais, que afeta diretamente a esfera municipal de governo. Neste sentido, o município de Santa Maria pouco se diferencia dos demais. A segunda se refere àquela que resulta da totalidade das transferências, que afeta o território como um todo, em razão das incertezas de sua continuidade futura. Neste aspecto, Santa Maria tem singularidades preocupantes.

Como as demais esferas de governo, o município se sustenta, financeiramente, com receitas provenientes de tributos (impostos, taxas e contribuições), arrecadados por ele mesmo (IPTU, ISSQN, taxas e Contribuição de melhoria) ou transferidas pela União (FPM) e Estado (ICMS). Estas últimas são, em geral, a maior fonte de receitas municipais. Em seu estudo sobre a Reforma Tributária de 1966/1969 e seu impacto na autonomia federativa municipal, Degrandi (1983) comprovou que as receitas transferidas ao município de Santa Maria, no período de 1967 a 1981, representavam, em média, 60% de seus recursos disponíveis. Foi demonstrado, também, que tal dependência financeira, ao possibilitar a vinculação dos recursos transferidos a projetos específicos determinados *a priori* pela União, serviu de instrumento privilegiado para a subordinação dos subespaços federativos à lógica e dinâmica do modelo de desenvolvimento dos governos daquele período. Segundo a abordagem que fazemos agora, tratava-se de verticalidades, no campo das relações intergovernamentais, que afetavam a autonomia municipal. Ao analisar o caso de Bauru-SP, Contel, também, considera o federalismo da Constituição de 1967/69 como

um grande produtor de verticalidades no território, já que as possibilidades fiscais e jurídicas de controle, por parte das prefeituras, dos problemas que cada vez mais as pressionam ficaram concentradas nas mãos da União, ente federativo mais distante, tanto do ponto de vista físico quanto organizacional, dos municípios” (CONTEL, 2003, p. 304).

Esta situação ainda não mudou. Em 2010, por exemplo, as transferências continuavam a representar 60% das receitas totais da Prefeitura Municipal de Santa Maria¹⁰². Assim, por via constitucional, este município, assim como os demais, teve diminuída a sua base tributária própria, caracterizando uma flagrante perda de arrecadação e deprimindo a autonomia de gestão de seu território, principalmente, pelo fato de que, da parcela que retorna (FPM, por exemplo), grande parte tem destinação compulsória, definida pela União.

¹⁰² Valor das Transferências Correntes (R\$ 179.152.644) / Despesa Executada (R\$ 298.241.966) x 100 = 60,09% (SANTA MARIA, 2012a). Não podemos esquecer, por outro lado, que a elevada dependência de transferências é devida, também, à histórica baixa produtividade das fontes de recursos próprios, especialmente aqueles relativos ao IPTU e ISSQN.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento do COREDE Central, (PAIVA, 2010a) aponta duas importantes características econômicas de Santa Maria: tem escassa produção primária e secundária de base exportadora, mas goza do privilégio de um histórico *superávit* financeiro¹⁰³ em suas relações com o seu exterior. O que pretendemos esclarecer é que tal privilégio, em razão da dimensão destes fluxos em relação ao total dos recursos disponíveis, constitui, em si mesmo, uma alta dependência financeira, agravada pela incerteza de que tais fluxos tenham continuidade futura. Ao estudar o fenômeno, Paiva (2010b, p. 4 e 29) considera que a “elevadíssima dependência de transferência de rendas desde fora” de Santa Maria, antes de ser um indicador de dinamismo atual ou potencial, é um alerta. O autor argumenta que “a era de crescimento sustentado pelo crescimento dos dispêndios governamentais com funcionalismo público e pelo crescimento das transferências privadas parece ter se esgotado”.

Ao abordarmos aqui esta questão, não estamos debitando suas causas à presença das redes comerciais, nem das subunidades militares ou da UFSM, em Santa Maria. Conforme assinalamos acima, entendemos que são, principalmente, as ditas transferências (públicas e privadas) que formam a demanda que atrai empresas comerciais de fora. Uma eventual descontinuidade das transferências, ao se refletir na diminuição da demanda, pode colocar em risco a permanência de tais empresas, vale dizer, do capital por elas investido, dos empregos, da renda e dos impostos por elas gerados. É neste sentido que a centralidade comercial de Santa Maria, potencializada pelas redes varejistas, assim como o próprio desenvolvimento do território, estão pré-condicionados por fontes de renda que estão fora de seu controle e comando.

Em relação às transferências totais¹⁰⁴, Santa Maria, frente aos demais municípios gaúchos, tem uma situação singularíssima e, também, preocupante. Segundo estudos de Paiva (2009; 2010a; 2010b), a singularidade se expressa de duas formas: (a) quase 50% da renda dos moradores de Santa Maria são compostos pela soma das transferências; (b) Santa Maria apresenta a segunda maior taxa de absorção de renda¹⁰⁵, considerando todos os municípios gaúchos, e a primeira dentre aqueles com mais de 70 mil habitantes. Reportando-se à situação de 2000, Santa Maria apresentava uma taxa de 108,16%, enquanto, por exemplo, em Triunfo correspondia a apenas 2,53%, em Santa Cruz do Sul a 31,93% e a média estadual a 50,59%. A

¹⁰³ As transferências de rendas recebidas são maiores que as transferências remetidas para fora do território.

¹⁰⁴ Por transferências totais de rendas, entendemos todas aquelas efetivadas pelo governo federal e estadual (transferências intergovernamentais, salários, aposentadorias ou pensões, bolsas, outros gastos, etc.), somadas àquelas realizadas por agentes privados (transferências privadas, mesadas, aluguéis, rendas do não-trabalho, etc.), segundo Paiva (2010b).

¹⁰⁵ A taxa de absorção mede a relação entre a renda disponível pelas famílias e o PIB municipal. Tal taxa é uma espécie de balanço entre o que o município produz (PIB) e a diferença entre as transferências que recebe e aquelas que envia (paga) a agentes que residem fora de seu território (PAIVA, 2009).

elevada taxa de absorção de Santa Maria revela que a renda monetária disponível pela população, em 2000, era 8,16% maior que a produção total do município, medida pelo PIB.

Tais singularidades, em si mesmas, são um fator positivo, pois revelam que Santa Maria soube beneficiar-se da vasta gama de usos de seu território, tanto por agentes públicos quanto privados. Os cognomes atribuídos a ela bem traduzem tais contribuições à sua formação socioespacial: cidade militar, cidade ferroviária, cidade universitária e *capital regional*. Contudo, a tais singularidades subjaz uma preocupação, pois elas escondem um fator limitador,

[...] na medida em que não há porque esperar uma ampliação significativa deste déficit [governos recebem menos do que transferem] ao longo do tempo. Pelo contrário: em função das pressões políticas de territórios menos desenvolvidos, é de se esperar que o déficit público cresça a uma taxa inferior à renda (PAIVA, 2010a, p. 19).

Dentre todas as fontes externas de transferências de rendas, para ilustrar o grau de dependência a que Santa Maria está exposta, selecionamos aquelas do governo federal, particularmente as transferências militares (BASM e Exército) e universitárias (UFSM). Segundo levantamento que realizamos (Tabela 12), o conjunto dos três orçamentos anuais representavam, em 2006, 25% do PIB municipal; esta representação subiu para 31%, em 2010, ano em que só o orçamento da UFSM representou 22% do PIB municipal.

Só estes três órgãos federais (sem, portanto, computar os demais, tanto federais quanto estaduais) tinham um orçamento conjunto, em 2006 e 2010, cerca de quatro vezes maior que o da Prefeitura Municipal. Neste último ano, tal ingresso financeiro, da ordem de R\$ 1.164 milhões, correspondeu a um afluxo mensal de R\$ 97 milhões na economia local. Justifica-se, assim, a afirmação de Mello, ao comentar a dependência do município de Santa Maria às “injunções das políticas centrais”, em especial aquelas relacionadas às fontes de geração de emprego e renda:

O círculo da economia santa-mariense passa por Brasília, na medida em que o comércio depende fundamentalmente do potencial de compra da massa de assalariados vinculados ao governo central, como os militares do Exército e da Aeronáutica e funcionários e professores da Universidade Federal de Santa Maria (MELLO, 2002, p. 88).

Tabela 12 - Participação dos orçamentos da UFSM, BASM e subunidades do Exército no PIB de Santa Maria: 2006 e 2010

Discriminação	Orçamento ¹ e PIB			
	2006		2010	
	R\$ mil	% ²	R\$ mil	% ²
1 Universidade Federal de Santa Maria	418.464	16%	813.319	22%
2 Subunidades de Exército	200.000	8%	306.000	8%
3 Base Aérea de Santa Maria ³	45.000	2%	45.000	1%
4 Total (1+2+3)	663.464	25%	1.164.319	31%
5 PIB de Santa Maria ⁴	2.650.012	100%	3.727.276	100%
6 Orçamento da Prefeitura Municipal	159.985	6%	298.242	8%

Fonte: UFSM, 2012b; Machado, 2008; Brasil, 2012a; Brasil, 2012b; FEE, 2012; Santa Maria, 2012.

(1) Em valores nominais brutos.

(2) Em relação ao PIB de Santa Maria.

(3) Em 2010, na falta de dados, optamos manter o mesmo valor de 2006.

(4) PIB de 2010: PIB 2009 (R\$ 3.457.584.677) acrescido da média de crescimento do PIB/RS em 2010 (7,8%).

Organização: Jossé Odim Degrandi.

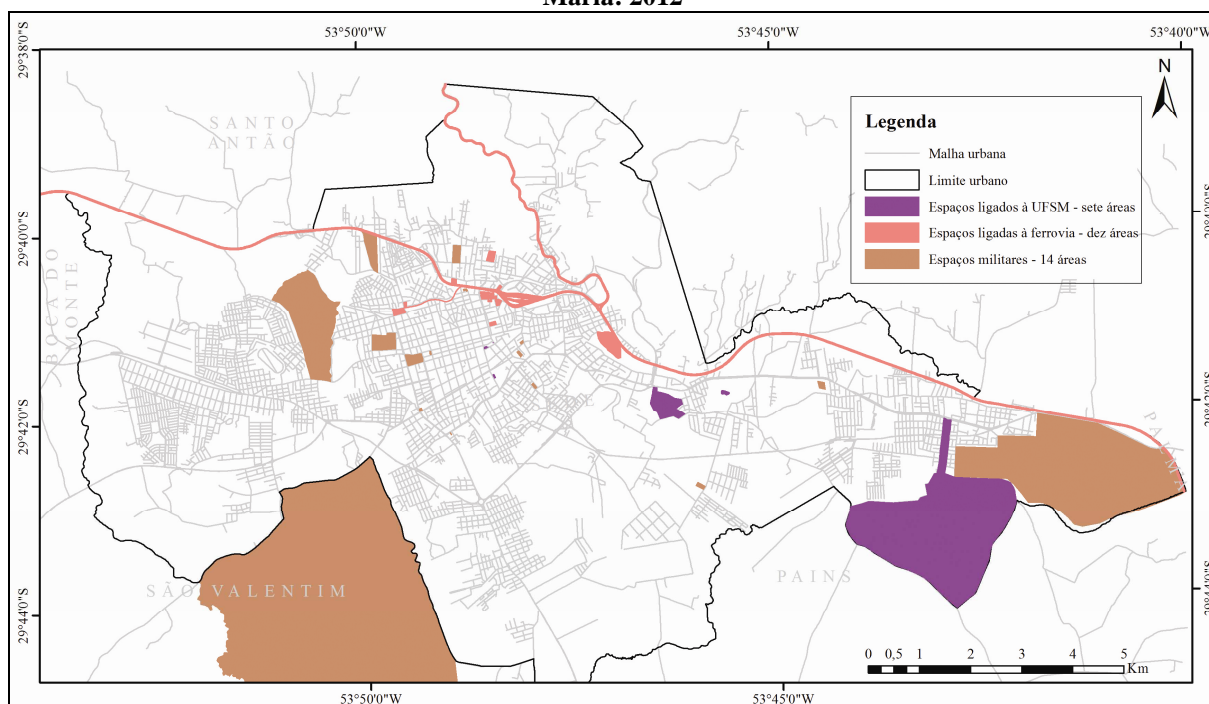
8.4.3 Comando da gestão espacial do território

Outra evidência do grau de dependência a que o território está submetido se manifesta nas práticas espaciais dos agentes externos, dentre os quais destacamos as unidades militares, a ferrovia e a UFSM. Para demonstrar as dimensões que tal fenômeno assumiu, sobrepomos os mapas das Figuras 8, 11 e 13, como forma de espacializar o conjunto das suas presenças na atual malha urbana de Santa Maria (Figura 18).

Por tratar-se de organizações comandadas a partir do governo federal, as áreas que apropriam e usam transformam-se em áreas federais, sobre as quais o município perde todo o seu poder de gestão territorial. Ao longo desta pesquisa, demonstramos as consequências que a presença de tais eventos provoca no território, as quais foram associadas ao conceito de verticalidades. Dentre elas, destacamos a seletividade, a fragmentação, a valorização e/ou marginalização espaciais. Assinalamos que, no caso de Santa Maria, estas verticalidades foram potencializadas tanto pela extensão das áreas ocupadas, quanto pela acumulação dos eventos em seu território, como ilustra a Figura 18.

Por outro lado, não podemos esquecer que, a par destas verticalidades, as presenças das unidades militares, da ferrovia, da UFSM e das redes comerciais exógenas no território, foram vetores de importantes horizontalidades, não apenas em relação à oferta de emprego

Figura 18 – Localização dos espaços militares, ferroviários e universitários na malha urbana de Santa Maria: 2012



Fonte: MACHADO, 2008; MELLO, 2002; ESCRITÓRIO DA CIDADE, 2012.

Organização: José Odim Degrandi.

Elaboração: Analissa do Prado.

e geração de renda, mas, também, em relação à sua valorização. Tais presenças, ao reconhecerem seus atributos e potencialidades, acabaram promovendo o território e consolidando sua centralidade militar, ferroviária, universitária e comercial.

9 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como preocupação central entender o desenvolvimento de Santa Maria a partir de uma abordagem que ultrapassasse sua dimensão econômica e possibilitasse uma compreensão interdisciplinar e totalizadora. Para a realização de tal propósito, optamos pela proposta teórico-metodológica de Milton Santos, em especial sua teoria da formação socioespacial e seu conceito de espaço geográfico como território usado.

Auxiliados pelas contribuições de seus principais discípulos, enfrentamos o primeiro grande desafio, que foi selecionar e compreender as categorias e conceitos de Milton Santos, de forma a poder utilizá-los como pressupostos para a composição do sistema de conceitos da pesquisa. Foi através deste sistema que delineamos a trama conceitual que, partindo da categoria de espaço geográfico (uma totalidade abstrata), nos possibilitou alcançar o território de Santa Maria (uma realidade concreta). A estruturação de tal sistema, dada sua força didática e instrumentalidade investigativa, pode se oferecer como uma contribuição acadêmica de nossa tese.

Dentre tantos conceitos e seus recortes, o mais instrumental para a operacionalidade da pesquisa foi aquele formado pelo par teórico-analítico verticalidades e horizontalidades. Foi com este recurso que tentamos entender a formação socioespacial de Santa Maria como processo e resultado da convivência dialética entre uma ordem global (como vetor de verticalidades) e uma ordem local (como vetor de horizontalidades). Em outras palavras, passamos a analisar Santa Maria pela perspectiva das verticalidades e horizontalidades engendradas pelos usos que tais ordens fizeram do e no seu território, ao longo de sua formação histórica, mas com o foco voltado para o seu período contemporâneo.

Para a identificação dos eventos que distinguiram os principais usos do território de Santa Maria, procedemos a uma contextualização da sua formação histórica, reconstituindo-a, brevemente, desde os seus primórdios. Esta retrospectiva nos valeu, também, para percebermos que o presente do território, embora marcado pelos eventos da globalização, tem em suas bases a acumulação de outros eventos de diferentes tempos, uns fortalecidos por suas próprias dinâmicas, outros como rugosidades que resistem às modernidades contemporâneas.

Reafirmamos, assim, que os principais usos do território foram aqueles que o imaginário popular atribuiu como cognomes de Santa Maria: cidade militar, cidade ferroviária e cidade universitária. Reconhecemos e demonstramos, ao longo da pesquisa, que foram estes os principais usos que, ao se acumularem no território, criaram as condições para que ele, no presente, viesse acolher as modernidades da globalização e a consolidar-se como *capital*

regional, destacadamente em sua função comercial. A força e a dinâmica que cada um impôs ao território nos autorizaram a considerá-los como eventos fundantes de verdadeiras situações geográficas, suficientemente distintas a ponto de possibilitar a delimitação, para os propósitos da nossa pesquisa, de quatro períodos históricos da formação socioespacial de Santa Maria. Assim, nossa interpretação do desenvolvimento de Santa Maria, analisado a partir dos conceitos de verticalidades e horizontalidades, iniciou pelo uso militar, passou pelos usos ferroviário e universitário e se completou no uso comercial, que preferimos denominá-lo de uso corporativo do território.

Em cada um destes períodos, identificamos e analisamos os eventos que foram vetores de verticalidades e/ou de horizontalidades, produzidas a partir das relações que a respectiva presença engendrou no espaço banal do território. Para evidenciá-las, empiricamente, escolhemos três principais campos do cotidiano do território em que elas se manifestaram mais claramente e que, por isto, são de maior força explicativa: as práticas espaciais, a oferta de emprego e as finanças. Assim, sempre que os eventos de tais campos obedeciam a comandos que vinham de fora, de cima e de longe e, ao se projetarem no território, provocavam desagregação e desordem no seu cotidiano, mesmo que também produzissem novas dinâmicas e possibilidades, associamos ao conceito de verticalidade; do contrário, sempre que, ao se materializarem no território, se constituíram vetores de agregação e convergência em suas relações no espaço banal, mesmo que não isentas de conflitos e cooptações, associamos ao conceito de horizontalidade. Foi, principalmente, nestes três campos que tentamos validar nossa tese de que Santa Maria é um lugar que materializa o conceito de Milton Santos, como objeto de uma razão global e de uma razão local. Desta forma, é em relação a eles que estruturamos os resultados que destacamos como conclusões da pesquisa.

No entanto, ao invés de tratar verticalidades e horizontalidades como tópicos separados, como procedemos ao longo da elaboração da trama da pesquisa, preferimos apresentá-las conjuntamente, como partes inseparáveis que são de uma mesma realidade. Reafirmamos, assim, o conceito de território como uma totalidade, na qual verticalidades e horizontalidades, embora expressões de racionalidades diferentes, coexistem, interpenetram-se e modificam-se mutuamente. Demonstramos, também, que um mesmo evento pode chegar como vetor de verticalidades, mas, ao mesmo tempo ou depois, constituir-se como vetor de horizontalidades, ou mesmo o inverso.

Contudo, como primeira conclusão geral, preferimos ressaltar a evidência de que Santa Maria, desde seus primórdios, foi e é um território usado, hegemonicamente, por forças

cujas instâncias de comando (gestão e controle) são externas ao seu território. As quatro situações geográficas identificadas comprovam que a origem de tais comandos foi (e é) de fora, de longe e de cima. Esta condição lhe confere, sem dúvida, a principal característica de seu desenvolvimento: comandado desde fora, sustentado por fluxos de renda transferida e/ou drenada desde fora, seja de governos, de empresas, de pessoas (soldados, estudantes, etc.) ou de proprietários rurais, absenteístas ou não. A história de Santa Maria evidencia que seu território foi e ainda é um *lugar de passagem*: antes do acampamento demarcatório que deu origem ao seu sítio urbano e ao próprio território, o lugar foi um ponto de parada e de passagem de indígenas, bandeirantes, tropeiros, carreteiros e expedições militares; depois, de mascates e caixeiros-viajantes, de funcionários e passageiros da ferrovia, de soldados e oficiais militares, de estudantes secundaristas e universitários, de executivos das redes comerciais e, também, de trens cargueiros.

Entretanto, embora sem o comando de tais fluxos e dos seus fixos correspondentes, o território muito se beneficiou dos mesmos, a ponto que, a cada emergência de novo evento, correspondeu um renovado impulso em seu desenvolvimento. Foi assim com a chegada da Segunda Subdivisão Demarcadora e, mais tarde, das subunidades militares (Exército e BASM), da ferrovia e da UFSM, e, atualmente, das redes comerciais exógenas. Aos contingentes flutuantes também corresponderam contingentes residentes, em especial, de funcionários públicos militares e civis, que foram conformando uma sólida classe média, cuja demanda consumptiva dinamiza e fortalece suas funções terciárias, especialmente a comercial, consolidando sua centralidade regional.

Nossa conclusão geral, de que os usos do território que mais impulsionaram seu desenvolvimento tiveram e têm comandos de fora, não se baseia, apenas, na constatação da presença física (forma) dos fixos militares, ferroviários, universitários e comerciais, mas, principalmente, no que ela implica (conteúdo). Foi para identificar tais implicações de forma-conteúdo no cotidiano do território que nos valem dos conceitos de verticalidades e horizontalidades, e que escolhemos os três campos supracitados para recapitular os principais resultados de nossa pesquisa.

Em relação às práticas espaciais, evidenciamos as verticalidades e horizontalidades que se manifestaram na seletividade, na fragmentação e na valorização e/ou marginalização espaciais.

A seletividade espacial configura uma verticalidade não apenas por força da origem de seu comando, mas, também pela imposição hierárquica com que se estabelece, obrigando o cotidiano do lugar a se adaptar às novas condições criadas, não o contrário. Nos usos militar,

ferroviário e universitário, por exemplo, embora com graus diferenciados, tais verticalidades foram acentuadas tanto pela localização das áreas selecionadas, quanto pela extensão que as mesmas assumiram em Santa Maria. O caso da UFSM é exemplar: seu *campus* central (em Camobi), implantado a 10 km do centro da cidade, ocupa hoje uma área de 1.128,66 ha. Além dos desgastantes processos de desapropriação, ao induzir a aceleração do processo de urbanização em Camobi e, também, de sua conurbação com a cidade, passou a exigir do município (e governo do Estado) novas vias de locomoção e transporte, bem como novos equipamentos e serviços urbanos. Ademais, tanto pela sua localização quanto pelo tamanho da área ocupada, a UFSM impôs novas limitações e pré-condicionamentos ao ordenamento espacial da cidade, que se somaram àqueles já provocados pelos usos militar e ferroviário. Neste sentido, ela reforçou a configuração do perfil longitudinal da mancha urbana de Santa Maria, no sentido leste-oeste, o que implicou em novas necessidades de extensão da infraestrutura urbana, por exemplo, e no consequente aumento de investimentos de capital e de custeio, sob o encargo da Prefeitura Municipal.

Vista por este ângulo, a seletividade espacial é vetor de um conjunto de verticalidades impostas ao território. Contudo, comprovamos que, para Santa Maria, ela representou, também, um vetor de inúmeras e importantes horizontalidades. Não nos referimos às decisões locacionais (em si mesmas, genuínas verticalidades) que determinaram a vinda das unidades militares, da ferrovia, da UFSM e das redes comerciais, mas ao que tais escolhas significaram, ou seja: o reconhecimento das potencialidades de Santa Maria e os benefícios que a presença de tais eventos proporcionou e proporciona. No caso do uso militar do território, lembramos que a origem da presença militar no Rincão de Santa Maria se deveu à valorização das suas condições físico-geográficas (*lugar de passagem*) que se transformaram em condições geopolíticas, no contexto dos conflitos territoriais na América meridional. A escolha do lugar para uso militar não apenas potencializou tais condições, como deu origem ao acampamento, que se transformou na atual cidade de Santa Maria, e ao impulso inicial à constituição de sua função comercial. A permanência e o fortalecimento de tal presença, consolidando o uso militar do território, foram resultados de outras escolhas (3ª DE, BASM, etc.) que reafirmaram a opção inicial pelo lugar, em seu benefício. No caso da ferrovia, a seletividade espacial que presidiu as definições de sua implantação e operação, não apenas privilegiou Santa Maria com a centralidade ferroviária (convergências de linhas, contrariando o projeto original) como lhe conferiu a primazia de se constituir como sede administrativa da rede gaúcha e das suas oficinas. A UFSM, no nosso entendimento, é de todos os eventos fundantes das quatro situações geográficas que identificamos, aquele que, em termos de seletividade

espacial, engendrou as maiores horizontalidades. Nos três outros eventos, Santa Maria é que foi escolhida, enquanto neste, foi o próprio território que se propôs universitário, rompendo a lógica da seletividade universitária que, historicamente, privilegiava as capitais.

Por outro lado, os usos militar, ferroviário e universitário, bem como aqueles das redes comerciais, provocaram a fragmentação espacial do território. Nos três primeiros casos, principalmente, suas áreas ocupadas são consideradas áreas federais, sobre as quais o município perdeu seu poder de gestão territorial. Nesta condição, elas se transformaram em enclaves autônomos (novos territórios) que se interpuseram àquele do município, quebrando sua unidade territorial. Exemplificamos com o caso da UFSM: seu *campus* foi concebido e construído como um espaço exclusivo, uma unidade urbana autônoma em relação ao ordenamento urbanístico da cidade, como um apêndice da mesma, o que é confirmado pelo nome institucional que ostenta de cidade universitária, com sua própria prefeitura e plano diretor. Os demais casos (espaços militares e ferroviários) não são diferentes.

A terceira prática espacial diz respeito à valorização e/ou marginalização espaciais decorrentes da presença e/ou abandono das áreas ocupadas e de seus entornos. Como conclusão das evidências desta fonte de verticalidades, tomamos o caso da UFSM para comprovar a valorização do entorno de seu *campus* central e o da ferrovia para demonstrar a marginalização das áreas e instalações abandonadas e de seus espaços adjacentes. No caso da UFSM, a implantação de seu *campus* em área ainda de produção rural e de baixo valor imobiliário, oportunizou expressiva valorização dos imóveis de seu entorno, a começar pela gleba da qual foram desmembrados e doados os hectares que possibilitaram o início das obras. Na verdade, tal doação disfarçou um negócio, que rendeu a seus proprietários grandes empreendimentos imobiliários, nas áreas restantes. A consolidação do *campus*, ao precipitar a conurbação de Camobi com a cidade, terminou por estender a valorização imobiliária para além do seu entorno, beneficiando outros proprietários. Por outro lado, no caso da ferrovia, sua decadência, privatização e refuncionalização para transporte de cargas, implicaram no abandono e consequente marginalização, em primeiro lugar, de seus fixos (linhas, estações, oficinas, áreas de domínio, armazéns, etc.); em segundo lugar, também dos fixos de instituições complementares e de apoio (COOPFER, colégios, casas comerciais, hotéis, clubes sociais, etc.); em terceiro lugar, das áreas do entorno, especialmente daquelas próximas da estação, tanto na Av. Rio Branco, quanto no bairro ferroviário Itararé. O resultado do conjunto de tal processo de marginalização ainda marca a paisagem urbana de Santa Maria, significando, mais que formas materiais em deterioração, rugosidades ferroviárias que resistem às modernidades sobrevenientes e ao esquecimento que lhes foi imposto.

Outra implicação da presença de instalações militares, ferroviárias, universitárias e redes comerciais exógenas, em Santa Maria, se deu e ainda se dá na oferta de emprego formal, caracterizando novo conjunto de verticalidades. Para evidenciá-las, usamos o conceito de *assalariado externo*, pelo qual identificamos que o comando de grande parte da oferta local de emprego terciário urbano pertence a agentes cujas instâncias decisórias têm sede fora de Santa Maria. As decisões de abrir ou fechar vagas, de contratar ou despedir, de remunerar, de transferir, etc., obedecem a racionalidades e circunstâncias distantes e alheias aos interesses do território.

Na área pública, confrontando os assalariados ativos e inativos da Prefeitura Municipal com aqueles militares e da UFSM, verificamos que o conjunto dos segundos, em 2010, era 3,7 vezes maior. Esta elevada participação de servidores públicos (civis e militares) externos, contudo, não é produto exclusivo da atual situação geográfica, mas herança das três situações anteriores, cujos contingentes militar, ferroviário e universitário (UFSM) o território foi acolhendo, no curso de sua história.

Na função comercial, analisamos as empresas inscritas na Receita Estadual para fins do ICMS, no exercício de 2010. Nos 4 ramos do varejo não-alimentício considerados, nada menos de 56% dos assalariados eram externos, e, em todo o varejo supermercadista, 51%. No total do levantamento, os *assalariados externos* eram de 54%. Ressaltamos que a presença de *assalariados externos* no comércio não-alimentício é de longa data, mas só se tornou majoritária na atual situação geográfica, por obra das inúmeras redes comerciais que se instalaram no território. No ramo supermercadista, contudo, o fenômeno do *assalariado externo* é uma modernidade contemporânea, que ganhou expressão com o advento das grandes redes supermercadistas multinacionais (Sonae, Walmart e Carrefour) e regional (Nacional e Peruzzo). Em 1983, por exemplo, apenas 2,5% dos assalariados supermercadistas eram externos.

Contudo, se a oferta de empregos, sob o ponto de vista de seu comando, configura um vetor de verticalidades, na perspectiva da geração de novas fontes de emprego local e de suas conseqüentes possibilidades de ascensão social, ela representa valioso vetor de horizontalidades. Em termos quantitativos, evidenciamos a representatividade dos funcionários públicos civis e militares e, também, comerciários que foram beneficiados pela presença de cada um dos eventos militar, ferroviário, universitário e comercial. Tais horizontalidades também se expressaram em termos qualitativos, vale dizer: na formalização das relações de trabalho, no acréscimo de novas especialidades técnicas, na renovação da

divisão local e regional do trabalho, no aumento da densidade técnica e organizacional do trabalho, na emergência do associativismo, etc.

Em relação ao campo das finanças como vetor de verticalidades, podemos destacar suas duas principais evidências: no comando orçamentário e na repatriação de lucros. Quanto ao orçamento na área pública, ao confrontar os orçamentos da Prefeitura Municipal com aqueles militares e da UFSM, em 2006 e 2010, verificamos que o conjunto dos segundos foi cerca de 4 vezes maior. Como o poder de uma organização guarda relação com o tamanho do orçamento que manipula, comprovamos que quem detém o poder de comando sobre o dinheiro que circula no território não é a Prefeitura nem outra instituição ou empresa locais; são instituições cujas instâncias de decisão estão distantes de Santa Maria. Para exemplificar, só o orçamento da UFSM, em 2010, correspondeu a 22% do PIB municipal. Outra evidência das verticalidades financeiras enfrentadas por Santa Maria tem como vetor as transferências de rendas, não enquanto aportes de recursos em si, mas pelo grau de dependência que criam. Referimo-nos, em primeiro lugar, às transferências intergovernamentais, as quais, em 2010, representaram 60% das receitas totais da Prefeitura Municipal. Em segundo lugar, assinalamos as transferências totais de rendas, somadas aquelas de governos e de agentes privados. Neste caso, Santa Maria apresenta uma situação tão singular quanto preocupante. Dois indicadores se complementam para marcar tal singularidade: o primeiro é que quase 50% da renda de seus moradores são compostos pela soma das transferências; o segundo é que Santa Maria tem a segunda maior taxa de absorção (108%) do Estado, significando uma renda monetária disponível pela sua população 8,16% maior que o PIB que o município produz. Como o volume de tais transferências está na base da formação da demanda em que se funda sua centralidade como *capital regional*, a incerteza de sua continuidade futura é (ou deveria ser) a sua maior fonte de preocupação. O impacto sofrido pela refuncionalização da ferrovia, em termos de perdas de empregos e de rendas, por exemplo, deveria servir de alerta de que o mesmo poderá acontecer em outras áreas, no futuro. Assim, ao beneficiar-se do uso do seu território por parte de instituições forâneas, Santa Maria aumentou sua dependência da renda que tais instituições lhe transferem.

Na função comercial, analisamos o faturamento do ano fiscal de 2010 das mesmas empresas consideradas para a identificação de *assalariados externos*, acima referida. Nos 4 ramos do varejo não-alimentício considerados, as empresas de fora foram responsáveis por 61% do faturamento, e, em todo o varejo supermercadista, por 44%. No total do levantamento, o faturamento das empresas de fora foi de 52%. Comprovamos, assim, que a modernização da função comercial do território, que consolidou sua centralidade regional,

ampliou a sua submissão à ordem global e implicou na perda do seu comando. Em outras palavras, se antes da globalização o capital comercial que circulava e se reproduzia em Santa Maria atendia uma lógica e uma dinâmica do lugar e/ou região, no período contemporâneo, ele obedece a lógicas e dinâmicas de outras escalas. Assim, a maior parte do capital do circuito comercial superior, não é mais dinheiro local, nem só nacional, mas é, também, dinheiro global, que só frequenta o território para revalorizar-se e, depois, voltar à disposição dos grandes centros de decisão. Um dos mecanismos utilizados para tanto é a inescapável repatriação dos lucros auferidos pelas redes comerciais exógenas instaladas em Santa Maria, que caracterizamos como uma verticalidade financeira que se acentuou no período contemporâneo.

Assinalamos que o território de Santa Maria, ao acolher os eventos militar, ferroviário e universitário (além de outros relacionados à descentralização de serviços federais e estaduais), criou uma condição ímpar de captação de rendas cujos fluxos, entre outros benefícios, deram sustentação e proeminência à sua função comercial. Consideramos tal condição como patrimônio do território e, como tal, deveria ser usado a serviço de seus interesses maiores. Tal patrimônio, contudo, ao ser apropriado pelas redes exógenas, foi e é usado como recurso para a multiplicação do próprio capital e, depois, repatriá-lo revalorizado para suas matrizes. Tal verticalidade, porém, não ficou sem resposta, por parte do território, representado pelo empresariado local. Através da emergência das redes de cooperação interorganizacional em Santa Maria, evidenciamos o papel ativo do território, capaz de engendrar contramovimentos de resistência coletiva e de contrapor-se a forças hegemônicas forâneas. Destacamos o caso da Rede Super como evento pioneiro no varejo supermercadista nacional. Ao se constituir como rede de cooperação empresarial, articulou e implementou estratégia, ao mesmo tempo, de sobrevivência e de enfrentamento das condições de mercado impostas a partir do sistema de ações da multinacional Sonae. A exemplo da Rede Super, outras redes se formaram, tanto no varejo supermercadista quanto no não-alimentício, todas como estratégias coletivas frente a novos contextos e dinâmicas criados pelo processo de globalização contemporânea. Aos espaços das verticalidades comerciais, criados pelas redes multiescalares, foram acrescentados os espaços das horizontalidades comerciais, fundados na cooperação, na solidariedade e na contiguidade do lugar, materializados nas redes locais.

Demonstramos, assim, que Santa Maria se configura como um lugar objeto de forças globais e locais, cuja convivência dialética, evidenciadas como expressões de verticalidades e de horizontalidades, moldou sua formação socioespacial. Nesta perspectiva, concluímos que, no período contemporâneo, foi acentuada a proeminência do comando de forças externas

sobre o seu desenvolvimento, acentuando sua dependência. Mais do que antes, seu território tornou-se um lugar mais *do fazer* do que *do mandar*. As mesmas forças que impulsionaram (e impulsionam) seu desenvolvimento são, também, vetores de preocupação e ameaça, já que, por atenderem comandos e interesses que são alheios ao território, podem ter suas presenças descontinuadas, a qualquer tempo. Concluimos, por fim, que a situação geográfica atual expõe esta contradição dialética, a qual nos parece ser o desafio que o território terá de enfrentar.

REFERÊNCIAS

- ABRAS. *Ranking ABRAS 2011*. Disponível em: <<http://www.abrasnet.com.br/clipping.php?area=20&clipping=19313>>. Acesso em: 04 abr. 2011.
- _____. *Ranking ABRAS 2012*. Disponível em: <<http://www.abras.com.br/clipping.php?area=20&clipping=27057>>. Acesso em: 05 mai. 2012.
- AGAS. *Sala de imprensa*. Centrais de negócios respondem por 14,09% do faturamento dos supermercados gaúchos. Disponível em: <http://www.agas.com.br/site/default.asp?TroncoID=708180&SecaoID=939263&SubsecID=0&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=818011>. Acesso em: 10 jun. 2012a.
- _____. *Ranking 2011*. Porto Alegre, n. 301, ano 31, mai/jun. 2012b.
- ALL. *A empresa*. 2012a. Disponível em: <<http://www.all-logistica.com>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- _____. *Frota*. 2012b. Disponível em: <<http://www.all-logistica.com/port/index.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- _____. *Patrimônio*. 2012c. Disponível em: <<http://www.all-logistica.com/port/index.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- _____. *Mapa de abrangência da ALL*. Disponível em: <<http://www.all-logistica.com/port/index.htm>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- ALONSO, José Antônio Fialho. *A emergência de aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul*. 2009. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/.../2713>. Acesso em: 11 mar. 2011.
- _____. Reflexões sobre a (des)industrialização de Santa Maria. In: Seminário sobre desenvolvimento local integrado. SESM, 4 1987. *Santa Maria: tendências e perspectivas: anais*. Santa Maria, 1987.
- ALVES, Tiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leias de Segurança nacional (1964-1978)*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/17669>>. Acesso em: 7 mai. 2011.
- AMORIM, Cassiano Caon. *O uso do território e as instituições de ensino superior*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2010.
- ANTONIO, Neuza; MIORIM, Vera. *Origem e evolução da Universidade Federal de Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, 1987.
- _____. *Delimitação da área de influência da Universidade Federal de Santa Maria*. Santa Maria: UFSM/Pró-Reitoria de Planejamento, 1983.
- APUSM. Medalha dos 50 anos da UFSM. *Jornal da APUSM*, Santa Maria, jan./fev. 2011.

ARRUDA, José J. de A. e PILETTI, Nelson. *Toda a história. História geral e história do Brasil*. 13. ed. 2. impressão. São Paulo: Ática, 2009.

BALESTRIN, Alsones. *A dinâmica da complementariedade de conhecimentos no contexto das redes interorganizacionais*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/4324>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

BARICHELLO, Eugênia Mariano da Rocha. *Universidade e comunicação: identidade institucional, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnocultural*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

BASM. Disponível em: <<http://www.basm.aer.mil.br>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BEBER, Cirilo Costa. *Santa Maria 200 anos: história da economia do município*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. *O embrião do projeto geopolítico da modernidade: o Vale do Paraíba e suas ramificações*. LAGET, Textos 4, 1989. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Embriao.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2001.

BELÉM, João. *História do município de Santa Maria: 1797 a 1933*. 3. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. 2. ed. Canoas: La Salle, 1979.

BERNARDES, Adriana. A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria). In: SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: UNIJUI, 1997.

BETIN, Joelmir. Quem tem a força. *A Notícia*, 22 ago. 2003. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/ago/22/0joe.htm>>. Acesso em: 3 set. 2011.

BEVILACQUA, Décio. *Implantação do campus universitário de Camobi e repercussões na estrutura urbana da cidade de Santa Maria-RS*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

BLECHER, Nelson. A ditadura do varejo. *HSM Management*. 5 jun. 2002. Disponível em: <http://www.gestaodacomunicacao.com/aulas/vendas_texto2.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2011.

BOLFE, Sandra Ana. *Transformações do espaço urbano de Santa Maria-RS e sua região: tendências e condicionantes*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2003.

BRASIL. Ministério do Exército. *Relações Públicas do Comando da 3ª DE*. Santa Maria, 2012a.

_____. Ministério da Aeronáutica. *BASM*. Efetivo, área e orçamento. Recebido por odimdegrandi@uol.com.br, em 16 jul. 2012. Santa Maria, 2012b.

_____. Ministério do Exército. 3ª DE. *Histórico*. Disponível em: <http://www.cmdo3de.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=2>. Acesso em: 11 nov. 2011.

_____. Ministério da Integração Nacional. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR* (Sumário Executivo). 2006. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

_____. Ministério da Fazenda. *Parecer n. 243*. COGSE/SEAE/MF. 2001. Disponível em: <[www.seae.fazenda.gov.br/central ...1/pcracsonaenacionalmalurdes.pdf](http://www.seae.fazenda.gov.br/central...1/pcracsonaenacionalmalurdes.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2011.

_____. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/e-mec>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

BRENNER, José Antônio. *Imigração alemã: a saga dos Niederauer*. Santa Maria: UFSM, 1995.

CÂMARA, José Ewbank da. *Caminhos de ferro estratégicos do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Americana, 1874.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. *Turismo rural na agricultura familiar: uma abordagem geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), município de Colombo-PR*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia), UFSC, Florianópolis-SC, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

CARREFOUR. *Trajetória do Carrefour*. Disponível em: <<http://www.grupocarrefour.com.br/grupo-carrefour-brasil/trajetoria-grupo-carrefour/>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

CARVALHO, Mônica de. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTILLO, Ricardo Abid. *Sistemas orbitais e uso do território. Integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro*. Tese de doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

_____; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.

CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

CASTRO, Iná Elias de. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenagem a Milton Santos. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, v. VI, n. 124, 30 set. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>>. Acesso em: 21 set. 2009.

_____. O problema da escala. In: _____; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Datum Horizontal: WGS 84. Disponível em: <<http://cdc.gov/DHDS/Maps/GISX>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Revista Outubro*, n. 5, p. 7-28, 2002. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf>. Acesso em: 6 set. 2011.

CLEPS, Geisa D. G. *Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas: o comércio de auto-serviço em Uberlândia-MG*. Tese (Curso de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração em Organização do Espaço), UNESP, Rio Claro, 2005.

CONTEL, Fábio Betioli. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, jan./abr. 2009.

_____. *Território e finanças: técnicas, normas e tipologias bancárias no Brasil*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0323-T.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.

_____. Verticalidades e horizontalidades no município de Bauru/SP. In: SOUZA, Maria Adélia de et al. (Org.). *Território Brasileiro: Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

_____. *Finanças Municipais e Território*. Verticalidades e Horizontalidades no Município de Bauru (SP). Dissertação Mestrado em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2001.

COOPFER. *Relatório da Tesouraria*. Santa Maria, 1914.

CORAZZA, Gentil; FONSECA, Pedro C. D. *Do bolicho ao shopping center*. Disponível em: <www.jucergs.rs.gov.br>. Acesso em 12 dez. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis-SC, Nº01, p. 01-14, jun/2005. Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/~expgeograficas>. Acesso em 10 set. 2010.

_____. Metrôpoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Brasil: questões atuais na reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995a.

_____. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 57 (1), p. 83-102, jan./mar. 1995b.

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 54 (3), p. 115-121, jul./set., 1992.

_____. Os centros de gestão e seu estudo. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 51 (4), p. 109-119, out./dez., 1989.

_____. Estudo das relações entre cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano. 31, n. 1, jan./mar. /mar. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

COUTO, Marcos A. C. A visibilidade do invisível: conceitos e organização do ensino de Geografia. *Revista Tamoios*, ano II, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 11 maio 2011.

DEGRANDI, José Odím; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Formação socioespacial: controvérsias e potencialidades. *Anais do V Seminário sobre desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

_____; _____. Horizontalidades e verticalidades no desenvolvimento territorial de Santa Maria – RS. In.: *Anales della XVIII Bienal del Coloquio de Transformaciones Territoriales*. Buenos Aires, 2010.

_____. *Proposta de implantação de uma Central de Compras para o pequeno e médio comércio de Santa Maria*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1985.

_____. *A reforma tributária de 1966 e a dependência municipal: Santa Maria, uma evidência empírica*. 1983. 217f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR) – UFRGS, Porto Alegre, 1983.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. *Santa Maria perdeu a disputa por fábrica chinesa de caminhões*. Santa Maria, 18 abr. 2012. Economia, p. 6.

_____. *Casa dos blindados*. Geral. Santa Maria, 18 nov. 2011a.

_____. *Maior faturamento*. Rede Super está em segundo no ranking. 2011b. Santa Maria, 22 jul. 2011.

_____. *A promissora KMW*. Especial. Indústria. Santa Maria, 16/17 abr. 2011d.

_____. *Os planos audaciosos da KMW*. Economia. Santa Maria, 13 abr. 2011e.

_____. *UFSM 50 anos*. A gigante em números. Santa Maria, 14 dez. 2010a.

_____. *UFSM 50 anos*. O dono das terras onde a UFSM nasceu. Santa Maria, 14 dez. 2010b.

_____. *UFSM 50 anos*. A batalha para erguer o *campus*. Santa Maria, 14 dez. 2010c.

DIAS, José R. S. *Caminhos de ferro no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao estudo da formação histórica do sistema de transporte ferroviário do Brasil meridional*. São Paulo: Rios, 1986.

DIAS, Leila C.; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009.

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C. e SILVEIRA, Rogério L. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005a.

_____. Técnica, território e poder na obra de Milton Santos. In: BRANDÃO, Maria (Org.). *Milton Santos e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b.

DISTRITO VIVO. *Distrito Industrial de Santa Maria*. Disponível em: <<http://www.districtovivo.org.br/di.asp>>. Acesso em 10 ago. 2011.

DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: 1986.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

DURAND, Raymond. *Villes e champagnes em BAS-Languedoc*. Paris: Pressus Universitaires de France, 1963.

ESCRITÓRIO DA CIDADE. *Mapa urbano base. 2012*. Disponível em: <<http://www.escriporiodacidade.net.br>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

FARINA, E. M. M. Q. *The latin american perspective on the impacts of the global food economy: the case of Brasil*. In: Conference on changing dimensions of the food economy: exploring the policy issues. The Hague, Netherland, 6-7, February, 2003. Disponível em: <<http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/133200715223.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

FARINATTI, Luiz A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2010.

FEE. 2012. *Produto Interno Bruto, total e per capita, e suas taxas de crescimento no RS e no Brasil: 2002-2011*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatísticas/pg_pib_estado_desempenho.php>. Acesso em 10 mai. 2011.

_____. 2011a. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_core_des_detalhe.php?corede=Central>. Acesso em 11 mar. 2011.

_____. 2011b. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Santa+Maria>. Acesso em 11 mar. 2011.

_____. 2011c. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp>. Acesso em: 12 abr. 2011.

_____. 2011d. *PIB municipal – Série histórica com participações (1999-2008)*. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_2002_hp>. Acesso em: 20 abr. 2011.

FERNANDES, José Antônio. *Sala 406: onde tudo começou. Cores: a participação popular*. Santa Maria: Casa Editorial, 2004.

FERREIRA, Ignez C. B. *Ceres e Rio Verde: Dois Momentos no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola*. 2001. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37775.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2011.

FINGER, Anna. *Vilas ferroviárias no Brasil: os casos de Paranapiacaba em São Paulo e da Vila Belga no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FIGEZE, Zélia G. Velhas formas, novas funções: considerações sobre o transporte ferroviário em Passo Fundo. *Semina*, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 107-117, sem. 2007.

FLORES, Moacyr. *Reduções jesuíticas dos guaranis*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

_____. *Colonialismo e missões jesuíticas*. Porto Alegre: EST/Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.

FLÔRES, João R. A. *Fragmentos da história ferroviária brasileira e rio-grandense: fontes documentais, principais ferrovias, Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), Santa Maria, a cidade ferroviária*. Santa Maria: Pallotti, 2007.

GALIANO, A. Guilherme. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1979.

GAZETA DO POVO. *Indústria denuncia práticas abusivas*. 07 março 2008. Economia. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=744498>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

GAZETA MERCANTIL, 20 dez. 1999. São Paulo.

GELATTI, Juliana. *Um novo shopping previsto para 2014*. Santa Maria: Diário de Santa Maria, 03 jul. 2012. Economia, p. 8 e 9.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. *As ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. 2005. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

GIACOMONI, James; DEGRANDI, José Odim; RODRIGUES, Maria de Lourdes S. *Estudo de alternativas de recuperação da COOPFER: Diagnóstico*. Santa Maria: COOPFER/UFSM-CCSH/Assembleia Legislativa, 1984.

GOLIN, Tau. *A fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. v.1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALES, Selma L. de Moura. *A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Milton Santos: ciência, ética e responsabilidade social. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania/Milton Santos*. São Paulo: Publifolha, 2002.

GUTERRES, Clóvis R. J. *A Faculdade Interamericana de Educação: projeto multinacional de aperfeiçoamento de pessoal especializado em Educação, 1970/1977*. Tese (Convênio UFSM/UNICAMP) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2001.

_____.; RAYS, Osvaldo Alonso. A Faculdade Interamericana de Educação na expansão da pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, set./dez. 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HILLIG, Silvana Grunewaldt. *Entre trilhos e sobre rodas: racionalização, disciplina e resistência no Sistema Férreo do Rio Grande do Sul (1920-1949)*. Tese (Programa de Tese (Programa de Estudos Pós-Graduados em História) – PUC-SP, São Paulo, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUSM. 2011. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.husm.ufsm.br/index.php?janela=historico.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

IBGE. *Mapas Interativos IBGE 2012*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge>. Acesso em: 6 jul. 2012a.

_____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servicosdados/download/download.ashx?u=geoftp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/shapes/rs/santa_maria.zip>. Acesso em: 6 jul. 2012b.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012c.

_____. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

_____. *Base de Informações Municipais*. CD ROM, 2000.

_____. *Regiões de influência das cidades: 1993*. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

_____. *Dados Preliminares, Censo Demográfico, 1996*.

_____. *Resumo do Censo Demográfico do Rio Grande do Sul*. IBGE, Santa Maria, dez. 1991.

_____. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: 1987. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

_____. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: 1972. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

IPEADATA. 2012. Social. *Desenvolvimento humano*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. 2010. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2011.

ISAÍÁ, Antônio. As estradas de ferro no Brasil Império, no Rio Grande do Sul e em Santa Maria. In: *Santa Maria: Guia Geral-1983*. Santa Maria: Guimapa, 1983.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LANGHE, Célia Maria. *A construção de conhecimentos em espaços de economia popular solidária (o sentido pedagógico do projeto esperança/cooesperança)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências), UNIJUÍ, 2006.

LEFÉBVRE, Henri. *La Production de l'espace*. Paris: anthropos, 1974.

LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LOMBARDI, José C. Modo de produção e educação: notas preliminares. *Germinal: marxismo e educação em debate*. Londrina, v. 1, n.1, p. 43 -53, jun. 2009.

LOPES, Karil E. J. *A Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil e a cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Politécnica da Catalunha. Barcelona, Espanha, 2002.

_____. A Vila Belga. In: ICOMOS. *Anais do Seminário: Território, patrimônio e memória*. Santa Maria: UFSM, 2001.

MACHADO, Márcia Kaipers. *A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria-RS*. UFSM / PPGGG, Dissertação. Santa Maria, 2008.

MACHADO, Cassiano Elek. O Brasil (segundo Milton Santos). Entrevista a Cassiano Elek Machado. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania/Milton Santos*. São Paulo: Publifolha, 2002.

MARCHETTI, V.; JERONIMO, F. B. Mark-up praticado pela distribuição em carnes e produtos de origem suína em Porto Alegre. Porto Alegre: Sindicato da Indústria de Produtos Suínos no Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

MARCHIORI, José N. C.; NOAL FILHO, Valter A. *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. 2. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

MARX, Karl. *O capital*. Moscou: Progress Publishers, 1971.

MELLO, Luiz Fernando da Silva. *O espaço do imaginário e o imaginário do espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/3215>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

MILK POINT. *Dirigente denuncia prática de “rapel” nos supermercados gaúchos*. s/d. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/mercado/giro-lacteo/dirigente-denuncia-pratica-de-rapele-nos-supermercados>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

MONBEIG, Pierre. Estudo monográfico duma estrada de ferro. Rio de Janeiro, *Boletim Geográfico* v. 4, n. 45, p. 1147-1150, dez. 1946.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 95, p. 3-25, jan./abr. 1999.

_____; WERNECK, Débora Z. Rede, Hierarquia e Região de Influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 100, p. 27-57, jan./jun. 2001.

MUNGOI, Cláudio Artur. *Desenvolvimento regional no Vale do Zambeze – Moçambique em perspectiva*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MUSSO, Pierre (Dir.). *Réseaux et société*. Paris: PUF, 2003.

OCB. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/consumo_historia.asp>. Acesso em: 10 dez. 2011.

OFFNER, J. M. Os “efeitos estruturantes” do transporte: mito político, mistificação científica. *L’espace géographique*, n. 3, Trad. Neli E. C. Pareira. Revisão Leila C. Dias. p. 233-242, 1993.

OLIVEIRA, Gesner; MACHADO, Eduardo Luiz. *Impactos verticais do setor varejista brasileiro*. FGV-EAESP, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/publicacoes/pdf/economia/pesquisavarejo.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

ORSE. Disponível em: <<http://www.orse.org>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

PADOIN, Maria Medianeira. *O empresário comercial em Santa Maria – RS: uma análise histórica sobre a CACISM*. Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Paraná, 1992. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

PAIVA, Carlos A. *Dados de Empregos Formais e QIs das Atividades Urbanas de acordo com a RAIS 2006*. Disponível em: <http://www.territoriopaiva.com/ler/1/7/223/indicadores_economicos/dados/15>. Acesso em: 02 jun. 2012.

_____. 2010a. *Fundamentos de um programa de desenvolvimento econômico para o Corede Central*. Disponível em: <<http://www.territoriopaiva.com>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

_____. 2010b. *Anexo analítico. A metodologia “fofa” (forças/oportunidades/fraquezas/ameaças) aplicada ao Corede Central e referenciada em Fundamentos de um programa de desenvolvimento econômico para o Corede Central*. Disponível em: <<http://www.territoriopaiva.com>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

_____. *Dados de Taxa de Absorção - Renda Disponível / PIB - para os 467 Municípios existentes em 2000*. 2009. Disponível em: <http://www.territoriopaiva.com/ler/1/73/223/indicadores_economicos/dados/7>. Acesso em: 02 fev. 2010.

PERANSONI, Paula R. *Shopping center em Santa Maria: centro de consumo ou alternativa de lazer?* Monografia, Curso de Geografia. UFSM, Santa Maria, 1998.

PEREIRA, Breno Augusto Diniz. *Estruturação de relacionamentos horizontais em rede*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005a. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5916>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

PEREIRA, Evelyn A. A. *A empresa e o lugar na globalização: a “responsabilidade social empresarial” no território brasileiro*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

PEREIRA, F.; PEREIRA, F.(dir.). Santa Maria: Sede do Comando da 3ª DE. *Revista Comemorativa dos 90 anos da 3ª DE*. Edição Especial da Folha de Santa Maria, ago.1998.

PEREIRA, Mirlei F. V. *Redes e verticalidades como estratégias de uso do território por grandes empresas: o exemplo da Embraer S. A*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP, 2005b. Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PINTAUDI, Silvana M. A cidade e as formas de comércio. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. O Shopping Center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. In: _____; FRUGOLI JR, Heitor (Org.). *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

_____. O lugar do supermercado na cidade capitalista. *Geografia*, Rio Claro. v. 9, n. 17-18, out. 1984.

PLANETA ARROZ. Fornecedores denunciam “rapel” em supermercados. 28 nov. 2007. Varejo. Disponível em: <http://www.planetaarroz.com.br/site/noticias_detalhe.php?idnoticia=4659>. Acesso em: 14 ago. 2011.

PNUD. 2011. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)>. Acesso em: 14 set. 2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RAIS. 2010. Disponível em: <http://perfildomunicipio.caged.gov.br/result_SPER.asp?entrada=SPER&tpCST=cstMUN&UF=RS&codmun=431690&ufacesso=RS>. Acesso em: 10 out. 2011.

RANIERI, Nina B. Aspectos jurídicos da autonomia universitária no Brasil. *R. CEJ*, Brasília, n. 31, p. 19-30, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/view/685/865>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

RBSTV/ZERO HORA. 1999. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/pers/20mais.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

REDE SUPER. *15 anos e cada vez melhor*. Disponível em: <<http://www.redesuper.com/index.php/redesuper/quemsomos>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

REDE VIVO. *Empresa*. Disponível em: <<http://www.redevivo.com/empresa.php>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

RFFSA. *Anuário Estatístico*, 1996.

_____. Relatório da Superintendência Regional de Porto Alegre, dez. 1996.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Disponível em: <http://www.sedai.rs.gov.br/redes_cooperacao.php#mapa>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Centro de História Oral. *Memória Cidadã: Vila Belga*. Porto Alegre: SEDAC/CHO, 2002.

ROCHA, Lilian H. Mariano da. *O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária*. Dissertação de mestrado (Curso de Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

ROCHA FILHO, José Mariano da. *A terra, o homem e a educação*. Santa Maria: Pallotti, 1993.

_____. *Universidade para o desenvolvimento*. Áreas (distritos) geo-educacionais. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1973.

_____. *A nova universidade*. Porto Alegre: ASPES/Globo, 1962.

_____. *A Razão*, Santa Maria, 1 maio 1949.

RODRIGUES, Luiz Carlos B. *Santa Maria nos trilhos da modernidade: uma experiência ferroviária (1885-1931)*. Dissertação de mestrado (Curso de Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

ROZA, Maristela M. C. da; ALBERTON, Luiz; LIMONGI, Bernadete. A Gestão Tributária do Leasing como Fonte de Receita Municipal. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.1-p10, set./dez., 2008.

SANTA MARIA. Secretaria de Município de Finanças. Resultado Orçamentário de 2000 a 2010. Recebido por <odimdegrandi@uol.com.br> em 04 jun. 2012a.

_____. Secretaria de Município de Finanças. ISSQN-Leasing. Recebido por <odimdegrandi@uol.com.br> em 31 maio 2012b.

_____. IPASSP-SM. Informação por telefone em 10 jul 2012c.

SANTOS, Júlio R. Q. dos. As origens missioneiras de Santa Maria. In: WEBER, Beatriz T. ; RIBEIRO, José I. (org.). *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: [s.n.], 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____; _____. Globalização e geografia: a Compartimentação do espaço. *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 18, jul. 1996. Disponível em: <<http://www.agbpb.com/doc/santosn18.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

_____. *Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, María Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. Editora Hucitec – ANPUR. São Paulo: 2002a.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. *Rev. Território, LAJET / UFRJ*, ano V, n. 9, jul./dez. 2000a.

_____. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.

_____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Rev. Território, LAJET / UFRJ*, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999b.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: *Cadernos IPPUR, UFRJ*, ano XIII, n. 2, ago/dez 1999c.

_____. O dinheiro e o território. In: *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, 1999d. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2/2>>. Acesso em 3 set. 2011.

_____. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. In: *Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino* (ENDIPE). Águas de Lindoia, 1998.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. O lugar: encontrando o futuro. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*. v. 4, n.1, 1996b. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Ed. PUC-SP, 1994.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985, 1988 e 1992.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982a.

_____. *Espaço e sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982b.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SCHAFFER, Neiva Otero. Do armazém da esquina ao shopping center: a transformação do consumo em Porto Alegre. In: PANIZZI, Wrana e ROVATTI, João. *Estudos Urbanos – Porto Alegre e seu Planejamento*. Editora da Universidade Ufrgs, Porto Alegre, 1993.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *Reproduzindo modelos: o plano piloto do campus da Universidade Federal de Santa Maria, RS*. 5. Seminário DOCOMOMO Brasil, USP/São Carlos, 2003. Disponível em: <www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/020R.pdf>. Acesso em: 12 abril 2011.

_____. (Resp. técnico). *Processo de tombamento da Vila Belga*. Santa Maria: Prefeitura Municipal de Santa Maria, Sec. de Cultura – UFSM, 1996.

_____. A mancha ferroviária de Santa Maria. In: ICOMOS/UFSM. *Anais do Seminário: Território, patrimônio e memória*. Santa Maria: UFSM, 2001.

SCHUCH JR., Vitor Francisco. *A estrutura da universidade em questão, o caso da UFSM*. Tese (Curso de Doutorado em Educação – Convênio UFSM/UNICAMP) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1995.

SEBRAE. 2011a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. 2011b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 13 set. 2011.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Ferrovias e ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa*. São Paulo: Cortez, 1982.

SENNA, Adriana K. de. Ferrovia gaúcha: algumas considerações. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, L. H. (Org.). *A cidade de Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: URG/SMEC, 1995.

SILVA, C. H. C. As grandes superfícies comerciais: os hipermercados Carrefour no Brasil. *GEOUSP*, São Paulo, n. 14, p. 89-106, 2003.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas*. Rio de Janeiro, Interciência, 2007a.

_____. *A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil*. Tese (Curso de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – SP, 2003a. Disponível em: <www.ourinhos.unesp.br>. Acesso em: 05 ago. 2010.

SILVEIRA, María Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

_____. Entrevista com a Professora María Laura Silveira. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis, n. 04, p. 01-15, maio 2008. Disponível em: <www.geograficas.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 05 out. 2009.

_____. Metrópolis brasileiras: um análisis de los circuitos de la economía urbana. *Revista EURE*, Santiago de Chile, v. 33, n. 100, p.149-164, diciembre, 2007b. Disponível em: <<http://scielo.cl/scielo.php>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

_____. Globalización y circuitos de la economía urbana em las ciudades brasileiras. *Cuadernos del Cendes*, Caracas, v. 21, n. 57, p. 3-22, setiembre, 2004. Disponível em: <<http://scielo.cl/scielo.php>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

_____. *Um país, uma região: Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN, 1999a.

_____. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Revista Território*, Rio de Janeiro, n.6, p.21-28, 1999b.

_____. Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica. (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR, 1994a. 2. ed., p. 201-209.

_____. Os novos conteúdos da regionalização: lugares modernizados e lugares letárgicos no planalto nordpatagónico. Lisboa: *Finisterra*, v. XXIX, n. 58, 1994b. pp. 267-284.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Complexo agroindustrial do fuma e território: a formação do espaço urbano e regional do Vale do Rio Pardo – RS*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007c. Disponível em: <<http://btd.unisc.br/teses/rogeriosilveira.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

_____. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L. *et al.* (Org.), *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 215-254.

_____. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. Barcelona. *Revista Bibliográfica y Ciencias Sociales*. Vol. VIII, n. 451, 15 junio 2003b.

SINDIFERGS. Porto Alegre. 2011.

SONAE. *Annual Report 2009*. Disponível em: <<http://www.sonae.com/CEReports2009/pt>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

SOUZA, Marcelo Santos de. *Redes de pequeno varejo: a construção social dos mercados de hortifrutigranjeiros no Rio Grande do Sul*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18312>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

SOUZA, Maria Adélia de. Apresentação Milton Santos, um revolucionário. In: *OSAL – Observatório Social de América Latina*. Año 6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLASCO, 2005.

_____. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, María Laura. *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. Editora Hucitec – ANPUR. São Paulo: 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O Desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *Cidades*, vol.3, n. 5. jan-jun 2006. p.143.157.

SUPERHIPER. São Paulo: ABRAS, n.346, p. 16-17, 2004.

SWYNGEDOUW, Erik. *Place, nature and the question of scale: interrogating the production of nature*. Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften: Diskussionspapier 5, 04/2010.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade*. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

THUROW, Lester C. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TORRONTGUY, Teófilo O. V. A tradição militar na história de Santa Maria. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria*, n.6, Santa Maria, 1999.

_____. A Redução São Cosme e São Damião (1634-1637) e sua participação na ocupação humana na Bacia Platina. In: *ANAIS Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas – V*. Montevideú, 1994.

UFSM. *Total de docentes e técnico-administrativos ativos e aposentados: 2010 e 2011*. Pró-Reitoria de Recursos Humanos. Santa Maria, 2012a.

_____. *Orçamento da UFSM e HUSM: 2006-2011*. COPLEC/PROPLAN. Santa Maria, 2012b.

_____. *Polos UAB-UFSM*. Disponível em: <http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/1/polos_UAB_ufsm_2011_2.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2011a.

_____. *UFSM em números*. Disponível em: <www.ufsm.br>. Acesso em: 15 abr. 2011b.

_____. UFSM vai além de Santa Maria. *InfoCampus*. Disponível em: <www.ufsm.br>. Acesso em: 04 set. 2010.

_____. Relatório 1969 e 1971.

VALDANHA NETTO, Américo. *O grêmio recreativo dos empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro: esporte e lazer no tempo livre – um estudo exploratório*. Rio Claro: UNESP, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, n.8, p. 3-28, 2006.

_____. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Rio de Janeiro: ANPUR, *Anais (IX Encontro Nacional da ANPUR)*, v. 1, p. 140-151, 2001.

VANTINI, J. G. Logística aplicada aos supermercados. In: *Anuário ABRAS 1996*. Disponível em: <http://www.vantine.com.br/vantinews/210/logistica_aplicada_ao_supermercado_vl210.pdf>. Acesso em: 3 set. 2011.

VERSCHOORE FILHO, Jorge R. de Souza; BALESTRIN, Alsones. Fatores Relevantes para o Estabelecimento de Redes de Cooperação entre Empresas do Rio Grande do Sul. *RAC*, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 1043-1069, Out./Dez. 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_793.pdf>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. *Redes de cooperação interorganizacionais: a identificação de atributos e benefícios para um modelo de gestão*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/6567>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

_____. Introdução. In: RIO GRANDE DO SUL. Sec. do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. *Redes de cooperação: uma nova organização de pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 2004.

VIANNA, Dulcinéia A. da Costa. *Roteiro para implementação de metodologia para integração de redes por meio de gestão empreendedora*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia da produção) – Universidade Federal de Santa Maria, 2007. Disponível em: <<http://www.ppgep.ct.ufsm.br>>. Acesso em: 14 set. 2011.

VOGT, O. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: SILVEIRA, R. L. L. e VOGT, O. (Org.) *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

WALMART. 2012. Disponível em: <<http://www.walmartbrasil.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

WALMART. 2011a. Disponível em: <<http://www.walmartbrasil.com.br>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

WALMART. 2011b. Disponível em: <<http://www.walmartbrasil.com.br>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

WALMART. 2011c. Disponível em: <<http://www.walmartbrasil.com.br/fornecedor>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

WOLFF, Gládis Helena. *Trilhos de ferro, trilhas de barro – a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

ZANINI, Maria Catarina. *A questão étnica no mundo do trabalho ferroviário em Santa Maria-RS*. 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org/resources/anais/9/127905446_ARQUIVO_zanini.anpuh1307.pdf> Acesso em: 10 dez. 2011.

ZERO HORA. *UFSM rebate críticas feitas ao PEIES*. Porto Alegre, 11 nov. 1998.

ZOLIN, Deni. *Monet Plaza Shopping completa 15 anos*. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/avarejo/2012/03/22>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. *Santa Fé não produz mais vagões em Santa Maria*. 2011a. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/avarejo/2011/05/23>>. Acesso em: 22 out. 2011.

_____. *Começa a andar o projeto de novo hipermercado Big na Avenida Walter Jobim*. 2011b. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/avarejo/2011/11/28>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

_____. *Sinal verde ao Atacadão*. 2011c. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/dsm/rs/impressa/4,40,3191149,16396>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

_____. *Grupo vem olhar áreas para novo shopping*. 2011d. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/dsm/rs/impressa/4,4,3599312,18598>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

_____. 2010. *Ampliação do Monet pode sair em 2011*. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/avarejo>>. Acesso em: 12 set. 2011.

_____. *Trevisan completa 50 anos hoje*. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/avarejo>>. Acesso em: 22 out. 2011.

ANEXO A – Linha do tempo da cidade militar

Ano	Evento
S/d ¹	Guardas guaranílicas, em São Martinho, Boca do Monte e Passo dos Ferreiros
S/d ¹	Instalação da Guarda espanhola de São Martinho Instalação do Posto espanhol São Lucas, na Boca do Monte
1756	Instalação da Guarda Portuguesa de São Pedro, no Passo dos Ferreiros Rincão de Santa Maria passa a domínio português
1775	Primeira tomada da Guarda Espanhola de São Martinho
1777	Tratado de Santo Ildefonso
1787	A 1ª Subdivisão Demarcadora de Limites da América Meridional monta acampamento no Passo da Areia (atual Parque de Moto-mecanização)
1797	A 2ª Subdivisão Demarcadora de Limites da América Meridional acampa no Rincão de Santa Maria, na estância do Pe. Ambrósio
1801	Segunda tomada de São Martinho, dando início à conquista definitiva das Missões Retirada da Divisão Demarcadora do Rincão de Santa Maria
1811	Montado quartel general do Exército Pacificador na atual Rua do Acampamento
1819	Estabelecimento de destacamento militar, na então Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte
1828 a 1831	Estaciona, na Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte, o 28º Batalhão de Caçadores, como força militar na Guerra Cisplatina
1831	Chega, na Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte, o 1º Batalhão de Estrangeiros, onde permanece por meses
1833	Criação de um Núcleo da Guarda Nacional
1841	Passagem das tropas de Bento Gonçalves, rumo à Campanha
1844	Santa Maria é guarnecida pelas tropas do Duque de Caxias
1850	Criação de um Comando da Guarda Nacional
1851	Criação do 1º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Participação na Guerra contra Oribe e contra Rosas (1851-52)
1852	Criação do 24º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional
1854	Participação da Divisão Imperial Auxiliadora
1860	Criação do Comando Superior da Guarda Nacional
1862	Transfere-se para Santa Maria o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo
1864/70	Participação na Guerra do Paraguai
1893	Instalação de uma guarnição da Brigada Militar
1909	Instalação da 3ª Brigada Estratégica do Exército Brasileiro, depois sucessivamente: 9ª Brigada de Infantaria (1915), 5ª Brigada de Infantaria (1919), Infantaria Divisionária da 3ª Divisão de Infantaria (1938), 3ª Divisão de Infantaria (1946) e, a partir de 1971, a atual 3ª Divisão de Exército
1913	7º Regimento de Infantaria
1919	Instalação do Hospital Militar de Santa Maria
1921	Parque de Aviação Militar, extinto no final da década de 1930
1925	5º Regimento de Artilharia Montada (Regimento Mallet)
1945	Conclusão do aeródromo, precursor da Base Aérea de Santa Maria
1944	3º Batalhão de Carros de Combate 4ª Cia. Especial de Manutenção
1956	Campo de Instrução do Exército
1957	Parque Regional de Motomecanização
1958	Vila Militar de Santa Maria

Ano	Evento
1970	Instalação oficial da Base Aérea de Santa Maria 3ª Cia. de Comunicação de Blindados
1971	4º Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque
1972	6ª Brigada de Infantaria Blindada
1974	13ª Cia. de Depósito de Armamento e Munição
1978	6ª Bateria Antiaérea 1º/10º Grupo de Aviação Esquadrão Poker (BASM)
1984	26º Pelotão de Polícia do Exército
1985	6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada 1º Esquadrão de Controle e Alarme (BASM)
1989	6ª Cia. de Engenharia de Combate
1994	Colégio Militar de Santa Maria
2005	1º Regimento de Carros de Combate Centro de Instrução de Blindados
2011	Chegada dos blindados <i>Leopard</i> e tratativas de instalação de unidade da KMW

Fonte: Beltrão, 1979; Torronteguy, 1999; Machado, 2008; BASM.

(1) S/d: sem data.

ANEXO B – Linha do tempo da cidade ferroviária

Ano	Evento
1854	Estrada de Ferro Mauá, primeira ferrovia brasileira, no Rio de Janeiro
1872	Projeto original da ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana, de José Ewbank Câmara
1874	Ligação Porto Alegre-São Leopoldo, primeira ferrovia no RS
1877	Início da construção da linha Porto Alegre-Uruguaiana, pela E. F. Porto Alegre-Uruguaiana, sob administração do Império
1883	Ligação Santo Amaro (Amarópolis) a Cachoeira do Sul
1884	Ligação Bagé-Pelotas-Rio Grande
1885	Ligação Santa Maria-Cachoeira do Sul-Taquari (e a Porto Alegre, por via fluvial)
1890	Ligação Santa Maria-Cacequi
1894	Ligação Santa Maria-Cruz Alta
1896	Ligação Cacequi-São Gabriel-Bagé
1898	Ligação Cruz Alta-Passo Fundo <i>Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil</i> arrenda as linhas da E. F. Porto Alegre-Uruguaiana
1901	Transferências das oficinas da <i>Auxiliaire</i> para Santa Maria
1905	Unificação da rede ferroviária do RS, sob a denominação de Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), e seu arrendamento à <i>Auxiliaire</i> , que transfere sua sede para Santa Maria
1906	Início da construção da Vila Belga Primeira greve dos ferroviários <i>Auxiliaire</i> cria o <i>Economat</i> (armazéns de abastecimento de gêneros aos funcionários)
1907	Ligação Cacequi-Uruguaiana, completando-se a ligação Porto Alegre-Uruguaiana <i>Auxiliaire</i> assume concessão da linha Santa Maria-Marcelino Ramos
1910	Ligação Passo Fundo-Marcelino Ramos, completando a ferrovia Itararé (SP)-Rio Grande (RS) Conclusão do trecho Taquari-Rio dos Sinos e da ligação ferroviária direta de Santa Maria a Porto Alegre
1910	Ligação Cacequi-Livramento
1910	Ligação Novo Hamburgo-Caxias do Sul
1911	<i>Brazil Railway Company</i> (Sindicato <i>Farquhar</i> , norte-americano) assume 70% das ações da <i>Auxiliaire</i> e a administração da VFRGS
1913	Greve dos ferroviários Criação do Sindicato Cooperativista dos Empregados da VFRGS Fundação da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul
1917	Grande greve salarial, iniciada em julho (parede) e encerrada em fins de outubro
1919	<i>Auxiliaire</i> reassume a administração da VFRGS
1920	União encampa a VFRGS e arrenda para o governo do RS Transferência da administração da rede para Porto Alegre
1938	Ligação Santa Maria-Dilermando de Aguiar-São Borja
1957	Criação da Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA)
1959	Encampação da VFRGS pela RFFSA
1965	Conclusão da ligação Porto Alegre-Lages-Itaipava (SP)
1996	Último trem de passageiros, em 4 de fevereiro Leilão de privatização, no dia 13 de dezembro
1997	América Latina Logística (ALL) assume a Ferrovia Sul-Atlântico (RS, SC e PR)

Fonte: IPHAE, 2002; Silveira, 2003a e 2007a; Gerodetti e Cornejo, 2005; Beltrão, 1979; Isaías, 1983; Hillig, 2005; Rodrigues, 2003; Finger, 2009; Schlee, 1996 e 2001; Lopes, 2002, Mello, 2002.

ANEXO C – Linha do tempo da cidade universitária

Ano	Evento
1920	Criação da Universidade do Rio de Janeiro, primeira do Brasil
1931	Fundação da Sociedade de Medicina de Santa Maria Criação da Faculdade de Farmácia de Santa Maria (FFSM)
1934	Criação da Universidade de Porto Alegre (UPA), depois URGS e UFRGS
1948	Fundação da Associação Pró-Ensino Superior de Santa Maria (ASPES) Incorporação da FFSM à UPA
1950	Federalização da URGS e da FFSM
1953	Projeto da Universidade de Santa Maria (USM) Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC)
1954	Criação pela UFRGS do Curso de Medicina de Santa Maria, anexo à FFSM Criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Santa Maria
1955	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC) Escola de Enfermagem N. S. Medianeira (FACEN)
1959	Faculdade de Direito de Santa Maria
1960	Criação do Centro Politécnico de Santa Maria Criação da Universidade de Santa Maria (USM)
1965	Alteração do nome USM para Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
1970	Faculdade Interamericana
1998	Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES)
2001	Faculdades Palotinas (FAPAS)
2002	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), <i>campus</i> Santa Maria Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA)
2003	Faculdade Santa Clara (FASCLA), sucedida pela Faculdades Integradas de Santa Maria (FISMA)

Fonte: Rocha Filho (1962, 1973, 1993), Antonio; Miorim (1987), Rocha (1993), Schuch Jr. (1995), Teixeira (1999), Barichello (2000), Beber (2000), Guterres (2001), Guterres; Rays (2005), Amorim (2010), sites institucionais.

ANEXO D – Linha do tempo do varejo supermercadista de Santa Maria

Ano	Evento
Até 1960	Armazéns, mercadinhos, empórios, mercearias, padarias, feiras livres Instalação de armazéns coloniais na cidade
1963	Cooperlar (autodissolvida em 1993)
1964	Supermercado Serrano (primeiro supermercado de Santa Maria) Supermercado Copetti
1969	Supermercados Real (primeira loja da rede, em Santa Maria)
1970	Supermercados Trevisan (primeira loja da rede)
1976	Trevicenter
1980	Supermercados Dois Irmãos (primeira loja da rede Dois Irmãos)
1986	Hipermercado Castelão Libraga
1989	Sonae assume administração do Supermercados Real (<i>joint venture</i>)
1992	Nacional Supermercados assume bandeira da rede Supermercados Trevisan
1996	Ampliação e transformação do Castelão em Hipermercado BIG Fundação da Rede Super
1997	Sonae incorpora Supermercados Real (Hipermercado BIG)
1998	Rede Mais Rede Central Supermercados
1999	Sonae assume bandeira da rede do Nacional Supermercados
2000	Hipermercado Dois Irmãos (Centro Comercial Dois Irmãos, em Camobi) Rede Unimerçados
2004	Libraga se desfilia da Rede Super e cria a Rede Vivo Central Mais (fusão da Rede Mais e Rede Central Supermercados)
2005	Wal-Mart assume a rede da Sonae
2007	Carrefour
2010	Supermercados Peruzzo assume a bandeira da rede Supermercados Dois Irmãos
2012	Atacadão (Carrefour)

Fonte: Souza, 2009; Pereira, 2005a; Beber, 1998; Prefeitura Municipal de Santa Maria; sites institucionais; entrevistas.

Pesquisa e organização: José Odim Degrandi.